

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação
em Geografia e do Departamento de Geografia

Ano 10, n.º 18, Jan./ Jun. 2021



CAPA

Plataforma P-18 atuando no campo de Marlim, na Bacia de Campos (RJ). A plataforma é considerada a primeira “100 % brasileira”, projetada por engenheiros da Petrobras e inaugurada em 1994.

(Foto disponível em: <https://petrobras.com.br/data/files/00/E0/03/1A/DCE15410662D1C44893851A8/teste-1200x1200.jpg>).

“A Petrobras contava em 2018 com mais de 600 mil acionistas, estava até recentemente presente em 19 países e possuía um quadro de 63.361 trabalhadores diretos no grupo Petrobras, incluindo as coligadas e controladas.

Com cerca de 120 plataformas de produção no mar, a estatal possuía até o início de 2020 diretamente 13 refinarias no Brasil e três no exterior, duas dessas últimas já foram vendidas como vimos, com uma produção de derivados de 1 milhão e 800 mil barris por dia. Ela tinha em 2018 uma frota composta por 55 navios, a empresa e suas coligadas contavam, também, com 7.710 km de oleodutos e 9.190 km de gasodutos, cinco unidades de produção de bicombustíveis, 20 usinas termelétricas. Tinha em 2018 a participação em quatro usinas de energia eólica e possui uma usina de energia solar, além de três fábricas de fertilizantes e 8.277 postos de gasolinas, sendo 388 localizados no exterior”.

Cláudio Luiz Zanotelli e Francismar Cunha Ferreira. *Entre a Soberania e a Governamentalidade Neoliberal: o Processo de Privatização do Grupo Petrobras*, p. 46 e 47.

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em

Geografia e do Departamento de Geografia

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

– Geografia Econômica –

– Geografia Política –

– Geografia Urbana –

– Migrações –

– Geografia Agrária –

– Desenvolvimento Territorial –

Ano 10, n.º 18, Jan./ Jun. 2021

CONTINENTES

Revista de Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do

Departamento de Geografia

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 10, n.º 18, Jan./ Jun. 2021

[https://www.revistacontinentes.com.br/
continentes@ufrj.br](https://www.revistacontinentes.com.br/continentes@ufrj.br)



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado)

Departamento de Geografia – Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues

Vice-Reitor: Cesar Augusto Da Ros

Diretor do IA: Alexis Rosa Nummer

Coordenador do PPGGEO: Marcio Rufino Silva

Chefe do DEGEO: Andrews José de Lucena

Coordenador do Curso de Geografia: Heitor Soares de Farias

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ)

(in memoriam)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Heitor Soares de Farias (DEGEO-UFRRJ)

Karine Bueno Vargas (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Marcio Rufino Silva (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Pablo Ibañez (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Cristina da Silva (UFG)

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)

Heitor Soares de Farias (DEGEO-UFRRJ)

Helena Pina (Univ. do Porto)

Ana Maria Marques Santos (UFRRJ)
Anita Loureiro de Oliveira (UFRRJ)
Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)
Carlo Eugênio Nogueira (UFMT)
Carina Petsch (UFSM)
Clarice Cassab (UFJF)
Cleber Marques de Castro (UERJ; PUC-RJ)
Clézio dos Santos (UFRRJ)
Cristiane Cardoso (UFRRJ)
Dante Flávio da Costa Reis Jr. (UnB)
Denizart Fortuna (UFF)
Edson Fialho (UFV)
Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)
Eduardo José Marandola Jr. (UNICAMP)
Eduardo Vedor de Paula (UFPR)
Ericson Hayakawa (UNIOESTE)
Eudes André Leopoldo de Souza (UNIFESSPA)
Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)
Fábio Pessoa Vieira (UFBA)
Federico Ferretti (Univ. de Genebra)
Fernando Ariel Manzano (UNCPBA)
Floriano José Godinho de Oliveira (UERJ)
Guillermo A. Velázquez (CONICET/UNCPBA)
Gustavo Francisco Teixeira Prieto (UNIFESP)
Gustavo Luis Schacht (UFRB)
Hector Mendoza Vargas (UNAM)

Jader de Oliveira Santos (UFC)
Jean Carlos Rodrigues (UFT)
Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)
Jorge Soares Marques (UERJ)
Juliana Menezes (UFF)
Jurandyr Ross (USP)
Laura Delgado Mendes (UFRRJ)
Leonardo Arantes (UFF)
Leonardo Civalle (UFV)
Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)
Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)
Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)
Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFTM)
Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)
Marisa Silva Amaral (UFU)
Monika Richter (UFRRJ)
Paul Claval (Paris IV - Sorbonne)
Raimundo Jucier Sousa de Assis (UFPI)
Renato Leone Miranda Léda (UESB)
Roberto Silva de Souza (UNEAL)
Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)
Rodrigo Teixeira (PUC-MG)
Suedio Alves Meira (UFCE)
Tony Vinicius Moreira Sampaio (UFPR)
William Ribeiro da Silva (UFRJ)



Secretaria do Programa de Pós-graduação em Geografia (Mestrado)

Prédio da Geociências, Sala 15

E-mail: ppggeo.ufrj@gmail.com

Telefone: (21) 2681-4980

BR-465, Km 7 - CEP 23897-000 - Seropédica - RJ – Brasil

Departamento de Geografia/UFRRJ

Prédio da Geociências, Sala 15

Telefone (21) 3787-3673

BR-465, Km 7 - CEP 23897-000 - Seropédica - RJ – Brasil



QUALIS B2 - Ensino
QUALIS B3 - Geografia

SUMÁRIO

- 1** **EDITORIAL**
- ARTIGOS**
- 8** *Entre a Soberania e a Governamentalidade Neoliberal:
O Processo de Privatização do Grupo Petrobras*
Cláudio Luiz Zanotelli
Francismar Cunha Ferreira
- 67** *Uma Investigação sobre a “Virada Política” da Nova Direita na
Região da América Latina*
Izabelle Carvalho Lima
Maria Laís Alves de Araújo
Raimundo Jucier Sousa de Assis
- 96** *A Questão da Moradia e o Processo de Segregação Residencial:
Notas Críticas*
Marcelo Loura de Moraes
- 112** *Intervenção dos Agentes Imobiliários no Entorno Imediato das
Centralidades de Rondonópolis-MT*
Ana Claudia Reis Bittencourt
Adinael Jr. Pereira da Trindade
Antonia Marília Medeiros Nardes
- 135** *As novas políticas migratórias brasileiras e o impacto na vida dos
imigrantes venezuelanos*
Luís Felipe Perucci de Lacerda
Lirian Melchior
- 162** *Expansão Urbana e Formação de Periferias nas
Cidades Pequenas do Portal do Sertão*
Ythana de Oliveira Santos
Janio Santos
Vinicus da Silva Machado Borges
- 199** *Trajetórias Camponesas: do Centro-Sul à Fronteira Agrícola
da Amazônia Meridional*
Jacob Binsztok
Cecilia Werneck
- 224** *Pescadoras Artesanais de Magé (RJ): um Estudo Etnogeográfico*
Carla Ramôa Chaves
- 261** *Desenvolvimento Territorial no Município de Santa Teresa (ES):
Discussões acerca da Sustentabilidade no Circuito Caravaggio*
Rosa Cristina Monteiro
Carlos Alexandre Volpi
Sílvio de Oliveira Alves
Victorio Birchler Tonini
Tiago Badre Marino
- 271** *Panorama da Dimensão Política da Agroecologia Brasileira a partir do
Levantamento de Teses e Dissertações no Catálogo da Capes*
Frederico Castro de Carvalho
Rodrigo da Costa Caetano

SUMMARY

- 1** **EDITORIAL**
- ARTICLES**
- 8** *Between Sovereignty and Neoliberal Governmentality:
The Petrobras Group's Privatization Process*
Cláudio Luiz Zanotelli
Francismar Cunha Ferreira
- 67** *An Investigation on the "Political Turn" of the New Right in the
Latin America Region*
Izabelle Carvalho Lima
Maria Laís Alves de Araújo
Raimundo Jucier Sousa de Assis
- 96** *The Housing Issue and the Process of Residential Segregation:
Critical Notes*
Marcelo Loura de Moraes
- 112** *Intervention of Real Estate Agents in the Immediate Surroundings of
Rondonópolis - MT Centralities*
Ana Claudia Reis Bittencourt
Adinael Jr. Pereira da Trindade
Antonia Marília Medeiros Nardes
- 135** *The New Brazilian Migration Policies and the Impact on the Lives
of Venezuelan Immigrants*
Luís Felipe Perucci de Lacerda
Lirian Melchior
- 162** *Urban Expansion and Formation of Peripheries in
The Small Cities of Portal do Sertão*
Ythana de Oliveira Santos
Janio Santos
Vinicus da Silva Machado Borges
- 199** *Country Pathways: From South Central to Agricultural Border
of Southern Amazon*
Jacob Binsztok
Cecilia Werneck
- 224** *Craft Fisherwomen from Magé (RJ): an Ethnogeographic Study*
Carla Ramôa Chaves
- 261** *Territorial Development in Santa Teresa/ES:
Discussions on Sustainability in Caravaggio Circuit*
Rosa Cristina Monteiro
Carlos Alexandre Volpi
Sílvio de Oliveira Alves
Victorio Birchler Tonini
Tiago Badre Marino
- 271** *Overview of the Political Dimension of Brazilian Agroecology
from the Survey of Theses and Dissertations in the Capes Catalog*
Frederico Castro de Carvalho
Rodrigo da Costa Caetano

- 1** **EDITORIAL**
- ARTÍCULOS**
- 8** *Entre la Soberanía y la Gubernamentalidad Neoliberal:
El Proceso de Privatización del Grupo Petrobras*
Cláudio Luiz Zanotelli
Francismar Cunha Ferreira
- 67** *Una Investigación sobre el “Giro Político” del Nuevo Derecho en la
Región de América Latina*
Izabelle Carvalho Lima
Maria Laís Alves de Araújo
Raimundo Jucier Sousa de Assis
- 96** *La Cuestión de la Vivienda y el Proceso de Segregación Residencial:
Notas Críticas*
Marcelo Loura de Morais
- 112** *Intervención de Agentes Inmobiliarios en el Entorno Inmediato de
Rondonópolis-MT Centralidades*
Ana Claudia Reis Bittencourt
Adinael Jr. Pereira da Trindade
Antonia Marília Medeiros Nardes
- 135** *Las Nuevas Políticas Migratorias Brasileñas y el Impacto en la Vida de los
Inmigrantes Venezolanos*
Luís Felipe Perucci de Lacerda
Lirian Melchior
- 162** *Expansión Urbana y Formación de Periferias en
Las Pequeñas Ciudades de Portal do Sertão*
Ythana de Oliveira Santos
Janio Santos
Vinicus da Silva Machado Borges
- 199** *Caminos por País: del Centro Sur a la Frontera Agrícola de la Amazonía Sur*
Jacob Binsztok
Cecilia Werneck
- 224** *Pescadoras Artesanales de Magé (RJ): un Estudio Etnogeográfico*
Carla Ramôa Chaves
- 261** *Desarrollo Territorial en Santa Teresa/ES: Discusiones sobre
Sostenibilidad en el Circuito Caravaggio*
Rosa Cristina Monteiro
Carlos Alexandre Volpi
Sílvio de Oliveira Alves
Victorio Birchler Tonini
Tiago Badre Marino
- 271** *Resumen de la Dimensión Política de la Agroecología Brasileña a partir
de la Encuesta de Tesis y Disertaciones en el Catálogo de Capes*
Frederico Castro de Carvalho
Rodrigo da Costa Caetano

No momento em que concluímos esta edição da *Continentes*, abrindo o seu décimo ano de existência, o Brasil ultrapassou oficialmente a marca de 500 mil óbitos por Covid-19 e atingiu um novo recorde de infecções diárias, com mais de 115 mil novos casos (dia 23 de junho). Desde que a Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia do novo coronavírus se passaram 16 meses e, embora a situação esteja longe de resolvida no resto do mundo, enfrentamos no Brasil o pior momento da crise sanitária – por aqui, o “pior momento” da pandemia parece sempre o presente e a tragédia se aprofunda a cada semana.

Falar em “crise sanitária”, aliás, é uma redução do que vivenciamos, já que os impactos da pandemia são sentidos em todas as esferas, ampliando e intensificando nossas fatalidades crônicas e trazendo outros infortúnios para uma situação histórica que já era dramática antes mesmo de anunciado o primeiro caso de covid-19 no Brasil.

Em fevereiro do ano passado, o Brasil apresentava uma taxa de 11,6 % de desocupados, o que representava 12,3 milhões de pessoas oficialmente desempregadas. Antes mesmo da tragédia sanitária aportar em nosso país, portanto, por aqui se intensificava a expulsão de trabalhadores do mercado (em relação ao ano anterior). A tese de que o “Brasil decolava” ao ser atingido pelo vírus é falsa, refutada não apenas pela redução da oferta de emprego, mas também pela taxa de crescimento da economia. O PIB brasileiro recuou 1,5 % no primeiro trimestre de 2020, desfazendo os espasmos de crescimento e cavando ainda mais a crise econômica devastadora da segunda década do século XXI, que gerou cerca de 10 % de retração da economia brasileira – a maior já registrada em nossa história.¹

Assim como os números de óbitos, os índices econômicos contêm uma frieza que é normalizada: para a opinião pública brasileira, como grande parte da sociedade está acostumada a viver na precariedade, em condições sociais insalubres e no ganha-pão diário, tratar-se-ia de mais uma desgraça entre outras. Essa aceitação da catástrofe, tomada na psicologia midiática como “resiliência”, impede a contextualização do que

¹ Todos os dados, a não ser que indicada outra fonte, são da *Agência IBGE Notícias*, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/agencia-home.html>. Acesso em jun. 2021.

vivemos e o seu significado: a pandemia agravou a maior regressão social de nossa história.

A taxa de desemprego saltou em um ano e atingiu 14,7 % no primeiro trimestre de 2021, deixando quase 15 milhões fora do mercado de trabalho. A informalidade atinge 34 milhões de brasileiros, um número baixo comparado a anos anteriores, mas que se explica pelo “desalento” – até o subemprego e o “bico” estão se reduzindo, expulsando seu exército subremunerado.

Hoje, mais da metade dos brasileiros está em situação de insegurança alimentar (125 milhões de pessoas), sendo que quase um décimo da população sofre diretamente com a fome.² Embora a fome aberta recue aos níveis graves de duas décadas atrás, a condição geral de carência alimentar é a pior da história do Brasil, seja em números relativos ou absolutos. Diante de 19 milhões de pessoas afetadas pela fome, o número de casos de pessoas presas por furto de comida tem aumentado, o que contraria entendimentos já estabelecidos de irrelevância jurídica desse tipo de registro de furto.³ Com uma população gigantesca vivendo carências básicas, qualquer medida de isolamento social soa como “privilégio”, principalmente diante de auxílios emergenciais pontuais, concedidos ao sabor das pressões políticas e sem condições de garantir o mínimo, ainda mais quando o próprio poder de compra se esvai. No momento em que escrevemos, a taxa oficial de inflação (IPCA) saltou 8,05 % em doze meses, mas artigos básicos na casa do brasileiro acumularam altas explosivas, como alimentos e insumos para cozinhar.⁴ O índice de referência para o aluguel acumula uma inflação de 37 % – é o maior da história do Plano Real. Uma situação que pode se agravar nos próximos meses sob efeito inflacionário do reajuste da energia elétrica.

Essa combinação de desemprego e corrosão da moeda impõe a difícil escolha para parte da população: ou pagar a moradia ou comprar comida – o resultado são as frequentes manchetes sobre a alta de moradores de ruas nas principais cidades brasileiras.⁵ A

² Victoria Damasceno, “Mais de 125 milhões de brasileiros sofreram insegurança alimentar na pandemia, revela estudo”, *Folha de S. Paulo*, 13 abr. 2021, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/mais-de-125-milhoes-de-brasileiros-sofreram-inseguranca-alimentar-na-pandemia-revela-estudo.shtml>. Acesso em jun. 2021.

³ Leandro Machado, “Os brasileiros presos por furto de comida na pandemia de covid”, *BBC News*, 18 jun. 2021, disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57477601?fbclid=IwAR0d_18rLXIQmnjHISNQQKK5v4CuXb-8VNw6tFRYrIhiKFn59QHqH93mFhQ. Acesso em jun. 2021.

⁴ Thais Carrança, “‘Até o feijão nos esqueceu’: o livro de 1960 que poderia ter sido escrito nas favelas de 2021”, *BBC News*, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57033047>. Acesso em jun. 2021.

⁵ Bruno Pedrosa, Paulo Sampaio e Júlio Aguiar, “Pandemia da Covid-19 aumenta número de pessoas sem-teto no Rio; veja depoimentos”, *O Globo*, 29 jun. 2020, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de->

paisagem de nossos centros urbanos mistura agora barracas de sem-tetos, filas para a sopa e uma enormidade de imóveis vazios, já que a pandemia afetou de modo incisivo os prédios comerciais, de escritórios e financeiros, levando seus trabalhadores, se não demitidos, ao *home-office* (uma estimativa para o Centro do Rio indica mais de 50 % de ociosidade dos imóveis).⁶

Não devemos estranhar, portanto, que a “retomada” da economia ocorra deixando de fora boa parte da população: o PIB brasileiro voltou a crescer nos últimos meses, retornando ao patamar pré-pandemia, mas esse desempenho se deve aos setores de exportação, que empregam pouquíssima força de trabalho, provocam desastres ambientais crescentes e se caracterizam pela baixa complexidade. Com o agronegócio e a mineração à frente, que sustentam o pífio desempenho nacional há quatro décadas – incluído aí o ilusório “espetáculo do crescimento” – a “recuperação” da economia ocorre com uma queda de 10 % na renda domiciliar em apenas um ano.⁷ Num contexto mundial de concentração acelerada de renda, o Brasil se destaca: um relatório da *Credit Suisse* avalia que 1 % da população brasileira, os mais ricos, detém hoje 49,6 % da riqueza nacional. Apenas a Rússia está acima do Brasil em concentração de riquezas.⁸

Se somarmos a esse quadro dramático o impacto da pandemia na desarticulação das cadeias produtivas globais (que acelera a parcial desindustrialização da economia brasileira), o endividamento explosivo dos Estados e das corporações e a aceleração da destruição ambiental (a pandemia ocupa de tal modo os jornais, que o recorde de

janeiro/noticia/2020/06/29/pandemia-da-covid-19-aumenta-numero-de-pessoas-sem-teto-no-rio-veja-depoimentos.ghtml. Acesso em jun. 2021.

Felipe Betim, “Pandemia leva famílias para as ruas de São Paulo e acelera mudança de perfil da população sem-teto”, *El País*, 02 jun. 2021, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-02/pandemia-leva-familias-para-as-ruas-de-sao-paulo-e-acelera-mudanca-de-perfil-da-populacao-sem-teto.html>.

Acesso em jun. 2021.

Elian Guimarães e Leandro Couri, “Colorido das barracas expõe o aumento da pobreza em Belo Horizonte”, *Estado de Minas*, 05 ago. 2020, disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/08/05/interna_gerais,1173163/colorido-das-barracas-expoe-o-aumento-da-pobreza-em-belo-horizonte.shtml. Acesso em jun. 2021.

⁶ Luiz Ernesto magalhães e David Barbosa, “Imóveis ociosos no Centro do Rio devem se tornar moradias”, *Extra*, 09 jul. 2020, disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/imoveis-ociosos-no-centro-do-rio-devem-se-tornar-moradias-24522974.html>. Acesso em jun. 2021.

⁷ Thais Carrança, “Na contramão do PIB, renda do brasileiro cai 10% com inflação em alta e desemprego recorde”, *BBC News*, 10 jun. 2021, disponível em: [https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/06/10/na-contramao-do-pib-renda-do-brasileiro-cai-10-com-inflacao-em-alta-e-](https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/06/10/na-contramao-do-pib-renda-do-brasileiro-cai-10-com-inflacao-em-alta-e-desemprego.htm#:~:text=Segundo%20levantamento%20realizado%20por%20Daniel,1.185%20de%20igual%20per%3%ADodo%20de)

[desemprego.htm#:~:text=Segundo%20levantamento%20realizado%20por%20Daniel,1.185%20de%20igual%20per%3%ADodo%20de](https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/06/10/na-contramao-do-pib-renda-do-brasileiro-cai-10-com-inflacao-em-alta-e-desemprego.htm#:~:text=Segundo%20levantamento%20realizado%20por%20Daniel,1.185%20de%20igual%20per%3%ADodo%20de). Acesso em jun. 2021.

⁸ “Topo da pirâmide avança na pandemia, e 1% mais rico do Brasil já detém metade da riqueza nacional”, *O Globo*, 24 jun. 2021, disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/topo-da-piramide-avanca-na-pandemia-1-mais-rico-do-brasil-ja-detem-metade-da-riqueza-nacional-1-25074583>. Acesso em jun. 2021.

desmatamento na Amazônia nos últimos meses não passa de mera nota sem importância), temos um quadro global da tragédia que enfrentamos, principalmente em nosso quintal tropical transformado em caserna.

A pandemia do novo coronavírus, portanto, deve ser enxergada como um “fato social total” (Marcel Mauss), não como mera “crise sanitária”. Contudo, por mais dramáticos que sejam seus demais efeitos (desde a economia, passando pela educação, o espaço urbano e atingindo o mercado de trabalho), é evidente que nada se compara ao sofrimento da irreparável destruição de meio milhão de vidas. Um número que, ainda assim, é subdimensionado.

Como se sabe, não há informações precisas sobre o total de atingidos pela covid-19, dado que há uma baixa testagem na população brasileira e muitos óbitos não são devidamente registrados. Um modo de tentar contornar essas dificuldades é a estimativa do “excesso de mortalidade” da população, que compara o número de mortes durante a pandemia com o de mortes médias nos anos anteriores. Em 2020, enquanto foram registrados cerca de 196 mil mortos pela covid-19 em todo território nacional, o “excesso de mortalidade” foi de mais de 275 mil. Neste ano, até o momento, a tendência é para um excesso de 67 % na mortalidade proporcional da população brasileira,⁹ o que deve ampliar de modo assustador o número de brasileiros falecidos “por todos os motivos” – muitos óbitos, mesmo em princípio não decorrentes da covid-19, podem ser provocados ou “antecipados” por esta, como é o caso de pessoas que não obtêm tratamento para outras enfermidades devido à superlotação dos ambulatórios e unidades de tratamento intensivo. Graças ao impacto do coronavírus, a população brasileira sofrerá uma redução de 2 anos em sua expectativa de vida, recuando quase uma década, um registro a mais de regressão nessa longa fileira nacional de recuo civilizatório.¹⁰

É disto que se trata a nova experiência histórica: não vivemos sob uma crise qualquer, mas um desmonte histórico de uma sociedade. O Brasil nunca prezou exatamente pela

⁹ Luis Correia, “O Conceito de “Excesso de Mortalidade”: Brasil e COVID-19”, *CONASS – Conselho Nacional de Secretarias de Saúde*, disponível em <https://www.conass.org.br/o-conceito-de-excesso-de-mortalidade-brasil-e-covid-19/>. Acesso em jun. 2021.

“Painel de análise do excesso de mortalidade por causas naturais no Brasil”, *CONASS – Conselho Nacional de Secretarias de Saúde*, disponível em: <https://www.conass.org.br/indicadores-de-obitos-por-causas-naturais/>. Acesso em jun. 2021.

¹⁰ Em algumas unidades da federação, a redução pode chegar a quase 4 anos de vida (Roberta Jansen, Em alguns Estados, covid-19 já 'rouba' mais de 3 anos da expectativa de vida, *Estadão*, 19 abr. 2021, disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,em-alguns-estados-covid-19-ja-rouba-mais-de-3-anos-da-expectativa-de-vida,70003685711>. Acesso em jun. 2021.

qualidade de vida, direitos sociais ou mesmo atendimento a necessidades básicas (como alimentação), mas agora vê suas esqueléticas colunas sociais e institucionais desmoronando sob o peso de uma crise civilizatória.

Nas páginas a seguir, trazemos diversos artigos que vão desde a Geografia Econômica, passando pela Geografia Política, estudos em Migrações, Geografia Urbana e Desenvolvimento Territorial. Alguns dos textos tratam, direta ou indiretamente, de certos aspectos dessa nossa regressão social.

No primeiro artigo, *Entre a Soberania e a Governamentalidade Neoliberal: o Processo de Privatização do Grupo Petrobras*, Cláudio Luiz Zanotelli e Francismar Cunha Ferreira interpretam a recente e progressiva privatização do Grupo Petrobras a partir de categorias foucaultianas, mostrando como o neoliberalismo se caracteriza não exatamente por uma dispensa estatal, mas por um acionamento do Estado para que proteja o “jogo econômico” diante das demais regras sociais.

Izabelle Carvalho Lima, Maria Laís Alves de Araújo e Raimundo Jucier Sousa de Assis fazem um balanço da expansão da “nova direita” na política latino-americana no texto *Uma Investigação sobre a “Virada Política” da Nova Direita na Região da América Latina*, colocando em reflexão os motivos pelos quais diversos países dessa região, depois de governos denominados de esquerda, tiveram uma “guinada” à direita, diante da retomada ou persistência dos problemas socioeconômicos.

Marcelo Loura de Moraes, em *A Questão da Moradia e o Processo de Segregação Residencial: Notas Críticas*, faz uma reflexão teórica inicial abrangente sobre a segregação urbana, particularmente a segregação das moradias e suas origens no espaço urbano capitalista. Autores consagrados dos estudos urbanos são trazidos para o debate, que aponta para uma crise urbana: o “estilo moderno de espaço público que permitia, ainda que de maneira limitada, o encontro dos desiguais vai se deteriorando”. Ainda discutindo o papel dos agentes produtores do espaço urbano, em *Intervenção dos Agentes Imobiliários no Entorno Imediato das Centralidades de Rondonópolis-MT*, Ana Claudia Reis Bittencourt, Adinael Jr. Pereira da Trindade e Antonia Marília Medeiros Nardes avaliam a intervenção dos agentes imobiliários na cidade de Rondonópolis/MT, ressaltando principalmente a sua atuação na expansão do tecido urbano do município. Luís Felipe Perucci de Lacerda e Lirian Melchior discutem os venezuelanos que vieram buscar nova vida no Brasil em *As novas políticas migratórias brasileiras e o impacto na vida dos imigrantes venezuelanos*. O artigo tem por objetivo levantar brevemente os motivos que levaram a um êxodo de venezuelanos, principalmente a partir do governo

de Nicolás Maduro, enfatizando a difícil recepção destes em território brasileiro: “a necessidade de trabalho se faz latente, o que implica em uma outra dificuldade para os imigrantes pois o Brasil enfrenta um elevado nível de desemprego atualmente” (p. 138). *Expansão Urbana e Formação de Periferias nas Cidades Pequenas do Portal do Sertão*, trabalho de Ythana de Oliveira Santos, Janio Santos e Vinicus da Silva Machado Borges, discute a expansão das pequenas cidades no Portal do Sertão, uma identidade regional proposta pelo governo da Bahia e polarizada pelo município de Feira de Santana. Com uma rica produção cartográfica, os autores propõem uma reflexão sobre os motivos da formação de periferias em algumas destas cidades e a produção de desigualdades, principalmente no acesso à moradia.

Jacob Binsztok e Cecilia Werneck debatem os desafios do campesinato em *Trajetórias Camponesas: do Centro-Sul à Fronteira Agrícola da Amazônia Meridional*. Resgatando o processo de colonização da Amazônia por agricultores provenientes do Centro-Sul do Brasil, o artigo discute como os camponeses se adaptaram às mudanças nas últimas décadas e contribuíram para as transformações no espaço amazônico.

Em nosso penúltimo artigo, *Pescadoras Artesanais de Magé (RJ): um Estudo Etnogeográfico*, Carla Ramôa Chaves revisa a literatura sobre comunidade e identidade, estudando o caso das pescadoras do município do estado do Rio de Janeiro localizado no recôncavo da Baía de Guanabara. Fazendo uso de observação participante e um estudo que mescla geografia e etnografia, a autora aponta para a tensão entre a autoidentidade e aquela atribuída pelos “outros”, uma distância não mediada por políticas públicas capazes de reforçar a autorrepresentação das pescadoras.

Por fim, *Desenvolvimento Territorial no Município de Santa Teresa (ES): Discussões Acerca da Sustentabilidade no Circuito Caravaggio*, Rosa Cristina Monteiro, Carlos Alexandre Volpi, Sílvio de Oliveira Alves, Victorio Birchler Tonini e Tiago Badre Marino apresentam as conclusões de uma pesquisa no município do Espírito Santo, cujo objetivo foi avaliar a sustentabilidade de um circuito turístico, voltado à promoção de desenvolvimento territorial no meio rural – o chamado “Circuito Caravaggio”.

Por fim, Frederico Castro de Carvalho e Rodrigo da Costa Caetano, no artigo *Panorama da Dimensão Política da Agroecologia Brasileira a partir do Levantamento de Teses e Dissertações no Catálogo da Capes*, fazem um balanço da produção universitária sobre agroecologia, indicando os principais temas relacionados, as categorias utilizadas e seus vínculos com a política pública e os movimentos sociais. Trata-se de um importante levantamento que deve se tornar referência para os pesquisadores da área.

ARTIGOS

ENTRE A SOBERANIA E A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: O Processo de Privatização do Grupo Petrobras

Cláudio Luiz Zanotelliⁱ
Francismar Cunha Ferreiraⁱⁱ

8

Resumo: o artigo procura, a partir da abordagem das categorias de análise, de prática e de norma do neoliberalismo e de soberania, trazer à luz os processos de privatização do grupo Petrobras desde 2016. O enquadramento institucional e a hegemonia do neoliberalismo no Estado brasileiro legitimam o desengajamento do governo da Petrobras. Realizamos um levantamento de todos os setores do grupo que foram privatizados, bem como constatamos a transferência gradual de parcelas do recurso de exploração e produção de petróleo para grandes grupos transnacionais. Nossa hipótese é a de que o regime neoliberal operou uma transformação da categoria de soberania colocando-a ao serviço da instituição do neoliberalismo e do desengajamento do Estado brasileiro das atividades econômicas. Nesse sentido, reivindicar a soberania por meio da reativação de conceitos do período nacional-desenvolvimentista brasileiro parece não ter surtido os efeitos esperados em termos de mobilização social contra a privatização da Petrobras.

Palavras-chave: Grupo Petrobras; neoliberalismo; soberania; privatização.

BETWEEN SOVEREIGNTY AND NEOLIBERAL GOVERNMENTALITY: THE PETROBRAS GROUP'S PRIVATIZATION PROCESS

Abstract: based on the approach of the categories of analysis, practice and norms of neoliberalism and sovereignty, the paper seeks to bring to light the privatization processes of the Petrobras group from 2016 onwards. The institutional framework and the hegemony of neoliberalism in the Brazilian state legitimize the government disengagement from Petrobras. We carried out a survey of all the sectors of the group that were privatized, as well as the gradual transfer of portions of the oil exploration and production resource to large transnational groups. Our hypothesis is that the neoliberal regime transformed the category of sovereignty, placing it at the service of the institution of neoliberalism and the disengagement of the Brazilian State from economic activities. In this sense, claiming sovereignty through the reactivation of concepts such as sovereignty

ⁱ Professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Bolsista de Produtividade do CNPQ nível PQ 2. Contato: claudio.zanotelli@ufes.br.

ⁱⁱ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Contato: francismar.cunha@gmail.com.

in the Brazilian national-developmental period does not seem to have had the expected effects in terms of social mobilization against the privatization of Petrobras.

Keywords: Petrobras Group; neoliberalism; sovereignty; privatization

ENTRE LA SOBERANÍA Y LA GUBERNAMENTALIDAD NEOLIBERAL: EL PROCESO DE PRIVATIZACIÓN DEL GRUPO PETROBRAS

Resumen: a partir del abordaje de las categorías de análisis, práctica y normas del neoliberalismo y la soberanía, el artículo busca sacar a la luz los procesos de privatización del grupo Petrobras a partir de 2016. El marco institucional y la hegemonía del neoliberalismo en el Estado brasileño legitiman la desvinculación del gobierno de Petrobras. Realizamos un relevamiento de todos los sectores del grupo que fueron privatizados, así como verificamos la transferencia gradual de porciones del recurso de exploración y producción petrolera a grandes grupos transnacionales. Nuestra hipótesis es que el régimen neoliberal transformó la categoría de soberanía, poniéndola al servicio de la institución del neoliberalismo y la desvinculación del Estado brasileño de las actividades económicas. En este sentido, reclamar la soberanía a través de la reactivación de conceptos del período de desarrollo nacional brasileño no parece haber tenido los efectos esperados en términos de movilización social contra la privatización de Petrobras.

Palabras-clave: Grupo Petrobras; neoliberalismo; soberanía; privatización

Introdução

Desde quando se tornou a principal fonte da matriz energética da sociedade industrial, o petróleo e as atividades a ele ligadas se tornaram pontos de tensão geopolíticos. Diferentes agentes e lugares passaram a se articular muitas vezes de forma contraditória e conflituosa em torno do recurso em contextos econômicos e políticos diversos. O Brasil se insere nesse contexto de diferentes formas ao longo do tempo. Primeiramente, como simples importador de petróleo até meados do século XX. Em um segundo momento, o país desenvolve uma política nacionalista com a criação da Petrobras e o monopólio da União sobre as atividades petrolíferas. Finalmente, o terceiro momento ocorre após 1998, com a abertura das atividades petrolíferas ao mercado privado por meio da quebra do monopólio da União e da Petrobras sobre o setor e o seu ingresso na bolsa de valores de New York.

A última etapa se desdobra a partir dos anos 2000, em dois distintos processos que marcarão a história da companhia: primeiramente, o evento da descoberta dos grandes campos do “cluster” do pré-sal a partir de 2005, o que irá alterar a regulação estatal sobre o setor entre 2010 e 2013, procurando garantir um relativo controle do Estado e da empresa sobre esta “nova fronteira” de exploração em águas profundas;¹ em segundo lugar, as transformações recentes que surgiram como desdobramento das grandes descobertas da empresa e a sua desestabilização por razões diversas, mas em particular por causa dos interesses dos grupos transnacionais pelo recurso e pelas empresas da cadeia do petróleo. Esse último processo se prolonga até os dias atuais, valendo-se de uma fragilidade institucional e econômica momentânea da empresa por causa da operação jurídico-política, com instrumentalização do exército brasileiro, e midiática da Lava Jato² a partir de 2014 e que culmina com as mudanças da regulação e da direção da empresa a partir de 2016. Isso acentuou o fatiamento do grupo Petrobras para venda no período atual e a aplicação do adágio neoliberal de modificar o papel do Estado, que deve enquadrar juridicamente o espaço econômico, mas não ser ator desse processo – o Estado como garantidor da Lei e da Ordem, responsável da “regulação”, pois se supõe que a sua presença nas atividades econômicas provoque a centralização e eliminaria a concorrência pura e perfeita que se espera dos processos econômicos formais (FOUCAULT, 2004b).

A nossa análise busca aprofundar-se no que chamamos de terceira etapa, sobretudo dos períodos de mudanças mais recentes da regulação a partir de 2010 da indústria petrolífera brasileira. De forma mais detalhada propõe analisar os recentes processos

¹ O livro de Marco Antônio P. Machado, *Pré-sal: A saga. A história de uma das maiores descobertas mundiais de petróleo* (MACHADO, 2018), retrata os bastidores de uma das grandes descobertas no mundo de petróleo no século XXI em águas ultra profundas, localizadas na Bacia sedimentar de Santos e podendo se estender até os limites territoriais de 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva. O livro traduz os interesses em jogo na exploração do pré-sal, pois o autor fez parte da equipe de geólogos que participou da sua descoberta, além de efetuar uma cronologia da aventura do petróleo no Brasil com detalhes sobre o período do pré-sal. Uma das qualidades do livro é aquela de fornecer os detalhes técnicos e geológicos do fenômeno, bem como sua excepcionalidade, demonstrando, ademais, que do interior da própria Petrobras saíram pessoas que se mudaram de armas e bagagens para os concorrentes da empresa com dados sobre as descobertas, demonstrando uma total porosidade aos interesses individuais.

² A Lava Jato merece um capítulo à parte que não temos espaço aqui para desenvolver, mas sobre a qual realizamos uma primeira abordagem em ZANOTELLI et al (2020) e que pretendemos desenvolver posteriormente dentro do quadro de uma análise geopolítica.

de privatização do grupo Petrobras. Deste modo, o artigo, que tem por base uma discussão sobre a instauração da governamentalidade neoliberal (LAVAL, 2018, FOUCAULT, 2004a e 2004b), tem como objetivo compreender os conceitos de soberania e de neoliberalismo aplicado ao Estado brasileiro, analisando o setor petrolífero a partir de alterações da regulação estatal e do recente e intenso processo de privatização e de da petroleira Petrobras.

Para realizar tal intento, metodologicamente, procedemos por meio do levantamento de dados relativos às privatizações do Grupo Petrobras junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP) acerca dos campos de produção, dos blocos de exploração e das bacias sedimentares, bem como a partir de dados do *site* da Petrobras, suas comunicações aos mercados, seu balanço e de seus *teasers*³ com os anúncios relativos a outros setores vendidos ou à venda do grupo. Finalmente, consultamos diversos jornais sobre as transações da Petrobras, buscando identificar o comprador dos ativos e os valores das negociações. Estabelecemos, assim, um quadro da situação socioeconômica e socioterritorial do grupo Petrobras.

Buscamos, ademais, operar uma leitura transversal destes processos a partir da compreensão do que envolve as práticas e discursos neoliberais na produção de formas de governamentalidade por meio de processos heterogêneos apoiados na importante genealogia e arqueologia que faz destes mecanismos FOUCAULT (2004a e 2004b). O autor francês indica, já nos anos 1970, um conjunto de práticas e teorias com fortes repercussões nos governos daquilo que ele chama de arte da governamentalidade neoliberal. Entender a emergência das teorias e práticas neoliberais é importante para compreender o meio, a norma e o quadro que implica uma “política de sociedade” e não somente a economia. Os neoliberais quiseram e conseguiram em contextos e situações históricas diversas e de maneira mais ou menos intensa impor uma agenda de governo fundada na concorrência, no indivíduo empresa e no controle social por meio das normas e da inscrição na legislação e no interior do Estado de seus preceitos (LAVAL,

³ O *teaser* corresponde a um recurso de propaganda utilizado para divulgação de produtos e atividades ao público em geral, mas, sobretudo, aos interessados na aquisição dos mesmos.

2018; DARDOT e LAVAL, 2017). Isto pode lançar uma luz nova sobre o porquê de os mecanismos econômicos neoliberais serem persistentes e perenes nas sociedades ao redor do mundo e voltarem com força no Brasil atualmente. Procuraremos inserir o grupo Petrobras neste debate e relacioná-lo, por outro lado, a uma situação político-econômico-territorial, e de soberania, de transformação das relações econômicas na conjuntura de uma nova onda ou rodada neoliberal (BRENNER, PECK, THEODORE, 2012; WERNER, 2019).

O artigo traz, além dessa introdução e das considerações finais, quatro seções: a primeira aborda as questões conceituais ligadas ao neoliberalismo e à soberania do Estado e da nação; a segunda da privatização do setor petrolífero brasileiro; a terceira trata da privatização do grupo Petrobras propriamente dito e a quarta seção aponta uma breve discussão sobre o enquadramento pelas leis e o direito dos processos de privatização do setor.

1. Neoliberalismo e soberania

Quando nos referimos ao neoliberalismo estamos adotando as análises finas realizadas por Foucault no curso *Nascimento da biopolítica*, proferido em 1978-1979 e publicado tardiamente em 2004 em sua versão original (FOUCAULT, 2004b). Foucault nos revelava, há quarenta anos, aspectos do neoliberalismo que divergem das acepções críticas correntes e dominantes até hoje no meio acadêmico.

O que Foucault demonstrou é que o neoliberalismo não é uma simples “radicalização” dos preceitos liberais anteriores que se apoiavam numa “liberdade de mercado” e de concorrência sem freios que seriam “naturais” no capitalismo. Na verdade, o neoliberalismo é uma invenção teórica, institucional e política, fundada na prática de governo agindo sobre a subjetividade dos indivíduos, que toma apoio no liberalismo anterior, mas que transforma o curso do capitalismo.

Em primeiro lugar, o neoliberalismo não defende uma ação desregrada da economia onde o Estado não deveria intervir, como comumente se acredita; ao contrário, há no

neoliberalismo uma defesa do intervencionismo do Estado por meio da “Formalização da sociedade sob o modelo da empresa” e de uma “Redefinição da instituição jurídica e das regras de direito” (FOUCAULT, 2004b: 165-166). O neoliberalismo se pensa como uma ordem econômico-jurídica e se inscreve conceitualmente numa linha de filiação que remonta à Max Weber, e que se situa, como indica Foucault, no nível não de forças de produção, mas das relações de produção. Ou seja, não se trata de um debate sobre a busca de um fundamento essencial do valor no sentido das análises marxistas dominantes ou na identificação de *Um capital* que seria o mesmo ao longo de sua evolução e que estaria submetido às crises de acumulação. Trata-se, para ele, de repensar as relações sociais e as instituições de direito a partir de uma norma que seria universal, a empresa, fundando-se, para isso, na concorrência como elemento das relações econômicas e sociais, transformando, de uma certa maneira, teoricamente, o próprio trabalho em capital, os famosos “capitais humanos” que serão desenvolvidos pela escola de Chicago.

Os neoliberais, em particular os ordoliberais alemães, segundo Foucault, têm como ponto central que o aspecto econômico é um conjunto de atividades reguladas a partir de regras que tem níveis, formas, origens e cronologias distintas. Essas regras podem ser da ordem de um *habitus* social, de uma prescrição religiosa, ética, corporativa e, também, de uma lei.

Foucault demonstrará que o “sistema” neoliberal, segundo os autores alemães:

É um conjunto complexo que compreende processos econômicos segundo os quais a análise econômica propriamente dita diz respeito a uma teoria pura e a uma formalização, como por exemplo os mecanismos de concorrência, mas esses processos econômicos somente existem realmente na história na medida em que um quadro institucional e regras positivas lhe dão suas condições de possibilidade (FOUCAULT: 169, nossa tradução).

Foucault mostra-nos como a questão das regras e das normas, das leis e do direito, em última instância, têm um papel fundamental na formação e gênese do capitalismo. A questão institucional e do direito é resgatada pelos neoliberais como um problema

político central para reinventar o capitalismo e para a sobrevivência do sistema como um todo. Assim, o capitalismo que se conhece não seria dedutível da única figura possível e necessária da lógica do capital e da acumulação do capital, mas, visto do ponto de vista histórico, ele tem suas singularidades e as transformações institucionais e econômicas abrem diante dele um campo de possibilidades (FOUCAULT, 2004b: 170).

Os ordeoliberalis – neoliberais que tiveram um papel central na difusão dessas teses desde os anos 1930 e do Colóquio Walter Lippman, realizado em Paris em 1938 e analisado por Foucault em seu curso – vão então procurar demonstrar que a lógica do mercado concorrencial era possível e não contraditória, ela não levaria à construção inexorável de monopólios e a crises sistêmicas do capitalismo e, em decorrência disso, para que essa teoria da concorrência pura funcionasse, se inventa um novo funcionamento institucional para ultrapassar os impasses nos quais o capitalismo frequentemente desagua.

A partir dessas perspectivas da empresa como unidade fundamental da sociedade, da concorrência como *modus operandi* e da intervenção jurídica como quadro de ação no jogo econômico, buscou-se inventar um outro capitalismo com um mínimo de intervencionismo econômico e um máximo de intervencionismo jurídico, nas palavras de FOUCAULT (ibid: 172). Invertendo a fórmula marxista banal de que a economia é sempre aquilo que escapa à consciência dos historiadores, Eucken, um teórico ordoliberal citado por Foucault, escreveu que o que seria o inconsciente dos historiadores, e dos economistas, é a instituição. Assim, se propõe uma ordem social economicamente regulada sobre a economia de mercado e enquadrada pela inovação institucional por meio da invocação do “Estado de direito” (FOUCAULT: 174-176).

Esse Estado de Direito deveria ser todo o contrário daquilo que os Estados interventores na economia fazem, pois ele é, segundo Hayek citado por FOUCAULT (ibid: 177-178), contrário a qualquer planejamento econômico, qualquer intervenção do Estado na economia, seja de maneira direta por uma empresa estatal ou de economia mista, seja por meio de uma intervenção indireta nos processos econômicos com medidas corretivas do rumo da economia. Hayek defende que o Estado deve formular “medidas

de caráter geral formais e não deve propor um fim particular” para essas medidas (ibid: 178); a lei deve ser concebida com regras fixas e nunca ser corrigida em função dos efeitos produzidos, deve definir um quadro fixo onde os agentes econômicos decidem em toda liberdade, pois o quadro não deve ser mexido. Essa lei formal deve ligar tanto o Estado como os agentes econômicos, o governo devendo se submeter à regra da lei – o Estado, ele ainda diz, deve ser cego aos processos econômicos, não deve procurar saber tudo que envolve o conjunto de fenômenos econômicos (HAYEK citado por FOUCAULT: 178). Aqui nos lembremos dos mantras repetidos diuturnamente pelos economistas ortodoxos sobre as regras de déficits fiscais, controle da inflação, respeito dos contratos, fazer jogar a concorrência, o Estado sair da economia, etc.

A economia é um jogo e a instituição jurídica que enquadra a economia deve ser pensada como uma regra do jogo. Assim, resume Foucault, na pretensão dos neoliberais sobre o capitalismo, ele seria composto de “um jogo de empresas reguladas no interior de um quadro jurídico-institucional garantido pelo Estado. [E seria essa] [...] a forma geral do que deve ser o quadro institucional num capitalismo renovado” (ibid). Desse modo, as regras do jogo econômico são o modelo para regras sociais e as regras sociais enquadradas pelo direito são a condição para a realização da concorrência no mercado entre as empresas. Enquadra-se pela lei as regras e normas do mecanismo competitivo da produção, da distribuição e da realização. Se define, dessa forma, a Lei e Ordem: “o Estado, a potência pública, somente intervirá na ordem econômica sob a forma da lei, e é no interior dessa lei que poderá aparecer alguma coisa que é uma ordem econômica que, ela, será ao mesmo tempo o efeito e o princípio de sua própria regulação” (ibid: 179). A lei, o direito, como quadro que é a condição de possibilidade da emergência da concorrência “pura e perfeita” definida por meio de uma análise econômica “rigorosa”, o direito sendo construído como intervenção política e, portanto, do poder, vai replicar na esfera institucional os procedimentos concorrenciais entre interesses individuais que por sua vez serão a causa e a consequência da ordem econômica.

Baseado numa definição universal do Estado de Direito fundado na regulação da concorrência entre unidades sociais que são as empresas, no sentido amplo onde todos

os indivíduos podem ser empresas e no sentido estrito de uma empresa como instituição, se impediria o intervencionismo econômico dos Estados que seria o motivo principal do surgimento dos monopólios e dos impasses do capitalismo. Assim, o problema do capitalismo não é a concorrência e a existência das empresas, mas a intervenção do Estado que promoveria privilégios e facilitaria os monopólios e levaria fatidicamente ao colapso do sistema. Para resolver isso se propõe um Estado de Direito formal que enquadraria a concorrência como motor do “progresso econômico” que resolve os dilemas sociais por meio da autoregulação dos preços.

Esse “sistema” econômico-institucional, econômico-jurídico, sem proeminência de um dos elementos sobre o outro, numa espécie de causação circular, leva necessariamente, como indica Foucault, ao crescimento da demanda de intervenção judiciária, uma vez que aumentam as ocasiões de conflitos de interesses entre as partes e a necessidade de intervenção de um árbitro se faz presente. Pois, se o neoliberalismo invoca o fato que a lei deve ser a regra de um jogo onde cada um na disputa da concorrência como indivíduo- empresa é rei, faz com que o poder estatal judiciário adquira uma autonomia e uma importância novas que não se reduzem a uma simples aplicação da lei.

Foucault nos diz que nessa sociedade liberal o verdadeiro sujeito econômico não é o homem da troca, o consumidor ou o produtor, mas a empresa que não é somente uma instituição, mas uma certa maneira de se comportar no campo econômico segundo a forma da concorrência e em função de projetos e de objetivos próprios a cada um. Pois bem, nessa sociedade de empresas mais a lei vai deixar aos indivíduos a possibilidade de se comportar como eles queiram na forma da livre empresa, mais se desenvolverá na sociedade formas múltiplas e dinâmicas característica da unidade empresa, mais fricções, conflitos e litígios diversos surgirão entre essas unidades e mais necessidade de intervencionismo judiciário e de arbitragem das regras do jogo (ibid: 181). Assim, teremos menos funcionários administrativos que realizariam os controles nos ministérios e que fariam em outro regime os planos econômicos e, por outro lado, teremos mais instâncias judiciárias, mais juízes, etc. Ropke, outro economista ordoliberal alemão, escreve que “convém fazer dos tribunais, mais que no passado, os

órgãos da economia e de lhes incumbir de missões que eram confiadas às autoridades administrativas” (apud FOUCAULT: 181). A justiça é assim erguida como um serviço público onnipresente. O que, no caso recente do Brasil, permitiu uma relativa autonomização de parcelas consequentes da instituição judiciária e da Procuradoria da República, que deixaram de lado toda isenção esperada de um árbitro para utilizar o poder judiciário como poder político e partidário.

Em resumo se pretende em um “novo quadro institucional” do Estado de Direito impedir as tendências centralizadoras e monopolistas imanentes à sociedade capitalista, mas que não seriam a lógica do capital propriamente dito, pois elas são devidas a tendências institucionais e ligadas às lutas de poder que levam a esses monopólios. Desse modo, teorizou-se uma economia concorrencial pura que, pelo interesse, regularia os indivíduos-empresas por meio de um enquadramento formal e institucional do direito que resulta numa prática institucional.

1.1 Entre sociedade da soberania e sociedade da governamentalidade

Esse processo da transformação do poder judiciário, das leis, normas e regras, em breve, da governamentalidade no neoliberalismo, vem de uma longa mutação e Foucault retraça sua genealogia nas relações e disputas de poder, verdadeiras guerras no entorno e dentro do Estado e dos governos que se constituíram no ocidente europeu (FOUCALUT, 2011 [1973]). Essa importância dada pelos neoliberais ao quadro jurídico e legal, ao direito, revela algo de fundamental que está associado a uma sociedade da norma e da normalização, à inoculação nos sujeitos de formas de práticas que se fundam nas regras de observação da população como conjunto “vivente” dos homens e sobre os quais se operariam os interesses associados com a empresa.

Com o neoliberalismo hegemônico contemporâneo, conforme descrevemos anteriormente, se acentuam os processos de governo dos indivíduos por meio da gestão das populações e de seus interesses que nesse caso seriam a decisão sobre o ganha e perde do cidadão empresa, o que poderíamos denominar, grosso modo, como sendo

uma das formas da biopolítica, que são refletidos nas normas e nos meios de vida e que são enquadrados por uma legislação, pelo direito.

Para resumir, a partir de DARDOT e LAVAL (2020), poderíamos dizer que a noção de governo, e por derivação a noção de governamentalidade dos sujeitos, se aplica aos homens como população, como “videntes” – as leis seriam como táticas que antes procuram dispor que impor um processo. Assim a sociedade atual e o neoliberalismo, diriam respeito a uma sociedade da normalização que está articulada ao poder da lei e ao poder jurídico por meio da segurança que operam pelo interesse, parecendo haver um deslocamento gradual no interior do Estado e dos governos das esferas do poder executivo e legislativo, propriamente ditos, em relação ao poder judiciário. Nessa sociedade, a regra, a norma, a lei, funcionam fundadas sobre um saber: no caso em análise, as leis da economia e são enquadrados por uma legislação que não se restringe aos territórios nacionais e que, hoje, frequentemente são transnacionais, como os tratados e as leis de instituições internacionais e, também, americanas, como o *Patriot Act* adotado depois do atentado às torres gêmeas de Nova Iorque em 2001 e que invoca o combate ao terrorismo e à corrupção como pano de fundo para investigar empresas que negociam nas bolsas americanas ou que tem qualquer tipo de atividade ligada aos Estados Unidos, permitindo, assim, se usar essa lei para operações de guerra contra empresas concorrentes de empresas americanas.

Já nas sociedades de proeminência da soberania, a lei é a regra como vontade do soberano, individual ou coletivo; a soberania supõe sujeitos de um território que obedecem a um soberano, a lei como vontade de um soberano e não como práticas institucionais que procuram dominar os poderes dos governos submetendo-os aos mercados no neoliberalismo.

O Neoliberalismo, nesse sentido opera uma transformação do Estado e dos governos, ultrapassando os limites dos Estados nacionais. A soberania com o tempo se transforma, passando do modo teológico-ontológico da justificativa do poder das monarquias do passado para, no mercantilismo, fundar o incremento da riqueza nacional e controle das fronteiras em busca de um “equilíbrio” nas rivalidades entre os Estados. Transforma-se

ainda no século XVIII e XIX, com o advento do liberalismo do *laissez faire* e da livre concorrência entre nações, e chega até o presente com a ascensão do neoliberalismo do indivíduo-empresa. Mas essa soberania – aparentemente, reduzida nas teorias neoliberais que invocam o jogo da concorrência entre empresas e territórios-empresas – é ativada de fato como forma de “regulação” e de enquadramento dos interesses neoliberais. Desse modo, DARDOT e LAVAL (2020) dizem que a soberania, malgrado o fato de Foucault ter demonstrado sua transformação e que ela, talvez, pudesse ser superada por outras formas de mutação de governo, se mantém como uma figura importante, pois segundo eles o “Estado absoluto moderno coloca suas exigências à maneira de uma igreja”, tem uma força simbólica como pessoa pública, teria uma “alma”. Donde a duração do Estado como força enquadradora e, também, como força política de controle, pois os neoliberais necessitam de um Estado forte, malgrado o apelo que fazem, como vimos, ao “Estado de Direito”, o que parece mais uma ficção, pois os Estados utilizam os mecanismos da soberania para se colocar ao serviço do capitalismo. As escolhas das políticas econômicas pelo neoliberalismo se adequam cada vez menos aos preceitos do “Estado de Direito” invocado por Foucault em relação aos neoliberais e são cada vez mais associadas a processos autoritários de imposição das regras e normas da concorrência e do Estado social mínimo.

Essa situação encontrou sua aplicação primeira no Chile de Pinochet e seus *Chicagos Boys* que tiveram uma larga influência nas políticas de guerra social que destruíram boa parte das políticas públicas e sociais chilenas anteriores, instaurando políticas neoliberais fundados na “soberania da nação” chilena que não se confundia na Constituição outorgada pelos militares em 1980 com a “soberania popular”. Os resultados catastróficos dessas políticas se fizeram sentir mais de quarenta anos depois, nas recentes manifestações no país que levaram à aprovação de um *referendum* que definiu a elaboração de uma nova Constituição para substituir aquela herdada da junta militar. Hayek inclusive marcou seu apoio ao governo ditatorial de Pinochet em 1981, dizendo que preferia “um ditador liberal a um governo democrático donde está ausente o liberalismo” (apud DARDOT, GUÉGUEN, LAVAL SAUVÊTRE, 2021: 31). Claro, o “liberalismo” a que ele se refere é o econômico.

Para Dardot e Laval, a soberania é indissociável da dominação e do Estado moderno e há um impasse na categoria de soberania, pois ela é reivindicada tanto pela esquerda, como pela direita e a extrema-direita do espectro político. A soberania envia à noção do latim de *Dominion*, de dominação, de um soberano sobre um território. Assim, poderíamos pensar que para além da dominação por meio do interesse e da busca do consentimento dos dominados que foi teorizada por Max Weber, há, por meio da soberania, uma dominação pela autoridade nos tempos contemporâneos. A soberania, nos dizem Dardot e Laval, se transmutou com o passar do tempo no Estado moderno por meio da administração do Estado, pela instituição, instaurando uma dominação impessoal e permanente (DARDOT e LAVAL 2020: 8-10).

Em efeito, os autores demonstram que o conceito de soberania é intrinsecamente associado ao Estado moderno ocidental europeu que se alastrou pelo mundo por meio da colonização. Estamos no ponto em que a manutenção do Estado é preponderante sobre os outros processos políticos exercidos pelos representantes eleitos e, que se supõe, responderiam pelos interesses coletivos nas democracias liberais. Ora, como dizem, “a dominação do Estado, que se exerce por seus representantes, pressupõe a superioridade do Estado sobre seus representantes” (DARDOT, LAVAL, 2020: 19). Ou seja, a soberania sobre a qual se baseia inúmeras defesas do Estado moderno é na realidade uma forma de assegurar a manutenção do próprio Estado. O Estado-nação moderno é “um centro político que se atribui o monopólio da produção da lei às quais cada um deve obedecer sobre um território” (ibid: 20). Apesar de o Estado moderno não ter mais um controle estrito sobre seu território em função “da interdependência generalizada e a intervenção de novos atores não estatais (ONGs, multinacionais, etc.)” (ibid: 19), ele continua sendo um modelo essencial nas relações internacionais de “independência de cada Estado em relação aos outros Estados”. Havendo uma articulação entre uma arquitetura institucional interna e externa do poder estatal fundada sobre a soberania:

Sobre o plano interno, a soberania é uma potência de querer e de comandar tal que ela não suporta nenhum veto da parte de um grupo

ou de uma instituição; no plano externo, a soberania se define como uma independência absoluta em relação a qualquer outra entidade política (ibid: 20-21).

O Estado assim é “mestre em sua casa”, o território nacional é o domínio do Estado que modula e se deixa permear pelos fluxos econômicos neoliberais. O Estado soberano é dominação, é o exercício de uma autoridade suprema sobre um território apropriado por uma pessoa pública que é seu domínio exclusivo (ibid: 21). O Estado tem a supremacia sobre a propriedade exclusiva dos meios políticos e administrativos de dominação da população, pois não há, nessa perspectiva, poder acima do poder do Estado, e esse poder superior a todos os outros está ligado à “posição eminente daquele que é proprietário da coisa pública” (ibid: 22).

O que Dardot e Laval nos dizem é que com a ideia de soberania há uma grande confusão entre a soberania do povo, a soberania da nação e a soberania do Estado que favorece a manutenção do poder do Estado por cima de todos os poderes.

(...) “a soberania do povo” como princípio constitucional de legitimação de representantes do povo significa outra coisa que o conceito original e fundamental de soberania do Estado. Ou mais exatamente ela não diz respeito ao mesmo registro. No primeiro caso, se trata do exercício legítimo de um poder regulado segundo os procedimentos legais de nomeação (princípio dinástico ou eletivo); no segundo caso se trata das prerrogativas efetivas de uma pessoa pública dotada de autoridade suprema. Os detentores do poder são naturalmente muito interessados a justificar o segundo sentido pelo primeiro, segundo uma prestidigitação absolutamente essencial ao funcionamento político dos Estados antigos e modernos. (DARDOT e LAVAL, 2020: 22).

Assim, a confusão entre essas duas noções de soberania tem consequências consideráveis para as democracias liberais representativas atuais, pois a “independência em relação a todo poder exterior constitui a base mesma da ideia de autodeterminação de uma nação, o que tem a vantagem de ocultar a outra face, aquela da soberania do Estado sobre a população.” (ibid: 23). Os autores citam Wendy Brown para quem esse é

um dos principais “paradoxos da soberania”: “o nome da soberania designa ao mesmo tempo um poder absoluto e uma liberdade política. É assim que a dimensão da dominação da soberania estatal foi diluída e mesmo recoberta pelo discurso de autolegitimação dos “representantes políticos.” (ibid: 23).

Esse debate nos leva à questão relativa à aparente cisão entre uma visão soberana em relação à Petrobras por aqueles que nos quadros do Estado nacional defendem a empresa como devendo ser controlada pelo Estado e servindo aos interesses públicos, e aqueles que defendem uma “outra soberania”, aquela do Estado autoritário como forma de legitimar o neoliberalismo. As duas visões estão no mesmo campo, ou seja, o da soberania do Estado, esse ente abstrato e concreto, ao mesmo tempo que se supõe estaria acima de todos interesses. Porém, como sabemos, quem ocupa o Estado tem seus interesses próprios que se servem da crença no Estado como inevitável e que estaria acima de todos: a pátria acima de todos, como indica o bordão do bolsonarismo. Não queremos dizer, com isso, que essas posições se equivalem e que não exista “projetos nacionais” que se proponham a ser democráticos e que incluam os interesses comuns e que muitas intervenções estatais fizeram avançar as conquistas sociais dentro do Estado e por meio do Estado, o problema é como a “soberania” deve ser abordada e enfrentada como um dos pilares dos Estados. Para além do Estado ser um ente globalizante e totalizante de relações de poderes, que compõem a trama das relações sociais como o invocava Foucault, Dardot e Laval invocam um Estado que perpetua a coação e a repressão e que exerce a guerra a seus cidadãos. O conceito de liberdade política como contrapartida do feixe de relações de poderes cristalizados no Estado é secundarizado e na atual fase neoliberal predomina o Estado permanente de guerra civil.

Assim, temos duas concepções de soberania que podem se confundir, mas que são aparentemente diferentes, de maneira que a invocação da soberania por aqueles que são contra a privatização da Petrobras acaba não sendo levada em conta pelo governo, pelo poder judiciário e pelo parlamento que são habitados pelos preceitos de uma soberania neoliberal e muitas vezes autoritária. Porém nos questionamos se as duas

posições não acabam comungando de uma mesma idealização em relação a um ente público estatal que tem o domínio sobre todos e está acima de tudo, o que somente contribui para uma mistificação da soberania. Abrindo-se, assim, uma armadilha para as posições de esquerda ou “progressistas” que defendem a Petrobras sob controle do Estado em nome da soberania, pois essa posição pode acabar de certa forma solidificando o conceito de soberania nos espíritos, sem interrogá-lo, fazendo com que todos estejam no mesmo campo genealógico e arqueológico do sentido do soberano como justificativa do poder e do domínio do Estado e inclusive, em muitos casos, sendo, voluntária ou involuntariamente, a favor de uma solução autoritária para, eventualmente, manter a empresa sob as asas do Estado. Porém, não se questiona, ou pouco, o fato de que se poderia colocar a empresa sob o controle de seus trabalhadores e dos cidadãos, sem a necessária mediação do Estado, a retirando do mercado de ações, de competição e a subtraindo aos processos capitalistas.

Nas próximas seções abordaremos a privatização do setor petrolífero brasileiro e a privatização do grupo Petrobras, o que torna o controle dos impactos sobre os interesses coletivos e comuns aos quais o setor e o grupo estão associados ainda mais difícil e complicado em relação ao controle do Estado. Isso porque um controle pelo Estado permitiria uma certa influência política positiva, no sentido do interesse coletivo, dos governos sobre a empresa a depender de quem ocupa a posição de governante, apesar dos senões que invocamos precedentemente sobre a noção problemática de soberania.

2. A privatização do setor petrolífero brasileiro

É a partir de 1997, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e da invasão vitoriosa das teses neoliberais nas hostes do Estado brasileiro, que foi aberta uma possibilidade para a privatização de parcelas de diferentes segmentos das atividades petrolíferas no Brasil, por meio da Lei 9.478, conhecida como a lei do petróleo. Essa lei de 1997 instituiu, dentre outras coisas, a possibilidade de participação de outras empresas no segmento de exploração. A partir de então grupos nacionais, mas

sobretudo internacionais, passaram a adquirir concessões de blocos exploratórios de petróleo ofertados e regulados por meio da então recém criada Agência Nacional do Petróleo (ANP)⁴. Além disso, a referida lei deixou em aberto a participação de setores privados no transporte de óleo e gás e no refino⁵.

No que se refere à participação no segmento *upstream*, a ANP passou a organizar as ofertas de blocos exploratórios por meios de leilões. Inicialmente, na forma de regime de concessão que se caracteriza como sendo uma modalidade de contrato onde os poderes públicos realizam um processo concorrencial no qual um determinado agente econômico demonstre capacidade para exercer seu desempenho na exploração e produção sob sua responsabilidade em prazo determinado. De 1999 até 2019 foram realizadas 15 rodadas de leilões de blocos sob o regime de concessão e 04 rodadas de leilões de campos maduros nas diferentes bacias sedimentares brasileiras. Vale ressaltar que os campos maduros são compreendidos como sendo os campos em que a produtividade de petróleo ou gás vem diminuindo em função do tempo de exploração.

O recurso petróleo é, dessa maneira, visto não como estratégico para procurar se pensar uma política de “desenvolvimento” que visasse atender tanto aos interesses sociais, quanto a uma política que valorizasse a transição energética, buscando reduzir gradualmente o consumo de petróleo e utilizar parcelas dos recursos do próprio petróleo para promover investimentos em energias limpas. Vê-se o recurso como um ativo econômico passível de exploração intensa e internacionalizada e que deveria sair das mãos do Estado, isso legitimado por normas neoliberais que engendraram leis oriundas das relações de poder que se estabeleceram no jogo político interno onde se buscou enquadrar o Estado sob um quadro de normas/leis que favorecessem a competição e a internacionalização do setor. Aceitou-se, assim, adentrar num regime de “leilões”, considerando o petróleo como num mercado qualquer. Processo que será completado com o ingresso da empresa na bolsa de valores de New York em 2001 e o gradual recurso ao “mercado” e ao lançamento de ações que farão com que o controle

⁴ A ANP foi criada juntamente com a lei nº 9.478/1997.

⁵ Ver artigos 53 e 56 da lei 9.478/1997.

acionário da companhia pelo Estado se reduza gradualmente, em particular a partir de 2018. O percentual de ações de controle da empresa detido pelo Estado brasileiro, incluindo as participações da Caixa Econômica, FGTS e BNDES, passou de 66,2%, em 2018, para 50,2% em 2020. A participação do capital internacional no mesmo período na empresa cresceu quase quatro vezes, passando de 11% para 39% das ações ordinárias. O Estado continua soberano e por meio dessa soberania garante a entrada da empresa na bolsa e sua privatização. Voltaremos mais adiante a comentar sobre os efeitos deletérios da definição da política de privatização gradual da empresa a partir de 2016, em função da prioridade dada à remuneração dos acionistas em detrimento do investimento e ao se adotar uma explícita política de retirada do Estado das atividades econômicas. Mas, antes, retornemos a 2003, início dos governos do Partido dos Trabalhadores e da concretização da descoberta da nova fronteira do pré-sal no mar que permitiram a ampliação das “reservas” de petróleo e gás no país.

As reservas provadas no Brasil eram, em 2017, de cerca de 12,8 bilhões de barris e as reservas da Petrobras, em 2020, eram de 8,8 bilhões de barris⁶, mas as reservas estimadas exploráveis prováveis do pré-sal que foram descobertas e consolidadas a partir de 2005, sobretudo na Bacia de Santos, que calculamos a partir de diferentes autores e metodologias, estaria situada entre 44 a 83,7 bilhões de barris. Esses cálculos foram realizados a partir da estimativa de 25% a 50% de óleo recuperável aplicados sobre o volume de 176 bilhões de barris “*in place*” estimados e ainda não “comprovados” pela efetiva produção e consolidação dos campos – a Petrobras detém, segundo nossos cálculos, ainda 67% dessas reservas nos diferentes regimes de exploração, o que equivaleria para a empresa entre 29,4 e 58,9 bilhões de barris a serem produzidos.⁷

Assim, a partir da descoberta de reservas importantes no pré-sal, buscou-se instituir novos marcos regulatórios sobre os contratos de exploração e produção que indicavam

⁶ Disponível em <https://clickpetroleogas.com.br/petrobras-informa-8816-bilhoes-de-barris-de-petroleo-com-reservas-provadas-em-2020>. Acesso em fev. 2021.

⁷ Ver sobre essas estimativas ZANOTELLI et al (2020), SAUER e RODRIGUES (2016: 185-229), LAIER (2019) e MACHADO (2018).

uma vontade de alterar os leilões do petróleo. Procurou-se garantir para a Petrobras, apesar de uma série de limitações da legislação, um domínio relativo sobre a exploração e produção, muitas vezes em associação com grandes multinacionais no desenvolvimento de tecnologias e da exploração. Essas novas formas de contrato foram a Cessão Onerosa e o Regime de Partilha de produção que têm seus limites, pois continuavam, em particular para o regime de partilha, a “leiloar” os blocos de petróleo e de gás, bem como se procurou financiamentos no mercado internacional que tornaram a Petrobras ainda mais dependente de capitais externos.

O regime de Cessão Onerosa, interessante do ponto de vista de uma política proativa econômica no setor de energia do Estado e da Petrobras, foi estabelecido pela lei 12.276 de junho de 2010, ele regulamenta que a União autoriza a ceder diretamente a Petrobras, em troca de uma remuneração por parte da empresa, os blocos de petróleo, dispensando-os, assim, das licitações que são obrigatórias nos contratos de concessão que até então eram predominantes. Assim a empresa pôde exercer as atividades de pesquisa e exploração de petróleo em áreas não concedidas localizadas numa determinada área delimitada pelo polígono do pré-sal, até o limite de 5 bilhões de barris de petróleo e gás natural. Nessas áreas, a Petrobras arcaria com todos os custos e assumiria todos os riscos de produção (LEÃO, 2018).

Por sua vez, os contratos de Regime de Partilha, de modo geral, correspondem a uma forma de contrato estabelecido pela lei 12.351 de 22 de dezembro de 2010 para áreas do pré-sal e outras tidas como estratégicas. Esse regime envolve a criação de um Fundo Social e da empresa Pré-sal Petróleo S.A (PPSA)⁸ que é responsável pela gestão dos excedentes de petróleo (excedente óleo) acordados nos contratos com as petroleiras e que devem ser “pagos” ao Estado como contrapartida pela cessão dos blocos exploratórios. Nessa nova regulamentação, exigiu-se que a Petrobras fosse operadora

⁸ A Pré-Sal Petróleo é uma empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Sua missão é gerir os contratos de partilha de produção, representar a União nos Acordos de Individualização da Produção e comercializar o petróleo e gás do governo federal. A PPSA é gestora de 17 contratos de partilha de produção. Esse regime vigora no Polígono do Pré-Sal e em áreas estratégicas, como as Bacias de Campos e Santos, desde 2010. (Agência Brasil, 15/12/2020 disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-12/excedente-de-oleo-do-pre-sal-chega-74-na-producao-de-outubro>. Acesso em fev. 2021).

dos contratos e com uma participação mínima nos mesmos de 30% sobre as áreas licitadas. Definiu-se como critério principal do leilão dos blocos a parcela de petróleo excedente que os consórcios/petroleiras destinariam para a União e que é gerida pela PPSA (LEÃO, 2018). Assim, as companhias/consórcios vencedoras são aquelas que oferecem à União, a partir de um percentual mínimo fixado, o maior percentual de excedente em óleo e gás. Esse excedente é a parcela da produção de petróleo e gás destinada à União pelo contratado, segundo critérios definidos em contrato e é resultante da diferença entre o volume total da produção e as parcelas relativas ao custo em óleo na produção do petróleo.⁹

A partir de 2016, depois de uma série de ações políticas escudadas na constatação de corrupção em alguns setores da Petrobras e na realização de cooperações internacionais ilegais com representantes de governos estrangeiros, em particular os norte-americanos, se enfraqueceu a Petrobras¹⁰, possibilitando a emergência de uma aliança neoliberal e neoconservadora que tomou de assalto o poder e que alterou o regime de Cessão Onerosa e o de Partilha estabelecidos anteriormente.

Em relação à Cessão Onerosa, houve a descoberta de um “excedente” dos cinco bilhões iniciais de barris de petróleo que pode variar, segundo as diferentes estimativas, de 6 a 15 bilhões de barris. Este excedente, foi em 2019, leiloado, pela ANP, depois de terem sido cedidos pelo Estado à Petrobras no passado. Entretanto, somente a Petrobras, por diversas razões, em particular pelo fato de ela ser a responsável pela infraestrutura de exploração dos campos, se candidatou juntamente com empresas chinesas a participar

⁹ Parcela da produção de petróleo e gás correspondente aos custos e aos investimentos realizados pela petroleira/consórcio na execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações, sujeita a limites, prazos e condições estabelecidos em contrato (BRASIL, 12.351 de 2010).

¹⁰ Sobre essas relações perigosas entre a autodenominada Operação Lava Jato e o Departamento de Estado Americano ver uma síntese dos valores das multas que desestabilizaram a Petrobras, ZANOTELLI et al (2020: 165-170). Para uma visão ampla sobre o papel que cumpriu a Lava Jato de fator de instabilidade empresarial no setor do petróleo e institucional a nível do país veja-se as matérias do Jornal *The Intercept Brasil* de 2019-2021 e as matérias do jornalista Luiz Nascif no Jornal GGN sobre o tema, bem como as recentes matérias em fevereiro 2021 dos grandes jornais a partir do vazamento dos diálogos dos responsáveis da operação, agora legitimados pela validação das gravações pela Polícia Federal que foram parcialmente tornadas públicas por decisão do ministro do Supremo Tribunal federal Ricardo Lewandowski.

do leilão do “excedente” da área de Cessão Onerosa de Búzios, a maior descoberta de petróleo do país e, sozinha, a Petrobras adquiriu outra área, a de Itapu. Esse “excedente” ao contrato original de óleo é de fato uma extensão dos campos de 5 bilhões de barris do mesmo tipo de regime concedidos anteriormente e que deveriam ser explorados pela Petrobras.¹¹ Mas, recentemente, se anunciou para dezembro de 2021 um novo leilão, para as áreas de Atapu e Sépia que não tinham sido adquiridas anteriormente. O governo reduziu os bônus que devem ser pagos por esses blocos em cerca de 70% para, assim, compensar as petroleiras internacionais pelo reembolso que elas deverão realizar dos investimentos efetuados pela Petrobras na exploração dessas áreas.¹²

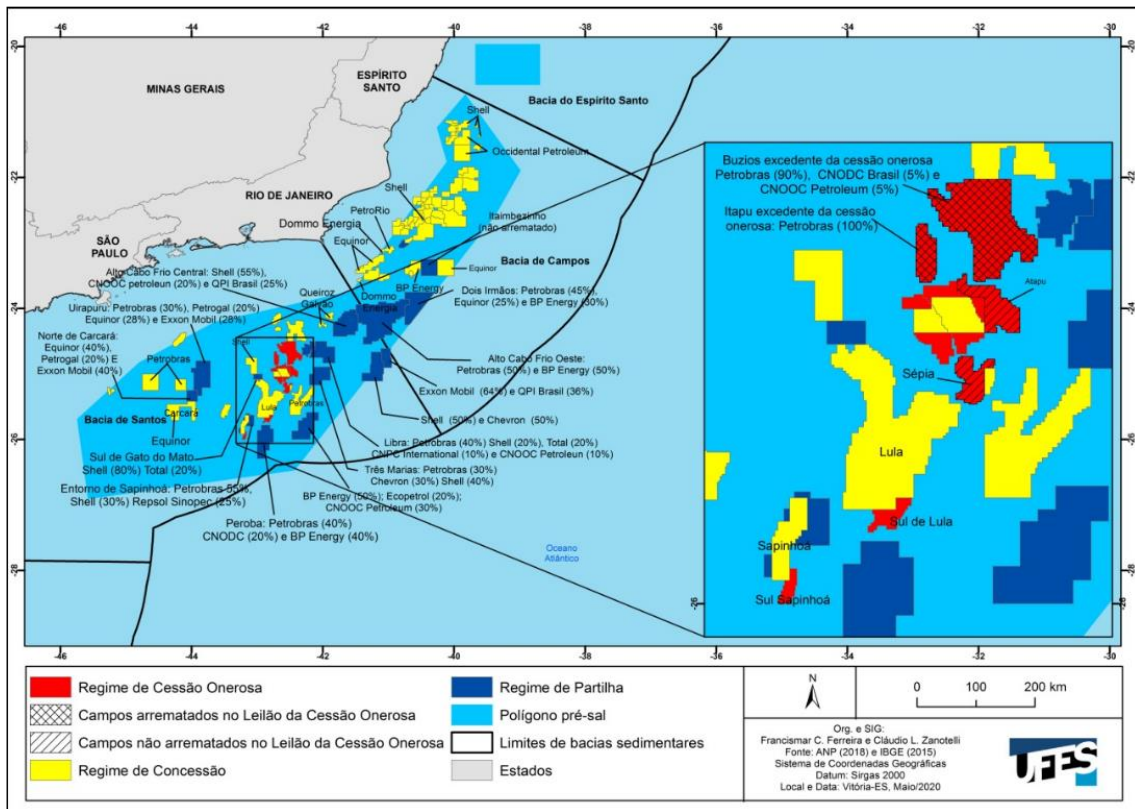
Por sua vez, o Regime de Partilha sofreu alterações por meio da lei 13.365/2016. Dentre outras providências, a lei retira a obrigatoriedade da participação da Petrobras como operadora e com participação mínima de 30% nos consórcios e torna a participação da companhia facultativa. Todos os blocos que serão ofertados pelo regime de partilha pela ANP a partir de então serão apresentados à Petrobras, e caberá à companhia decidir se deseja ou não participar do leilão do bloco. Nos mapas 01 e 02 podem ser visualizados os regimes de Cessão Onerosa e Partilha. Vale ressaltar que os mapas focam no polígono do pré-sal, que é a única área com mais de um regime de contrato, pois ali, além da partilha e a cessão onerosa, há também os regimes de concessão estabelecido antes das mudanças das leis entre 2010 e 2012. Nas demais bacias sedimentares do Brasil prevalece o regime de concessão estabelecido ainda em 1998. É bom lembrar que a mudança das leis depois de 2016 reduziram o percentual de nacionalização dos equipamentos e infraestruturas da exploração e produção do petróleo, demonstrando uma força dos agentes das transnacionais fornecedoras dominantes do setor sobre as orientações do Estado brasileiro a partir do ano de 2016. E ainda os governos Temer e Bolsonaro mantiveram e ampliaram o regime de isenções fiscais do setor por meio do Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro) que,

¹¹ Ver sobre estes diferentes pontos e as manobras realizadas para tentar “liberalizar” e desnacionalizar os campos ZANOTELLI et al (2020).

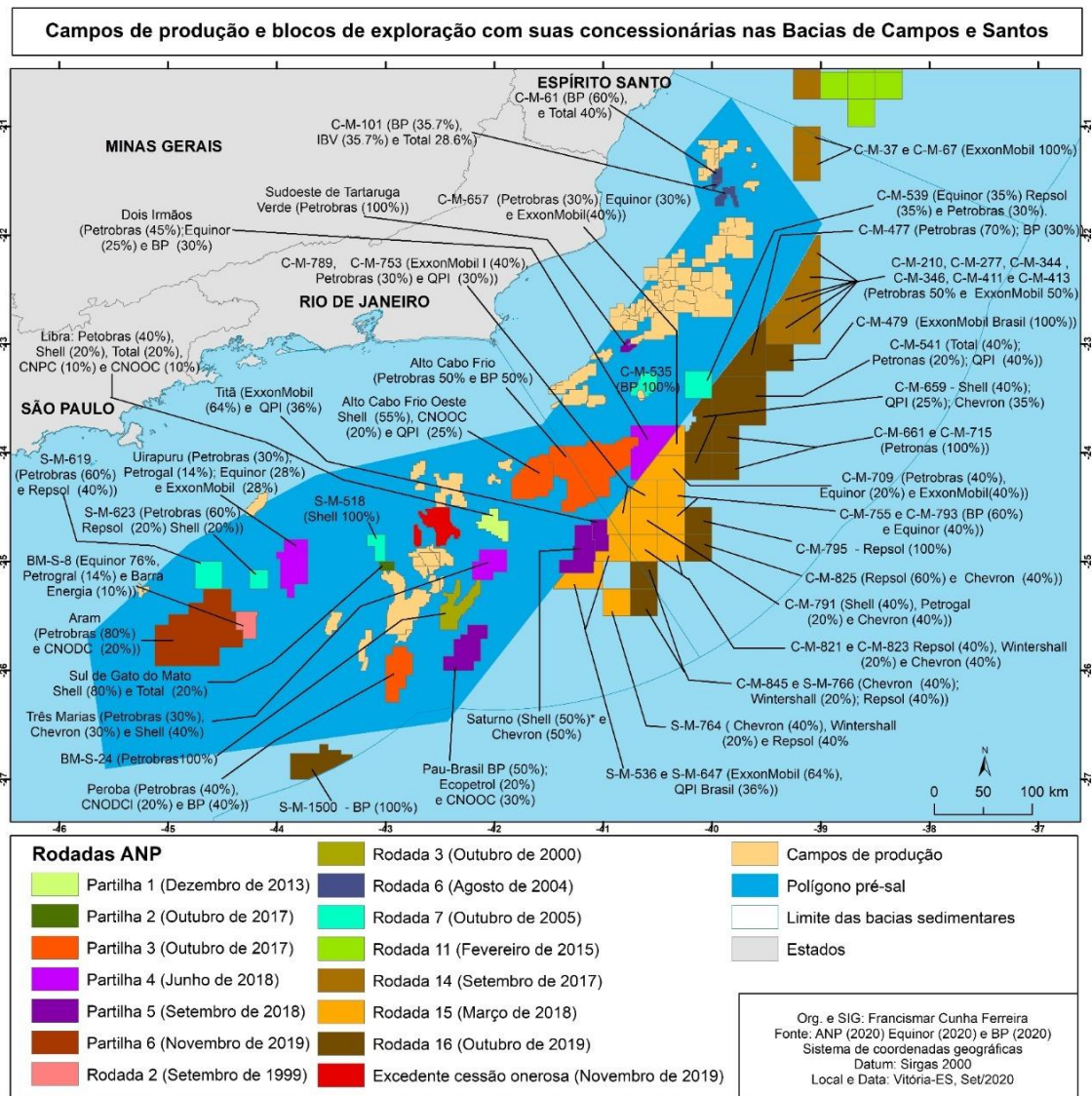
¹² *Folha de São Paulo*, 20 de abril de 2021. Disponível em www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/governo. Acesso em abr. 2021.

crecientemente, a partir de 2016, beneficiaram empresas “de fora” antes que aquelas sediadas no Brasil.

Mapa 01: Regimes de contrato no pré-sal (1998 e 2020)



Mapa 02: Campos de produção e blocos de exploração com suas concessionárias nas Bacias de Campos e Santos segundo os leilões de concessão e de partilha



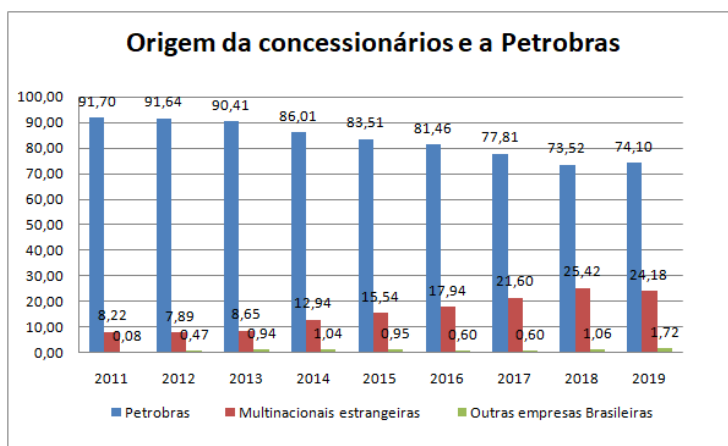
A alteração do regime de partilha e dos modos de concessão por meio de leilão do excedente óleo da Cessão Onerosa representaram uma maior abertura do pré-sal para o capital internacional. Evidentemente, desde 1998, como vimos, houve a abertura para as multinacionais na exploração e produção do petróleo, mas, de certa maneira, pelo menos na exploração e produção direta do petróleo, essa internacionalização foi contida na primeira década dos anos 2000 pela predominância no setor da Petrobras, reforçada

pela importância dos investimentos realizados por essa última com o apoio do Estado brasileiro a partir de 2006, o que permitiu investimentos vultosos na descoberta das gigantescas reservas da camada do pré-sal. Por outro lado, pela introdução da Cessão Onerosa e do Regime de Partilha no período entre 2010 e 2013, se permitiu reafirmar o *leadership* da Petrobras, garantindo-lhe a proeminência na exploração do pré-sal, mesmo se o governo do Partido dos Trabalhadores não foi tão longe como poderia se esperar em termos de reservar todo o pré-sal para a Petrobras como reivindicava, por exemplo, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET). Assim, geralmente, as multinacionais do setor eram minoritárias e quase sempre estavam associadas à Petrobras nas grandes campanhas de exploração, partilhando com a empresa brasileira os riscos da exploração, sobretudo fornecendo parte dos equipamentos e do financiamento das campanhas de exploração e colhendo os frutos da descoberta do pré-sal.

Entretanto, essa situação evoluiu rapidamente a partir de 2016, em função das modificações promovidas pelos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, que acentuaram a neoliberalização do Estado associando-a ao autoritarismo, promovendo *mutatis mutandi* a privatização rampante do setor e provocando uma mutação no poder soberano do Estado. Adotando uma “soberania” que se diz “nacionalista” fundada nos símbolos nacionais e no “discurso da pátria” e pregando a violência contra o “inimigo interior”, excluíram efetivamente o povo dessa ideia de soberania e de nação, e se dobraram, por outro lado, aos interesses dos capitais internacionais, aprofundando os preceitos neoliberais como vimos anteriormente. Para permitir a penetração dos capitais internacionais na empresa e no setor, alteraram a regulação da exploração e produção do petróleo por meio de uma agressiva realização de leilões (Cf. Mapa 2), bem como acentuaram a venda de campos (onde já se produz petróleo) e blocos (onde se encontram as atividades de pesquisas exploratórias) para outras empresa (conforme o quadro 01) em todo o Brasil. Esse processo está sendo acompanhado da venda, muitas vezes ao arripio da lei, de empresas controladas, de subsidiárias e das participações da Petrobras em diversas outras empresas do ramo. Desse modo, a participação das transnacionais do petróleo no Brasil, tanto nos leilões da ANP quanto no volume de

petróleo produzido, vem aumentando continuamente. Em 2011, a Petrobras foi responsável por 91,7% do total da produção de petróleo contra 8,22% de petroleiras transnacionais e 0,08 de petroleiras nacionais privadas. Em 2019, a produção da Petrobras no total representou 74,1%, enquanto que as multinacionais responderam por 24,18% e as petroleiras nacionais privadas 1,72 (ANP, 2012 e 2020). No gráfico 01 pode ser mais bem visualizado esse processo.

Gráfico 01: Produção das concessionárias que atuam na exploração de petróleo no Brasil.



Fonte: ANP (2011 – 2020)

As companhias petrolíferas que detêm a maior parte desse volume de produção são evidentemente as grandes multinacionais do setor, a Shell (Reino Unido-Holanda), a Petrogal (Portugal), a Equinor (Noruega), Repsol (Espanha) e Sinochem (China). A participação dessas empresas e de outras transnacionais e/ou nacionais no setor petrolífero brasileiro tende a crescer de modo significativo por causa do novo quadro político-econômico que promove uma abertura acentuada do setor.

As gestões da Petrobras a partir de 2016 – após o golpe político – impulsionadas por operações políticas e geopolíticas apoiadas numa forma abusiva de exercício da “justiça” por meio do *lawfare*, têm implicado num movimento duplo, de desconstrução do grupo

e de retirada do Estado do setor. Por um lado, ocorre a venda dos ativos de exploração e produção e de controladas e subsidiárias da Petrobras que leva à desintegração da empresa, tornando-a gradualmente uma mera companhia de exploração de petróleo centrada principalmente no pré-sal e na vontade de explorar o mais rápido possível as jazidas, antes que a transição energética torne o petróleo uma energia relativamente secundária. Por outro lado, ocorrem modificações das regulamentações que ampliam a participação de outras empresas na exploração de petróleo no território nacional, em especial na região do pré-sal. Abordaremos a seguir a privatização do grupo Petrobras.

3. A privatização do grupo Petrobras

Nesta parte, inicialmente, descreveremos a venda de blocos e de campos de petróleo pela empresa entre 2018 e 2020, para em seguida analisarmos seu desengajamento das participações e investimentos no exterior e, finalmente, demonstraremos a venda de empresas coligadas, controladas e subsidiárias, em particular do setor de gasodutos, bem como de refinarias e de empresas do setor de distribuição de combustíveis. Concluiremos com uma análise sobre as disputas de poder em volta dos processos de legitimação institucional para se desnacionalizar a empresa.

Pelo que podemos computar e obter informações, a ordem de grandeza do valor das dezenas de ativos que foram privatizados, sobretudo entre 2017 e 2020 – muitas vezes subavaliado segundo diversas avaliações do sindicato dos petroleiros e, segundo nossas próprias observações, em relação a atividades que já estavam em muitos casos totalmente amortizadas e que eram lucrativas para a empresa – é de 45,95 bilhões de dólares até agora (Cf. Tabela 1). Esse valor correspondia a cerca de 60% do total de receita de vendas da empresa em 2019, portanto uma alienação de patrimônio que se revela em proporção às vendas anuais da empresa não tão significativo. Ademais, isso se revelará com o tempo contra-produtivo, uma vez que se abriu mão de ativos que garantiam ganhos substanciais para o grupo (como a BR Distribuidora de combustíveis) ou que reduziam seus custos (como os gasodutos que agora deverão ser alugados para

se movimentar o gás explorado pela empresa), portanto essas vendas irão reduzir a possibilidade de receitas do grupo Petrobras e favorecem a sua desintegração vertical.

TABELA 1: Receitas com as privatizações de ativos do grupo Petrobras de 2013 a 2020

Setores	Valores em bilhão de dólares
Campos de produção e blocos de exploração de petróleo e gás	12,84
Participações em investimentos internacionais	7,69
Infraestruturas e plantas industriais	18,72
Distribuição de combustíveis	6,7
Total	45,95

3.1 A privatização de campos de produção e de blocos de exploração de petróleo e gás da Petrobras entre 2016 e 2020

No quadro 01 pode-se observar as vendas de campos e blocos de petróleo, por um valor de 12,84 bilhões de dólares, o que representa cerca de 7,2% da receita líquida e pouco mais de 14,5% da dívida líquida da empresa, somando os anos de 2018 e 2019 (Balanços da Petrobras 2018 e 2019). A maioria foi vendida entre 2018 a 2020. Assim, em pouco tempo, a empresa cedeu sua participação majoritária em campos importantes no Pré-sal da Bacia de Santos (Iara e Lapa vendidos à Total) e vendeu blocos exploratórios promissores no mesmo pré-sal como Carcará (vendido à Equinor), além da cessão de vários campos no pós-sal e no pré-sal na Bacia de Campos, em particular uma parte de um dos maiores campos de produção da empresa na bacia, o Roncador, também para a Equinor. Houve, do mesmo modo, a cessão total de campos terrestres na Bacia Potiguar, bem como a venda ou a colocação à venda da quase totalidade dos campos em terra e no mar na Bacia do Espírito Santo e, também, a venda ou o anúncio de venda dos campos do Recôncavo baiano e diversos outros campos em outras bacias.

Quadro 01: Ativos de produção e exploração de petróleo e gás vendidos pela Petrobras entre 2016 e 2020

Venda de campos de Produção e exploração de petróleo e gás no Brasil				
Transação	Localização	Ano	Valor (milhão de dólares)	Comprador
Cessão total da participação da Petrobras no Campo de Azulão	Bacia do Amazonas	2018	54,5	Eneva (Alemanha)
Quatro campos terrestres	Bacia do Tucano	2020	3,173	Eagle Exploração de Óleo e Gás Ltda (Eagle)
Cessão total em 34 campos de produção terrestres, localizados na Bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte	Bacia Potiguar	2019	266	Potiguar E&P S.A, subsidiária da Petrorecôncavo S.A
Campos terrestres de Fazenda Belém e Icapuí, denominado Polo Fazenda Belém	Bacia Potiguar, no estado do Ceará	2020	35,2	SPE Fazenda Belém S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum e Participações S.A.
Polo Macau - Sete campos de produção terrestres, localizados na Bacia Potiguar	Bacia Potiguar	2020	191,1	PE 3R Petroleum S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum e Participações S. A
Dois campos de produção terrestres (Ponta do Mel e Redonda)	Bacia Potiguar	2020	7,2	Central Resources do Brasil
Campos de Pescada, Arabaiana e Dentão	Bacia Potiguar	2020	1,5	OP Pescada Óleo e Gás Ltda., subsidiária integral da Ouro Preto Óleo e Gás S.A.,
Campo terrestre de Rabo Branco (Carmópolis-SE)	Bacia Sergipe-Alagoas	2020	1,5	Energizzi Energia do Brasil
12 campos terrestres de exploração e produção, denominados Polo Remanso	Recôncavo	2020	30	Petrorecôncavo S.A.
Quatorze campos terrestres de exploração e produção, denominados Polo Recôncavo	Recôncavo	2020	250	Ouro Preto Energia Onshore S.A subsidiária integral da 3R Petroleum e Participações S.A
Campos de produção de Peroá e Congoá e BM-ES-	Bacia Espírito Santo	2021	55	OP Energia (3R Petroleum) e DBO Energia

21, denominados conjuntamente Polo Peroá				
Polo Cricaré	Bacia Espírito Santo	2020	155	Karavan SPE Cricaré S.A (Karavan O&G Participações e Consultoria Ltda. deterá 51% da SPE, enquanto a empresa Seacrest Capital Group Limited, que figura como equity provider, deterá os demais 49%)
Polo de Lagoa Parda	Bacia Espírito Santo	2019	9,4	Imetame (Espírito Santo, Brasil)
Venda dos campos de Enchova e Pampo	Bacia de Campos	2019	365,4	Trident Energy (Reino Unido)
Cessão total da participação da Petrobras no Campo Maromba	Bacia de Campos	2019	90	BW Offshore Production do Brasil Ltda (Cingapura e Noruega)
Cessão da participação total nos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho, o chamado Polo Nordeste, localizados em águas rasas na costa do estado do Rio de Janeiro	Bacia de Campos	2019	370	Perenco Petróleo e Gás (franco-britânica)
Cessão de 50% dos direitos de exploração e produção do campo de Tartaruga Verde e Módulo III do campo de Espardate	Bacia de Campos	2019	692	Petronas (Malásia)
Venda 25% de participação no campo de Roncador para Equinor	Bacia de Campos	2018	2.900	Equinor (Noruega)
Cessão total da participação da Petrobras nos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho, polo nordeste da Bacia de Campos	Bacia de Campos	2018	823	Perenco (franco-britânica)
Venda de 22,5% dos direitos na área de concessão de Iara, e a cessão de direitos de 35%, bem como a operação, na área de concessão do	Bacia de Santos	2018	2.200	Total (França)

campo de Lapa, no Bloco BM-S-9 para a Total				
Cessão de direitos de 10% do campo de Lapa para a Total, no Bloco BM-S-9. Exercício da opção de venda do restante da participação, conforme previsto no contrato assinado em janeiro de 2018, quando a Total adquiriu 35% da participação da Petrobras, ficando com a operação do campo	Bacia de Santos	2018	50	Total
Aliança estratégica com Total, incluindo a cessão de 22,5% dos direitos na área de concessão de lapa, e a cessão de direitos de 35%, bem como a operação, na área de concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-S-9	Bacia de Santos	2018	2.200	Total
Venda da Participação de 76% no Bloco exploratório BM-S-8 (Carará) para a Equinor. Hoje controlado a 100% pela Equinor	Bacia de Santos	2016	2.500	Equinor (Noruega)
TOTAL			12.849,4	

Fonte: Notícias nos sites dos jornais *Valor*, *G1*, *Folha de São Paulo*, *Revista Exame*, *Fatos e Dados*, *Agencia Petrobras*, *Epbr* e Relatórios anuais da Petrobras (2017 – 2019).

Essas vendas farão com que a Petrobras fique ausente totalmente de determinadas bacias: Pelotas, Pará-Maranhão, Ceará, Potiguar, Tucano do Sul, Recôncavo na Bahia (onde se localiza o primeiro poço comercial explorado no país em 1941) e do Espírito Santo.

No que segue descreveremos brevemente uma tipologia do modo de privatização de campos no Espírito Santo, o que, acreditamos, poderia ser projetado para outros lugares em função dos interesses em jogo. Em seguida a essa exposição apresentaremos as privatizações de setores inteiros da empresa no exterior e depois das atividades conexas ao setor de exploração e produção.

Breve descrição das transações relativas aos campos de petróleo e gás no Espírito Santo

Para melhor compreender o processo de privatização vejamos o *modus operandi* das vendas dos campos, de dimensões modestas comparadas a outros grandes campos da Bacia de Campos e Santos, que já ocorreram no Espírito Santo e os interesses em jogo que envolvem ex-dirigentes da Petrobras e de órgãos públicos do setor do petróleo que também tiveram um papel importante nos processos de privatização da empresa. Descreveremos abaixo a venda de um conjunto de campos no norte do estado.

O polo Lagoa Parda localizado próximo a foz do Rio Doce no Sul do município de Linhares-ES teve sua venda concluída em outubro de 2020. A denominação de polo vem do fato das sinergias operacionais formadas pela infraestrutura – rede de dutos, bombas de vareta de sucção (bombas cavalo-de-pau) uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), com capacidade de processar 1,25 milhão de metros cúbicos diários, uma Estação de Tratamento de Líquidos com capacidade de 25 mil barris diários, rede viária, etc. – construídas pela Petrobras e envolvendo 3 campos produtores (Lagoa Parda, Lagoa Parda Norte e Lagoa Piabanha). Juntos, em 2017, esses campos produziram, respectivamente, 270,47 barris de petróleo e 19,92 m³ de gás por dia. Inicialmente, a empresa capixaba Imetame realizou a compra do ativo pagando o valor de 9,4 milhões de dólares (49 milhões de reais de acordo com a cotação de outubro de 2020). Cerca de 81% desse valor (40 milhões de reais) foi financiado junto a um consórcio firmado entre dois bancos públicos estaduais do Espírito Santo: BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo) e BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito

Santo). Cada banco entrou no negócio com 40,5% (20 milhões de reais) do valor e a Imetame com apenas 19% (9 milhões de reais).

Assim, mantendo-se as condições de produção atuais, em menos de 4 anos a produção irá pagar o valor da aquisição, sem levar em conta os juros dos empréstimos efetuados junto aos bancos, conforme aponta o quadro 02, demonstrando que o negócio foi muito interessante e nos interrogando sobre os modos de avaliação dos valores de ativos colocados à venda pela empresa. Ademais, esses campos maduros que são explorados há muitos anos necessitam de novo investimento e, dependendo do tipo de empresa que os controlarão e dos interesses que envolvem essas vendas, esse investimento poderá não se realizar. A gestão fragmentária da exploração e produção, antes assegurada por uma só empresa, multiplicará o número de atores com os quais as autoridades reguladoras estatais e, notadamente ambientais, deverão lidar, multiplicando a possibilidade de se ter mais acidentes e maiores riscos de vazamentos diversos, pelo fato de pequenas empresas terem menos condições financeiras que uma grande empresa como a Petrobras. O que, claro não deve minimizar as dezenas de incidentes cotidianos que ocorrem nesses campos sob a gestão da Petrobras, como já verificamos em trabalhos de campo em 2019.

Quadro 02: Valores da negociação do polo Lagoa Parada e possível ressarcimento do empréstimo para a sua aquisição pela Imetame.

I Produção média diária	II Preço médio do Barril de petróleo em 2020 em reais	III Custo médio da produção do barril de Petróleo em terra ***	IV (I x II) Receita média diária	V (I x III) Custo médio diário	VI IV - V Lucro médio diário	VII (49 milhões/VI) Tempo (em dias) necessário para atingir os 49 milhões do valor do ativo (em meses)	Tempo em anos necessário para atingir os 49 milhões (em anos) (VII/365)
270*	235,2**	100,8	63504	27216	36288	1350,3	3,7

Fonte: Petrobras, 2018, IndexMundi (2020) e Jornal Estadão (2019).

*Teaser Petrobras Lagoa Parada (2018).

** IndexMundi (2020) - Média considerando o preço (Brent) médio do barril entre janeiro e novembro de 2020.

*** Jornal Estadão (2019).

Analisando os dados referentes aos concessionários e operadores de campos e blocos, nota-se um intenso movimento de aquisições, fusões, criação de subsidiárias e outras engenharias societárias. No caso da Imetame, no polo de Lagoa Parada a empresa vendeu 50% de suas participações para a empresa Petro-Victory Energy, com sede no Texas e escritório administrativo no Rio de Janeiro, por 4,68 milhões de dólares. Por sua vez, a empresa Petro-Victory Energy vendeu sua participação para a empresa EnP Energy Platform, uma empresa pertencente ao ex-secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Felix Carvalho Bezerra. Ela tem ainda como diretores Fernando Taboada, geólogo e ex-gerente de Exploração da Petrobras no Espírito Santo, Cristiane Formosinho, que trabalhou durante 37 anos na Petrobras, o engenheiro aposentado Marco Túlio Pereira Machado, ex-gerente executivo da Petrobras e, por fim, a engenheira Lucia de Fátima, que trabalhou 39 anos em atividades de exploração e produção *onshore* e *offshore* na Petrobras (EnP, 2021)¹³. Os valores referentes à compra feita pela EnP não foram divulgados publicamente.

Márcio Felix, como é chamado o dono da empresa EnP Energy Platform, trabalhou na Petrobras por 33 anos, onde atuou como gerente-geral de Exploração e Produção na América do Norte e na África e fez parte da gerência geral de Exploração e Produção da empresa no Espírito Santo. Foi no passado Secretário de Estado no Espírito Santo. Em 2016 assumiu o cargo de Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, onde ficou até setembro de 2019¹⁴, e nesse período colaborou na implantação da agenda de privatização da Petrobras. Entre 2018 e março de 2020 foi presidente do conselho de administração da empresa pública Pré-Sal Petróleo (PPSA),¹⁵ que organiza notadamente os leilões de venda do petróleo recebido pela União em pagamento dos contratos de partilha na área do pré-sal.

¹³ Diretoria da empresa Enp disponível em: <https://enpbr.com/diretoria/>.

¹⁴ Petronotícias, 17/06/2016. Disponível em <https://petronoticias.com.br/confirmado-o-nome-de-marcio-felix-para-secretaria-de-petroleo-e-gas-do-mme/>, consultado em 05/02/2021).

¹⁵ Cf. Atas do Conselho de Administração da Pré-sal Petróleo, disponíveis em <http://presalpetroleo.gov.br/ppsa/governanca-corporativa/conselho-de-administracao>. Acesso em fev. 2021).

Em março de 2020 assumiu a vice-presidência executiva da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP que é um órgão ligado às federações empresariais industriais (FIRJAN, FIESP, etc.) e que tem como visão “ser protagonista na articulação entre as companhias operadoras, as indústrias de bens e serviços, as agências de fomento e o governo, contribuindo para o aumento da competitividade global do mercado de óleo e gás brasileiro.”¹⁶ É ainda presidente para o período de julho de 2019 a julho de 2021 do conselho de administração de empresa constituída recentemente, ES Gás, distribuidora de gás natural do Espírito Santo, por meio da Lei Ordinária N°

“O quadro atual do grupo Petrobras é muito movente. A venda de empresas nos mais diversos setores do grupo, de campos e de ações é tão recorrente que se torna extremamente difícil acompanhar o processo de privatização”.

10.955/2018. A ES GÁS é uma empresa de economia mista em que o Estado do Espírito Santo detém 51% do capital votante, tendo como sócia a BR Distribuidora, com os demais 49%. Essa empresa, apenas constituída, teve sua privatização anunciada recentemente pelo governo do estado para o ano de 2022 e haveria o interesse de transnacionais em sua compra. No Espírito Santo, ela é a concessionária responsável pela distribuição do gás natural canalizado, regulada pelo órgão estadual ARSP

(Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo). A empresa atua nos segmentos residencial, comercial, industrial, automotivo, de climatização, cogeração e termoelétrico, totalizando mais de 60 mil unidades consumidoras.¹⁷

Assim, Márcio Félix parece ser um personagem que ocupa múltiplas funções nos no setor de petróleo e gás; aparentemente tem como única crença o “mercado” incensado pelos padrões do momento; passa da administração pública para o setor privado sem nenhuma cerimônia, utilizando as famosas “portas giratórias” onde se usa das informações e relações adquiridas na administração pública e prepara as privatizações

¹⁶ Disponível em <https://www.onip.org.br/institucional/nosso-proposito>. Acesso em nov. 2020.

¹⁷ Sobre as funções de Marcio Felix consulte-se o site <https://epbr.com.br/marcio-felix-e-o-novo-vice-presidente-executivo-da-onip/>. Acesso em nov. 2020. Sobre as funções e a constituição da empresa Pré-sal petróleo consultar o site <https://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/portal/default.php>, Acesso em nov. 2020. E sobre a Es Gás pode-se consultar <https://esgas.com.br/governanca-corporativa/>, Acesso em nov. 2020. Sobre a privatização conforme A Gazeta on line, 4/05/2021, disponível em agazeta.com.br.

de empresas controladas pelo Estado, para se cacifar para exercer cargos em organizações patronais e do setor privado, transformando-se, finalmente, em empresário do setor.

Nota-se, assim, não haver nenhuma distinção entre público e privado nesses processos: Márcio Felix foi presidente do conselho de administração de uma empresa pública que decide sobre os contratos de gestão do regime de partilha do pré-sal e é presidente do conselho de administração de uma empresa de economia mista que decide sobre a distribuição de gás no Espírito Santo que já tem sua privatização anunciada. Ao mesmo tempo, é membro de uma organização patronal que tem interesses empresariais no objeto dessas empresas e, por fim, depois de participar das políticas ligadas ao petróleo e gás nessas instâncias e participar dos processos de incentivo à venda de ativos da Petrobras e dos leilões de blocos de petróleo, adquire participação em campos de produção de petróleo da empresa em que trabalhou e sobre a qual tinha um poder de influência como secretário do setor no Ministério das Minas e Energia.

Vemos aqui, no exemplo dado, como o governo do Estado é exercido como uma extensão da empresa, o governo é internamente regulado como uma empresa e os agentes que exercem os poderes no interior do Estado estão imbuídos de um *habitus* que os leva a ver como totalmente normal, como normalizado, utilizar o Estado e as empresas que controla para seus próprios interesses.

Como demonstra Foucault (2004b: 171-177) em *Nascimento da Biopolítica*, quando analisa o pensamento e as ações neoliberais, as transformações institucionais do próprio Estado e as “regulações” legitimadas por leis que solidificam as normas no interior do Estado no neoliberalismo seguem a máxima de um “intervencionismo jurídico” que fazem com que as leis de mercado e o princípio de regulação econômica geral, baseados na empresa e na competição, sejam adotados pelos governos como princípio de visão do mundo. Como indica Foucault sobre os neoliberais alemães no passado, os ordoliberais, que tiveram uma influência na disseminação desses preceitos a nível mundial, dizem que o Estado tem defeitos intrínsecos e, portanto, teria que se ir mais longe que os liberais do século XIX e início do século XX que defendiam o princípio de “limitação do Estado” na economia de mercado, quando o Estado deveria intervir o

mínimo no mercado deixando-o livre para a sua suposta realização natural, e para isso exercendo o papel de “regulador” externo do mesmo. Os neoliberais vão mais longe e defendem que o mercado deveria ser o princípio de regulação interna do Estado, o que é resumido em uma fórmula: “um Estado sob vigilância do mercado antes que um mercado sob vigilância do Estado” (FOUCAULT, 2004b).

Poderíamos pensar que o Estado brasileiro está internamente sob a vigilância do mercado, tanto por meio dos tribunais que definem o quadro neoliberal da concorrência, mas também quando os agentes do Estado vigiam por dentro o Estado e são agentes do próprio mercado agindo com a legitimidade do mercado e compreendendo o Estado como uma extensão do mercado, o que os faz confundir seus interesses próprios de agentes do mercado com os interesses do Estado. Distorcendo assim o quadro legal que os neoliberais pretendiam como imparcial para impedir monopólios e utilização privilegiada da posição de regulador. Mas nunca se abandona a legitimidade construída com a ideia de soberania associada como vimos ao Estado.

Em suma, o caso analisado da privatização do polo de Lagoa Parada e do papel jogado por Márcio Felix é emblemático, ele revela um neoliberalismo que se pauta pelas normas à geometria variável produzidas em função do interesse de um determinado grupo de agentes e não do interesse de todos os indivíduos em conjunto em uma dada sociedade, vistos como unidades empresariais de si mesmos, como pretendem os neoliberais num mercado aberto. As normas do jogo são mudadas durante o jogo, os agentes públicos ou de empresas estatais não jogam o jogo da competição clara num quadro claro de regras claras, como pretendem reiteradamente os neoliberais, mas sim têm informações privilegiadas que eles fazem frutificar, uma vez no mercado, como indivíduos-empresas e se legitimando pelo papel simbólico e material do Estado no exercício do poder reconhecido como acima de todos.

Essa lógica neoliberal será agora vista na privatização dos ativos da Petrobras no exterior que obedece a outras estratégias.

3.2 A privatização dos ativos da Petrobras no exterior

As privatizações não se limitam ao território nacional e ao segmento *upstream*. A Petrobras vem se desfazendo de muitas participações internacionais em todos os segmentos conforme aponta o quadro 03, sobretudo a partir de 2016, arrecadando um valor total de 7,59 bilhões de dólares por meio das vendas realizadas.

Quadro 03: Vendas das Participações internacionais da Petrobras de 2013 a 2020

Vendas das Participações internacionais					
Transação	Localização	Segmento	Ano	Valor (bilhões de dólares)	Comprador
Petrobras Colômbia Combustibles	Colômbia	Distribuição	2020	ND	Perenco
Alienação integral da participação societária da Petrobras nas empresas Petrobras Paraguay Distribución Limited (PPDL UK), Petrobras Paraguay Operaciones y Logística SRL (PPOL) e Petrobras Paraguay Gas SRL (PPG)	Paraguai	Distribuição	2019	0,38	Paraguay Energy - Grupo Copetrol (Peru)
Alienação integral da participação societária detida pela Petrobras (50%) na empresa Petrobras Oil & Gas B.V. ("PO&G BV")	Participações da Petrobras na África com o BTG Pactual	Exploração	2019	1,53	Petrovida, Vitol Investments Partnership, Africa Oil Corp (Canadá) e Delonex Energy (Reino Unido).
Constituição de <i>joint venture</i> composta por ativos em produção de petróleo e gás natural no Golfo do México	Golfo do México	Exploração	2018	1,1	Murphy Exploration & Production

entre a subsidiária Petrobras America Inc. (20%) e a empresa Murphy Exploration & Production Company que compra e passa a ser responsável pelas atividades de operação (80%)					Company (EUA)
Alienação integral das ações detidas pela Petrobras America Inc. nas empresas que compõem o sistema de refino de Pasadena, nos Estados Unidos	Estados Unidos	Refino	2018	0,56	Chevron
Venda da Pesa (Petrobras Argentina)	Argentina	Distribuição	2016	0,892	Pampa Energia (Argentina)
Venda da refinaria Nansei Sekiyu no Japão	Japão	Refino	2016	0,165	Taiyo Oil Company (Japão)
Venda da Petrobras Chile Distribución (PCD)	Chile	Distribuição	2016	0,464	Souther Cross Group (Fundo de investimentos)
Venda dos ativos no Peru	Peru	Exploração e produção	2013	2,6	China National Petroleum Corporation - CNPC
TOTAL				7,691	

Fonte: Notícias nos sites dos jornais Valor, G1, Folha de São Paulo, Revista Exame, Fatos e Dados, Agencia Petrobras, Epbr e Relatórios anuais da Petrobras (2017 – 2019).

Além dos valores, alguns aspectos nessas transações nos chamaram atenção. Em primeiro lugar, constata-se a saída total do segmento de distribuição da empresa na América do Sul e, em segundo lugar, o desengajamento total do continente africano. Aliás, a participação da Petrobras na África foi atípica desde o início em função da associação entre a petroleira com o banco de investimentos BTG Pactual. Esse banco esteve envolvido em uma série de processos no interior da operação Java jato, com a prisão de seu presidente em 2015, André Esteves – que é ainda hoje o principal acionista do banco e que voltou a geri-lo sem provocar aparentemente nenhuma vaga de

contestação por parte dos tenores da moral anticorrupção. O BTG Pactual é um banco de investimentos que tem como um dos seus sócios fundadores o atual ministro da economia Paulo Guedes. Este ministro teria favorecido aparentemente o Banco Pactual¹⁸ em recente licitação para “gerir” os dados pessoais dos funcionários públicos federais (Cf. Carta Capital, 14/01/2020) e outras transações em setores diversos. Por outro lado, conforme notícia o jornal *O Petróleo* (18/02/2020):

No ano passado [2019], a polícia federal do Brasil invadiu a sede do banco em São Paulo duas vezes. Em agosto, eles realizaram pesquisas relacionadas à compra de participações em 2013 em alguns campos de petróleo africanos da produtora estatal de petróleo, a Petróleo Brasileiro SA.

Quando se privatiza, como estamos vendo, o grupo Petrobras, os fundos de investimentos, os bancos e os setores interessados neste processo são aqueles com os quais o próprio ministro trabalha. Parece-nos que aqui se está reproduzindo a forma de privatizações que ocorreram nos anos 1990 com os governos Fernando Henrique Cardoso (ZANOTELLI, 1998).

3.3 Privatização das subsidiárias, das coligadas, das controladas, das refinarias e da distribuição de combustível da Petrobras

A Petrobras contava em 2018 com mais de 600 mil acionistas, estava até recentemente presente em 19 países e possuía um quadro de 63.361 trabalhadores diretos no grupo *Petrobras*, incluindo as coligadas e controladas.

Com cerca de 120 plataformas de produção no mar, a estatal possuía até o início de 2020 diretamente 13 refinarias no Brasil e três no exterior, duas dessas últimas já foram

¹⁸ Segundo nos revela Ladislau Dowbor, o BTG Pactual é um banco de gestão de fortunas que detêm 38 filiais em paraísos fiscais, o economista se interroga do porquê tentas agências nesses territórios onde paga-se pouco impostos e onde se faz vista grossa sobre a origem do dinheiro (evasão fiscal, dinheiro de corrupção, etc.). Ver DOWBOR, Ladislau. *Palestra Fluxo financeiro integrado*. Disponível em <https://youtu.be/eh8AGdBPuwc>. Acesso em fev. 2021.

vendidas como vimos, com uma produção de derivados de 1 milhão e 800 mil barris por dia. Ela tinha em 2018 uma frota composta por 55 navios, a empresa e suas coligadas contavam, também, com 7.710 km de oleodutos e 9.190 km de gasodutos, cinco unidades de produção de bicompostíveis, 20 usinas termelétricas. Tinha em 2018 a participação em quatro usinas de energia eólica e possui uma usina de energia solar, além de três fábricas de fertilizantes e 8.277 postos de gasolinas, sendo 388 localizados no exterior.¹⁹

O quadro atual do grupo Petrobras é muito movente. A venda de empresas nos mais diversos setores do grupo, de campos e de ações é tão recorrente que se torna extremamente difícil acompanhar o processo de privatização por que passa, mais abaixo listaremos o conjunto das recentes privatizações de subsidiárias e controladas pela empresa, bem como de setores do próprio grupo Petrobras que são ligados diretamente à empresa mãe e, portanto, não poderiam ser vendidos.

3.3.1 A privatização de plantas industriais e das infraestruturas da Petrobras a partir de 2016

O que demonstra uma dissolução gradual do grupo Petrobras é a privatização de áreas estratégicas para qualquer empresa de energia verticalizada. Destaca-se nesse sentido a venda de extensas redes de gasodutos, anúncio de venda e venda de refinarias, termelétricas, empresas de biodiesel, petroquímicas, fábricas de fertilizantes, fábricas de asfalto, dentre outras. Muitas dessas vendas, como veremos, não estão conforme a legislação. O mapa 03 e o quadro 04 indicam esses ativos vendidos e colocados à venda.

¹⁹ Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>. Acesso em out. 2018.

Mapa 03: Plantas industriais e infraestruturas vendidas e com anúncio de venda pela Petrobras entre 2017 e janeiro de 2021



Quadro 04: Privatizações de 2016 a 2020 de Infraestruturas e plantas industriais controlados pela Petrobras

Vendas de Infraestruturas e plantas industriais				
Transação	Localização	Ano	Valor (bilhões de dólares)	Comprador
Refinaria Landulpho Alves (RLAM)	Bahia	2020	1,65	Grupo Mubadala dos Emirados Árabes Unidos
Venda dos 10% restante da Transportadora Associada de Gás (TAG)	Brasil	2020	ND	Caisse de dépôt et placement du Québec (“CDPQ”)
Venda de 49% na produtora de etanol Nova Fronteira	Goiás	2016	0,133	Grupo São Martinho (Brasil)
Venda de 90% da unidade de gasodutos Nova Transportadora Sudeste (NTS)	Brasil	2016/2017	5,19	Brookfield (Canadá) ITAU quanto tem?
Venda de 50% da Termobahia S.A, para a Total	Bahia	2017	2,2	Total
Venda do Total de ações da São Martinho S.A – setor sucro-alcooleiro e de energia (6,593%)	MG e SP	2018	0,14	Acionistas em Bolsa de Valores
Alienação da Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)	Pernambuco	2018	0,44	Alpek (México)
Venda de sua participação (50%) na Belém Bioenergia	Belém	2019	0,247	Galp Bioenergy B.V. (Galp) (Brasil)
Alienação de 90% de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG)	Brasil (Sudeste, Nordeste e Norte)	2019	8,72	Engie (França) e Caisse de dépôt et placement du Québec (“CDPQ”) (Canadá)
Total			18,72	

Fonte: Notícias nos sites dos jornais Valor, G1, Folha de São Paulo, Revista Exame, Fatos e Dados, Agencia Petrobras, Epbr e Relatórios anuais da Petrobras (2017 – 2019) e Balanço Petrobras (2019).

Inicialmente, o Quadro 04 chama atenção para a venda do segmento de bicompostíveis. Assim, já foi vendida a fábrica de etanol Novo Fronteira e os 50% da participação da estatal na Belém Bioenergia. Em ambas as vendas o que chamou a atenção é que foram exatamente os sócios da Petrobras nas plantas que são os compradores. Ou seja, no momento dos investimentos nos projetos o capital da Petrobras os viabilizou; após a consolidação dos investimentos, a Petrobras sai do negócio deixando-o para seus “sócios”. É importante destacar ainda que todo o segmento de bicompostíveis que ainda não foi vendido, foi colocado à venda, indicando, assim, um abandono de uma política de transição energética.

Dentre as privatizações das plantas industriais e das infraestruturas, são extremamente relevantes a venda e o anúncio de vendas das subsidiárias responsáveis por extensas, importantes e estratégicas malhas de gasodutos. Conforme aponta o mapa 03, os principais dutos de distribuição e movimentação de gás no Brasil ou já foram vendidos ou estão à venda. Duas subsidiárias do setor de transporte de gás já foram desnacionalizadas até o momento, são elas: a venda em 2016/2017 de 90% da Nova Transportadora Sudeste (NTS) e a venda em 2019 de 90% de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG).

A NTS teve a venda de 90% das ações por 5,19 bilhões de dólares para a Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações (FIP), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada ao fundo canadense Brookfield Asset Management. Na mesma data, o FIP realizou a venda de parte de suas ações na NTS para a Itaúsa - Investimentos Itaú S.A, o que pode indicar intermediação do banco e/ou algum tipo de financiamento. Vale ressaltar que os 10% remanescentes de participação da Petrobras na NTS já foram colocados à venda.

A NTS possui mais de 2.000 km de gasodutos com capacidade para distribuir 158,2 milhões m³ de gás por dia, localiza-se na região sudeste, conforme aponta o mapa 03, que é a região onde se encontra as maiores reservas e os maiores volumes de produção de gás bem como o maior consumo do produto (60% do gás consumido no Brasil encontra-se nessa região). O único cliente da NTS é a própria Petrobras. A venda dos gasodutos representou uma enorme “irracionalidade” para a Petrobras, que agora paga a NTS pela utilização dos

gasodutos. De acordo com nota publicada pela AEPET²⁰ (2018), a Petrobras divulgou no seu Relatório ao Mercado Financeiro, relativo ao segundo trimestre de 2017, que a empresa tinha um aumento com gastos logísticos, em função do pagamento de tarifas a terceiros pela utilização dos gasodutos, a partir da venda da NTS. Esse aumento foi de aproximadamente 1.010 milhões de reais. Segundo a nota da AEPET, esse valor corresponde a aproximadamente 1/6 (um sexto) do efetivamente recebido, uma vez feito todos os descontos operados, pela venda da NTS que foi gasto com o aluguel dos próprios gasodutos em apenas um trimestre. Nesse sentido, desconsiderando qualquer correção monetária, todo o valor recebido pela venda da NTS terá sido pago em alugueis em apenas 18 meses (AEPET, 2018).

A privatização da TAG ocorreu em 2019 e aqui se replicam as mesmas consequências relativas à NTS. A TAG foi vendida para a francesa Engie e o fundo Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) por US\$ 8,72 bilhões, cerca de 33 bilhões de reais à época, o equivalente a cinco anos de lucros da empresa se tomássemos 2016 (7 bilhões de lucros) como parâmetro. Essa foi a maior venda de ativos da Petrobras realizada até hoje, a composição acionária da TAG ficou a seguinte: 58,5% pertencente à Engie e 31,5% pertencente ao CDPQ e 10% da Petrobras. Entretanto, em 2020 a Petrobras concluiu a venda de sua participação para o CDPQ pelo valor de um bilhão de reais. A TAG é formada por uma malha de gasodutos com cerca de 4.500 km de extensão em 10 estados das regiões Sudeste, nordeste e norte (Cf. mapa 03). Assim como ocorreu com a NTS, foi vendido não um projeto a ser desenvolvido, mas uma infraestrutura com instalações prontas e desenvolvidas pela estatal. Da mesma forma como ocorreu com a NTS, a Petrobras se transformou em cliente da privatizada TAG, logo, paga aluguel para usar os gasodutos que ela construiu e vendeu.

Vale ressaltar que atualmente encontra-se, também, a venda pela Petrobras sua participação de 51% na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e 25% de participação na Transportadora Sul-brasileira de Gás S.A. (TSB). A composição acionária da

²⁰ Disponível em: <https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2126-nts-tragedia-anunciada-e-responsabilidade>. Acesso em fev. 2021.

TBG é de 51% da Petrobras, 39% da BBPP Holdings (A Total francesa detém 33% do capital da BBPP), 8% do fundo Global Energy Partners (EIG) e 12% da YPFB Transporte. Por sua vez, a TSB é formada pela Petrobras que detém 25%, mais as empresas Total (25%), Ipiranga (grupo Ultra, 25%), e Repsol (25%). A venda futura dessas participações da Petrobras representará praticamente o fim da atuação da empresa no transporte de gás no Brasil. Restará a ela apenas os gasodutos que ligam as áreas de produção até as refinarias e terminais de gás.

Por fim, destaca-se o movimento de privatização das refinarias. Oito das 13 refinarias da Petrobras foram colocadas à venda (cf. mapa 03). Dessa, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM/BA) foi vendida para o fundo de investimentos dos Emirados Árabes, Mubadala por um valor de US\$ 1,65 bilhão. Segundo A Federação Única dos Trabalhadores (FUP), a partir de um estudo realizado pelo Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), a refinaria valeria entre 3 e 4 bilhões de dólares.²¹ Essa refinaria tem em particular um papel no fornecimento de cerca de 30% da produção da Petrobras de óleo combustível para navios (bunker) com baixo teor de enxofre, atendendo exigência da Organização Marítima Internacional, tratando-se, portanto, de um ativo lucrativo e importante para empresa nos dizeres da FUP (Cf. AEPET, 09/02/2021).

Outras refinarias já se encontram em estágio avançado de privatização, como é o caso da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP/RS), com negociação avançada com o grupo Ultra e da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (LUBNOR/CE) e da Unidade de Industrialização do Xisto (SIX/PR), que já receberam proposta de compradores de acordo com comunicados da Petrobras.

Esse é um movimento contrário ao de muitas outras petroleiras pelo mundo. A Petrobras, que se caracterizou por ser uma empresa integrada, indo do poço ao posto – ou mesmo até o “poste”, com seus investimentos em geração de energia elétrica –, agora vem se desintegrando. Colocando à venda ativos de todos os setores, inclusive ativos estratégicos como as refinarias. O setor de refino integrado à produção de

²¹ Conforme nota da AEPET de 09/02/2021. Disponível em <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/5828-rlam-esta-sendo-vendida-por-metade-do-preco-privatizacao-cria-monopolio-regional>. Acesso em fev 2021.

petróleo é extremamente estratégico para o controle de caixa operacional das petroleiras, pois tendencialmente o lucro das petroleiras provem em maior parte do refino em cenários onde se tem uma volatilidade do preço do petróleo (AEPET, 2019). Além desses aspectos haveria riscos de se consolidar um monopólio regional na produção e distribuição de combustível, condicionando o fornecimento dos mesmos a preços de monopólio regionais ou internacionais.

3.3.2 A privatização da distribuição de combustíveis

Além da venda de ativos do *upstream* e *midstream*, a gestão atual também faz liquidação do *downstream*. Nesse segmento a Petrobras já vendeu parte de sua participação nas subsidiárias BR Distribuidora, na Liquigás e Gaspetro conforme aponta o quadro 06.

Quadro 06: Ativos vendidos do segmento de distribuição da Petrobras entre 2015 e 2019

Venda e Distribuição de Combustível (<i>dowstream</i>)				
Transação	Localização	Ano	Valor (bilhões de dólares)	Comprador
Venda de 49% da Gaspetro	Brasil	2015	0,54	Mitsui (Japão)
Venda de 28,75% das ações da BR distribuidora	Brasil	2017	ND	Acionistas em Bolsa de Valores
Venda de 33,75% do capital da BR Distribuidora por meio de Oferta Pública de Distribuição Secundária de ações (atualmente a Petrobras detêm tão somente 37,5% da empresa).	Brasil	2019	2,55	Acionistas em Bolsa de Valores
Venda total da Liquigás	Brasil	2019	3,7	Copagaz (Itausa) e a Nacional Gás Butano
TOTAL			6,790	

Fonte: Notícias nos sites dos jornais Valor, G1, Folha de São Paulo, Revista Exame, Fatos e Dados, Agencia Petrobras, Epbr e Relatórios anuais da Petrobras (2017 – 2019).

Inicialmente, vale destacar o caso da BR distribuidora. Ela era a subsidiária mais lucrativa da estatal. Até 2017, 100% de seu capital pertencia à Petrobras. No referido ano, a petroleira vendeu 28,75% de suas ações na bolsa de valores por aproximadamente 5 bilhões de reais. Em 2019 vendeu mais 33,75% da subsidiária, também diretamente na Bolsa de valores. Assim, a composição acionária atual da BR Distribuidora é de 62,5% dos acionistas e 37,5% da Petrobras. No que se refere à Gaspetro, subsidiária da Petrobras que atua nas atividades de comercialização, importação, exportação, armazenamento e distribuições de gás natural, a atual gestão da Petrobras já sinalizou o desejo de vender seus 51% de participação restantes, pois já havia vendido 49% em 2015, para a japonesa Mitsui, e pretende encerrar suas participações na empresa.²² Finalmente, a Liquigás, que era uma subsidiária integral da Petrobras e atuava no engarrafamento, distribuição e comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Brasil. A empresa tinha uma rede de aproximadamente 4,8 mil revendedores autorizados, tendo cerca de 21,4% de participação de mercado. Foi totalmente vendida para o consórcio formado por Copagaz (Itausa) e a Nacional Gás Butano. A Copagaz comercializa cerca de 620 mil toneladas de GLP por ano. É a quinta maior empresa de GLP do Brasil. A Nacional Gás Butano é a empresa de energia do Grupo Edson Queiroz que atua na distribuição de GLP em todo o Brasil. Já a Itausa é uma holding de investimentos ligadas ao banco Itaú.

Essas posições, em particular no mercado de gás, vão no sentido de uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de 24/06/2019 de “liberar o mercado de gás no país” (Veja, 24/06/2019). Ainda falta vender as Unidades de Tratamento de Gás, para quando?

²² Ver mais em: <https://www.seudinheiro.com/2019/petrobras/petrobras-conversa-com-mitsui-sobre-venda-de-participacao-na-gaspetro/>. Acesso em fev. 2021.

4. O enquadramento pelas leis e sua interpretação pelos tribunais como forma de legitimação do Estado soberano à privatização

Quando se verifica a construção empírica do enquadramento constitucional e do regramento infraconstitucional por meio de leis e de decretos, colocamo-nos no centro de um vasto debate de relações de poderes que revelam a direção geral que o governo, no seu sentido largo, tem dado ao setor de petróleo e, claro, à *Petrobras*. Isso se inscreve na multiplicação de ações jurídicas que decorrem dos conflitos de interesses diversos, como anunciamos no início, a partir de Foucault, a propósito do enquadramento da concorrência e da extirpação do Estado das atividades econômicas.

A lei do petróleo do governo Fernando Henrique Cardoso de 1997 (Lei n. 2.478), que acabou de fato com o monopólio da exploração e produção do petróleo pela *Petrobras*, não pôs fim, e não poderia fazê-lo sem uma mudança da Constituição, ao monopólio da União sobre esta fonte de energia, que é assegurado pelo Art. 177 da Constituição. Porém, com a Emenda Constitucional nº 9 de 1995, a União teve a possibilidade, por meio da aprovação de uma lei, de contratar com empresas estatais ou privadas para a realização das atividades consideradas de monopólio natural.

Esse mesmo artigo 177 da Constituição também assegura, como monopólio da União, o refino, o transporte marítimo, a exportação e importação de petróleo e gás, bem como o transporte por meio de dutos, de petróleo bruto, seus derivados e o gás natural de qualquer origem, que, como a produção e exploração do petróleo, podem ser concedidos conforme a emenda número 9 da Constituição invocada. Depreende-se, assim, que tanto as refinarias como os gasodutos e as empresas de transporte do gás e do petróleo, que eram de propriedade da *Petrobras* e que é controlada pelo Estado, não poderiam ser privatizadas por se associarem ao monopólio invocado. Supondo-se que a *Petrobras*, por ser o representante do Estado na exploração do monopólio discricionário do Estado, não poderia, também, ser privatizada em função de sua associação intrínseca a esse monopólio desde sua fundação, salvo a Constituição é modificada. A própria lei de desestatização, Lei 99.491 de 1997, e aquelas que se seguiram, não incluíram a perda de controle acionário da *Petrobras* dentre seus objetivos.

Conforme nos diz Paulo César Ribeiro LIMA (2020), se a Petrobras tem coligadas que fazem parte do grupo Petrobras e que controlam o setor de transporte (os gasodutos TAG e NTS) e/ou ativos que são diretamente ligados à empresa como as refinarias, estes setores e estas coligadas não podem ser vendidos. Deste modo, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor), como foi feito recentemente, não tem competência para avaliar um termo de compromisso com a Petrobras para que ela venda suas refinarias por “possuir monopólio” no setor, monopólio que é assegurado pela Constituição, como vimos, bem como o STF não poderia ter autorizado a venda das refinarias.

O STF, por sua vez, autorizou, também a venda de controle acionário de coligadas da Petrobras, mas estas coligadas são ativos da empresa, portanto, segundo a Constituição, eles não poderiam ser vendidos ou se deveria ter uma lei específica para fazê-lo. A desestatização realizada por meio da criação de empresas de fachada coligadas ou subsidiárias, como também foi feito recentemente, para transferir, de maneira excusa, o patrimônio da Petrobras para elas e, seguida, ser vendido, também é obviamente ilegal. Por outro lado, estes mesmos ativos que foram vendidos, sem poderem, têm uma dupla ilegalidade, uma vez que foram alienados em sua maioria sem a devida licitação a que toda empresa pública ou mista deveria se submeter, e isso foi avalizado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Assim, tanto o TCU, como o STF e o CADE (Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor) validaram transações com os ativos da Petrobras que são inconstitucionais ou ilegais, pois deveriam prescindir de uma lei ou ter a Constituição alterada ou ainda a venda deveria ser feita com uma licitação. O que se nota é que o tribunal superior, o tribunal administrativo e o órgão de controle da concorrência têm suas sentenças totalmente fundadas no neoliberalismo, na jurisprudência construída como relação política. Assim, interpretam as leis com o horizonte neoliberal, mesmo que ele esteja em franca contradição com partes da lei maior, que, diga-se de passagem, é ela mesma eivada de artigos que muitas vezes são contraditórios entre si. Mas a validade de uma decisão, é, assim, decidida pelas relações de força no interior do Estado e legitimada pelos tribunais conforme a orientação geral do neoliberalismo dominante. Nesse

sentido, o Estado soberano decide por meio de seus tribunais e governos que deve ser obedecido, invocando a soberania da lei e do próprio Estado que estaria acima de todos. Assim, depreende-se, como vimos anteriormente, que invocar a soberania do Estado para combater a mesma soberania invocada pelos órgãos do Estado acaba não surtindo efeito, uma vez que esse Estado está penetrado dos preceitos neoliberais que são invocados, também, como soberanos. O Estado invoca o obediência ao Estado para desconstruir a empresa-Estado.

Considerações finais

Quais os interesses efetivamente materiais nestas privatizações para o Estado brasileiro e para o conjunto dos interesses comuns de um certo “desenvolvimento”? Pensamos que nenhum, pois se transfere principalmente para empresas transnacionais e para grupos financeiros e de empresas brasileiras privadas, setores essenciais para a integração territorial e a circulação. Esses setores estão intimamente associados ao modo dominante de transporte hoje, o modal rodoviário e a circulação por navios e aviões: produção, transformação, circulação e distribuição de combustíveis e de energia que se inserem num aspecto mas amplo internacional, primeiro Sul-americano e Latino-americano, em seguida, global, com as relações complexas e sobrepostas das redes multinacionais e dos interesses geopolíticos.

Inúmeras estratégias buscam, por meio das práticas discursivas da direção da empresa e do governo brasileiro, desviar a atenção sobre os reais objetivos nesta desconstrução da Petrobras. Neles, como indicamos, se associam objetivos bem concretos de ganhos substanciais de agentes nacionais mediadores da desestruturação da empresa, que têm interesse no processo de privatização e desnacionalização. Para isto são invocadas uma série de suposições baseadas na internalização no Estado dos preceitos empresariais de mercado e em sua suposta maior eficácia teórica da concorrência. O mercado vigiando o Estado do interior, por meio dos órgãos reguladores do próprio Estado, pelos tribunais e, finalmente, pelos responsáveis de diversos setores de governo. Retira-se,

assim, a empresa do controle do Estado e a submetem ao controle de empresas transnacionais e do mercado financeiro, em particular dos fundos de investimentos.

Ora, quando se analisa tanto os movimentos de mercado instáveis do setor, quanto os resultados em termos de emprego, as decisões dos dirigentes da empresa apoiados em uma linha defendida pelo ministro da economia do Brasil a partir de 2019, obedecem a uma lógica e a uma “racionalidade” de ganhos, mas não aquela de um “livre mercado”, mas a da um livre mercado a serviço de alguns, capturando a ideia de “liberdade” econômica.

Esta onda neoliberal brasileira, que se inscreve numa onda neoliberal sul-americana e que está associada a um neoimperialismo rampante, encontra suas razões no conjunto dos movimentos da economia-mundo e dos processos históricos constitutivos da sociedade brasileira, os quais serão analisados em outro momento de nossa pesquisa.

O espaço econômico é utilizado como sendo dotado de uma racionalidade de competição própria que pretende tornar o “mercado” uma solução e, portanto, justificando o “menos Estado”, mas com o Estado elaborando e legitimando estas ações por meio das normas e de uma regulação amputada, onde entra em linha de conta os interesses representados pelas leis e suas legitimações produzidas por uma classe social sem “pactos”, sem coalizões, mas tão somente contando com interesses de grupos empresarias e financeiros das classes dominantes brasileiras em acordo com as multinacionais.

A desestruturação da empresa-rede que atravessa e ocupa vastos territórios nacionais e cujo papel, para além da produção, transformação e distribuição de óleo e gás, é também social, leva em conta os preceitos neoliberais da empresa como modelo de vida, mas não a empresa estatal que é tratada de todos os males, mas a empresa de um grupo de indivíduos de preferência multinacionais e que constituem monopólios internacionais e nacionais, o que é passado sob silêncio, pois o único monopólio que de fato incomoda é o do Estado, desconsiderando-se, assim, todo o acúmulo coletivo na construção do grupo Petrobras ao longo de quase 70 anos e privilegiando-se os ganhos individuais obtidos graças à intermediação do Estado.

Parece que esta ideia de uma empresa nacional que componha uma série de conjunções de interesses de classe e que tenha um “serviço social” está alijada do campo de possibilidades de ação atualmente, por isso a desestruturação da empresa, mesmo que se faça em momentos do capitalismo de guerra, aproveitando de incertezas, de crises político-econômicas e sanitária atuais. Isso encontra, apesar da resistência dos sindicatos e dos setores de trabalhadores mais aguerridos, uma ressonância no espaço social onde a reprodução do *slogan* neoliberal e da privatização a qualquer custo indicam um recuo do papel social e econômico do Estado e uma acentuação de sua legitimidade soberana para impor o obediência às suas decisões, mesmo que contrárias aos interesses coletivos. Recuo paradoxal e fundado sobre uma “governamentalidade” empírica e experimental que corroi aos poucos as bases sociais da empresa (redução de número de trabalhadores, de salários, de presença nos territórios, de intervenção na arena pública, de apoio aos projetos de desenvolvimento, de inovação etc.).

Como explicar este momento de “individuação” e de “subjetivação”, no sentido foucautiano de construção de subjetividades pelas ações e retroações do meio e na produção de uma individuação, que reage ao meio sob a forma de sucessivas adaptações/conversões às práticas discursivas dominantes que penetram em todas as esferas sociais dos indivíduos?

Pensamos que, por mais que se invoque a propósito da privatização e, em consequência, de uma relativa desnacionalização da Petrobras, o “crime de lesa pátria” e a perda de “soberania”, este grito do coração dos militantes e trabalhadores da empresa não tem mais a repercussão social que tinha antes. As “verificações” neoliberais (FOUCAULT, 2004) produzidas pela empresa e pelas práticas dentro das empresas e do próprio governo levam a conquistar uma espécie de hegemonia provisória, que não vai sem contradição, sobre parte dos indivíduos trabalhadores da empresa, bem como de outros setores sociais. Como sair deste impasse? Por uma tomada radical de posição pela retomada da empresa nos quadros de uma economia neoliberal sem que se mude o conjunto das práticas sociais?

Nos parece que os trabalhadores do grupo Petrobras estão cindidos entre seu interesse próprio e o interesse da empresa e de sua direção e do governo que ainda a controla, cindidos contra eles mesmos, de um lado vivendo no sentido da urgência da cooperação e do coletivo para enfrentar a direção da empresa, de outro submetido aos discursos e práticas sociais do neoliberalismo que justificam os processos dentro de própria empresa (conforme o apoio muitas vezes paradoxais de parte de trabalhadores, segundo entrevistas que realizamos em 2018 e 2019, à direção da empresa no processo de privatização). Parece não se tratar de “consciência”, mas de ser pego nas tramas das relações de poder dentro da empresa que externalizam e internalizam os “valores” neoliberais, a “liberdade” de mercado associada à “liberdade” de ação (FOUCAULT, 2004).

O trabalho produtivo, no sentido dado por Marx, que deu mais-valor à produção da Petrobras como empresa, que tem uma divisão do trabalho complexa e extensa juntamente com a sua inserção espacial e territorial ajudaram a definir a empresa no passado como modelo de Estado e de construção do Estado Nacional. Assim, ela se desenvolveu em concomitância com “formação contemporânea do Estado nacional”, e, desse modo, se consolidou com uma grande empresa de exploração, produção e transformação de óleo e gás. Paradoxalmente, isso se encontra no coração do capitalismo como combustível e azeite da máquina de produção, revelando seu papel socioeconômico também cindido: de um lado a formação nacional, de outro a plena participação no capitalismo, o que certamente favorecera sua inserção nos mercados de capitais nos anos 1990, seu destino dependendo de coalizões de poder.

Ora, esta empresa-Estado se transforma e seu espelhamento do Estado tem como retorno hoje a imagem do neoliberalismo. Assim, o modelo de empresa social e territorial, exemplo de lutas históricas face ao imperialismo e aos interesses privatistas das classe dominantes nacionais, aliadas privilegiadas dos grandes capitais internacionais, não se inscreveria mais sobre um solo de realidade nacional-desenvolvimentista, com a continuidade da produção de verdades que lhe permitissem ser a coextensão empresa-Estado na ideia de um Estado nacional soberano do tipo

intervencionista. Essa realidade foi substituída pela governamentalidade neoliberal, quer dizer, por processos que agem no interior do governo empresarial e do governo político do Estado que se acentuam e se apoiam em rede, reciprocamente, por meio de práticas de concorrência, de disputas e das “liberdades” que se jogam e têm como modelo o mercado. O mercado será o momento da verificação, da justificação de si e dos outros, da constituição da subjetividades, replicado que é na “alma” dos governantes e dos governados.

A soberania, como dissemos, parece estar cindida: de um lado ela é invocada pelos que defendem a empresa sob o controle do Estado e voltada para os interesses coletivos, de outro lado, os que invocam a soberania como forma de controle sobre as fronteiras nacionais e utilizando os signos nacionais e a ideia do “inimigo interno” identificados como os que são contra a privatização da empresa e do próprio Estado. Os soberanistas que usam as práticas da guerra social estão profundamente identificados ao neoliberalismo, procurando implementá-lo mesmo que seja à força e utilizando a noção de “lei e ordem” dos neoliberais no sentido amplo de impor ordem a toda a sociedade. Mas os soberanistas “progressistas” e de esquerda do “nacional-desenvolvimentismo” não estariam, quando invocam a soberania sem nenhuma análise mais crítica desse conceito, subscrevendo, mesmo que involuntariamente, aos preceitos da submissão a um Estado soberano que se legitima invocando a soberania popular confundida com a soberania estatal, que, como vimos, não é mesma coisa? Isso pode contribuir para a confusão e para a desmobilização crítica contra o Estado soberano que contra-ataca a soberania popular, submetendo-a e fazendo dela, por meio de uma espécie de prestidigitação, sua justificativa última, quando de fato se legitima o poder daqueles que controlam o Estado por meio de uma lei à geometria variável e uma partidarização do direito que tem consequências autoritárias indubitáveis.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. 15/12/2020 disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-12/excedente-de-oleo-do-pre-sal-chega-74-na-producao-de-outubro> e consultado em 05/02/2021.

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. disponível em <http://www.anp.gov.br/noticias/5231-anp-publica-pre-edital-da-rodada-do-excedente-da-cessao-onerosa>. Acesso em 13 de junho de 2019.

ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS Disponível em <http://www.anp.gov.br/agenda-de-eventos/sessao-publica-de-ofertas-da-rodada-de-licitacoes-do-excedente-da-cessao-onerosa>. Acesso em 23/11/2020.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS (AEPET). Cláudio da Costa Oliveira. *EBITDA: Indicador adotado pela Petrobrás é inadequado e métrica é ainda pior*, em 05 Fevereiro de 2020. Disponível em <http://www.aepet.org.br> ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS (AEPET). 15 de abril de 2019. Disponível em <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/3034-presidente-da-aepet-comenta-decisao-de-bolsonaro-sobre-o-diesel>. Acesso em 19/04/2019.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS (AEPET). Cláudio da Costa Oliveira: *Venda de ativos da Petrobrás gera bônus para seus diretores*, 02 de Abril 2020 AEPET. Disponível em <http://www.aepet.org.br> .

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS (AEPET). Cláudio da Costa Oliveira. *O roteiro para o fim da Petrobrás já está pronto e em andamento*, 04 Março de 2020. Disponível no site da AEPET. Disponível em <http://www.aepet.org.br>.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS (AEPET). *Décio Oddone (ANP) usa falácias para defender privatizações na Petrobrás*. Felipe Coutinho, 29/04/2019. Disponível em <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/3068-decio-oddone-anp-usa-falacias-para-defender-privatizacoes-na-petrobras>.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS (AEPET). Entrevista Felipe Coutinho, presidente da AEPET, 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS (AEPET). Março 2019. Disponível em <http://www.aepet.org.br/w3/>, acesso em 26/03/2019.

AEPET nota de 09/02/2021. Disponível em <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/5828-rlam-esta-sendo-vendida-por-metade-do-preco-privatizacao-cria-monopolio-regional>. Consultado em 10/02/2021.

ATAS do Conselho de Administração da Pré-sal Petróleo, disponíveis em <http://presalpetroleo.gov.br/ppsa/governanca-corporativa/conselho-de-administracao>, acessado em 05/02/2021).

BRASIL 247. Disponível em: < www.brasil247.com>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL Ministério das Minas e Energia. Portarias Nº 213 de 23/04/2019.

BRASIL. Leilão da cessão onerosa garante arrecadação de R\$ 70 bilhões.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Portaria Nº251 de 13/06/2019.

BRASIL. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2019/11/leilao-da-cessao-onerosa-garante-arrecadacao-de-r-70-bilhoes> . Acesso em 23/11/2020.

BRENNER, N; PECK, J. ; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização? *Cad. Metrop.* São Paulo, v.14, n.27, pp.15-33, 2012.

CARTA CAPITAL. *As suspeitas de “negócios ocultos” do ministro Paulo Guedes.* Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/economia/as-suspeitas-de-negocios-ocultos-do-ministro-paulo-guedes/> .Consultado em 09/02/2021.

CLICK PETRÓLEO. Disponível em <https://clickpetroleogas.com.br/petrobras-informa-8816-bilhoes-de-barris-de-petroleo-com-reservas-provadas-em-2020/> Consultado e 08/02/2021.

DARDOT, Pierre ; GUÉGUEN, Haud ; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE, Pierre. *Le choix de la guerre civile. Une autre histoire du néolibéralisme.* Québec : Lux Éditeur, 2021.

DARDOT, Pierre ; LAVAL, Christian. *Dominer. Enquête sur la souveraineté de l’État en occident.* Paris: La découverte, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI.* São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMONSTRAÇÕES financeiras da Petrobras de 2017 e 2018. <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/governanca-corporativa/capital-social>. Acesso em 24/10/2018 e 19/05/2019.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo.* São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

EPBR. <https://epbr.com.br/marcio-felix-e-o-novo-vice-presidente-executivo-da-onip/>, acessado em 30/11/2020.

ES GÁS. <https://esgas.com.br/governanca-corporativa/> , consultado em 30/11/2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento. *Petróleo e gás natural*. Disponível em: http://antigo.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/petroleo_gas.aspx. Acesso em: 9 maio 2017.

FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS – FUP: <https://www.fup.org.br/component/k2/item/23905-venda-da-tag-e-ilegal-e-sera-contestada-pela-fup>.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011 [1973].

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. Jornal GGN de 28/02/2019, 7/3/2019 e 10/03/2019. Disponível em <https://jornalggn.com.br/>. Acesso em maio 2019.

LAIER, Patricia. *Patrícia Laier explica a Cessão Onerosa*. AEPETV, 31/01/2019. Disponível em <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2713-aepetv-patricia-laier-explica-a-cessao-onerosa>.

LAVAL, C., PALTRINIERI, L., TAYLAN, F. *Marx & Foucault. Lectures, usages, confrontations*. Paris: La Découverte, 2015.

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

LEÃO e NOZAKI (Org.). *Energia e petrolíferas globais: transformações e crises*. Rio de Janeiro: INEEP/Flacso, 2018.

LIMA, Paulo César Ribeiro. *Análise da constitucionalidade e da legalidade das privatizações na Petrobras*. Curitiba: Appris, 2020.

MACHADO, Marco Antônio Pinheiro. *Pré-sal: a saga. A história de uma das maiores descobertas mundiais do petróleo*. Porto Alegre: LP, 2018.

NASSIF, Luis. Jornal GGN, 29/03/2019. Disponível em <https://jornalggn.com.br/>. Acesso em 29/03/2019.

ONIP. Disponível em: <https://www.onip.org.br/institucional/nosso-proposito>, consultado em 30/11/2020.

PETROBRAS. *Balanços da Petrobras*, 2016,2017,2018 e 2019.

Petronotícias. Disponível em <https://petronoticias.com.br/confirmado-o-nome-de-marcio-felix-para-secretaria-de-petroleo-e-gas-do-mme/>, consultado em 05/02/2021.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. Impactos da acumulação em predominância financeira sobre a nova Geografia industrial – processos produtivos, competitividade e diferenciação espacial. *Revista Ateliê*, 2018. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/article/view/59279/34203>.

PRÉ-SAL PETRÓLEO S/A. <https://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/portal/default.php>, consultado em 30/11/2020.

PESSANHA, Roberto. *A “indústria” dos fundos financeiros. Potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

RELATÓRIOS FINANCEIROS DA PETROBRAS. 2011 e 2017.

PORTAL G1. Resultado do megaleilão da cessão onerosa deixou a desejar, dizem especialistas. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/06/resultado-do-megaleilao-da-cessao-onerosa-deixou-a-desejar-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em 23/11/2020.

REVISTA EXAME. Datadas de 15/03/2019, 8/04/2019, 9/04/2019. Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame/>.

ROBERTO CASTELLO BRANCO. Disponível em <http://www.aepet.org.br/w3/>, acesso em 26/03/2019.

ROSA, Gustavo. *Combate à corrupção na Petrobras: quando interesses geopolíticos, econômicos e de política doméstica se entrelaçam*. Disponível em: < <https://jornalggn.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SAUER e RODRIGUES. Pré-sal e Petrobras. Além dos discursos e mitos: disputas; riscos e desafios. *Estudos avançados*, 30(88), 2016, p.185-229.

SAUER, Ildo Luís; ESTRELLA, Guilherme de Oliveira. *Nota técnica. Avaliação do leilão do óleo excedente dos campos da Cessão Onerosa*. Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, 2019.

SAUER, Ildo Luís; ESTRELLA, Guilherme de Oliveira. *Nota técnica. Avaliação do leilão do óleo excedente dos campos da Cessão Onerosa*. Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Liminar do Ministro Ricardo Lewandowsky deferindo a Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a lei das estatais N°13.303/2016.* Disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5093069>. Acesso em 16/04/2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Medida Cautelar do Ministro Edson Fachin do de 11/04/2019, p.264, citando o parecer do presidente do STJ.* Disponível em https://www.jusbrasil.com.br/diarios/236782029/stf-11-04-2019-pg-164?ref=previous_button. Acesso em 16/04/2019.

TELEGRAMA DA EMBAIXADA dos Estados Unidos, Brasília, datado de 30/10/2009 e divulgado pelo Wikileaks. Disponível em <https://wikileaks.org/>. Acesso em março de 2019.

THE INTERCEPT. *As mensagens secretas da Lava Jato.* Disponível em <https://theintercept.com/brasil/>. Consultado em 18/06/2019.

WERNER, Deborah. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e “efeito China” no Brasil pós-1990. *Eure*, vol. 46, nº 139, setembro de 2020, p.143-162.

ZANOTELLI, C. L. DOTA, E.M; [FERREIRA, F. C.](#) Esboço de uma bacia urbano-regional do petróleo entre a zona costeira do Espírito Santo e do Rio de Janeiro in: XV simpurb, 2017, Salvador. *Anais do XV Simpurb*. Salvador: UFBA, 2017. p.1 – 25.

ZANOTELLI, C; Medina, J.L.; FERREIRA, F.C.; ADÃO, M.O.F. *A notícia como máquina de guerra. Análise dos discursos sobre a Petrobras e a produção de petróleo e gás nos jornais: um enfoque no Espírito Santo.* Vitória: Edufes, 2020.

ZANOTELLI, Cláudio. *O polo de Tubarão e a expansão periférica da aglomeração de Vitória.* Tese de doutorado, Universidade de Nanterre, 1998.

ZANOTELLI, C. Elementos preliminares sobre a financeirização e a geografia política da crise no Brasil In OLIVEIRA, F.G.; OLIVEIRA, L.D.; TUNES, R.H.; PESSANHA, R.M. *Espaço e economia. Geografia econômica e a economia política.* Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 511-552.

Data de Submissão: 07/06/2021

Data do Aceite: 20/06/2021

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A “VIRADA POLÍTICA” DA NOVA DIREITA NA REGIÃO DA AMÉRICA LATINA

Izabelle Carvalho Limaⁱ
Maria Laís Alves de Araújoⁱⁱ
Raimundo Jucier Sousa de Assisⁱⁱⁱ

Resumo: o presente artigo analisa a onda política conservadora e a virada da Nova Direita na América Latina, investigando os regimes políticos a partir da filiação partidária dos presidentes eleitos. Para isso, o texto busca tratar sobre os aspectos dos processos de transições de regimes e da qualidade da democracia, da ascensão do conservadorismo e da transnacionalização da Nova Direita. Realizamos uma classificação dos regimes políticos, utilizando o instrumento de análise sobre os ditames democráticos, o Index Democracy, através do Índice Economist Intelligence Unit (estudo realizado, anualmente, pela Revista The Economist com o intuito de mensurar a percepção do regime político democrático em alguns países dos cinco continentes). Destacamos também os dados do Latinobarómetro (2018), principalmente em relação ao apoio dos cidadãos à democracia e uma classificação política ideológica dos governos através um levantamento dos partidos políticos dos presidentes eleitos entre 1999 - 2020 na América Latina.

Palavras-chave: regime de transições; conservadorismo; nova direita; partidos políticos; América Latina.

AN INVESTIGATION ON THE “POLITICAL TURN” OF THE NEW RIGHT IN THE LATIN AMERICA REGION

Abstract: this article aims to investigate the conservative political wave and the turn of the New Right in Latin America, analyzing the political regimes, based on the party affiliation of the elected presidents. To this end, the text seeks to deal with aspects of the processes of transitional regimes and quality of democracy, the rise of conservatism and the New Right. We carry out a classification of political regimes using the instrument of analysis on democratic dictates, the Index Democracy, through the Economist Intelligence Unit Index, which is a study carried out by The Economist Magazine, every year in order to measure the perception of the democratic political regime in some countries spread across the five continents

ⁱMestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPI, izabellecalima@ufpi.edu.br, orcid.org/0000-0001-9145-3176.

ⁱⁱMestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPI, araujomarialais@ufpi.edu.br, orcid.org/0000-0002-3733-2610.

ⁱⁱⁱProfessor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPI, raimundojucier@ufpi.edu.br, orcid.org/0000-0001-6573-7175.

and the data brought by the 2018 Latinobarómetro report, mainly on what concerns citizens' support for democracy and an ideological political classification of governments through a survey of the political parties of the elected presidents among the 1999 - 2020 period in Latin America.

Keywords: regime transitions; conservatism; new right; political parties; Latin America.

UNA INVESTIGACIÓN SOBRE EL “GIRO POLÍTICO” DEL NUEVO DERECHO EN LA REGIÓN DE AMÉRICA LATINA

Resumen: este artículo analiza la ola política conservadora y el giro de la Nueva Derecha en América Latina, investigando los regímenes políticos a partir de la afiliación partidista de los presidentes electos. Para ello, el texto busca abordar aspectos de los procesos de los regímenes de transición y la calidad de la democracia, el auge del conservadurismo y la Nueva Derecha. Realizamos una clasificación de regímenes políticos utilizando el instrumento de análisis sobre los dictados democráticos, el Index Democracy, a través del Economist Intelligence Unit Index, que es un estudio que realiza The Economist Magazine, cada año con el fin de medir la percepción del régimen político democrático. en algunos países repartidos por los cinco continentes y los datos que aporta el informe Latinobarómetro 2018, principalmente en lo que se refiere al apoyo ciudadano a la democracia y una clasificación política ideológica de los gobiernos a través de una encuesta de los partidos políticos de los presidentes electos entre los Período 1999 - 2020 en América Latina.

Palabras clave: transiciones de régimen; conservatismo; nuevo derecho; partidos políticos; américa latina.

Introdução

A Nova Direita se manifesta como um movimento de caráter transnacional, conforme CAMPOS (2019), a qual vem conquistando públicos em diferentes nações, influenciando suas políticas domésticas e trazendo à tona sentimentos nacionalistas, conservadores, individualistas e de livre mercado. A disseminação de tais ideias diante da globalização e da era da internet ocorre de maneira rápida agregada às oportunidades políticas que surgem em meio às crises econômicas e problemas sociais que assolam as democracias.

Nas últimas décadas, tem se tornando evidente uma mudança em curso na política latino-americana, caracterizada pelo crescimento da direita. Mesmo após os processos de transições democráticas durante o período da chamada “terceira onda de

democratização”, identificado por HUNTINGTON (1991), e a queda de diversos regimes autoritários, nota-se que o apoio à democracia vem decaindo e o conservadorismo aumentando na região.

Desse modo, o presente artigo busca realizar uma investigação sobre a onda política conservadora e a virada da Nova Direita na América Latina, analisando os regimes políticos latino-americanos, a partir da filiação partidária dos presidentes eleitos. Partindo da hipótese de que o processo de consolidação das transições de regimes na América Latina vem possibilitando a ascensão da direita, à medida que problemas socioeconômicos não são resolvidos, os cidadãos buscam outras alternativas políticas cada vez mais vinculadas ao conservadorismo.

Portanto, a primeira seção se dedica a tratar de alguns aspectos sobre os processos de transições de regimes e a qualidade da democracia; a segunda seção aborda a ascensão do conservadorismo e da Nova Direita. E, por fim, a última seção apresenta uma classificação dos regimes políticos pelo Índice Economist Intelligence Unit (EIU) e uma classificação política ideológica dos governos na América Latina.

Problematização: Aspectos sobre os processos de transições de regimes e a qualidade da democracia

Desde o grande surto entre 1989 - 1992, segundo GEDDES (2001), as democratizações vêm atraindo a atenção dos pesquisadores do mundo inteiro. Ao final do século XX, autoridades eleitas governavam mais países do que em qualquer outro momento já visto na história da humanidade, após uma grande e surpreendente onda de transições democráticas.

Ao longo dos anos, diversos estudos buscaram lançar argumentos para descrever e explicar a chamada “terceira onda” de democratização (ODONNELL E SCHMITTER, 1986; HUNTINGTON, 1991; AGUERO, 1992, 1995; COLLIER E MAHONEY, 1997; BRANDON E VAN DE WALLE, 1997), período em que os países, mais notadamente os da Europa e da América Latina, passaram a conviver com regimes políticos democráticos (GEDDES, 2001).

Nesse sentido, para compreender sobre os regimes políticos latino americanos, é essencial destacar dois aspectos importantes: o primeiro é em relação aos processos de transições e a consolidação dos regimes; e o segundo envolve a questão sobre a qualidade da democracia.

No que diz respeito às transições de regimes, a literatura aponta, conforme GEDDES (2001), uma relação empírica positiva entre desenvolvimento econômico e a democracia política (BUKHART E LEWIS-BECK, 1994; HAGGARD E KAUFMAN, 1995; PRZEWORSKI E LIMONGI, 1997), de modo que regimes autoritários possuem maior probabilidade de cair diante de crises econômicas, apesar da existência de algumas formas de autoritarismos que são suscetíveis ao mau desempenho econômico que outros.

Ressalta-se, então, o crescimento da probabilidade da realização de pactos negociados durante as transições e a estabilidade da democracia, com a existência de partidos políticos bem estabelecidos e coerentes, que possuem a capacidade de assumir compromissos confiáveis em conformidade ao que foi estabelecido no pacto. Entretanto, anistias e outros contratos implícitos entre governantes autoritários e os líderes da oposição não possuem duração em longo prazo, e assim os detentores do poder autoritário enfrentam dificuldades para implementação de contratos ao negociar transições de regimes.

As diferenças entre regiões e as peculiaridades de cada regime também devem ser levadas em consideração ao analisar as transições democráticas. Segundo a classificação de regimes autoritários de GEDDES (2001), nos regimes militares, os quais possuem um grupo de oficiais que vai decidir quem mandará e exercerá influência sobre as diretrizes políticas, a maioria das transições se inicia com desacordos e divisões internas.

Já os regimes personalistas, que são aqueles em que o acesso aos cargos e seus frutos dependem muito do arbítrio de um líder individual, são mais prováveis de serem derrubados por levantes populares e rebeliões. Os protestos populares se configuram como o primeiro indicador de transição iminente nos regimes personalistas, enquanto que no poder militar eles crescem durante o andamento da transição.

A maioria dos regimes militares termina com negociação, dando relevância às barganhas e às vantagens da moderação. Os regimes personalistas acabam em golpes e muitos deles em violência generalizada. Os líderes costumam negociar apenas em situações em que sofrem pressão dos agentes que garantem os empréstimos para manter o apoio ao governo ou quando se defrontam com grandes mobilizações públicas.

E nos regimes de partido único, que são aqueles em que o acesso aos cargos e o controle das diretrizes políticas são dominados por um único partido, embora os partidos da oposição possam existir e participar da competição eleitoral concorrendo às eleições, os governantes negociam sob pressão dos doadores que mantêm o apoio popular e dos opositores, e assim inclinam-se mais para a realização de negociações.

Nesse caso, se não conseguem evitar a transição, o partido ficará melhor posicionado em uma democracia do que em outra forma de autoritarismo. Pois o partido hegemônico não perde a sua importância na vida política dos países que se democratizam de forma plena. Dessa maneira, possuem bons motivos para negociar a sua saída com benefícios, como regras institucionais que permitem a participação e recursos ligados ao governo.

Os processos de transição são distintos, considerando os interesses dos quadros dos regimes de partido único e personalistas e os interesses dos oficiais dos regimes militares. A maioria dos quadros em regimes de partido único e personalistas valorizam a unidade e a capacidade da instituição militar mais do que a ocupação dos cargos de mando. Já nos regimes militares, o poder é menos importante que nas outras formas de autoritarismos, favorecendo, dessa maneira, o processo de transições democráticas.

No que se refere à qualidade da democracia, esta significa as aspirações dos cidadãos perante a sociedade, proporcionando a garantia de um processo de escolha popular sem riscos de abusos e o constante monitoramento das questões públicas. MORLINO (2014) afirma que a democracia de alta qualidade apresenta uma estrutura institucional democrática, na qual os cidadãos possam exercer o seu direito fundamental de liberdade e igualdade observando as regras institucionais e os mecanismos institucionais. Assim, numa boa democracia o regime satisfaz amplamente os cidadãos,

o governo é avaliado para saber até que ponto os objetivos estão sendo contemplados conforme o Estado de Direito.

Já a democracia de baixa qualidade seria aquela em que o voto do cidadão é ignorado, na qual não existem meios suficientes para controlar e combater a corrupção, o governo faz uma má administração dos recursos, as instituições não são capazes de garantir e realizar a *accountability* horizontal das ações políticas e os direitos fundamentais de liberdade e igualdade não são respeitados.

GONZÁLEZ (2014) ressalta que para além dos critérios e formas de medição centrados em pontos institucionais, na avaliação da qualidade da democracia também deveriam ser incluídas variáveis culturais, dentro da tradição de cultura política. Nesse contexto, a cultura política é um critério que tem sido cada vez mais incluído em alguns índices, tendo em vista que seria um dos fatores capazes de diferenciar os regimes, identificando seus fundamentos e permitindo uma classificação.

Porém, afirma-se que a medição das variáveis não é isenta de polêmicas, pois, ao discutir “apoio à democracia” e “satisfação com a democracia”, a literatura aponta algumas posições como: a) o enfoque idealista, considerando que há uma diferença entre a resposta dada pelo cidadão que vive em um país com uma democracia consolidada e o cidadão que vive em um regime em transição; b) a existência de uma posição muito ambígua em relação ao apoio a democracia, chamando atenção para um nível alto de aceitação de regimes autoritários na América Latina e c) um declínio do apoio à democracia em diferentes partes do mundo um tempo após as transições democráticas (MISHLER E ROSE, 2001; MOISÉS, 2005, 2010; INGLEHART, 2003).

Outro argumento trazido pelo autor é o de que o nível de estabilidade dos regimes relaciona-se em correspondência entre cultura política e as instituições e com o apoio dado às instituições e aos governantes, levando em conta as questões diretas sobre preferência e satisfação do regime, a análise da influência de fatores conjunturais e eventos de grande impacto (ALMOND E VERBA, 1989; EASTON, 1968; BAQUERO, 2007, 2011).

As eleições presidenciais, por exemplo, podem ser consideradas como um fator conjuntural e um evento de grande impacto, haja vista que faz parte do cotidiano e não é mais vista como uma exceção. GONZALÉZ (2014) ainda faz uma análise do evento eleições presidenciais na América Latina e aborda que a satisfação com os regimes ou com o ocupante do poder executivo é afetada pelas crises econômicas e políticas.

O autor declara, ainda, o que revelam as evidências: que na maioria dos países latino-americanos o apoio à democracia não foi consolidado de forma generalizada, observando a volatilidade do apoio à política, à baixa identificação e desconfiança nos partidos políticos, e mesmo após um tempo da queda dos regimes autoritários não há um nível de estabilidade ao apoio à democracia.

Tabela 01– Apoio à democracia 2017 – 2018

PAÍS	2017	2018	DIFERENÇA
PARAGUAI	59	40	-19
EQUADOR	69	50	-19
ARGENTINA	68	58	-10
R. DOMINICANA	54	44	-10
BRASIL	43	34	-9
URUGUAI	70	61	-9
GUATEMALA	36	28	-8
EL SALVADOR	35	28	-7
BOLÍVIA	59	53	-6
COLÔMBIA	58	54	-4

PANAMÁ	46	42	-4
VENEZUELA	78	75	-3
PERU	45	43	-2
HONDURAS	36	34	-2
MÉXICO	38	38	0
COSTA RICA	62	63	1
CHILE	55	58	3
NICARAGUA	40	51	11

Fonte: Latinobarômetro 2018.

Como verificamos no relatório do ano de 2018 do Latinobarômetro, que analisou o índice de apoio à democracia nos países da América Latina e comparou esses valores por cada ano pesquisado, observamos que no ano de 2018, em 14 países, o índice de apoio à democracia decaiu em relação ao último ano pesquisado, se manteve estável no México e houve um aumento na Costa Rica (1), Chile (3) e Nicarágua (11).

Para tentarmos entender o motivo pelo qual houve essa evolução (negativa ou positiva) em relação à democracia em cada país de maneira específica é necessário que busquemos as explicações no interior de cada país, sua situação econômica, política, social, a condição de liberdade individual, de expressão, entre outros fatores. Porém, essa tabela nos mostra que nos últimos anos tem acontecido um distanciamento entre o regime democrático e os cidadãos, cabendo a nós uma reflexão do porquê o nível de apoio à democracia ter diminuído.

Assim, a vivência de um processo democrático em eleições periódicas não é suficiente para garantir um maior nível de qualidade da democracia. E a vitória de um candidato

apoiado pela maioria também não demonstra ser uma condição suficiente para garantir o apoio ao regime democrático.

Os anos de democracia decorridos após o período de transições não parecem ter gerado na população disposição para o apoio à democracia contra qualquer outra alternativa de regime. Diante disso, apesar da conjuntura atual não ser favorável ao ressurgimento de regimes autoritários, a flutuação tanto no apoio quanto na satisfação com a democracia abriu caminhos para o domínio de uma onda política conservadora e para a Nova Direita na arena política.

Ascensão do conservadorismo e da nova direita

Nas últimas décadas, tem ocorrido, segundo CODATO ET AL (2015), uma reconfiguração do campo conservador, uma ascensão ideológica e eleitoral da chamada Nova Direita. Um campo reacionário que vem surgindo e ganhando cada vez mais força eleitoral, bases políticas e penetração social através de novos líderes e partidos no cenário político mundial apresentando características próprias.

De acordo com CAMPOS (2019), algumas ideias específicas associadas à Nova Direita criam novas formas de enxergar o sistema e suas instituições, gerando assim novas regras que prescrevem a forma de conduta de alguns atores que passam a considerar o Estado, o mercado e a moral religiosa como os aspectos mais importantes no processo de regulação e interação entre Estados.

O movimento reacionário teve sua ascendência, conforme a autora, no desenvolvimento de poderosos quadros, tidos como respostas dadas ao descontentamento com políticas até então estabelecidas e aliados às oportunidades políticas para a implementação de um novo projeto político que pudesse solucionar os problemas da ordem política vigente.

Nesse segmento, a Nova Direita carrega consigo valores sociais que estão moldando o discurso político e opiniões sobre diversas questões importantes para sociedade, como

uma ideologia moral, nacionalista e de mercado fortes, que identificam os anseios de uma população em diferentes contextos culturais e políticos.

A “nova direita” como movimento transnacional

Então, mais do que apenas uma orientação política ou partidária, segundo CAMPOS (2019), a Nova Direita pode ser considerada um movimento de caráter transnacional, tendo em vista que há uma percepção de uma movimentação e articulação em diversos países distintos. Os movimentos e atores que englobam o movimento da Nova Direita são variados, tanto historicamente quanto geograficamente.

Como projeto intelectual, vai surgir na Europa usualmente ligada à Nova Direita Francesa de alguns militantes de direita do final da década de 1960 firmados no pensamento tradicional europeu. Eram associados a grupos de pesquisa e estudos para a civilização europeia, que possuía uma agenda direcionada para múltiplos realinhamentos ideológicos gerados por revoluções culturais e crises econômicas que abalaram as sociedades ocidentais.

Na década de 1970, mais grupos de direita disseminaram-se pela Itália, Alemanha, Rússia, União Soviética e países da Europa Central. Já nos Estados Unidos, a Nova Direita estava relacionada ao movimento *paleoconservador*, que, de acordo com CABRITA (2017), foi um termo utilizado na década de 1980 para distinguir os conservadores tradicionais dos neoconservadores, eles defendiam a tradição, a noção de um governo limitado, uma sociedade civil estruturada, o anticolonialismo e o antifederalismo.

Após o fim da Guerra Fria, segundo CAMPOS (2019), diante da transformação da sociedade em pós-industrial, do contexto da globalização econômica e do aumento da insatisfação com os políticos frente a instabilidade e a crise do desemprego, surgem as oportunidades políticas para que novos partidos acendessem oferecendo programas

“... a vivência de um processo democrático em eleições periódicas não é suficiente para garantir um maior nível de qualidade da democracia. E a vitória de um candidato apoiado pela maioria também não demonstra ser uma condição suficiente para garantir o apoio ao regime democrático.”

políticos que combinavam o anti-*establishment* com a busca pelo retorno do *status quo*, priorizando a preservação da identidade nacional.

Os discursos anti-migratórios passam a ressurgir fortalecendo as convicções nacionais e criando novas redes de pensamento político e de novos partidos de direita. Além disso, os protestos sociais também aumentaram, trazendo novas pautas e reivindicações atreladas à insatisfação dos governos.

Outro ponto importante, conforme CAMPOS (2019), foi a conquista da opinião pública ao despertar sentimentos para a necessidade de mudança do cenário político através das mídias. A partir de 2016, os eventos se intensificaram e países principalmente das regiões da América Latina, Estados Unidos e Europa iniciaram seus processos de reorientação política interna ligada ao conservadorismo, ideais nacionalistas, pró-mercado e em defesa da soberania que se expressa na Nova Direita.

O que é a “nova direita”?

A direita política, para CODATO et al (2015), viveu o seu ápice nos países centrais no final da década de 1970 e no início da década de 80, nos governos Thatcher no Reino Unido e Reagan nos Estados Unidos com a denominada “Era do Conservadorismo”. A estrutura da defesa dos mecanismos de mercado, o desmonte de políticas de bem-estar e proteção social em nome do equilíbrio dos gastos públicos, chegaram aos países da América Latina posteriormente no final da década de 1980 - 1990.

Porém, nos últimos anos, devido a uma série de mudanças estratégias programáticas, a Nova Direita tem ganhado o espaço da arena política. Mas o que é a “Nova Direita”? Para CODATO et al (2015), seria uma postura política que conserva elementos presentes na velha direita, quais sejam: o capitalismo como modelo econômico e preceitos morais tradicionais, o qual, entretanto, também reconhece e aceita as vantagens das políticas sociais implementadas pela esquerda, ao mesmo tempo que propõem uma desassociação com os regimes militares ditatoriais apoiados pelos partidos de velha direita.

Destacam a questão da busca pela igualdade de oportunidades (que não deve ser confundida com a igualdade plena) o que iria diferenciar da direita tradicional, na qual a desigualdade é hereditária, e da esquerda que visa à igualdade enquanto ideal humano. Há uma manifestação em favor da democracia e das liberdades, mas não relacionados a temas que permeiam a esfera conservadora.

Já ROEDER (2016) define a Nova Direita sob duas formas: i) a primeira seria neoconservadora, defensores da intervenção estatal limitada e do conservadorismo moral; ii) a segunda seria neoliberal, com partidos orientados pelo mercado, defensores da mínima intervenção do Estado na economia e que guardam um posicionamento libertário em relação aos posicionamentos individuais.

Nesse contexto, ROCHA (2018) afirma que a Nova Direita não é um movimento homogêneo, é um fenômeno mais complexo, tendo em vista que pode ser composta de vários grupos que possuem relações entre si e tensões, e quando chegam ao poder por meio de uma militância organizada em diversos grupos políticos e entidades civis pode culminar na formação de um amálgama ideológico inédito, como por exemplo no caso do Brasil, do ultra liberalismo-conservador.

Isto posto, na tentativa de investigar sobre a presença da Nova Direita na América Latina, a seguir abordaremos a classificação dos regimes políticos por meio do Índice Economist Intelligence Unit (EIU), que considera a cultura política como uma variável na medição e realizaremos um levantamento dos partidos políticos dos presidentes eleitos na tentativa de realizar uma classificação política ideológica dos governos.

Os novos regimes políticos na América Latina

Neste trabalho, nosso objetivo foi analisar os regimes políticos latino-americanos, a partir da filiação partidária dos presidentes eleitos e tentar construir um enquadramento ideológico a partir do posicionamento dos partidos. Utilizamos a classificação mais ampla da Ciência Política no que tange à diferenciação ideológica partidária (esquerda, centro e direita), uma vez que nosso intuito não é construir ou dialogar sobre as mais diversas teorias e formas de classificação ideológica, apenas

mapear o cenário político que se encontra a América Latina atualmente. Ainda fizemos uma abordagem teórica e empírica sobre as nuances da democracia a partir do instrumento de análise, INDEX DEMOCRACY (2012), através do Índice Economist Intelligence Unit,¹ que é um estudo realizado pela Revista The Economist, todos os anos com o intuito de mensurar a percepção do regime político democrático em alguns países distribuídos pelos cinco continentes e fazer uma associação com os dados trazidos pelo relatório do ano de 2018 do Latinobarómetro, principalmente sobre o que diz respeito ao apoio dos cidadãos à democracia.

Classificação dos regimes políticos na América Latina pelo índice Economist Intelligence Unit (EIU)

Migrar de um regime autoritário para um regime democrático não é suficiente para consolidação de um regime político e garantia dos direitos dos cidadãos. A Revista inglesa The Economist faz todos os anos um levantamento sobre a qualidade da democracia em 167 países, utilizando o The Democracy Index para classificar os países quanto ao regime democrático. Esse índice baseia-se em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo; funcionamento do governo; participação política; cultura política e liberdades civis. Com base nas pontuações de cada país nessas categorias, eles são classificados como “democracia plena”, “democracia falha”, “regime híbrido” ou “regime autoritário”.

De acordo com o The Democracy Index do ano de 2019, 76 dos 167 países analisados no estudo podem ser considerados democracias. Dos 91 países restantes, 54 são “regimes autoritários e 37 como regimes “híbridos”.

Confirmando os dados do Latinobarómetro de 2018², que condiciona à democracia ao contexto da ausência da percepção de progresso e problemas econômicos. A região da

¹ Para mais informações sobre o Índice, acesse: <https://www.eiu.com/topic/democracy-index>.

² Para mais informações sobre o relatório Latinobarómetro 2018, acesse: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

América Latina, conforme os dados do The Democracy Index de 2019 se apresenta como a pior região quanto ao desempenho em relação ao índice de democracia, registrando uma queda de 0,11 pontos em sua pontuação regional média em comparação com 2018.

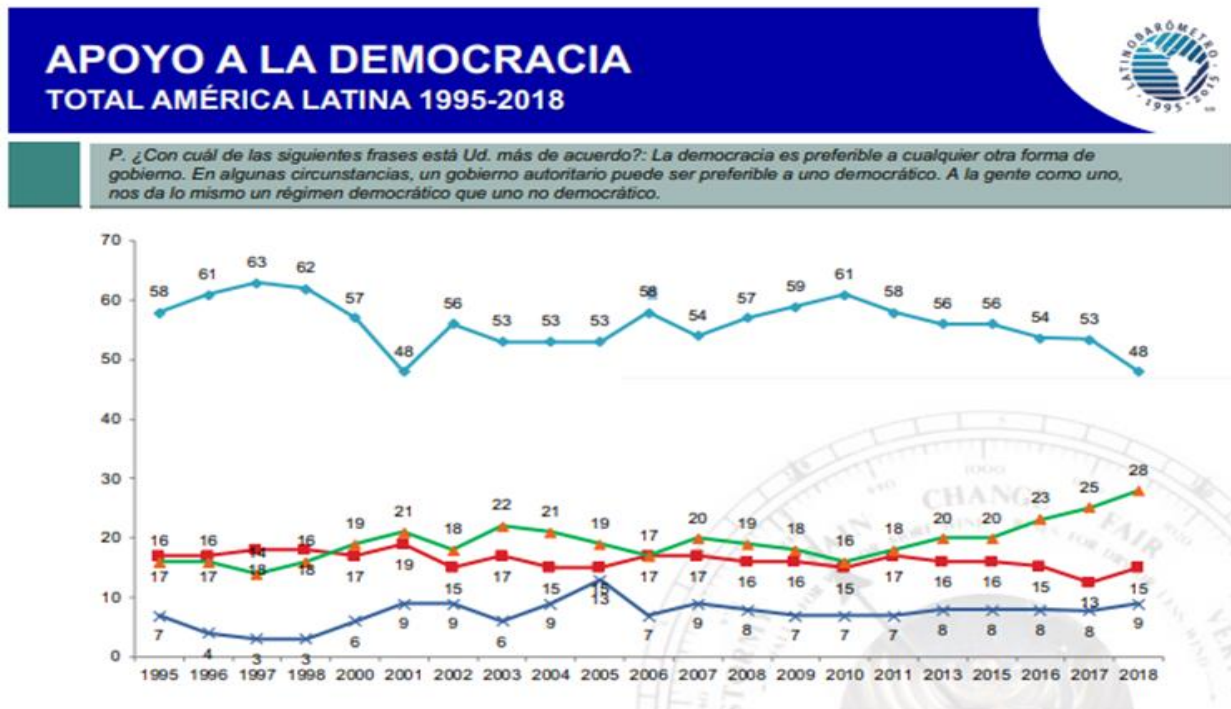
Nesse contexto, observamos a coexistência da aceitação da democracia como o regime político mais necessário para resguardar os direitos e liberdades dos cidadãos em oposição a regimes políticos autoritários ao tempo que existe a decepção quanto ao seu pleno funcionamento.

Nesse mesmo relatório da THE ECONOMIST (2019), surge um questionamento quanto às motivações para haver *uma regressão democrática global*. E, como explicação para essa problemática, as seguintes respostas: I - aumento da governança de elite / especialistas ao invés de participação popular; II - influência de Instituições e Órgãos não eleitos e irresponsáveis; III - questões substantivas de importância nacional da arena política serem resolvidas apenas por políticos, especialistas ou órgãos supranacionais à porta fechada; IV – um fosso cada vez maior entre as elites e partidos políticos, por um lado, e os eleitores do outro; V – declínio nas liberdades civis, de imprensa e de expressão.

E, como resultantes desse processo de descrença na democracia, se observa que a crescente vacuidade da política nacional e o retrocesso das elites políticas e partidos do envolvimento com seus eleitorados resultaram em níveis decrescentes de confiança popular nas instituições e partidos políticos, declínio do envolvimento político e um ressentimento crescente entre os eleitores com a falta de representação política. (DEMOCRACY INDEX, 2019). O que faz necessária uma nova política entre o povo e os seus representantes eleitos.

Como observado pelo Latinobarômetro nos países da América Latina, os cidadãos que se distanciaram do apoio ao regime democrático preferem ser indiferente ao tipo de regime, afastando-se da política, democracia e suas instituições.

Gráfico 01 - Apoio à Democracia na América Latina (1995-2018)



Fonte: Adaptado do relatório Latinobarômetro, 2018.

O gráfico 01 do relatório do Latinobarômetro de 2018 nos permite concluir que desde 2010 houve um aumento sistemático ao número de pessoas que se declaram “indiferentes” ao tipo de regime, passando de 16% em 2010 para 28% em 2018. Esses dados demonstram o descontentamento dos cidadãos em relação à democracia, por fatores já elencados e como consequência: a possibilidade de surgimento de líderes personalistas.

De acordo com o Índice da Democracia, o ano de 2019, conforme observamos na Tabela 02, obteve a pior pontuação global desde 2006 quando houveram as primeiras análises em relação à qualidade da democracia. Nesse ano, a pontuação global média caiu de 5,48 índice verificado em 2018 para 5,44 (em uma escala de 0 a 10), em 2019. Essa pontuação se deve ao fato das regressões nas pontuações regionais médias na América Latina e na África Subsaariana. Apenas a região da América do Norte registrou melhora em sua pontuação média em 2019, graças a uma melhora modesta na pontuação do

Canadá. As categorias avaliadas pelo índice processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, cultura e liberdades civis, também se deterioraram em 2019.

A exceção foi a participação política, para a qual a pontuação global média subiu. A despeito deste fato, a variável que contribuiu para a melhora dos índices da categoria participação política foi a participação dos cidadãos em protestos por todo mundo. Nesse sentido, esse nível elevado de engajamento popular impediu que o Índice de Democracia caísse ainda mais do que em 2019.

O pano de fundo da recente onda de protestos é em parte econômico, mas questões econômicas por si só não podem explicar o aumento da agitação. Tendências democráticas regressivas e fracassos políticos têm sido os principais fatores. É o crescimento da desconfiança popular em governos, instituições, partidos e políticos que está impulsionando muitos dos movimentos de protesto de hoje. (DEMOCRACY INDEX, 2019: 17, tradução nossa).

Na América Latina, em especial, a pontuação geral do índice da qualidade da democracia caiu de 6,24, em 2018, para 6,13, em 2019, tendo um quarto ano consecutivo de queda. Em 2019, o declínio regional foi impulsionado principalmente pela crise pós-eleitoral na Bolívia e, em menor medida, pela regressão democrática na Guatemala e no Haiti. O uso crescente de práticas autoritárias na Venezuela, Nicarágua e Bolívia é responsável por grande parte da recente deterioração democrática regional (DEMOCRACY INDEX, 2019).

Tabela 02 - Índice de democracia 2006-19 por região

CONTINENTES	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2006
ÁSIA E AUSTRALASIA	5.67	5.67	5.63	5.74	5.74	5.70	5.61	5.56	5.51	5.53	5.58	5.44
EASTEM EUROPE	5.42	5.42	5.40	5.43	5.55	5.58	5.53	5.51	5.50	5.55	5.67	5.76
LATIN AMERICA	6.13	6.24	6.26	6.33	6.37	6.36	6.38	6.36	6.35	6.37	6.43	6.37
MIDLE EAST NORTH AFRICA	3.53	3.54	3.54	3.56	3.58	3.65	3.68	3.73	3.62	3.43	3.54	3.53
NORTH AMÉRICA	8.59	8.56	8.56	8.56	8.56	8.59	8.59	8.59	8.59	8.63	8.64	8.64
WESTEM EUROPE	8.35	8.35	8.38	8.40	8.42	8.41	8.41	8.44	8.40	8.45	8.61	8.60
SUB SAHARAN AFRICA	4.26	4.36	4.35	4.37	4.38	4.34	4.36	4.32	4.32	4.23	4.28	4.24
WORD AVERAGE	5.44	5.48	5.48	5.52	5.55	5.55	5.53	5.52	5.49	5.46	5.55	5.52

Fonte: The Economist Intelligence Unit.

Corroborando com as informações diagnosticadas pelo The Economist Intelligence Unit, os dados do Latinóbarômetro de 2018 a respeito do apoio à democracia pelos cidadãos latino-americanos evidenciam que a partir de 2010 os índices de confiança começam a diminuir e os protestos democráticos começam a se disseminar.

Quando analisamos o questionário do Latinóbarômetro constatamos a satisfação com a democracia. Observamos que aumentam de 51%, em 2008, a 71%, em 2018, o número de insatisfeitos. Em nenhum país da região existe uma maioria satisfeita, apenas três

países este resultado é próximo ter um em cada dois cidadãos satisfeitos: Uruguai com 47%, Costa Rica com 45% e Chile com 42%. Conforme observamos no gráfico 02:

Gráfico 02 - Satisfação com a democracia nos países latino-americanos



Fonte: Relatório Latinobarômetro 2018

Os números revelados pelo índice da democracia e pelo relatório do latinobarômetro de 2018 caracterizam a realidade política e social, a qual os países vivenciam, especificamente os países da América Latina, no qual nos detemos neste trabalho. Esses estudos deixam claro que os avanços na participação política e na cultura política conseguiram compensar apenas parcialmente a piora na pontuação geral. Além disso, o desempenho da América Latina em termos de funcionamento do governo permanece sem boas perspectivas, associado a altos níveis de corrupção, violência, tráfico de drogas e crime organizado, que acabam por impactar no processo democrático. A governança ineficaz aumentou a insatisfação popular, minando a confiança nas instituições políticas e na percepção da democracia. Sistemas políticos disfuncionais e o fracasso dos

governos em atender às preocupações dos eleitores levaram a uma melhoria na participação política em toda a região (DEMOCRACY INDEX, 2019).

Classificação política ideológica dos governos na América Latina

Em recente trabalho, OLIVEIRA (2019) afirma que existe um esforço da literatura na área de Ciência Política em associar as dimensões organizacionais e ideológicas para compreender se, e de que maneira, diferentes incentivos provenientes da organização partidária influenciam as mudanças ideológicas dos partidos políticos. Nesta seção do artigo, analisaremos as disposições partidárias, para verificarmos o seu caráter ideológico, em seu viés de classificação mais abrangente, qual seja, direita, esquerda e centro, nos regimes políticos dos países da América Latina. Para isso faremos uma revisitação nos governos, a partir de sua consolidação democrática.

MAINWARING, BRINKS E PÉREZ-LIÑÁN (2001), através de investigação realizada entre 19 países da América Latina no período de 1945 a 1999, identificaram os regimes políticos e realizaram uma classificação tricotômica, na qual dividiram os regimes em democráticos, semi-democráticos e autoritários, variando do mais democrático ao menos democrático. Verificou-se também a existência das seguintes características: Eleições para o Legislativo e o Executivo, direito a voto, liberdades civis e condições das autoridades eleitas para exercerem o governo.

Nós nos propusemos a, em certo sentido, prosseguir com essa investigação, sabendo é claro que, como afirmaram os autores, classificar regimes políticos para um número médio de países em um período extenso é uma tarefa demorada e trabalhosa. Portanto, verificamos a listagem dos últimos presidentes da América Latina, a partir de 1999 até os dias atuais, e classificamos o caráter ideológico do governo a partir da filiação partidária do presidente. Como nosso objetivo é fazer apenas um panorama ideológico dos países, não utilizaremos as métricas mais difundidas de análise e classificação dos partidos, utilizamos, apenas, a autoclassificação partidária para construção da nossa classificação. Sendo assim, construímos uma tabela (Tabela 03) para melhor visualização desses dados.

Tabela 03: Classificação partidária dos países da América Latina

PAÍS	PRESIDENTE	PERÍODO	PARTIDO	ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA
<i>ARGENTINA</i>	Carlos Menem Fernando de la Rúa Adolfo Rodríguez Saá Eduardo Duhalde Nestor Kircherr Cristina Kircherr Mauricio Macri Alberto Fernández	(1989 1999) (1999 2001) (2001) (2002 2003) (2003 2007) (2007 2015) (2015 2019) Atual	Partido da Justiça (PJ) P. União Cívica Radical P. União Cívica Radical Partido Justicialista Partido Justicialista Partido Justicialista Proposta Republicana Partido Justicialista	Centro esquerda Esquerda Esquerda Centro esquerda Centro esquerda Centro esquerda Centro Direita Centro esquerda
<i>BOLÍVIA</i>	Hugo Banzer Jorge Queiroga Gonzalo Sanches Carlos Mesa Eduardo Rodríguez Evo Morales Jeanine Áñez	(1997 2001) (2001 2002) (2002 2003) (2003 2005) (2005 2006) (2006 2019) Atual	P.A. Democrática Nacionalista P. A. Democrática Nacionalista PMNR PFER Presidente da Suprema Corte P.Movimento para o Socialismo Democrátas	Direita Direita Esquerda Esquerda X Esquerda Centro Direita
<i>BRASIL</i>	FHC LULA Dilma Rousseff Michel Temer Jair Messias Bolsonaro	(1995 2003) (2003 2011) (2011 2016) (2016 2019) Atual	PSDB PT PT MDB Sem partido	Centro Direita Esquerda Esquerda Centro Direita (PSL)
<i>CHILE</i>	Eduardo Frei Ruiz Tagle Ricardo Lagos Michele Bachelet Sebastián Piñera Michele Bachelet Sebastián Piñera	(1994 2000) (2000 2006) (2006 2010) (2010 2014) (2014 2018) (2019 atual)	Partido Democrata Cristã Partido Socialista do Chile Partido Socialista do Chile Partido da Renovação Nacional Partido Socialista do Chile UDI, EVÓPOLI E PRI	Direita Esquerda Esquerda Centro Direita Esquerda Direita
<i>COLÔMBIA</i>	Andrés Pastrana Arango Álvaro Uribe Vélez Juan Manoel Santos Iván Duque Marques	(1998 2002) (2002 2010) (2010 2018) (2018 atual)	Partido Conservador Colombiano Partido Liberal Colombiano P. Social da Unidade Nacional Partido Centro Democrático	Centro Direita Centro Esquerda Centro Direita Direita

<i>COSTA RICA</i>	Miguel Angel Echeverría Abel Pacheco de la Espriella Oscar Rafael Sánchez Laura Chinchilla Miranda Luis Guilherme Sollis Carlos Alvarada Quesada	(1998 2002) (2002 2006) (2006 2010) (2010 2014) (2014 2018) (2018 2020)	P. de la Unidad S. Cristiana P. de la Unidad S. Cristiana Partido Libertación Nacional Partido Libertación Nacional Partido Ação Cidadã Partido Ação Cidadã	Centro Direita Centro Direita Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda
<i>CUBA</i>	Fidel Castro Raúl Castro Miguel Dias	(1998 2008) (2008 2018) (2019 atual)	Partido Comunista de Cuba Partido Comunista de Cuba Partido Comunista de Cuba	Esquerda Esquerda Esquerda
<i>EQUADOR</i>	Fabián Alarcón Jamil Mahuad Gustavo Noboa Lucio Edwin Bórbúa Alfredo Palácio Rafael Correa Lenin Moreno	(1997 1998) (1998 2000) (2000 2003) (2003 2005) (2005 2007) (2007 2017) (2018 2020)	Frente Radical Alfarista Democracia Popular Democracia Popular P. Sociedade Patriótica Sem partido P. Alianza País P. Alianza País	Centro Centro Direita Centro Direita Direita Sem partido Esquerda Esquerda
<i>EL SALVADOR</i>	Armando Calderón Sol Francisco Flores Pérez Elias Antonio González Carlos Mauricio Cartagena Salvador Sánchez Cerén Nayib Bukele	(1994 1999) (1999 2004) (2004 2009) (2009 2014) (2014 2019) (atual)	ARENA ARENA ARENA FMLN FMLN GANA	Direita Direita Direita Esquerda Esquerda Direita
<i>GUATEMALA</i>	Álvaro Enrique Arzú Irigoyen Alfonso Portillo Cabrera Óscar Berger Álvaro Colom Otto Pérez Molina Alejandro Maldonado Jimmy Morales Alejandro Giammattei	(1996 2020) (2000 2004) (2004 2008) (2008 2012) (2012 2015) (2015 2016) (2016 2019) (atual)	P. Nacional do Avanço F. Republicana da Guatemala P. Nacional de Solidariedade P. Uni. Nacional da Esperança Partido Patriota Sem partido P. F Nacional de Convergência Partido Vamos	Direita Direita Direita Centro Esquerda Direita Sem partido Direita Centro Direita
<i>HAITI</i>	René Prével Jean Bertrand Aristide Boniface Alexandre René Prével Michel Martelly	(1996 2001) (2001 2004)	P. Família Lavalla P. Família Lavalla Presidente da Corte Lespwa Repons Peyizan	Centro Esquerda Centro Esquerda Sem partido

	<i>Jovenel Moise</i>	(2004 2006) (2006 2011) (2011 2017) (<i>atual</i>)	<i>Parti Haïtien Tèt Kale</i>	<i>Centro Esquerda Centro Direita Centro Direita</i>
<i>HONDURAS</i>	Carlos Roberto Flores Ricardo Maduro Manuel Zelaya Roberto Micheletti Porfirio Lobo Sosa Juan Orlando Hernández	(1998 2002) (2002 2006) (2006 2009) (2009 2010) (2010 2014) (2014 <i>atual</i>)	Partido Liberal de Honduras Partido Nacional de Honduras Partido Liberal de Honduras Partido Liberal de Honduras Partido Nacional de Honduras Partido Nacional de Honduras	Centro Direita Direita Centro Direita Centro Direita Direita Direita
<i>MÉXICO</i>	Vicente Fox Felipe Calderón Enrique Peña Nieto Andrés López Obrador	(2000 2006) (2006 2012) (2012 2018) (2018 <i>atual</i>)	Partido de Ação Nacional Partido de Ação Nacional P. Revolucionário Institucional M. Regeneração Nacional	Direita Direita Centro Esquerda
<i>NICARÁGUA</i>	Arnoldo Alemán Enrique Bolaños Geyer Daniel Ortega Saavedra	(1997 2002) (2002 2007) (2007 <i>atual</i>)	P. Liberal Constitucionalista Alianza por la República F. Sandinista de L. Nacional	Direita Direita Esquerda
<i>PANÁMÁ</i>	Ernesto Pérez Balladares Mireya Moscoso Martín Torrijos Espino Ricardo Martinelli Juan Carlos Varela Laurentino Cortizo	(1994 1999) (1999 2004) (2004 2009) (2009 2014) (2014 2019) (2019 <i>atual</i>)	P. Revolucionário Democrático P. Arnulfista P. Revolucionário Democrático Mudança Democrática Partido Panameñista P. Revolucionário Democrático	Centro Esquerda Direita Centro Esquerda Centro Direita Direita Esquerda
<i>PARAGUAI</i>	Raúl Cubas Grau Luis Ángel González Macchi Nicanor Duarte Frutos	(1998 1999) (1999 2003)	Partido Colorado Partido Colorado Partido Colorado Aliança Patriótica	Direita Direita Direita

	Fernando Lugo Frederico Franco Horacio Cartes Mario Abdo Benítez	(2003 2008) (2008 2012) (2012 2013) (2013 2018) (atual)	Partido Liberal Partido Colorado Partido Colorado	Centro Esquerda Centro Direita Direita
<i>PERU</i>	Alberto Fujimori Valentín Paniagua Alejandro Toledo Alan García Pérez Ollanta Humala Pedro Pablo Kuczynski Martín Vizcarra	(1990 2000) (2000 2001) (2001 2006) (2006 2011) (2011 2016) (2016 2018) (2018 atual)	Cambio 90 Ação Popular Peru Possível PARA PNP Peruanos para Mudança Peruanos para Mudança	Direita Centro Esquerda Centro Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Direita Centro Direita
<i>REPUBLICA DOMINICA</i>	Leonel Fernández Hipólito Mejía Leonel Fernández Danilo Medina Luis Abinader	(1996 2000) (2000 2004) (2004 2012) (2012 2020) (atual)	P. da Libertação Dominicana P. Revolucionário Dominicano P. da Libertação Dominicana P. da Libertação Dominicana P. Revolucionário Moderno	Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Esquerda
<i>URUGUAI</i>	Julio María Sanguinetti Jorge Batlle José Mujica Tabaré Vázquez Lacalle Pou	(1995 2000) (2000 2005) (2010 2015) (2015 2020) (atual)	Partido Colorado Partido Colorado Partido Frente Amplio Partido Frente Amplio Partido Nacional	Centro Direita Centro Direita Centro Esquerda Centro Esquerda Centro Direita
<i>VENEZUELA</i>	Hugo Chávez Hugo Chávez Pedro Carmona Estanga Diosdado Cabello Hugo Chávez Hugo Chávez	(1999 2001) (2001 2002) (2002)	P. Socialista Unido da Venezuela P. Socialista Unido da Venezuela Golpe de Estado	Esquerda Esquerda Golpe de Estado Esquerda Esquerda

	Hugo Chávez Nicolás Maduro	(2002	P. Socialista	Unido	da	Esquerda
		2007)	Venezuela			Esquerda
		(2007	P. Socialista	Unido	da	Esquerda
		2013)	Venezuela			
		(2013)	P. Socialista	Unido	da	
		(2013)	Venezuela			
		(2013	P. Socialista	Unido	da	
		atual)	Venezuela			
			P. Socialista	Unido	da	
			Venezuela			

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como podemos observar, o processo de democratização da América Latina possibilitou em quase todos os países, com exceção de Cuba, República Dominicana e da Venezuela, a promoção de eleições periódicas e alternância partidária, consequentemente ideológica no poder, onde essas características se tornaram atributos constantes da democracia. Nesses vinte países que verificamos, dos presidentes com mandato atual, em onze países (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Paraguai, Peru e Uruguai) os governantes possuem nuances de direita e nove deles de esquerda (Argentina, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Venezuela). O fato é que nos últimos anos estão se alastrando governos de direita, com tendências mais conservadoras nos países latino-americanos, principalmente quando comparamos com o período de 2007 a 2011, que a predominância era dos governos de esquerda.

Quando o recorte é a América do Sul, essa situação é ainda mais visível. Podemos citar como exemplos: as eleições de Maurício Macri, em 2015, na Argentina; Sebastian Piñera, em 2017, no Chile; Ivan Duque, eleito presidente em 2017 pelo Centro Democrático na Colômbia, recém-criado partido de direita; Lenín Moreno, eleito presidente do Equador em março de 2017 pelo Alianza PAIS e, mais recentemente, Jair Bolsonaro no Brasil, conforme assinalou ZUCATTO (2019).

No caso brasileiro, desde 2019 o país passou a ser governado por um presidente com vertentes ideológicas de direita, em oposição aos 13 anos de governo de Lula e Dilma

do PT (esquerda) e 2 anos de governo Temer do MDB (centro). Especificamente no caso brasileiro, essa virada à direita para alguns analistas, conforme observa MELO (2016) teria suas raízes nas manifestações de junho de 2013, pelo fato de grupos também de direita terem reconfigurado as ruas (e a internet) em busca de espaços novos, no sentido de luta por direitos e representatividade, mas principalmente, para criticarem os problemas sociais, a corrupção e os governos petistas, através de expoentes, como, na época, o deputado federal Jair Bolsonaro.

Nesse contexto, se faz importante destacar a influência dos aparelhos privados de hegemonia e de ação doutrinária da Nova Direita no Brasil abordado por CASIMIRO (2018), sobretudo em meados da década de 1990 após o governo FHC, quando pela primeira vez um conjunto de burguesias passou a exercer uma efetiva hegemonia no processo econômico-político e social brasileiro.

Segundo CASIMIRO (2018), a penetração de aparelhos burgueses na ação política e ideológica na estrutura estatal, no sentido de ampliação das expropriações sociais em benefícios de interesses específicos de uma determinada classe dominante, demonstra o “*modus operandi*” da Nova Direita brasileira para uma articulação dialética entre coerção e consenso.

Para o referido autor, a Nova Direita brasileira não apresenta uma homogeneidade ideológica, comportando orientações distintas do monetarismo da Escola de Chicago e do neoliberalismo da Escola Austríaca, visando assegurar a garantia da ampliação das taxas de lucro e da acumulação de capitais.

Assim, essas classificações ideológicas dos presidentes eleitos nos permitem inferir sobre as políticas públicas e medidas econômicas a serem adotadas e quais as medidas de política externa o país fará e, assim seguindo os ditames de sua orientação partidária, esses presidentes construirão o modelo de governança dos seus países.

Conclusões

Neste trabalho, buscamos realizar uma investigação sobre a onda política conservadora que se instaurou na América Latina nos últimos anos, analisando os regimes políticos latino-americanos, a partir da filiação partidária dos presidentes eleitos e da análise sobre a consolidação da democracia nesses países.

Partimos da hipótese de que o processo de consolidação das transições de regimes na América Latina vem possibilitando a ascensão da direita, pois, à medida que problemas socioeconômicos não são resolvidos, os cidadãos buscam outras alternativas políticas cada vez mais vinculadas ao conservadorismo. Observamos, a partir da filiação partidária dos atuais presidentes da América Latina, que nos últimos anos houve uma tendência a mudança do caráter ideológico nesses países mais direcionado a partidos de caráter conservador.

Podemos concluir também que países que viveram décadas em regimes de esquerda passaram a ser governados por presidentes filiados a partidos de direita, o que nos faz refletir sobre as seguintes problemáticas: existe, hoje, uma saturação dos regimes de esquerda? As políticas públicas ou a ausência delas acabam por gerar insatisfação dos cidadãos e descontentamento quanto ao regime ideológico do partido do presidente? Porque os governantes de direita ascenderam ao poder?

Responder a esses questionamentos não foi o objetivo central do nosso trabalho, uma vez que o nosso foco foi mostrar como a democracia afeta os regimes políticos existentes nos países e explicar como a plena existência da democracia, mesmo que por vezes desacreditada, possibilita a ascensão ao poder de diferentes regimes políticos, a representatividade da vontade do povo e a qualidade dos regimes políticos.

Outro aspecto que merece destaque é a confiança da população em relação à democracia, principalmente quando se diz respeito às instituições que compõe o regime democrático nos últimos anos. Observamos baixos índices de apoio à democracia e por outro lado, conseqüentemente, uma mudança em relação padrão do sistema político existente. Se pudermos fazer uma associação entre os dois aspectos que tratamos nesse artigo, acrescentaríamos que, quando o país vivenciava um regime político de esquerda,

o nível de apoio em relação à democracia era maior, como atesta o relatório do Latinobarómetro e o Índice Economist Intelligence Unit.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

AGUERO, F. The military and the limits to democratization in South America. In: *Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective*, ed. MAINWARING, S., O'DONNELL G. & VALENZUELA, J.S., p.153-98. Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1992.

AGUERO, F. *Soldiers, Civilians, and Democracy: Post-Franco Spain in Comparative Perspective*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1995.

BAQUERO, M. “Obstáculos Formais à Democracia Social – Poliarquia, Cultura Política e Capital Social no Brasil”, in R. S. GONZALEZ, *Perspectivas sobre Participação e Democracia no Brasil*, Ijuí, Ed. Unijuí, 2007.

BAQUERO, M. “Padrões de Constituição da Cultura Política na América Latina no Século”, in M. BAQUERO, *Culturas(s) Política(s) e democracia no Século XXI na América Latina*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2011.

BRATTON, M. & VAN DE WALLE, N. Popular protest and political reform in Africa. *Comparative Politics*, 24:419-42, 1992.

BURKHART, R. & LEWIS-BECK, M. Comparative democracy: the economic development thesis. *American Political Science Review*, 88:903-10, 1994.

CABRITA, Criatiano. Conservadorismo Americano e o Neoconservadorismo: A Dicotomia na Cultura Política Norte-Americana. *Revista Nação e Defesa*. N.º 148 pp. 116-138, 2017.

CAMPOS, Letícia Oliveira. *A ascensão da nova direita como movimento transnacional e os desafios das instituições: O caso do Brexit*. 25f. Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *Direita, volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro* / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

COLLIER, R. & MAHONEY, J. Adding collective actors to collective outcomes: labor and recent democratization in South America and Southern Europe. *Comparative Politics*, 29:285-303, 1997.

CORPORACIÓN LATINOBAROMETRO, 2018. Disponível em Banco de dados en línea: www.latinobarometro.org

DEMOCRACY INDEX. *A year of democratic setbacks and popular protest*, 2019.

EASTON, D. *Uma teoria de análise política*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

GEDDES, Barbara. O que sabemos sobre democratização depois de vinte anos?. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. VII, nº2, 2001, pp. 221-252.

GONZALÉZ, Rodrigo Stumpf. Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina. *Revista Temas y Debates*. ISSN 1666-0714, año 18, número 28, julio-diciembre, pp. 13-28, 2014

HAGGARD, S. & KAUFMAN, R.R. *The Political Economy of Democratic Transitions*. Princeton, Princeton University Press, 1995.

HUNTINGTON, S.P. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, University of Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, R. “How solid is mass support for democracy—and how can we measure it?”, in *Political Science and Politics*, 36 (01), 2003.

MAINWARING, S; BRINKS, D; PÉREZ-LIÑÁN. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999*. *DADOS — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº4, 2001, pp. 645 a 687.

MELO, Demian Bezerra. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, Felipe Abranches; HOEVELER, Rejane Carolina (org.). *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 67-76.

MISHLER, W; ROSE, R. “Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures”, in *International Political Science Review*, Vol. 22, N. 4, 2001.

MOISÉS. J. A. (Org.), *Democracia e Confiança - Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Democráticas?*, 1 ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MOISÉS. J. A, “A desconfiança nas instituições democráticas”, in *Opinião Pública* [online], Vol.11, N.1, 2005.

MORLINO, L. *La calidad de las democracias en América Latina. Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral (IDEA Internacional)*, San José, Costa Rica, 2014.

O'DONNELL, G; SCHMITTER, P. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986.

OLIVEIRA, A. Organização e Ideologia nos partidos da América Latina: Uma aproximação da Hipótese de Michels. *Dados*, Rio de Janeiro, vol, 62,2019.

PRZERWORSKI, A. & LIMONGI, F. Modernization: theories and facts. *World Politics*, 49:155-83, 1997.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, Mais Mises”: *Uma gênese da nova direita brasileira (206-2018)*. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

ROEDER, Karolina Mattos. Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise do seu perfil social. *10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política: Ciência Política e a Política- Memória e Futuro*. Belo Horizonte. 30 de agosto a 2 de setembro, 2016.

ZUCATTO, G E. ASCENSÃO DA DIREITA NA AMÉRICA DO SUL. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/05/A-ASCENS%C3%83O-DA-DIREITA-NA-AM%C3%89RICA-DO-SUL>

Data de Submissão: 25/11/2020

Data do Aceite: 07/04/2021

A QUESTÃO DA MORADIA E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL: Notas Críticas

Marcelo Loura de Moraisⁱ

96

Resumo: este artigo pretende apresentar e debater de forma crítica o problema da falta de moradia, investigar suas origens e causas sob o modo de produção capitalista. Analisamos também a sua principal consequência que é formação de um espaço segregado e dividido em enclaves fortificados e condomínios residenciais de luxo; e grandes aglomerados urbanos com condições precárias de vida.

Palavras-chave: Habitação; segregação; fragmentação; moradia.

THE HOUSING ISSUE AND THE PROCESS OF RESIDENTIAL SEGREGATION: CRITICAL NOTES

Abstract: this article aims to present and critically discuss the problem of homelessness, to investigate its origins and causes under the capitalist mode of production. We also analyzed its main consequence, which is the formation of a segregated space divided into fortified enclaves and luxury residential condominiums; and large urban agglomerations with precarious living conditions.

Keywords: habitation; segregation; fragmentation; housing.

LA CUESTIÓN DE LA VIVIENDA Y EL PROCESO DE SEGREGACIÓN RESIDENCIAL: NOTAS CRÍTICAS

Resumen: este artículo pretende presentar y discutir críticamente el problema de la falta de vivienda, investigar sus orígenes y causas en el modo de producción capitalista. También analizamos su principal consecuencia, que es la formación de un espacio segregado dividido en enclaves fortificados y barrios cerrados; y grandes aglomeraciones urbanas con precarias condiciones de vida.

Palabras clave: habitación; segregación; fragmentación; las viviendas.

ⁱ Marcelo Loura de Morais. Doutorando em Geografia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Professor de ensino fundamental II na Prefeitura municipal do Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0002-4241-7678>.

Introdução: (de Engels a Mike Davis – ou como as moradias precárias tornaram-se um fenômeno de expressão mundial)

Em toda a parte do terceiro mundo a escolha da moradia é um cálculo complicado de considerações ambíguas (Mike Davis, 2006: 39).

Na madrugada do dia primeiro de maio de 2018, uma terça-feira, um prédio em péssimas condições infraestruturais, localizado na região central de São Paulo, próximo ao Largo Paissandu, se incendiou e desabou. Aproximadamente 400 pessoas eram cadastradas como moradores dessa ocupação (MTST, 2018). Longe de ser uma exceção, esse acontecimento trouxe à tona um grande problema contemporâneo brasileiro: a enorme quantidade de pessoas sem-teto. Segundo algumas estimativas, o número se aproxima de 6,35 milhões de famílias sem casa no Brasil (BOULOS, 2018). Acaba não restando alternativa para grande parte da população pobre a não ser se abrigar em moradias precárias estabelecidas em áreas de risco ambiental ou via ocupação que inclui prédios públicos e privados antigos, abandonados em estado precário do ponto de vista estrutural localizados nos centros das grandes cidades.

São inúmeros os relatos de como a questão da habitação é um problema crônico do modo de produção capitalista e que ainda persiste principalmente nos países periféricos. Mike Davis (2009), em seu livro *Planeta Favela*, demonstra como a expansão generalizada da pobreza e das péssimas condições de vida urbana no terceiro mundo tem relação direta com a grande expansão da vida urbana e industrial dos países periféricos no século XX. Problema inclusive já detectado por ENGELS (2010) em seu estudo clássico, publicado originalmente em 1845, sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, como consequência da grande expansão urbana decorrente da primeira Revolução Industrial. Da mesma forma que encontrávamos em Londres “onde vive a maior parte da classe operária (...) pátios estreitos, lamacentos, mal arejados e com esgotos precários, alinhando-se entre oito e vinte prédios” (ENGELS, 2010: 80), atualmente “existem provavelmente mais de 200 mil favelas, cuja população varia de algumas centenas a mais de 1 milhão de pessoas em cada uma delas (DAVIS, 2009: 37). Dos quais, “sozinhas, as cinco grandes metrópoles do sul da Ásia contêm cerca

de 15 mil comunidades faveladas cuja população total excede os 20 milhões de habitantes” (ibid). Países como Tanzânia, Etiópia e Bangladesh possuem, por exemplo, os percentuais de população urbana morando em favelas de 92,1%; 99,4% e 84,7% respectivamente (DAVIS, 2006: 34).

Somente na região metropolitana de São Paulo, o déficit habitacional chega a um milhão

“... a questão da moradia é um problema de difícil resolução sob os limites do capitalismo, pois mesmo projetos reformistas são incapazes de solucionar esta situação, e “uma solução que sempre gera de novo seu próprio problema”, não é, ‘portanto solução nenhuma’ (Engels)”.

de unidades, segundo cálculos realizados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em 2018¹. A questão da moradia tornou-se tão problemática na maior metrópole brasileira, que está se proliferando uma forma habitacional precária onde as pessoas habitam o interior de buracos presentes em viadutos e pontes. O viaduto Rudge, por exemplo, onde se localiza a Favela do Moinho, possui cerca de 70 famílias morando em casas improvisadas sob a estrutura do viaduto.²

Em todo o terceiro mundo, a escolha por uma moradia se torna um caso dramático, sempre “encurralados” pela necessidade de morar próximo ao trabalho, mas ao mesmo tempo, empurrados para a “periferia distante” pelo alto preço da terra urbana que se valoriza com o crescimento das cidades. A única saída encontrada é a moradia em lugares de alto risco e vulnerabilidade (que justamente devido à essa característica, não são interessantes para o mercado) como morros e encostas com grande declividade e por isso sujeitas a desmoronamento, margens dos rios, sujeitos ao risco das enchentes provenientes da “temporada de chuvas no verão”, e até mesmo casos emblemáticos como os “homens engaiolados” de Hong Kong que moram em antigos poços de ventilação com espaço vital de 1,8 metros quadrado por

¹ O estudo mostra que o déficit da região metropolitana chegou a 1,024 milhão de unidades em 2018, o que representa um aumento de 110,8 mil unidades em relação ao ano anterior. Desde 2011, esse déficit dobrou de tamanho, ao crescer a um ritmo médio de 10% ao ano. – Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/imoveis/noticia/2020/02/19/deficit-habitacional-em-sao-paulo-bate-recorde-e-supera-1-milhao-de-moradias.ghtml>. Acesso em mar. 2021.

² Veja a reportagem a seguir: <https://tab.uol.com.br/edicao/pelas-entranhas/>. Acesso em mar. 2021.

pessoa, e a “Cidade dos Mortos”, uma favela que se estabeleceu em cemitérios onde repousavam os restos mortais de antigos faraós no Egito (ibid: 43 e 45).

Em todos estes casos, os moradores, além de enfrentar o drama das condições precárias de vida (sanitárias, estruturais, lazer...), precisam lidar com a possibilidade de ser expulsos, pois, não possuem a propriedade da terra em que habitam. Estão em uma suposta condição de “ilegalidade”. Contudo, é importante ressaltar que esta condição de ilegalidade “não é resultado de uma atitude de confrontação em relação à legislação, mas sim resultado da falta de opções” (MARICATO, 2018: 3). Essa falta de opções se acentua em um contexto de reestruturação produtiva do capitalismo e reajuste no modo de acumulação decorrentes da crise do fordismo (HARVEY 2007), onde se proliferam “desregulações, privatizações, precariedade nas relações de trabalho (...) ampliação da desigualdade e hegemonia do capital financeiro” (MARICATO, 2015: 13). Essa guinada neoliberal impacta profundamente na gestão do território e na produção do espaço urbano, pois investimentos sociais em áreas como transporte, habitação e saneamento escasseiam cada vez mais.

Além disso, mesmo quando o Estado resolve investir de maneira mais enfática em infraestrutura urbana, acaba promovendo um processo de especulação imobiliária ocasionando uma significativa elevação do preço dos imóveis e da terra, também acentuando a expulsão dos pobres das regiões mais valorizadas, colaborando para o déficit habitacional. Nos anos recentes de crescimento econômico e relativa distribuição de renda dos governos petistas, por exemplo, o que aconteceu foi que: “entre janeiro de 2008 e janeiro de 2015, o preço dos imóveis subiu 265,2% no Rio de Janeiro; e 218,2% em São Paulo” (MARICATO, 2015 p. 39). Ocorre que a relação oferta-demanda é sempre desproporcional, pois o tempo de produção de uma residência é muito longo, logo ao tentar estimular a demanda se cria a especulação e não a produção, como a crise de subprimes de 2008 tão bem demonstrou (HARVEY, 2014: 98).

Dessa forma nota-se como a questão da moradia é um problema de difícil resolução sob os limites do capitalismo, pois mesmo projetos reformistas são incapazes de solucionar esta situação, e “uma solução que sempre gera de novo seu próprio problema”, não é, “portanto solução nenhuma” (ENGELS, 2015: 56)

Sobre a questão da moradia

Ao explicar como a burguesia resolve a questão da moradia Engels em 1872 afirmou:

Sem a escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário e, portanto da soma de mantimentos necessária para garantir a sua existência e reprodução; (...) quando novos melhoramentos mecânicos tiram incessantemente trabalho a grandes massas de operários; quando crises industriais violentas e cíclicas determinam, por um lado, a existência de um importante contingente de reserva de desempregados e, por outro, lançam momentaneamente para a rua a grande massa dos trabalhadores; quando estes são amontoados nas grandes cidades e isto a um ritmo mais rápido que o da construção de habitações nas circunstâncias atuais e quando aparecem sempre inquilinos até para os chiqueiros mais infames; (...) Numa tal sociedade, a crise da habitação não é um acaso, é uma instituição necessária; ela só pode ser eliminada, tal como as suas repercussões para a saúde, etc, se toda a ordem social de que ela decorre for completamente transformada (ENGELS, 2015: 71).

Nas sociedades escravocratas (pré-capitalistas), a responsabilidade de prover a moradia e a subsistência dos trabalhadores era dos senhores de escravos, contudo a emergência do trabalho livre cria a necessidade do trabalhador pagar pela própria habitação a partir de seus salários. Ou seja, “a questão da moradia é primordialmente a de sua crise” (CASTELLS, 1983: 183).

A habitação deve ser considerada um bem insubstituível e necessário, pois garante segurança, privacidade e é essencial para a reprodução e existência da força de trabalho. É também um bem fixo no espaço geográfico, e seu valor se relaciona diretamente com o solo urbano e o “valor da terra”. Dessa forma, na sociedade capitalista deve ser considerada uma “mercadoria especial”, que possui algumas especificidades que historicamente impediram a realização desta posse por parte de grande parte da população.

Essas especificidades que impediram historicamente que grande parte da classe trabalhadora obtivesse suas moradias e que até mesmo atingiu outras camadas sociais pequeno-burguesas em algumas ocasiões, são as seguintes:

1) Por ser um dos elementos essenciais da reprodução da força de trabalho, ela segue os movimentos de concentração e dispersão populacional causados pela revolução industrial, “com efeito, no local onde a indústria coloniza o espaço, necessita organizar ainda que a nível de acampamento, a residência da mão-de-obra necessária” (CASTELLS, 1983: 187), suscitando um grande movimento migratório cuja dimensão ultrapassa amplamente as capacidades de construção de uma cidade herdada de um modo de produção anterior. Podemos definir, portanto, que “quanto maior a taxa de crescimento industrial capitalista, mais intenso é o crescimento urbano, maior é a tendência à concentração em grandes aglomerações e maior é a penúria das moradias” (ibid: 188).

2) Existe uma profunda relação entre a mercadoria “moradia” e o solo urbano, e como existem várias influências que determinam o valor da terra (amenidades, vias de transportes, distância em relação ao centro, etc) o custo de arcar com uma boa moradia é diretamente proporcional à localização desta mesma residência. É sempre bom lembrar que:

Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles a cidade é mercadoria (...) a terra urbana, constitui sempre uma condição de monopólio – ou seja, não há um trecho ou terreno igual a outro, e sua localização não é reproduzível – estamos diante de uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sob a forma de renda. A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central (MARICATO, 2015: 23).

É inimaginável conceber que os agentes hegemônicos modeladores do espaço urbano (CORRÊA, 1989) irão reservar as melhores localidades da terra urbana para habitações populares, enquanto podem aproveitar da renda fundiária tanto para especular (manter os vazios urbanos para esperar futuras valorizações), ou para a construção de empreendimentos comerciais mais lucrativos. Este inclusive é um efeito multiplicador da crise habitacional, pois “em situação de penúria, desenvolve-se a especulação, os

preços sobem, a rigidez social faz-se maior. A dificuldade do problema amortece as iniciativas para resolvê-lo, contribuindo assim para agravá-lo e para desenvolver em espiral o círculo vicioso da crise” (CASTELLS, 1983: 188).

3) A demanda efetiva é a única levada em conta pela iniciativa privada, dessa forma na ausência de intervenção pública – seja através de financiamentos (incentivando a demanda), ou em subsídios fiscais a construtoras (incentivando a oferta), o mercado restringe a construção de casas a um estrato muito limitado da população. No caso de São Paulo, por exemplo, os ganhos necessários para se contrair um financiamento exigem mais de 10 salários mínimos, esse limite exclui 60% da população da região metropolitana, que ou opta pela informalidade, ou aguarda políticas públicas (MARICATO, 2018: 4)

4) E por fim, mesmo nos momentos de crescimento econômico e expansão urbana, quando investimentos privados e públicos se combinam para a construção de habitações, o resultado não ocasiona necessariamente o aumento significativo de casas disponíveis, pois “o tempo de produção e circulação para casas e imóveis comerciais é muito longo em comparação com a maior parte das outras mercadorias” (HARVEY, 2014: 98). A quantidade existente de propriedades vendidas é, na verdade, muito grande em relação à capacidade de produzir, ou seja, a oferta total de moradias é “relativamente inelástica”. Mesmo nos países desenvolvidos, no período de crescimento econômico do pós-guerra a quantidade de habitações não aumentou mais do que 3% ao ano (ibid: 99). Dessa forma uma grande quantidade de capital disponível, em busca de valorização imediata, ao se abrigar no setor imobiliário em vez de financiar a construção de habitações populares, movimenta uma intensa “bolha financeira”. Este foi um dos efeitos causadores da devastadora crise imobiliária dos Estados Unidos:

Enormes quantidades de capital fictício afluíram para o financiamento imobiliário, mas só uma pequena parte foi usada para a construção de novas moradias. O mercado de hipotecas subprime, que ficava em torno de 30 bilhões de dólares em meados da década de 1990, aumentou para 130 bilhões por volta do ano 2000, e atingiu um pico inédito de 625 bilhões de dólares em 2005 (HARVEY, 2014: 100).

O problema do déficit habitacional, portanto, está longe de ser um problema conjuntural, ou resultado de algum “desarranjo econômico”, mas decorre diretamente das condições de funcionamento do modo de produção capitalista. Ao afetar camadas médias da sociedade, a crise habitacional até pode emergir nos debates de alguns reformistas bem intencionados, contudo as soluções não chegam a “arranhar” a superfície da questão. Nos países periféricos como o Brasil, por exemplo, onde o *welfare state* é somente uma caricatura e a desigualdade social atinge índices alarmantes, a maioria da população pobre soluciona a questão da moradia através da ilegalidade (moradia em aglomerados subnormais)³, da autoconstrução e dos loteamentos populares irregulares na periferia (MARICATO, 2018). Esta lógica colabora significativamente para a redução do custo de reprodução da força de trabalho, ampliando a acumulação capitalista nos países subdesenvolvidos (OLIVEIRA, 2013: 59).

O processo de segregação residencial e seus impactos na estrutura urbana

A segregação é parte do problema maior relacionado à questão da habitação, afinal “a distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e especifica a paisagem urbana” (CASTELLS, 1983: 210). A cidade deve ser entendida sempre como um espaço fragmentado e articulado, sendo a segregação um dos mais importantes processos espaciais que criam a fragmentação do espaço urbano (CORRÊA, 2013: 39). Ela é, portanto, a forma final de um complexo processo que molda as cidades na história da urbanização. CASTELLS (1983) define a segregação urbana como a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (ibid: 210). A segregação é resultado direto de “um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, e do produto-moradia no

³ Aglomerados subnormais: para o IBGE (2006): É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

espaço, bem como da correspondência entre estes dois sistemas de distribuição” (ibid: 213).

A temática da segregação residencial foi abordada inicialmente sob a perspectiva da “competição, dominação e sucessão” da Ecologia Humana, seu principal expoente Robert Park, determinava que “las condiciones que afectan y controlan los movimientos y el tamaño de la población en las sociedades humanas son más complejas que en las comunidades vegetales y animales, pero muestran similitudes extraordinárias” (PARK, 199: 131). A partir da perspectiva de “áreas naturais” encarava que os fatores que moldavam o “mosaico social” da cidade capitalista eram essencialmente étnicos, comandado por fatores semelhantes aos biológicos. Isto criava a tendência aos indivíduos de se aglomerar em grupos semelhantes: “unidades individuales mantienen relaciones de interdependencia mutua cuya naturaleza es simbiótica antes que social” (ibid: 129).

Posteriormente, outros autores de matrizes teóricas distintas irão abordar a questão da segregação sob outra perspectiva, rejeitando a tese das “áreas naturais” e determinações biológicas. Harvey (1985), em seu texto “Class Structure and the Theory of Residential Diffrentiation”, irá identificar três tipos de forças que comandam o processo de diferenciação social da população urbana, de origem exclusivamente socioeconômica:

- 1) A primary force arising of the power relation between capital and labor;
- 2) A variety of secondary forces arising out of the contradictory and evolutionary character of capitalism which encourage social differentiation along lines defined by the division of labor and specialization (...)
- 3) Residual forces reflecting the social relations established in a preceding or geographically separate but subordinate mode of production (HARVEY, 1985: 111).

Essas forças primárias atuam dividindo a sociedade em duas classes sociais: proprietários dos meios de produção / proletariado. Posteriormente as forças secundárias atuam diversificando a divisão social do trabalho criando estratos médios

das camadas sociais. “Essas complexificam a sociedade capitalista, fragmentando-a em inúmeras classes e frações de classe” (CORRÊA, 2013: 41). As forças residuais por fim, se referem à classes que permanecem de modos de produção anteriores como antigos proprietários de terra que vivem da renda fundiária e migrantes oriundos do campo que ainda não se estabeleceram enquanto força de trabalho no meio urbano. É a partir da lógica contraditória e antagônica oriunda dessas forças que a cidade capitalista se configura enquanto um espaço fragmentando e segregado, abrigando essas distintas classes sociais e suas frações. Para CORRÊA (2013: 42) inclusive: “admite-se assim, que quanto mais intensa a fragmentação social, mais complexa será a segregação residencial”.

O conceito de segregação para SPOSITO (2013) deve ser compreendido em sua complexidade e multidimensionalidade, muito além do que a mera separação física de grupos diferentes, ele significa também “a desigualdade dos direitos de acesso à cidade, no sentido de dela se apropriar e de participar completamente.” (SPOSITO, 2013: 85). Por isso mesmo é que ela deve ser vista como uma “mescla de condicionantes e expressões objetivas e subjetivas” (ibid: 66). Isto significa necessariamente que ainda que as barreiras físicas (como os muros, rios, estradas, etc), ou até mesmo a distância atuem para separar uma parte da cidade das outras, a dimensão subjetiva também deve ser levada em conta, afinal “os indivíduos elaboram valores, expectativas e hábitos e se preparam para como adultos, ingressar no mercado de trabalho, desenvolvendo ainda um dado estado de consciência nesse contexto de homogeneidade social” (CORRÊA, 2013: 43). Ou seja, existe uma distância física, mas também social.

A partir desta conceituação, podemos definir a partir de (CORRÊA, 1989; CORRÊA, 2013) dois tipos de processos que comandam as lógicas de segregação:

a) *autossegregação*: quando grupos de alto status sociais criam áreas nobres, tornando-as exclusivas aos seus membros devido ao alto preço da terra urbana. “Graças aos cada vez mais eficazes meios de controle do espaço, as áreas autossegregadas fornecem segurança aos seus habitantes, ampliando o status e prestígio que possuem” (CORRÊA, 2013: 43). É importante ressaltar que esta prática é possibilitada devido ao controle em

algum nível do aparelho do Estado que as elites possuem. Além do acesso às informações sobre a cidade e seu funcionamento.

b) segregação imposta e induzida: é um processo imposto às classes sociais menos favorecidas, são os famosos processos de “limpeza” social através da expulsão de pobres de áreas valorizadas da cidade. A diferença entre as duas é pouco espessa, contudo, assume-se que na induzida aqueles envolvidos ainda possuem algumas escolhas de localidade possíveis.

Historicamente a segregação resultou em espacialidades que formavam um relativo padrão, essas tendências foram identificadas e transformadas em modelos por várias correntes de pensamento científico que estudavam as grandes cidades em transformação. A cidade pré-industrial remetia ao modelo centro-periferia, onde a elite ocupa o centro e os locais de menor prestígio eram mais afastados. O prestígio social era proporcionalmente aumentando enquanto se diminuía a distância ao centro, esse modelo é o denominado por CORRÊA (2013: 46) de Kohl-Sjoberg. Posteriormente quando a industrialização se disseminou pela Europa, e as grandes cidades capitalistas passaram por um enorme crescimento populacional, se identificou que o padrão de segregação possuía uma espacialidade inversa: nas primeiras zonas próximas ao centro residiam os imigrantes mais pobres que moravam em cortiços, enquanto que as populações de status sociais mais elevados foram morar nos subúrbios afastados da degradação do centro. Este é o modelo de Burgess (CORRÊA, 2013: 47). Por fim o modelo de Hoyt identificava que a expansão espacial das cidades se fazia por setores, e não através dos círculos concêntricos. “A expansão desses setores se fazia, por certo período de tempo, ao longo da mesma direção” (ibid: 48) Uma estrutura social mais complexa era formada, onde a expansão da população de alto status sociais acompanhava os setores de amenidades.

Os padrões de segregação socioespacial das metrópoles contemporâneas são cada vez mais complexos e diversificados: o medo da violência, do encontro com o outro e a fuga dos espaços públicos fomenta uma cidade de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000: 258), com lugares cada vez mais vigiados e controlados (DAVIS, 1993) onde a vida

contemporânea se torna cada vez mais “fragmentada, dividida e propensa a conflitos” (HARVEY, 2014: 43).

A crise urbana toma forma: a cidade fragmentada e dividida

Bem vindo à Los Angeles pós-liberal, onde a defesa dos estilos de vida de luxúria se traduz pela proliferação de novas formas de repressão nos espaços e no movimento, o todo apoiado na “resposta armada” ubíqua. Esta obsessão por sistemas de segurança física e, colateralmente, pelo controle arquitetônico das fronteiras sociais, tornou-se o zeitgeist da reconstrução urbana, a narrativa mestra do meio construído emergente nos anos noventa (DAVIS, 1993: 205).

A presença dos condomínios fechados na paisagem urbana foi denominada por CALDEIRA (2000: 258) de “enclaves fortificados”, e são “fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente” (ibid). Além de serem constantemente “controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão” (ibid). Estes empreendimentos estão mudando a forma como as pessoas de classe média e alta vivem a cidade. O padrão de segregação espacial se transforma, já que a distância não é mais suficiente para demarcar o território de pobres e ricos, torna-se necessário criar essa divisão a partir de limites claros de fronteiras como o muro e a segurança armada.

Dessa forma, de maneira cada vez mais explícita, os gestores urbanos buscam políticas para criminalizar e expulsar os moradores de rua do espaço urbano. Nos Estados Unidos, por exemplo, um estudo do Centro Nacional para Moradores de Rua e Pobreza (NLCHP) indicou que em 187 cidades houve tentativas de criminalizar a moradia de rua (O GLOBO, 2014: s/p). Neste conflito pelo espaço público, as elites demonstram o quanto a presença da pobreza nas ruas se torna um “constrangimento para a cidade”:

Aronal Abbot, um ex-delegado da Pensilvânia, de 90 anos e atual diretor da “Ame seu vizinho”, uma organização que tem alimentando moradores de rua por mais de 20 anos, diz que “os moradores de rua são um constrangimento para a cidade”, e que já

tentaram, sem sucesso, por cinco vezes, na justiça, impedir que ele servisse a comida aos pobres, todas as quartas-feiras, na orla turística da praia.

A cidade, ele conta, quer muito que os moradores de rua vão embora: — Eles gostariam de colocá-los em um ônibus e mandá-los para Miami ou para Palm Beach. É praticamente uma limpeza étnica. Mas eles não vão conseguir — completa.

— Eles querem nos tirar da cidade de todas as maneiras possíveis — diz Jimmy Singleto, de 59 anos, que já foi um cabelereiro em Nova York, mas agora vive nas ruas. — Eles gostariam que nós morrêssemos. (O GLOBO, 2014: s/p)

No Brasil também despontam exemplos dessa modalidade hostil de arquitetura urbana contra os indesejados, recentemente em São Paulo, o Padre Julio Lancelloti, que possui um histórico de militância pelos direitos humanos, foi filmado quebrando a marretadas pedras, colocadas pela prefeitura de São Paulo embaixo de um viaduto da Zona Leste, que possuíam o intuito justamente de afastar moradores de rua daquele local⁴.

Para DAVIS (1993: 207), a “consequência universal e inelutável desta cruzada pela segurança da cidade é a destruição do espaço público acessível”. Estes enclaves fortificados consolidam um “relacionamento de negação e ruptura com a cidade” (CALDEIRA, 2000: 259). O estilo moderno de espaço público que permitia, ainda que de maneira limitada, o encontro dos desiguais vai se deteriorando, e ambientes que comportem uma maior heterogeneidade social passam a ser vistos como “espaços perigosos.” Os comerciais de moradia para as classes médias e altas enfatizam constantemente a oportunidade de se fugir da confusão, da mistura, da poluição e do barulho que os ambientes urbanos passam significar, pois “supõe-se que os condomínios fechados sejam mundos separados. Seus anúncios propõem um ‘estilo de vida total’ superior ao da cidade” (ibid).

A redefinição dos espaços públicos e privados contribui para a fragmentação da cidade contemporânea e cria uma policentralidade a partir do surgimento das “*edge cities*” e

⁴ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/02/02/padre-julio-lancellotti-quebra-a-marretadas-pedras-instaladas-sob-viadutos-pela-prefeitura-de-sp.ghtml>. Acesso em mar. 2021.

da proliferação dos novos centros de consumo vigiados e privatizados: os shoppings centers. A busca pela “auto segregação” a partir do isolamento e distância da vida urbana incentiva a criação de empreendimentos imobiliários nos limites da cidade, criando uma nova frente de expansão urbana contínua. O exemplo, mais bem acabado deste processo no Brasil encontra-se nos municípios de Barueri e Santana de Parnaíba, localizados na Região Metropolitana de São Paulo, às margens da Rodovia Castelo Branco: o Alphaville (SOUZA, 2006: 478).

Este complexo residencial é uma expressão significativa do auto-enclausuramento: localizado bem distante do CBD (*Central Business District*⁵), isolado, bem vigiado, “em geral quem não mora em Alphaville lá vai só a trabalho” (ibid), possui dúzias de consultórios médicos, casas de câmbio, lojas, comércio, faculdades, shoppings e até galerias de arte. Esta solução escapista contribui para a formação de “arquipélagos ou ilhas de prosperidade”, fragmentando ainda mais o “tecido sociopolítico espacial das metrópoles”. Resumidamente:

A multiplicação de “condomínios exclusivos”, associada à “decadência”, ao monitoramento e à “privatização” de espaços públicos, na esteira da transformação destes em espaços de hipervulnerabilidade, constitui uma tendência em muitas cidades que, a prosseguir irá fraturando, fragmentando a urbe- interditando acessos, formando “ilhas” e “arquipélagos” de segurança (SOUZA: 488).

A estrutura urbana se orienta para um padrão fragmentado e dividido, em que o encontro entre os desiguais é desestimulado e as moradias se voltam para o interior de condomínios murados, negando a vida urbana. Ainda que diferentes metrópoles apresentem suas particularidades, podemos observar essas tendências gerais tanto nas grandes cidades dos países centrais como nas metrópoles periféricas como São Paulo e Rio de Janeiro.

⁵ (Área Central de Negócios) - Consiste na área urbana que funciona como principal centro financeiro da cidade.

Considerações finais

O grande déficit habitacional contemporâneo é expressão de profundas contradições do desenvolvimento urbano capitalista. As formas desse processo são mais visíveis nos países periféricos, onde na maioria das vezes a “cidade ilegal” supera quantitativamente a “cidade oficial”. Em alguns casos, mesmo os trabalhadores formais acabam se utilizando da autoconstrução e da ocupação de áreas ambientalmente degradáveis para resolver a questão da moradia devido ao aumento crescente do preço do solo urbano e a incapacidade de conseguir receber algum financiamento. No Brasil, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo que sofreram intensamente nos últimos anos com a especulação imobiliária resultante do ciclo de grandes eventos esportivos (Copa do Mundo – 2014 e Olimpíadas – 2016) isso se tornou muito evidente, intensificando os conflitos pelos usos do solo urbano, entre os atores hegemônicos – incorporadores imobiliários e capital financeiro, e grupos socialmente excluídos – ocupações de grupos sem-teto e militantes (SOUZA, 2013).

A expressão espacial mais visível desta lógica mercadológica do uso do espaço urbano é a cidade profundamente segregada. A heterogeneidade social constantemente se torna uma ameaça para as classes médias e altas e o medo do “outro” fomenta reações individualistas e escapistas. A projeção espacial deste comportamento é a “cidade de muros” (CALDEIRA, 2000) em que cada vez mais a alteridade é impossível de ser praticada já que o encontro com o “outro” é dificultado de todas as formas.

Referências Bibliográficas

BOULOS, Guilherme. *Verdades e mentiras sobre os sem-teto*. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/guilherme-boulos-verdades-e-mentiras-sobre-os-sem-teto/>> [2018] Acesso em 27 mai. 2018.

CALDEIRA, Teresa, Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. O debate sobre a teoria do espaço (cap. 3) In: *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.145 a 294.

- CORREA Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.
- _____. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.
- DAVIS, Mike. Fortaleza LA (cap. 4). In: *Cidade de Quartzos: Escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993, p.205 a 233.
- _____. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HARVEY, David. *Class structure and the Theory of residential differentiation (cap. 4)*. In: *The urban experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985, p.109 - 124.
- _____. *Condição Pós-moderna*. 13ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- _____. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IBGE. *Aglomerados subnormais: informações territoriais*. Disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>> [2010]. Acesso em 28 mai. 2018.
- MARICATO, Ermínia. *Conhecer para resolver a cidade ilegal*. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhece_rcidadeilegal.pdf >. Acesso em 29 mai. 2018.
- _____. *Para entender a crise urbana*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2015.
- MTST - *Tragédia no Centro de São Paulo: falta de moradia digna faz mais vítimas*. Disponível em: <<http://www.mtst.org/noticias/tragedia-no-centro-de-sao-paulo-falta-de-moradia-digna-faz-mais-vitimas/>> [2018]. Acesso em 27 mai. 2018.
- O GLOBO - *Nos EUA, cidades aumentam leis que criminalizam moradores de rua*. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/mundo/nos-eua-cidades-aumentam-leis-que-criminalizam-moradores-de-rua-13492846#ixzz3yrD733gB>.> [2014]. Acesso em 28 mai. 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PARK, Robert Ezra. Ecología humana (cap. 9) In: *La ciudad y otros ensayos de ecología urbana*. Barcelona: Ediciones del Serba, 1999. p. 127-140.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O desafio da fragmentação o tecido sociopolítico-espacial da cidade (cap. 11). In: *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização e do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 466 a 511.

_____. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista” In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana Maria; *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana Maria; *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

Data de Submissão: 18/11/2020

Data do Aceite: 17/03/2021

INTERVENÇÃO DOS AGENTES IMOBILIÁRIOS NO ENTORNO IMEDIATO DAS CENTRALIDADES DE RONDONÓPOLIS-MT

Ana Claudia Reis Bittencourtⁱ
Adinael Jr. Pereira da Trindadeⁱⁱ
Antonia Marília Medeiros Nardesⁱⁱⁱ

112

Resumo: o presente estudo teve como objetivo analisar a intervenção dos agentes imobiliários no entorno imediato das centralidades na cidade de Rondonópolis, estado de Mato Grosso. Para alcançar tal objetivo, identificamos as áreas de intervenção dos agentes imobiliários no entorno das centralidades, em seguida, caracterizamos a atuação dos mesmos na expansão do tecido urbano e por fim, mapeamos as áreas de maior especulação imobiliária. Tais mapeamentos foram feitos por intermédio do Google Earth. Para a concretização da pesquisa, fomos a campo para coletar, levantar e analisar os dados obtidos. Os dados obtidos permitiram-nos lançar um novo olhar sobre a expansão recente da cidade de Rondonópolis. Embora as áreas analisadas não sejam necessariamente “novas” quanto sua integração, na malha urbana essas áreas têm desempenhado diferentes papéis e funções quanto a seus usos e sua ligação com o modo de exploração capitalista.

Palavras-chave: centralidades; especulação imobiliária; expansão urbana; agentes imobiliários; áreas de intervenção.

INTERVENTION OF REAL ESTATE AGENTS IN THE IMMEDIATE SURROUNDINGS OF RONDONÓPOLIS- MT CENTRALITIES

Abstract: the present study aimed to analyze the performance of real estate agents in the immediate surroundings of the centralities in the city of Rondonópolis, state of Mato Grosso. To achieve this goal, we identified the areas of intervention of real estate agents in the vicinity of the centralities, then we characterized their performance in the expansion of the urban fabric and finally, we map the areas of greater real estate speculation. Such mappings were made through Google

ⁱ Pós-Graduada em Atendimento Educacional Especializado e Psicomotricidade pela Instituição Faveni. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Estudante de letras pela Universidade Federal de Rondonópolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8082-3637>. E-mail: anabitt_gga@hotmail.com.

ⁱⁱ Mestrado em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso. Especialização em Gestão Pública pela UFMT/CUR. Graduação em História pela UFMT/CUR. Feche de gabinete da Reitoria da UFR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9078-3082>. E-mail: adinaelgga@hotmail.com.

ⁱⁱⁱ Doutora em Geografia pela Universidade de São Carlos. Professora adjunta do curso de Geografia da Universidade Federal de Rondonópolis. Vice-Reitora da Universidade Federal de Rondonópolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4992-6459>. E-mail: amnarde@yahoo.com.br.

Earth. To carry out the research, we went to the field to collect, collect and analyze the data obtained. The data obtained allowed us to take a new look at the recent expansion of the city of Rondonópolis. Although the areas analyzed are not necessarily “new” in terms of their integration, in the urban fabric these areas have played different roles and functions in terms of their uses and their connection with the mode of capitalist exploitation.

Keywords: centralities; real estate speculation; urban expansion; real estate agents; intervention areas.

INTERVENCIÓN DE AGENTES INMOBILIARIOS EN EL ENTORNO INMEDIATO DE RONDONÓPOLIS-MT CENTRALIDADES

114

Resumen: el presente estudio tuvo como objetivo analizar el desempeño de los agentes inmobiliarios en el entorno inmediato de las centralidades de la ciudad de Rondonópolis, estado de Mato Grosso. Para lograr este objetivo, identificamos las áreas de intervención de los agentes inmobiliarios en el entorno de las centralidades, luego caracterizamos su desempeño en la expansión del tejido urbano y finalmente, mapeamos las áreas de mayor especulación inmobiliaria. Estos mapeos se realizaron a través de Google Earth. Para llevar a cabo la investigación, nos dirigimos al campo para recolectar, recolectar y analizar los datos obtenidos. Los datos obtenidos nos permitieron dar una nueva mirada a la reciente expansión de la ciudad de Rondonópolis. Si bien las áreas analizadas no son necesariamente “nuevas” en cuanto a su integración, en el tejido urbano estas áreas han jugado roles y funciones diferentes en cuanto a sus usos y su conexión con el modo de explotación capitalista.

Palabras clave: centralidades; especulación inmobiliaria; expansión urbana; agentes de bienes raíces; áreas de intervención.

Introdução

A produção da cidade tem sido ao longo do tempo fruto de diversos processos, originados em diferentes usos e motivações. Tivemos no passado as cidades-estados, cidades fortalezas, cidades portos, entrepostos comerciais, centros religiosos, entre outras.

A partir da revolução industrial e o advento do capitalismo, a cidade assumiu uma nova forma e função social. A partir desse fato, a cidade torna-se lócus principal da produção capitalista e o solo urbano converteu-se em mercadoria.

Esse novo paradigma acrescentou novos agentes na produção do espaço urbano e representou um novo olhar sobre a cidade que passou a ser vista como mercadoria em si mesma. Tal fenômeno, se expressa nos novos modos de exploração do solo urbano com a criação de novas áreas de interesse em torno das quais, surgem novos empreendimentos imobiliários destinados a diferentes públicos, com diferentes usos em decorrência das especificidades do solo urbano, surgida com vista a atender as necessidades de agentes sociais envolvidos no processo de ocupação.

Nesse estudo, procuramos identificar as áreas de interesses caracterizadas como centralidades na cidade de Rondonópolis, bem como a ação dos agentes e do capital imobiliário no entorno das áreas identificadas e seus impactos na expansão da malha urbana.

Desse modo, pretendemos analisar a atuação de agentes públicos e privados na produção das centralidades, bem como as estratégias de atuação dos agentes imobiliários no parcelamento, valorização e comércio do solo urbano com vista à obtenção de lucros que não raramente se convertem em um tipo de mais-valia.

A fim de alcançar tais objetivos, realizamos uma pesquisa bibliográfica em materiais físicos e on-line como livros, teses, artigos e outros materiais com o intuito de encontrar uma base teórica/metodológica acerca do tema proposto.

Também realizamos trabalho de campo para coleta e levantamento de dados com o propósito analisar os equipamentos urbanos e, a partir disso, elaboramos mapas temáticos que nos permitiram localizar as áreas de maior especulação imobiliária dentro dos recortes propostos.

Para uma melhor visualização do presente estudo, estruturamos o artigo do seguinte modo: Introdução, onde consta a trajetória da pesquisa; em seguida uma discussão acerca das centralidades e a expansão urbana; posteriormente, explanamos sobre a

caracterização da atuação dos agentes imobiliários na expansão do tecido urbano e por fim, apresentamos as considerações finais.

Centralidade e Expansão Urbana

O processo de urbanização moderno que pode ser considerado decorrente do desenvolvimento de expansão do capitalismo, implicou a criação de novos paradigmas em relação à concepção de cidade e reprodução do espaço urbano. A cidade antes local de comércio, torna-se agora *lócus* privilegiado também da produção capitalista, centro de convergência das forças que regem a produção e consumo deste novo sistema de produção.

Nesse sentido, embora a transformação da cidade em urbana não tenha sido o processo linear, tendo ocorrido em diferentes tempos e sido influenciada por diversos fatores, a transformação da natureza da cidade outrora meramente cidadina em urbana tem na revolução industrial talvez o fator mais proeminente. Conforme afirma TRINDADE (2017),

à medida que foi introduzido nesse espaço de poder e de comércio, as condições gerais de produção, com destaques à reprodução da força de trabalho, [...] a introdução da indústria na cidade, modificou a natureza do espaço transformando em urbano, não mais em contraposição ao campo, mas como *continuum* (TRINDADE, 2017: 28, grifo nosso).

A partir do novo paradigma apresentado pela revolução industrial, que consolida a capitalismo como doutrina econômica e social “regente da sociedade contemporânea” a cidade adquiri o status de mercadoria e o solo urbano torna-se um ativo econômico a ser explorado. Tal fenômeno produziu marcas na configuração do

espaço urbano em função das relações sociais que nele se estabelecem. Nesse sentido, segundo SANTOS (1978),

o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978: 171).

Dessa forma, a cidade moderna diferencia-se da cidade antiga e medieval por sua função e forma. Se antes a cidade era fortificada, amuralhada, a demanda por novos espaços tornou-a acessível, expansiva, sempre apta a incorporar novos espaços ao tecido urbano.

Contudo, o processo de exploração mercadológica do solo urbano também é responsável pelo processo de crescimento ora planejado e consciente, ora excludente e “desordenado” (sob o ponto de vista do planejamento do tecido urbano, conforme as normas do estatuto das cidades e/ou dos planos diretores das cidades). Dentre as características desse processo, podemos notar o surgimento de novas centralidades que podem estabelecer uma relação de oposição ou complementaridade no tocante ao centro original.

Neste sentido, MOTTER e BATELLA (2013: 2) afirmam que “com a recente expansão das cidades e o aumento da mobilidade adquirida pelos cidadãos, assistimos cada vez mais uma perda do papel comercial do centro”. Castells (1983: 321) considerando o solo urbano um meio econômico, discorre que “a desconcentração da função comercial conduz à criação de centros-de-troca periféricos, servindo às áreas urbanas determinadas ou aproveitando-se de uma situação na rede de fluxos cotidianos na metrópole”.

Sobre a constituição das centralidades, SILVA (2003), faz uma interessante reflexão sobre a origem/surgimento das centralidades a partir dos estudos de JOHNSON (1974), que ele sintetiza do seguinte modo:

- a) O primeiro modelo apresentado foi o das “Áreas Concêntricas” formuladas por Burgess, em 1923, cuja organização espacial tinha como fundamental a consolidação do CBD urbano (Central Business District), o centro de negócios, e este seria circundado por áreas industriais de transição, em seguida por áreas de moradia operária e posteriormente de moradia burguesa;
- b) A segunda teoria/modelo, apresentada pelo autor é a “Teoria Setorial”, criada por Hoyt em 1939, sendo considerada um “aperfeiçoamento” da teoria das áreas concêntricas, pois também dispensava fundamental importância ao CBD urbano, como agente centralizador, mas acrescentaria o uso industrial que não se “encaixava” na teoria anterior;
- c) A terceira teoria/modelo exposta, é a dos “Núcleos Múltiplos”, formulada por Harris e Ullman, considerada mais complexa que as anteriores por aceitar a existência de centros secundários espacializados pela cidade. Johnson (1974) ainda chega a afirmar que esta contemplava aspectos sociais, econômicos e históricos das cidades e cita como exemplo o caso da cidade de Londres, que teria constituído sua área mais importante dos negócios sobre a cidade medieval (SILVA, 2003: 25-26, grifo nosso).

Neste sentido, embora corroborem a crítica apresentada por SILVA (2003) acerca das generalizações a que se pretendem as referidas escolas, uma vez que produção/reprodução do espaço agrega elementos que extrapolam as explicações propostas por qualquer modelo predeterminado.

O fato gerador destas novas centralidades pode ser espontâneo, frutos do processo de exclusão social que segrega a população socialmente vulnerável, afastando ou dificultando o acesso aos produtos e serviços oferecidos no centro principal, favorecendo o surgimento de uma atividade comercial e/ou de serviço em localidades distintas que passam a atender um entorno maior vindo a constituir uma nova centralidade.

Outros tipos de centralidades podem também ser instituídos por agentes públicos ou privados que se dedicam a oferta de produtos e/ou serviços especializados, que uma vez consolidados tornam-se centralidades que exercem atração social, valorizam o entorno e capacitam tais áreas a serem exploradas como mercadorias no contexto da exploração capitalista.

Dessa forma, defendemos que o surgimento de novas centralidades no tecido urbano em completação ou contraposição ao centro principal possa ser explicado somente por uma teoria sócio-histórica, que contemplem também aspectos econômicos e espaciais como a dificuldade e custo da mobilidade urbana e as oportunidades por ela gerada quanto a ofertas de produtos e serviços que levam a formação de novos centros em condições específicas, como é o caso de Vila Operária que não obstante sua condição de distrito pleiteou por muito tempo sua independência político-administrativa em relação a Rondonópolis/MT.

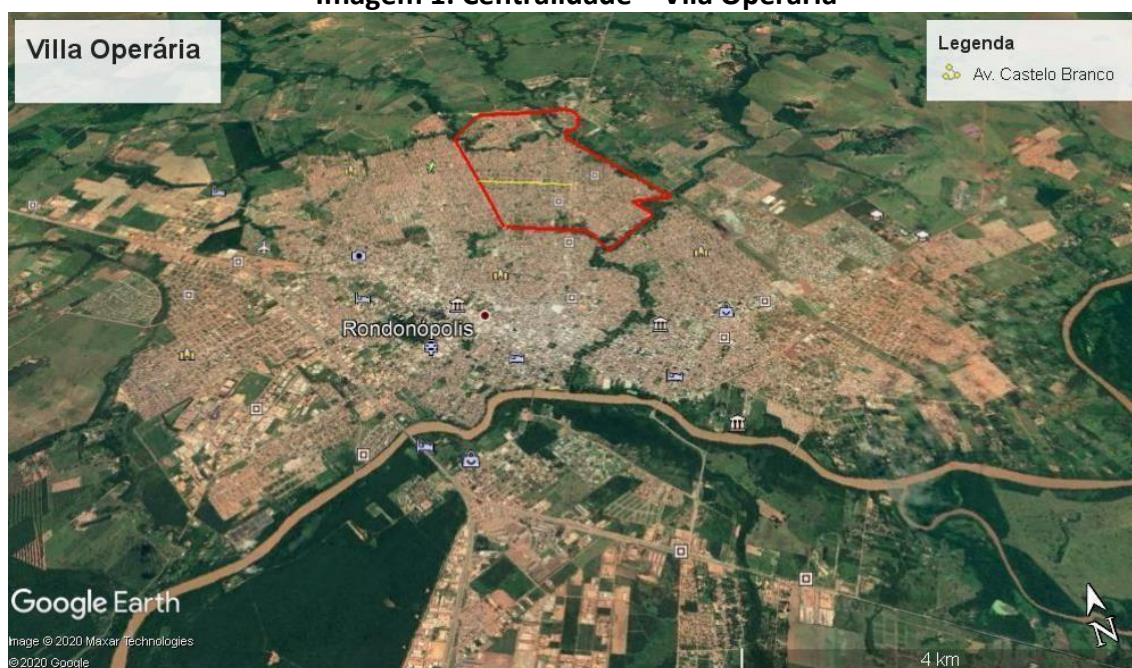
Em todo caso, a existência da centralidade promove uma valorização do solo urbano, favorecendo sua exploração que pode assumir diversas formas, como a venda ou aluguel, além de estimular a especulação imobiliária. Nesse sentido, CAMPOS e SILVEIRA (2014) defendem que

A dinâmica de urbanização das cidades médias tem apresentado, nos últimos vinte anos, um processo intenso e desigual de valorização do solo associado à crescente promoção de novos produtos imobiliários (condomínios e loteamentos fechados) cuja instalação no espaço urbano tem sido acompanhada por mudanças na forma de produção do espaço urbano e da estruturação das cidades. Os efeitos desses processos sobre a organização espacial das cidades revelam momentos e formas distintas de articulação dos agentes produtores da cidade (CAMPOS; SILVEIRA, 2014: 15).

Nesta pesquisa, identificamos em Rondonópolis exemplos de ambos os processos, a título de exemplificação podemos citar a “área central” da Vila Operária (Imagem 1), localidade cuja origem decorre de um agrupamento formado por trabalhadores

(operários) estabelecidos numa área que a época situava-se relativamente distante do centro político e econômico da cidade, na qual surgiu centro comercial (hoje consolidado), que atende à demanda de todo o entorno com ofertas de produtos e serviços.

Imagem 1: Centralidade – Vila Operária



Fonte: Google Earth (Org. TRINDADE, Adinael Jr. Pereira).

A centralidade surgida em Vila Operária, mais especificamente na região da Avenida Castelo Branco, é decorrente de uma demanda reprimida existente na região. O acesso dos moradores aos produtos e serviços ofertados na região central eram dificultados pela distância e pela inexistência de um sistema adequado de mobilidade urbana. Tal demanda, passou a ser atendida localmente por pequenos empreendimentos, focados em gêneros de primeira necessidade que se expandiram no decorrer do tempo e

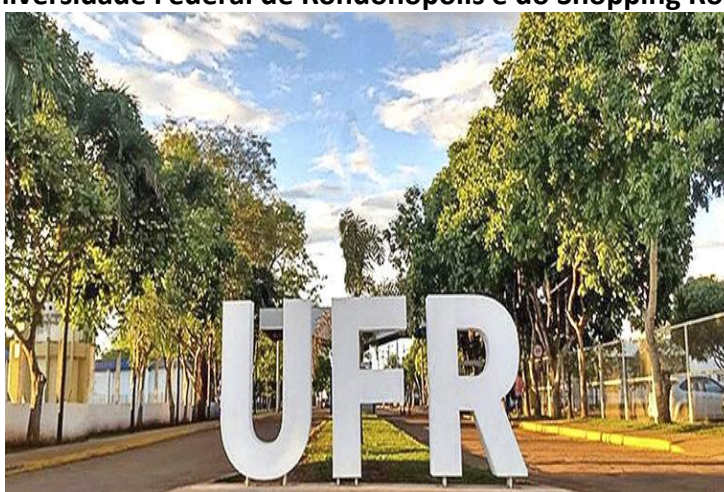
Bittencourt; Trindade; Nardes, *Intervenção dos Agentes Imobiliários no Entorno Imediato das Centralidades de Rondonópolis-MT*

DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i18.296>

ampliaram a oferta de produtos e serviços, vindo a consolidar-se como uma importante centralidade em Rondonópolis.

Paralelo a este processo, temos a região compreendida pela confluência das avenidas Júlio Campos e a Universidade Federal de Rondonópolis, (Foto 1) na qual notamos um processo orientado por um esforço sensibilizado dos agentes imobiliários, que por meio da instalação de equipamentos estimularam o surgimento de nova centralidades. Dentre estes, destacamos o shopping Rondon Plaza e a Universidade Federal.

Foto 1: Universidade Federal de Rondonópolis e do Shopping Rondon Plaza



Fonte: Org. TRINDADE, Adinael Jr. P. (2020)

A presença destes equipamentos promoveu a valorização do solo urbano estimulando

Bittencourt; Trindade; Nardes, *Intervenção dos Agentes Imobiliários no Entorno Imediato das Centralidades de Rondonópolis-MT*

DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i18.296>

o surgimento de dois loteamentos abertos voltados a classe média e dois loteamentos fechados de alto padrão focados na classe média-alta e alta, além de diversos condomínios verticais.

Com o adensamento populacional ocorrido na última década na área em questão, notamos o crescimento do número de empresas voltadas ao comércio, restaurantes pubs e outros em praticamente toda a Avenida Júlio Campos e mais recentemente observamos o crescimento do número de edifícios residenciais na própria avenida e em seu entorno, constituindo a localidade em uma centralidade. Esses processos, ajudam a explicar a origem e a funções das centralidades presentes em Rondonópolis.

Podemos ainda observar a influência e a atuação dos agentes imobiliários que munidos de recursos políticos e financeiros são capazes de induzir o surgimento de uma centralidade, ainda que alguns casos se caracterizem por ser uma centralidade especializada na oferta de serviços específicos como o oferecimento de ensino superior na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), comércio de alimentos ou serviços médico-hospitalares como na Vila Birigui e Jardim Guanabara.

Áreas de intervenção dos agentes imobiliários no entorno das centralidades

As cidades de modo geral possuem uma estrutura de organização semelhante, com a evolução do tecido urbano a partir de um centro original que concentra os serviços públicos e o comércio (TRINDADE, 2017). Dessa forma, com a expansão da cidade abre-se a possibilidade para o surgimento de centros secundários. Nesse sentido, as centralidades como verificamos é o produto, onde

Cada cidade brasileira tem geralmente, um centro principal no qual se localizam órgãos da administração pública, a igreja matriz, os tribunais, o distrito financeiro, o comércio atacadista, o comércio varejista de luxo, [...] etc. [...] Na medida que a cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que formam novos focos de valorização do espaço urbano (SINGER, 1980: 84).

Nesse contexto, podemos afirmar que o processo de crescimento de Rondonópolis iniciado na década de 50 do século XX e intensificada a partir da década de 70 do mesmo século, com a introdução das culturas da soja e algodão desencadearam uma profunda reestruturação do tecido urbano local, com a incorporação de novas áreas e reconfiguração do centro primário cuja atividade principal passou a ser o comércio.

Tal processo, associado ao crescimento desordenado incorporaram grandes vazios ao tecido urbano que somados a falta de transporte público, certamente contribuiriam mesmo que de modo não intencional para o surgimento das diversas centralidades hoje existente em Rondonópolis.

Grosso modo, podemos afirmar que todas as regiões ou setores afastados geograficamente do centro primário possuem uma relativa atividade comercial já consolidada com objetivo de atender a demanda imediata dos moradores da região. Ressaltamos, que essas centralidades em geral, comerciais e de serviços não estabelecem uma relação de concorrência, mas de complementaridade com o centro primário.

Neste estudo, nos restringiremos a uma descrição de algumas áreas elencadas como centralidades e das atividades principais a elas relacionadas. Desde já, destacamos que tal escolha ocorreu de modo arbitrário a partir de nossa própria percepção de relevância e destaque dessas centralidades, o que não significa que negligenciamos a existência de outras localidades na cidade que desempenhem em alguma medida a função de centralidade, mas que por uma questão de delimitação espacial de nosso objeto de estudo não são consideradas nessa pesquisa.

Nesta pesquisa, assumimos que a especulação imobiliária ocorre em função de relação de oferta e demanda além do crescente interesse de pessoas físicas, empresas públicas e privadas de economia mista, imobiliárias e outros, em adquirir bens imóveis com o intuito de especular e posteriormente com o aumento artificial do imóvel ou terreno obter lucro por meio da venda ou aluguel. Conforme descreve CORRÊA (1989: 20),

quando destaca que objetivo dos promotores imobiliários é “comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro.”

Considerando essa premissa, CAMPOS FILHO (2001: 48) menciona que a especulação imobiliária é “uma forma pela qual os proprietários de terras recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos [...], especialmente através de investimentos públicos na infraestrutura e serviços urbanos.” Nesse sentido, devido a região que o imóvel ocupa não dispor de infraestrutura, o empreendedor consegue comprá-lo por um preço relativamente baixo e posteriormente espera a intervenção pública que trará para aquele local a infraestrutura e serviços urbanos necessários.

A partir da intervenção do agente público, ocorre uma valorização do imóvel possibilitando ao proprietário vendê-lo ou alugá-lo por um preço superior ao que havia comprado/investido e sem contribuição ao governo, ou seja, gerando ao proprietário lucros sem necessariamente realizar nenhum investimento próprio.

Ao interferir em uma área trazendo benfeitorias, o agente público torna aquele local valorizado, dando abertura para os promotores imobiliários investirem nos espaços vazios, de modo que terrenos e/ou imóveis também sofrerão elevação dos preços se tornando lucrativos a longo prazo.

Corroborando com CAMPOS FILHO (2001), NOGUEIRA e GODÓI (2012: 13) salientam que a especulação imobiliária torna-se:

Um fenômeno inerente ao contexto de expansão das grandes cidades. Portanto, ela manifesta-se precipuamente nas áreas em que há densa concentração populacional. E, na maioria dos casos, é reflexo das manifestações e contradições oriundas da expansão desordenada dos perímetros urbanos.

Nessa perspectiva, segundo os autores, existe uma ligação intrínseca entre a expansão das grandes cidades e a especulação imobiliária, ocorrendo com mais frequência em locais com maior população. Tal fato, pode ser proveniente do crescimento desordenado das cidades.

Ainda sobre o assunto, SANTOS (2008: 106) apresenta uma outra visão. Segundo ele, a especulação imobiliária “deriva [...] da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas.”

A conceituação proposta por SANTOS (2008), pode ser observada em áreas específicas do recorte geográfico da pesquisa, principalmente na avenida Júlio Campos, onde o setor de serviços vem se desenvolvendo com grande velocidade, gerando enorme pressão sobre os preços dos imóveis territoriais e prediais na região.

A partir dos aportes apresentados por SANTOS (2008), NOGUEIRA e GODÓI (2012), podemos inferir que a especulação imobiliária é um fenômeno social desencadeado por um crescente interesse social de indivíduos e organizações em determinada área. Nessa acepção, “uma especulação não se consuma apenas por um grupo delimitado de sujeitos, um grupo de oportunistas. Pelo contrário, a especulação, via de regra, atinge e move-se sob responsabilidade da sociedade como um todo” (NOGUEIRA; GODÓI (2012: 10).

Por meio dessas constatações, foi possível identificar alguns dos elementos e agentes que compõem esses fenômenos dos quais destacamos: área geográfica de interesse, centralidades e agentes imobiliários públicos e privados tais como os proprietários fundiários, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos, além do próprio Estado.

Vila Operária

Resultante do processo de crescimento experimentado por Rondonópolis a partir dos anos de 1950, Vila Operária é “o primeiro loteamento implantado em Rondonópolis, após a emancipação político-administrativa, abrangendo área inicial de 30 hectares” (DEMAMANN, 2011: 47).

Segundo SUZUKI (1996), apesar de a ampliação do tecido urbano ter se iniciado em 1950, por Domingos de Lima, somente após a nomeação do prefeito Daniel Martins de Moura é que a criação do loteamento da Vila Operária ocorreu de fato. Tal criação, teve início depois que o então prefeito Moura doou terrenos para que fosse criado o loteamento. O mesmo o nomeou de Distrito de Vila Operária de São José. Após sua criação, foi loteado e “doados às pessoas de baixa renda, para que estas, ao construírem suas casas, pudessem receber o título definitivo de proprietário” (DEMAMANN, 2011: 47).

DEMAMANN (2011: 48), complementa argumentando que “a Vila Operária abrigava os migrantes de baixo poder aquisitivo que chegavam a Rondonópolis, e foi tornando-se um centro comercial periférico de pequeno comércio, servindo as áreas próximas, podendo ser considerado um prolongamento do centro maior.” Desde então, vem crescendo, chegando a se tornar um segundo centro, ou melhor, como denominado por DEMAMANN (2011) um “subcentro” da cidade de Rondonópolis.

Ainda segundo DEMAMANN (2011: 167), o bairro Vila Operária detém uma elevada “densidade demográfica, o que cria demandas por bens e serviços. E isso tem sido determinante para o desenvolvimento socioeconômico do local, com diversificação de comércios e serviços para atender a população do entorno do subcentro”. O mosaico a seguir (Foto 2), apresenta uma comparação entre o centro principal (nas primeiras imagens) com “centro” de Vila Operária (três últimas), na imagem podemos observar uma amostra do comércio de vila Operária, bem como sua semelhança com encontrado no centro principal da cidade de Rondonópolis.

Foto 2: Região central de da Vila Operária e o centro principal de Rondonópolis



Fonte: Org. TRINDADE, Adinael Jr. P. (2020)

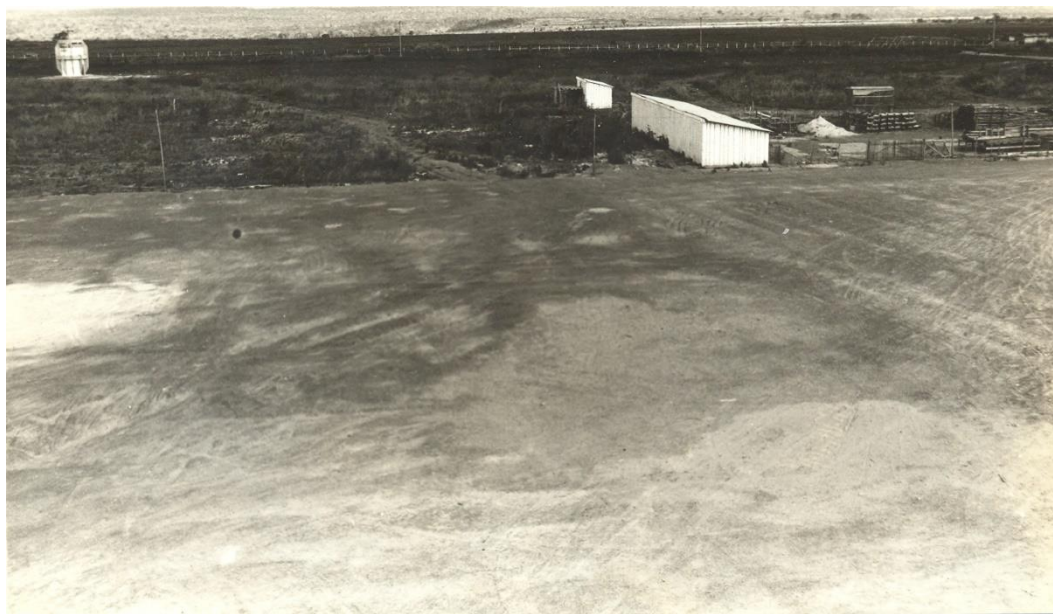
Podemos afirmar, que a região central da Vila Operária e o centro principal de Rondonópolis são em certa medida, (observada as devidas proporções) semelhantes pelas características que servem, embora o centro da cidade possua uma oferta maior de serviços e sua atividade comercial seja mais intensa, a centralidade de Vila Operária possui lojas de departamentos, vestuários, farmácias, supermercados e até cartório.

Bittencourt; Trindade; Nardes, *Intervenção dos Agentes Imobiliários no Entorno Imediato das Centralidades de Rondonópolis-MT*

DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i18.296>

universidade encontrava-se afastada do tecido urbano, localizando-se as margens da MT 270 (km 06), como observado na **Foto 3**.

Foto 3: CPR em 1981



Fonte: Arquivo Universidade Federal de Rondonópolis.

A partir da divisão do Estado de Mato Grosso para criação do Estado de Mato Grosso do Sul, o Campus Universitário, então centro pedagógico foi vinculado a Universidade Federal de Mato Grosso, sediada em Cuiabá.

A construção da sede própria cujo aconteceu após um longo processo de reivindicações junto às instâncias superiores da UFMT, tendo sido a área doada pelo Sr. Áureo Candido que dentre as motivações vislumbrou a possibilidade de valorização de suas propriedades fundiárias. Atualmente essa centralidade tem como característica principal o oferecimento de serviço educacional público superior. Ela é um centro de

interesse regional, visto que muitas pessoas vêm de outras cidades para estudar na instituição.

A Universidade Federal também favoreceu o incremento dos serviços ligados a locação/hospedaria e alimentícios, principalmente nos bairros Atlântico e Europa. Tais bairros, juntamente aos bairros mais próximos oferecem imóveis para aluguel como casas, quitinetes e apartamentos, além de serviços voltados ao ramo alimentícios.

Em torno dessa centralidade, também está localizada dois loteamentos fechados de alto padrão, Village do Cerrado e Royal Boulevard do Cerrado, bem como dois loteamentos de classe média, GranVille e Sunflower.

Considerados condomínios de luxo, o Royal Boulevard do Cerrado e Village do Cerrado são empreendimentos relativamente novos, construídos entre 2010 e 2015. Os valores dos terrenos e casas nesses condomínios são bem elevados, principalmente no Village do Cerrado. Acreditamos que o preço é mais elevado em virtude da consolidação do condomínio.

Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta uma amostra dos preços praticados na cidade, e tem por objetivo ilustrar as diferenças nos valores praticados em Rondonópolis, a depender da localidade em que se situa o imóvel em questão.

“a cidade, que se forma a partir de agrupamento rural, adquire um novo papel no cenário regional a partir da reorganização do Estado de Mato Grosso pós divisão (criação de Mato Grosso do Sul em 1977), quando a cidade foi transformada em polo industrial e comercial até alcançar o status atual de polo regional de serviços”.

Tabela: Amostra dos preços praticados na cidade de Rondonópolis.

Localização	Valor de venda	Tamanho do terreno	Venda por m ²
Vila Mineira	R\$ 55.000	330m ²	R\$ 166,67
Vila Aurora	R\$ 320.000	600m ²	R\$ 533,33
Granville I	R\$ 380.000,00	740,00 m ²	R\$ 513,51
Vila Birigui	R\$ 220.000,00	360,00 m ²	R\$ 611,11
Santa Cruz	100.000,00	100,00 m ²	R\$ 1.000,00
Vila Operária	R\$ 195.000,00	580,00 m ²	R\$ 336,21
Jardim Sunflower	R\$ 360.000	1080m ²	R\$ 333,33
Pq. São Jorge	R\$ 105.000	360m ²	R\$ 291,67
Royal Boulevard do Cerrado	245.000	380m ²	R\$ 644,73

Fonte: Org. BITTENCOURT, A. C. R.

Nota-se que os valores mais baixos são os praticados nos conjuntos habitacionais, que uma vez implantados também favorecem a valorização de áreas intermediárias, localizada entre esses e as áreas “centrais”, uma vez que a essas áreas recebem infraestrutura (rede de água e esgoto, iluminação pública, transporte urbano etc.), gerando a discrepância como observado na Tabela.

A Avenida Júlio Campos e a Avenida Brasil tornaram-se centralidades posteriormente a construção do Rondon Plaza Shopping, principal agente indutor daquela centralidade. Nesse sentido, NARDES (1997: 136) menciona que a construção do shopping corroborou para a ocorrência da “especulação imobiliária [no] seu entorno e a cristalização

contemporânea de comércio e lazer.” Corroborando o posicionamento, DEMAMANN (2011: 138), afirma que

atualmente, o empreendimento é uma centralidade seletiva que se consolida na cidade. A concentração de comércios e serviços no Rondon Plaza Shopping garante a especialização da centralidade. Somadas as intensas transformações socioespaciais no seu entorno, nos últimos anos, o processo de verticalização fez surgir os edifícios de uso residencial [...] aproveitando o solo altamente valorizado.

132

As avenidas supracitadas concentram atividades comerciais ligadas a diversos setores como bancos, hospitais veterinários, atividades de lazer, alimentação e outros. Nos últimos anos, porém, a avenida Júlio Campos tornou-se um espaço recorrente de intervenções de agentes imobiliários.

A exemplo disso, são as construções de grandes edifícios verticais, entre eles, está o “Splendore” que encontra-se em fase inicial de construção e possuirá quarenta e um andares tornando-se segundo seus idealizadores o mais alto edifício do estado.

Ainda na avenida Júlio Campos, temos também o edifício Granlux em fase final de construção, atualmente o mais alto de Rondonópolis com trinta e um andares, figurando entre os mais altos do estado. Como afirmamos, a Avenida Júlio Campos tem vivenciado um acelerado processo de valorização, despertando o interesse de diversos agentes, dentre eles os ligados a exploração imobiliária.

Nesse sentido, observamos a expansão dos edifícios residenciais na referida avenida nos últimos anos chegando a três grandes empreendimentos, instalados diretamente neste logradouro. Porém, se expandirmos o recorte para ruas e avenidas subjacentes, esse número sobe para cinco grandes empreendimentos, mesmo desconsiderando edificações com menos de dez pavimentos. Na foto 4 mostra alguns desses empreendimentos.

Foto 4 - Edifícios residenciais



Fonte: BITTENCOURT, Ana Claudia R. (2020)

Um aspecto importante a ser considerado, é que com a consolidação desses empreendimentos, essas áreas tem se tornado uma das mais valorizadas da cidade, o que favorece o processo de verticalização como forma atuação dos agentes imobiliários, no que compete a exploração do solo urbano.

Considerações Finais

A presente pesquisa permitiu lançar um novo olhar sobre a expansão da cidade de Rondonópolis. Embora as áreas analisadas não sejam necessariamente “novas” quanto sua integração a malha urbana, essas áreas têm desempenhado diferentes papéis e funções quanto a seus usos e sua ligação com o modo de exploração capitalista do solo urbano.

É importante frisar que o observado em Rondonópolis/MT é resultante de um processo de décadas pelo qual a cidade assumiu a sua conformação atual, (porém nunca acabada). Nesse processo, a cidade, que se forma a partir de agrupamento rural, adquire um novo papel no cenário regional a partir da reorganização do Estado de Mato Grosso

pós divisão (criação de Mato Grosso do Sul em 1977), quando a cidade foi transformada em polo industrial e comercial até alcançar o status atual de polo regional de serviços.

No que tange as centralidades, CASTELLS (1983: 321) afirma que “a desconcentração da função comercial conduz à criação de centros-de-troca periféricos, servindo às áreas urbanas determinadas, ou aproveitando-se de uma situação na rede de fluxos cotidianos na metrópole.” Nesse sentido, com a crescente expansão da malha urbana, ocorre a descentralização do centro, nascendo novos centros de comércio que servem áreas específicas.

Assim através deste estudo, pudemos analisar o processo de exploração capitalista da cidade, bem como a ação de diversos agentes imobiliários e sua relação com as centralidades urbanas, verificando que tipo o de intervenção adotado considera diversos fatores na sua consolidação.

Referências Bibliográficas

ANGEOLETO, Fábio. (2017). *Localização de Rondonópolis* [formato]. Escala 1:100. [Consultado em 08 de março] 2021, [Researchgate.]. [Website:] [tps://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-de-Rondonopolis-MT_fig1_318781592](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-de-Rondonopolis-MT_fig1_318781592).

CAMPOS, Heleniza Ávila; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (org.). *Valorização do solo e reestruturação urbana: os novos produtos imobiliários na Região de Vales-RS. Santa Cruz do Sul*. EDUNISC, 2014. Disponível em: http://unisc.br/editora/e_book_valorizacao_do_solo.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

CAPOS FILHO, Candido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos*. 4. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Ática, 2004.

DEMAMANN, Mirian Terezinha Mundt. *Rondonópolis-MT: campo, cidade e centralidades*. 2011. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:

https://teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=E7A2296701CE&lang=pt-br. Acesso em: 01 dez. 2019.

MOTTER, Crislaine; BATELLA, Wagner. Novas centralidades em Chapecó: apontamentos sobre as transformações recentes no espaço urbano. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, MG, v. 14, n. 46, p. 60-70, jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

NARDES, Antonia Marília. *Rondonópolis-MT: sua espacialidade reconstruída*. 1997. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 1997.

NOGUEIRA, Roberto Henrique Pôrto; GODÓI, Nayder Rommel de Araújo. Para uma tentativa de reconstrução do conceito jurídico de especulação imobiliária. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI/UFF, 21, Florianópolis, RJ, 2012. *Anais...* Florianópolis, RJ: FUNJAB, 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uff.php>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, William Ribeiro da. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. *GEOGRAFIA*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em <http://www.geo.uel.br/revista>. Acesso em: 08 mar. 2020.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1982.

SUZUKI, Júlio César. *De povoado a Cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis*. 1996. 238 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: https://repositorio.usp.br/single.php?_id=000746445. Acesso em: 25 jun. 2020.

TRINDADE, Adinael Junhor Pereira da. *Guiratinga/MT: do brilho a opacidade*. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2017.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

Data de Submissão: 13/08/2020

Data de Aceite: 24/05/2021

AS NOVAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS E O IMPACTO NA VIDA DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS

Luís Felipe Perucci de Lacerdaⁱ
Lirian Melchiorⁱⁱ

Resumo: o presente artigo traz uma discussão sobre a crise político-econômica-social, gerada no Governo de Nicolás Maduro, que afeta grande parte da população venezuelana e que culminou em uma forte migração para países vizinhos, incluindo o Brasil. Buscou-se ainda analisar a recepção destes migrantes em território brasileiro verificando a reformulação das políticas migratórias e contextos xenofóbicos. Como recurso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre políticas migratórias e a mobilidade dos venezuelanos para o Brasil, além da análise de fontes secundárias e primárias para entender os contextos espaciais e econômicos que esta migração adquire. Desta forma, procura-se evidenciar as dificuldades enfrentadas pelo migrante e a possibilidade de redefinição de novas territorialidades na busca por refúgio em outro país.

Palavras-chave: migração; Venezuela; territorialidade.

THE NEW BRAZILIAN MIGRATION POLICIES AND THE IMPACT ON THE LIVES OF VENEZUELAN IMMIGRANTS

Abstract: this article discusses the political-economic-social crisis, generated by the Nicolás Maduro government, which affects a large part of the Venezuelan population and which culminated in a strong migration to neighboring countries, including Brazil. We also sought to analyze the reception of these migrants in Brazilian territory, verifying the reformulation of migration policies and xenophobic contexts. As a resource, a bibliographic survey was conducted on migratory policies and the mobility of Venezuelans to Brazil, in addition to the analysis of secondary and primary sources to understand the spatial and economic contexts that this migration acquires. In this way, it seeks to highlight the difficulties faced by migrants and the possibility of redefining new territorialities in the search for refuge in another country.

Keywords: migration; Venezuela; territoriality.

LAS NUEVAS POLÍTICAS MIGRATORIAS BRASILEÑAS Y EL IMPACTO EN LA VIDA DE LOS INMIGRANTES VENEZOLANOS

ⁱ Bacharel em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, luisfelipeplacerda@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-3006-4104>.

ⁱⁱ Professora Doutora do Curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. lirianmelchior@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-8571-2538>.

Resumen: este artículo presenta una discusión sobre la crisis político-económica-social generada en el Gobierno de Nicolás Maduro, que afecta a una gran parte de la población venezolana y culminó con una fuerte migración a países vecinos, incluido Brasil. También buscamos analizar la acogida de estos migrantes en territorio brasileño verificando la reformulación de las políticas migratorias y los contextos xenófobos. Como recurso, se realizó una encuesta bibliográfica sobre las políticas migratorias y la movilidad de los venezolanos a Brasil, además del análisis de fuentes secundarias y primarias para comprender los contextos espaciales y económicos que adquiere esta migración. Así, busca poner de relieve las dificultades a las que se enfrenta el migrante y la posibilidad de redefinir nuevas territorialidades en la búsqueda de refugio en otro país.

Palabras clave: migración; Venezuela; territorialidad.

Introdução

O fenômeno migratório internacional atual vem se caracterizando pelo desenvolvimento e constituição de sociedades em redes. O estudo destes deslocamentos possibilitou a análise da porosidade das fronteiras nacionais, étnico-culturais e identitárias, uma vez que nos terrenos das trocas materiais e simbólicas se confrontam indivíduos e culturas muito diferentes. Dessa forma, as práticas de deslocamento devem ser percebidas como constitutivas de significados culturais em lugar de serem apenas uma extensão ou transferência desses significados. As redes sociais construídas na migração têm a capacidade de produzir modos de organização que ultrapassam as fronteiras de um Estado, de um território definido por uma linha geopolítica ou dois lados separados e vigiados arbitrariamente, mas também ligados por práticas legais e ilegais de cruzamentos, trocas e comunicações (CLIFFORD, 1999: 13).

Pensando desta maneira é que nos propusemos a estudar o recente deslocamento de venezuelanos(as) para Brasil – iniciado de forma mais intensa em 2017 – e suas diferentes perspectivas, buscando compreender as relações sócio-espaciais envolvidas na busca por trabalho, estadia, alimentação, segurança; refletindo assim, sobre a mobilidade humana.

Imersa em uma grande crise humanitária, a Venezuela passou a ser um lugar de instabilidade e vulnerabilidade para quem vive no país, o que obrigou milhares de pessoas a deixarem o seu país em busca de mínimas condições de sobrevivência. De acordo com a previsão realizada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) no ano de 2016, a economia da Venezuela iria encolher 12% e poderia alcançar um índice superior a 2.000% em inflação, aumentando mais ainda a recessão econômica. O controle de preços e a política decretada por Nicolás Maduro de retenção de dólares gerou consequências estarrecedoras para a população como a escassez de produtos básicos, essenciais ao desenvolvimento e a vida digna da população como: leite, ovos, farinha, sabão e papel higiênico (VEJA, 2016). Em matéria publicada recentemente pelo site UOL, confirmaram-se as projeções da superinflação. Nos primeiros meses de 2019 a inflação acumulada chegou a 3.326%, fato que elucida a grave crise enfrentada pela Venezuela. (UOL, 2019)

O movimento transfronteiriço realizado pelos migrantes entre a Venezuela e o Brasil, aparece como uma alternativa devido ao menor custo, não precisando gastar com viagens aéreas – muitos se deslocam de ônibus ou até mesmo a pé. A fuga de uma situação de crise de seu país levou milhares de venezuelanos a buscarem abrigo em terras brasileiras, no entanto, para aqui se fixarem, a necessidade de trabalho se faz latente, o que implica em uma outra dificuldade para os imigrantes pois o Brasil enfrenta um elevado nível de desemprego atualmente.

Com a crescente migração dos venezuelanos para o Brasil, os pedidos de refúgio cresceram muito. Em terras brasileiras, mesmo assegurados pelas leis que protegem àqueles que pedem algum tipo de ajuda humanitária, os venezuelanos têm sofrido preconceitos por parte da população e do poder político local o que acaba por dificultar o processo de adaptação no Brasil. Estas são questões que tem sido insistentemente discutida, pois em tempos de fluidez de mercadorias e de capital, aos indivíduos migrantes são impostas todo tipo de restrições, implicando até mesmo na proliferação de barreiras físicas como muros e cercas, além da militarização de fronteiras para impedir a entrada de migrantes (PÓVOA-NETO, 2018; HAESBAERT, 2017).

Os discursos midiáticos em relação aos migrantes revelam algumas representações que tornam explícitos certos aspectos da migração e acabam invisibilizando outros. A mídia, através de suas publicações, constrói exposições acerca de determinados grupos, como no caso das notícias sobre os movimentos migratórios, a exemplo da Venezuela, com a crise migratória. Esse discurso, da forma como é construído, pode produzir representações que acabam desconsiderando quaisquer personagens que fujam da norma instituída pela imprensa.

Ao tratarem do tema da migração, bem como de qualquer outro, os meios de comunicação fazem uso do discurso não-acadêmico (mesmo que eventualmente informado por membros da academia), utilizando a informação transformada em notícia como meio para conquista e consolidação de posições ante o mercado dos leitores. Para isso, podem apelar ao recurso da reiteração de idéias já estabelecidas e, curvando-se ao imperativo da informação breve e imediata, não privilegiam o aprofundamento analítico sobre processos sociais com alto grau de complexidade (PÓVOA-NETO, 2006: 57).

Para entender as diferentes consequências do processo migratório foi realizada uma análise bibliográfica buscando referências teóricas sobre a migração e sobre as questões políticas, econômicas e sociais que estão envolvidas neste processo. Também foi realizada uma análise de fontes secundárias (IBGE, IPEA, CONECTAS, ACNUR, ONU) além de um acervo de notícias veiculadas pela mídia sobre a migração de venezuelanos para o Brasil. Para compreender melhor a situação real vivenciada pelos migrantes, ainda foram aplicados questionários a alguns grupos de venezuelanos encontrados no Facebook. Esta ferramenta de análise se mostra bastante importante, pois possibilita o acesso aos migrantes de forma virtual e traz ao debate o impacto real sofrido por estas pessoas.

Assim, este texto está dividido em quatro partes: entendendo o deslocamento dos venezuelanos para o Brasil; a migração de venezuelanos para o Brasil e a reação dos brasileiros; a nova lei do migrante e os venezuelanos e a questão do refúgio e território – à guisa de conclusão, onde procura-se trazer uma reflexão sobre os contextos sócio-político-econômicos e espaciais que envolvem um processo migratório e também a

vulnerabilidade e dificuldades que estes enfrentam durante o processo de adaptação e de reterritorialização no país de destino.

Entendendo o deslocamento dos venezuelanos para o Brasil

Buscando entender a crise na Venezuela e a consequente saída de parte de sua população para países vizinhos, achamos importante resgatar um pouco da história de seus mais recentes presidentes, Hugo Chávez (1999 a 2012) e Nicolás Maduro (2013 a atual).

A escalada de Chávez ao poder, em 1999, marcou o fim de uma era para a população venezuelana. Os partidos políticos que eram tidos como tradicionais se dissipam à nova realidade, certificados pela votação expressiva de um modelo alternativo. Até o ano de 2004, Chávez estava somente preocupado em aderir a um novo modelo de Constituição, argumentando que a anterior era incompatível com o momento histórico que se desenhava. Havia também a preocupação em realizar uma série de reformulações agrárias, sociais e, sobretudo, petroleiras

SANTOS e VASCONCELOS (2016: 3) dão destaque em seu texto dizendo que o governo chavista estava interessado em propostas em que vinham de confronto com a classe burguesa e os setores mais conservadores do país. Fazendo com que a reforma agrária fosse um assunto a ser debatido e realizado, extrair por completo a participação das multinacionais para a extração de petróleo do país, além de autorizar um regime de cogestão entre o Estado e os funcionários para que fossem reerguidas as empresas falidas.

Chávez conseguiu fazer grandes mudanças na estrutura social, fazendo com que a burguesia fosse desmoralizada – classe que tinha o poder até o momento. Ocorreu então a ascensão do povo oprimido, que passou também a ter voz ativa em tudo que era decidido no país. Hugo Chávez tinha uma postura totalmente nacionalista, com uma

vontade de transformar não só a Venezuela, mas a América Latina, em nome do socialismo que apelidava de socialismo do século XX – modelo seguido pelo atual presidente da Venezuela – Nicolás Maduro.

Porém, a política econômica de Chávez ficou basicamente centrada na exploração do petróleo não apresentando grandes investimentos em outras áreas produtivas. Com a morte de Hugo Chávez, Nicolás Maduro assume mantendo a mesma linha política. No entanto, uma forte crise petrolífera explode no mundo, diminuindo em grande escala o preço dos barris de petróleo, produto de extrema importância para a economia do país girar. As consequências socioeconômicas foram devastadoras e são sentidas até hoje. Se por um lado a forte alta do preço do petróleo posterior ao ano de 2005 possibilitou uma rápida ascensão da economia venezuelana sob a gestão de Hugo Chávez, por outro, a queda do preço após o ano de 2015, sob a gestão de Nicolás Maduro, teve efeitos devastadores para a Venezuela.

Tabela 1: Preço do barril de petróleo em dólares

Ano	Preço do barril (em dólares)
2013	112.93
2014	107.57
2015	48.42
2016	30.80
2017	46.19
2018	68.13
2019	60.85

Fonte: G1 (2019). Preço do petróleo Brent se estabiliza ao redor de US\$ 64 com foco na retomada de produção saudita.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/23/preco-do-petroleo-brent-se-estabiliza-ao-redor-de-us-64-com-foco-na-retomada-de-producao-saudita.ghtml>

A crise humanitária então foi instalada. Notou-se a falta de utensílios básicos em todas as prateleiras, a inflação disparou para números assustadoramente altos, a economia foi em queda livre e a moeda do país foi completamente desvalorizada. A Venezuela presenciou uma crise econômica, social e política. Por outro lado, a oposição, que antes

estava representando uma minoria no congresso, ganhou força e voz, devido à falta de estabilidade econômica e política e seu discurso tornou-se favorável e bem-vindo pela população que ansiava por uma melhora imediata. SIMÕES discute isso em seu artigo:

O que o Human Right Watch chama de “Crise Humanitária” é a grave e generalizada violação de Direitos Humanos na Venezuela. Falta de medicamentos básicos que dificultam o acesso a serviços básicos de saúde e tratamento de doenças crônicas como pressão alta e diabetes. Falta de alimentos, o que gerou na população Venezuelana uma “desnutrição severa”. A Unicef revelou em relatório publicado que 3,4% das crianças venezuelanas sofriam de desnutrição em 2013, o último ano refletido nas estatísticas que o Governo do presidente Nicolás Maduro ofereceu ao organismo internacional. Esse número cresceu segundo dados da FAO divulgados em 2017 (UNICEF apud SIMÕES, 2017: 49).

Percebe-se, assim, que a situação social na Venezuela era bastante preocupante, com altas taxas de desemprego, uma grave crise hospitalar, além da falta de acesso a produtos básicos de consumo. Esta situação tem sido fortemente agravada por conta dos embargos econômicos que países opositores ao Chavismo têm colocado à Venezuela. Um dos principais causadores dessa crise é os EUA, que impôs sanções à Venezuela resultando na retenção da exportação de petróleo para aquele país, além de bloqueios de medicamentos e alimentos.

Em meio a tantas dificuldades que começaram a ser impostas à população, esta começou a se deslocar pelos países vizinhos (Colômbia, Equador, Peru, Brasil), além de EUA e Espanha, em busca de trabalho e alimentos.

Tabela 2: Número de venezuelanos morando fora da Venezuela (2005-2018)

Ano	América do Sul	No Mundo
2005	55 mil	437 mil
2010	68 mil	557 mil
2015	87 mil	696 mil
2017/2018	1.5 milhão	2.5 milhões

Fonte: Gazeta do Povo (2019) Cinco gráficos que explicam a crise na Venezuela. <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/cinco-graficos-que-explicam-a-crise-da-venezuela-20k14seeg7h03hs2pg7pi52ad/>.

O Estado Bolívar ao sul da Venezuela e o Estado de Roraima na Região Norte do Brasil possuem similitudes, tais como o fato de se constituírem em grandes espaços em relação aos seus respectivos territórios nacionais. Viverem processos de expansão da fronteira econômica, cujos programas oficiais de exploração de recursos naturais enfatizavam o caráter de “espaços vazios”, culminando com políticas de ocupação baseadas no conceito de desenvolvimento vinculado à doutrina de Segurança Nacional. São palcos de constantes conflitos pelo controle dos recursos naturais travados por diversos atores sociais (índios, garimpeiros, madeireiros, empresários, fazendeiros, militares); possuem populações indígenas significativas e estão situados em áreas de fronteira internacional, portanto, em área que delimita a soberania das duas nações.

Figura 1: Mapa da fronteira do Brasil com a Venezuela, em especial com o estado de Roraima.



Fonte: Amazônia.org (2018) Transporte carro ou dias a pé: como é a travessia dos venezuelanos para viver no Brasil

<https://amazonia.org.br/2018/02/transporte-carro-ou-dias-a-pe-como-e-a-travessia-dos-venezuelanos-para-viver-no-brasil/>

A figura 1 evidencia a proximidade entre os municípios fronteiriços de Gran Sabana e Pacaraima que também apresentam características muito similares quanto à inserção regional e ocupação dos territórios estaduais e nacionais. São municípios de projetos de expansão agrícola, áreas de intensa exploração mineral ao longo de suas histórias, e

possuem um grande contingente de população indígena. Estas semelhanças facilitam as relações transfronteiriças implicando em travessias constantes entre os municípios vizinhos, onde os imigrantes procuram saciar suas necessidades básicas sem deixarem efetivamente seu território de origem.

A migração de venezuelanos para o Brasil a reação dos brasileiros

144

A migração venezuelana para o Brasil não produzia números considerados significativos, fato que teve uma mudança a partir de 2015, com pico de entradas no país em 2017, ultrapassando vinte mil ingressos. Esse maior movimento de entrada no país fez com que a mídia e o governo federal classificassem esse fluxo como crise humanitária. Segundo dados da Polícia Federal, entre 2017 e novembro de 2018, entraram no Brasil 199.365 venezuelanos através da fronteira da cidade de Pacaraima, em Roraima. Destes, 100.928 têm registro de saída do Brasil e 98.437 ainda estariam em território brasileiro. Tal fluxo migratório aumentou sobremaneira o número de solicitações de refúgio, que passou de 10.357 pedidos em 2016 para 73.410 em 2018 (POLÍCIA FEDERAL, 2018).

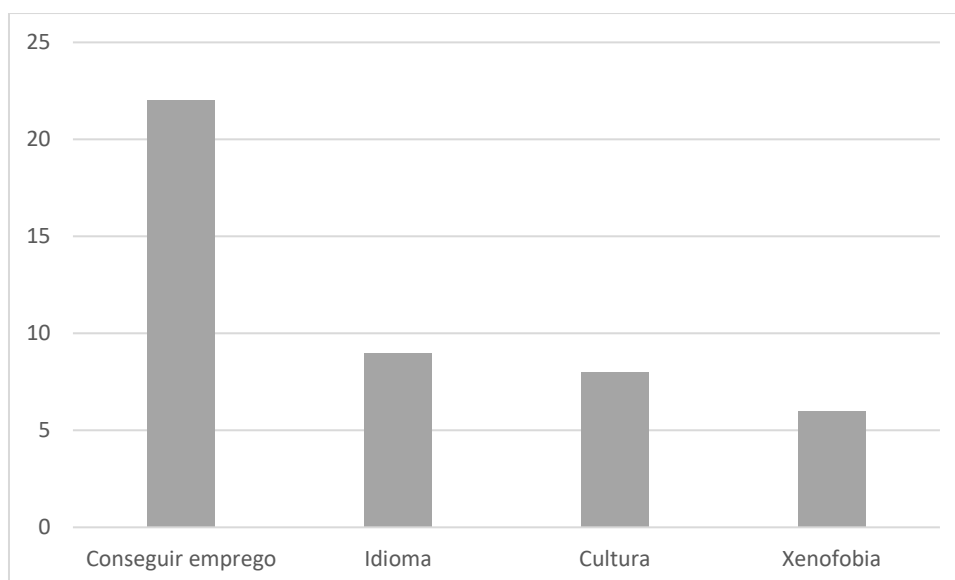
Recentemente vimos essa vinda de venezuelanos para o Brasil estampar todas as capas de jornais. Devido à alta demanda e falta de lugar para abrigar, Pacaraima viu-se em estado de calamidade pública. Os habitantes da capital acabaram vendo o seu lugar apropriado por pessoas de outro país e decidiram reivindicar seus direitos de uma forma brutal. Muitas foram às manifestações por parte da população e do poder político local registrando o descontentamento com a chegada de um número tão grande pessoas nas cidades de Roraima.

Essas reflexões atestam a profunda complexidade da relação entre criminalidade, migração e direito. Embora sofram numerosas violações de direitos humanos, tanto nos países de origem como naqueles de trânsito e de chegada, muitos migrantes e solicitantes de refúgio, com frequência, acabam sendo perseguidos por dispositivos legislativos que visam, antes

que o respeito da dignidade do ser humano, o controle do excedente social (MARINUCCI, 2015: 8).

Essa xenofobia por parte dos brasileiros contra os venezuelanos passou a ser bastante discutida nas redes sociais, tendo defensores e opositores. Muitas pessoas tentando justificar a represália contra os migrantes, por erros cometidos por um grupo ínfimo. Em Roraima, por exemplo, a população local expulsou os venezuelanos ao som do hino nacional, a partir deste momento a vinda de venezuelanos para a cidade se tornou algo insustentável.

Gráfico 1: Dificuldades encontradas pelos venezuelanos no Brasil



Fonte: Dados coletados através da pesquisa primária realizada com grupos de migrantes venezuelanos encontrados no Facebook, 2019.

Em uma pesquisa feita pela ACNUR, publicada pelo jornal DESTAK (2019), a discriminação sofrida pelos venezuelanos alcançou um nível de 41%. O que mostra que há uma dificuldade em estabelecer uma máxima quando se trata deste assunto. No questionário aplicado, a xenofobia não se apresenta enquanto elemento de destaque, mas as demais respostas sugerem um indicativo de preconceito (dificuldade na

comunicação e para arrumar emprego), além dos temas veiculados na mídia, deixando claro que a recepção dos venezuelanos pelos brasileiros foi um pouco tempestuosa, estampando a capa de muitos jornais pelo Brasil.

Os episódios de xenofobia contra os venezuelanos relatados demonstram que casos de discriminação e agressões contra migrantes são muito frequentes, principalmente na cidade de Pacaraima, devido esta ser uma cidade muito pequena e não ter recursos suficientes para os próprios moradores, tampouco para pessoas de fora do país. Fica explícito então o ressentimento por parte dos brasileiros tanto pela precarização ainda maior de serviços públicos, pressionados pela demanda dos novos usuários, como pela sensação de insegurança.

O processo de criminalização do migrante cria condições socialmente aceitas para culpabilizar o indivíduo, que já se encontra em uma situação vulnerável, por todas as situações precárias que dada sociedade está vivendo – aumento da violência, desgastes dos serviços públicos, falta de empregos – levando o migrante a assumir a culpa por um Estado que não consegue se responsabilizar por seus problemas sociais e atribui ao Outro a precariedade ou inexistência dos seus serviços. Assim, ocorre o aumento de manifestações xenofóbicas e preconceituosas contra os migrantes (PÓVOA-NETO, 2005, 2018).

Vale ressaltar que a mobilidade populacional implica em busca por melhores condições de vida em outros territórios, portanto o acesso ao trabalho se faz necessário para que o migrante possa ter condições de manter sua vida no país de destino. No entanto, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) aponta que apenas 9% dos venezuelanos que entram no Brasil por Roraima conseguem um emprego formal nas primeiras semanas após chegarem, antes de seguirem para outros destinos. Em levantamento feito com mais de 4,1 mil pessoas em 13 municípios do estado, a agência da ONU revela que 59% desses refugiados e migrantes estão sem trabalho. Um em cada três tem dificuldade em ter o que comer. De acordo com o organismo das Nações Unidas, 32% dos venezuelanos entrevistados tinham emprego em seu país de origem. A publicação da agência da ONU ressalta que 29% dos venezuelanos possuíam alguma

formação especializada (ensino médio técnico, tecnólogo ou faculdade) completa ou incompleta, com quase 15% tendo frequentado uma universidade, ainda que não tivessem acabado o curso. Segundo o relatório, 61% dos entrevistados tinham concluído ou pelo menos iniciado o ensino médio (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

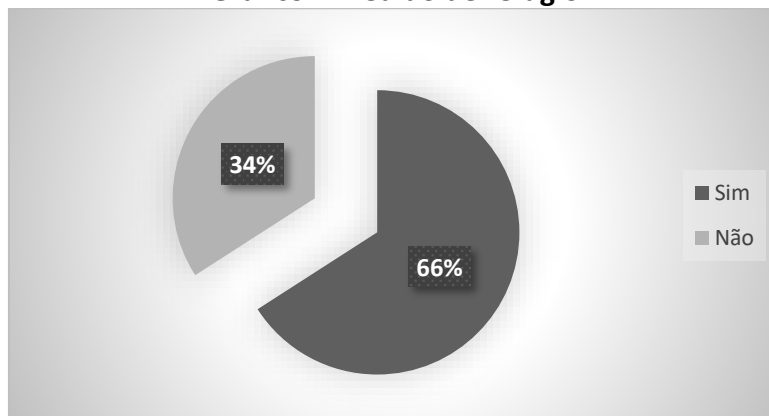
Tabela 3: Principais países de destino dos imigrantes venezuelanos em 2018

País de destino	Número
Colômbia	1.1 milhão
Peru	506 mil
Chile	288 mil
Equador	221 mil
Argentina	130 mil
Brasil	96 mil

Fonte: BBC (2018) Brasil recebe apenas 2% dos 2,3 milhões de venezuelanos expulsos pela crise. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45251779>.

Os venezuelanos, ainda que vivenciem uma situação de conflitos político-econômicos e sociais em seu país – o que poderia diferir de uma migração por trabalho que impulsiona as engrenagens do mercado capitalista –, ao chegar ao Brasil, em busca de visto humanitário, também terão de buscar uma inserção no mundo do trabalho para garantirem o sustento de suas famílias, porém as dificuldades encontradas pelos venezuelanos para obterem emprego em Pacaraima e na capital Boa Vista é indiscutível e explícito no questionário aplicado. Muitos acabam desabrigados, desempregados e ocorre o agravamento de suas condições precárias de vida acirrando as preexistentes fragilidades sociais da região, especialmente na capital Boa Vista. As históricas dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado e a profunda crise econômica pela qual passa o Brasil já seriam suficientes para causar processos de efervescência social no território em questão, porém estes estão sendo agravados num contexto de progressivo crescimento demográfico com a chegada dos migrantes venezuelanos. Assim, ocorrem adesões à informalidade laboral, à execução de atividades que são consideradas proibidas e as ocorrências de conflitos entre estrangeiros e parcelas minoritárias da população brasileira, refratárias aos efeitos colaterais da crescente presença destes em suas regiões.

Gráfico 2: Pedido de refúgio



Fonte: Dados coletados através da pesquisa primária realizada com grupos de migrantes venezuelanos encontrados no Facebook, 2019.

Para aliviar as tensões ocorridas no Estado de Roraima, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), tomou a iniciativa estratégica de interiorizar os venezuelanos para outros Estados do país. Segundo a ACNUR, mais de 4.700 venezuelanos já foram transferidos para outros 17 estados brasileiros. Os migrantes interessados neste processo fazem um cadastro, são imunizados, recebem informações sobre os municípios para os quais estão se deslocando, sobre acesso a serviços e sistemas de saúde e sobre como serão abrigados. Desta forma, eles podem ser acolhidos por outras instituições e não ficam em uma situação de vulnerabilidade maior, integrando-se de uma forma mais digna à sociedade brasileira (CONNECTAS, 2018; ACNUR, 2019).

A nova lei do migrante e os venezuelanos

Os movimentos migratórios aumentaram muitos nos últimos anos e, com isso, o tratamento para com o migrante também precisou sofrer algumas alterações. Nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, podemos observar

grandes transformações no que diz respeito às políticas migratórias no Brasil e também em escala internacional.

Até pouco tempo no Brasil, a migração era ordenada por leis que foram instituídas no período militar, onde o imigrante era visto como uma ameaça aos indivíduos que pertenciam legitimamente àquele país, predominando o prisma da segurança nacional, que deveria manter de fora das nossas fronteiras àqueles que poderiam causar algum tipo de desordem. Não se pode olvidar que à época que o Estatuto foi concebido, a prioridade consagrada na legislação priorizava a segurança nacional, os interesses socioeconômicos do Brasil e o trabalhador nacional. O termo estrangeiro adotado pela norma citada indicava a existência de um indivíduo que “é natural de outro país; que não faz parte de uma família, de um grupo” (GUERRA, 2017: 96).

Após a década de 2000, novos grupos foram se somando a estes em terras brasileiras (vindos da Angola, Nigéria, Senegal, República Democrática do Congo e mais recentemente do Haiti), muitos destes migrantes vindos de países com sérios problemas, políticos ou ambientais sendo estes reconhecidos como refugiados. Com este novo cenário o Brasil precisou repensar suas leis tanto no que se refere à acolhida dos migrantes quanto aos direitos dos trabalhadores brasileiros em terras estrangeiras. Segundo OLIVEIRA (2017) a questão migratória do e para o Brasil precisou ser tratada de duas formas: primeiramente buscou-se regularizar os estrangeiros que viviam há um determinado tempo no país, no entanto, esta atitude não resolveu problemas essenciais obtendo uma política de migração clara com eixos de cooperação internacional. E ainda, os assuntos relativos a livre circulação de trabalhadores do MERCOSUL, acabou produzindo documentos normativos que não enfrentavam as questões migratórias com a profundidade necessária. Assim, a aparente “não política migratória” seria a manutenção, em grande escala, das práticas que foram herdadas do regime de exceção (OLIVEIRA, 2017: 172). No que diz respeito a direitos humanos, ROSSANA REIS (2004: 151) destaca que:

No âmbito geral dos direitos humanos, apesar de suas limitações, as convenções relativas aos refugiados e apátridas representam um ponto de inflexão no direito internacional, pois pela primeira vez é reconhecida a existência do indivíduo no cenário internacional. Lentamente, direitos individuais universais independentes do Estado vão sendo reconhecidos, numa tendência que vinha se acentuando desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

“O processo de criminalização do migrante cria condições socialmente aceitas para culpabilizar o indivíduo, que já se encontra em uma situação vulnerável, por todas as situações precárias que dada sociedade está vivendo – aumento da violência, desgastes dos serviços públicos, falta de empregos – levando o migrante a assumir a culpa por um Estado que não consegue se responsabilizar por seus problemas sociais e atribui ao Outro a precariedade ou inexistência dos seus serviços”.

É importante ressaltar que a partir desses debates em torno das leis migratórias, o Brasil era impulsionado e pressionado na direção dos avanços necessários, o que levaria a conflitos de posições e ideologias.

Há alguns anos atrás, o Estatuto do Estrangeiro tinha uma perspectiva que visava à segurança nacional e mostrava uma imagem do migrante como potencial ameaça aos interesses do país. A nova lei tem muitas mudanças, estabelecendo novos princípios que visa o combate à discriminação, homofobia e tem como ponto principal a igualdade de direitos. Além disso, trata da proteção de pessoas que vivem no exterior,

através de uma cooperação jurídica entre países. Também determina que haja um visto temporário para que o migrante que não se enquadre na lei do refúgio possa receber alguma ajuda. GUERRA (2017: 98) apresenta as principais conquistas no que se refere ao novo Estatuto do Migrante, afirmando que está o trata como sujeito e lhe garante uma série de direitos que devem ser respeitos em todo território nacional, são eles:

(...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional;

direito à reunião familiar do imigrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos; direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; direito de reunião para fins pacíficos; direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; amplo acesso à Justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovam insuficiência de recursos; direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento; direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do imigrante, direito à abertura de conta bancária; direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em residência, e direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória (GUERRA, 2017: 98).

No Brasil já era comum instituições e leis que abordavam a questão migratória. A *Lei n° 13.445/2017* (BRASIL, 2017), que institui a Lei de Migração, é vista como uma das mais modernas no mundo no que se refere à garantia de Direitos Humanos dos migrantes.¹ Substituiu a *Lei n° 6.815*, de 19 de agosto de 1980 (BRASIL, 1980), mais conhecida como Estatuto do Estrangeiro, que tinha como base uma forte concepção de segurança nacional e enxergava o imigrante como uma ameaça a esta.² A Lei de Migração corrente já não entende mais o imigrante como uma ameaça, mas como indivíduo de direitos iguais como qualquer cidadão nacional, em conciliação com os princípios inscritos na Constituição Federal de 1988.

¹ Esta Lei dispõe sobre os direitos e o dever do migrante e do visitante e regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

² Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais. Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

A Lei de Migração concedeu aos imigrantes uma série de benefícios que até o momento eram conferidas apenas aos nacionais e também regulou a admissão de diversos Direitos Universais previstos na Constituição. Esta lei prevê, entre outros, um processo simplificado de regularização migratória; acesso a serviços públicos de assistência social, saúde e previdência; não criminalização ou discriminação por razões migratórias; acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita, quando comprovada hipossuficiência; direito à educação; e liberdade de ir e vir (GUERRA, 2017).

A migração de venezuelanos ocorre ao mesmo tempo à divulgação e à regulamentação da referida Lei de Migração. Portanto, em certa relevância, esta experiência empírica influenciou e ajudou na construção de um aparato legislativo sólido e eficaz para o acolhimento de imigrantes de forma segura, ordenada e regular. O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil tem uma natureza precária, emergencial e localizado em um estado sem estrutura para receber um grande fluxo migratório. As políticas públicas existentes são demasiadamente falhas para lidar com todas essas questões ao mesmo tempo e, então, algumas estratégias criadas pelo Governo Federal foram traçadas tomando por base essas premissas iniciais.

Tabela 4: Motivos apresentados pelos migrantes venezuelanos entrevistados para migrar para o Brasil

Motivo	Porcentagem
Questão econômica	45%
Questão Social	6%
Questão Política	6%
Todas as alternativas	16%

Fonte: Dados coletados através da pesquisa primária realizada com grupos de migrantes venezuelanos encontrados no Facebook, 2019.

Outro avanço percebido na nova lei do migrante é a concessão de visto humanitário para os migrantes que estão passando por situações emergenciais de deslocamentos sejam estas motivadas por desastres ambientais ou conflitos sócio-político-econômicos.

Este visto agiliza o processo de entrada e de garantia de direitos (incluindo de trabalhar) em terras brasileiras, no entanto, embora esta seja uma ação de acolhida positiva ainda não cria uma política migratória com bases sólidas para receber as populações em situações de vulnerabilidade.

O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento (BRASIL, 2017, cp. 2. Art.14, § 3º.).

A aprovação de uma nova Lei do Migrante que assegure direitos e uma condição de vida digna no país, com certeza é um avanço, considerando que a política conservadora brasileira tem se mostrado muito forte, desta forma, é essencial que mecanismos sejam criados para que esta seja implementada em todos seus aspectos e realmente os direitos dos migrantes sejam preservados.

A nova lei vem tratando de direitos e deveres do migrante e do visitante no Brasil. Ela regula a entrada e a permanência de estrangeiros, estabelece normas de proteção ao brasileiro no exterior. E visa estabelecer alterações na nomenclatura do não nacional, substituindo a figura do estrangeiro para a do migrante, como se depreende da leitura do artigo 1º:

Artigo 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. § 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I. (VETADO);
- II. imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;
- III. emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;
- IV. residente fronteiro: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiro de país vizinho;

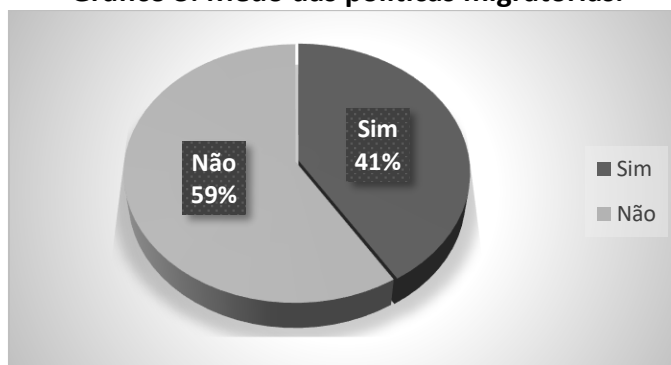
- V. visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;
- VI. apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.

A nova lei garante ainda ao migrante o direito à associação, inclusive sindical, para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei; amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; garante ainda o direito à educação pública; a garantia do cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e da aplicação das normas de proteção ao trabalhador. Todos estes direitos devem ser respeitados sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória e ao migrante ainda guarda-se o direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em residência; e direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.

Direitos humanos são aqueles inerentes a toda pessoa humana simplesmente pela condição de ser pessoa, de existir. Tais direitos diferenciam-se dos chamados direitos fundamentais à medida que aqueles são princípios jurídicos, vetores axiológicos que guardam relação com documentos na esfera internacional, os quais reconhecem o ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional (BATISTA e BONINI, 2017: 9).

Esta lei, portanto, se apresenta como um avanço no que se refere às políticas migratórias realizadas nos Estados capitalistas atualmente, o que possibilitou que os migrantes venezuelanos que para o Brasil vieram se sentissem confortáveis quanto à nova legislação. O gráfico abaixo apresenta a reação do migrante quanto a nova lei.

Gráfico 3: Medo das políticas migratórias.



Fonte: Dados coletados através da pesquisa primária realizada com grupos de migrantes venezuelanos encontrados no Facebook, 2019.

No entanto, apesar dos avanços obtidos com a nova lei do migrante, há ainda uma grande diferença entre a lei e a prática social – a discriminação (para arrumar trabalho, para frequentar a escola, ou se inserir em grupos sociais) a xenofobia, as dificuldades enfrentadas pelo migrante pelo simples fato de vir de outro país, ainda são uma prerrogativa e persistem para além dos direitos conquistados.

A questão do refúgio e território – à guisa de conclusão

Em tempos de instabilidade sociopolítica e econômica na Venezuela, a migração tem se mostrado como uma alternativa para fugir da crise. Os países fronteiriços têm sido os principais acolhedores da população venezuelana e, no caso do Brasil os números de solicitações de refúgio já superaram os 30 mil (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2018).

No entanto, os discursos políticos e midiáticos conservadores têm dificultado ainda mais a vida dos migrantes venezuelanos que para cá se dirigiram. O presidente eleito já manifestou que deveriam ser criados “campos de refugiados” para os migrantes venezuelanos de forma a conter o avanço destes pelo território brasileiro (O GLOBO, 2018). Estes discursos potencializam a figura de um migrante que não deve ser acolhido por ser um gerador de problemas, representando os migrantes como pessoas nocivas

ao território nacional, aumentando as diferenças existentes entre o que é ser natural ou estrangeiro. Este mecanismo possibilita criar obstáculos mais cruéis às duras realidades enfrentadas pelos migrantes, muitas vezes negando-lhes acesso aos serviços básicos (saúde, educação, moradia) e impedindo-os de trabalhar e assim, poderem reconstruir suas vidas.

A mobilidade imposta aos migrantes para movimentar as engrenagens do capital, sendo estas motivadas ou não por questões de trabalho, nega-lhes o direito à uma vida onde os vínculos territoriais possam ser valorizados, onde muitas vezes, as políticas migratórias, discutem processos de assimilação e não de integração do migrante. Entendendo assim, que o migrante é uma presença provisória e não deve alterar a paisagem original do território de acolhida. No entanto, ao migrante, que teve de romper com seus laços originais a formação de novas territorialidades é essencial para sua sobrevivência. SAYAD (2000: 13) lembra da importância da noção de pertencimento nacional, que se faz:

ao tempo, ao espaço, ao grupo, os principais quadros que estruturam a vida social e mesmo toda vida social e mesmo toda existência individual – existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) – sempre está em causa um pertencimento nacional, um pertencimento nacionalmente definido: o pertencimento a cada um a seu tempo é um pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o pertencimento ao grupo dos nacionais é um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns.

A mobilidade implica numa “perda de território”, em decisões que precisam de deslocamento, que implica perdas de amigos, de relações, de “lugares” etc. De outra forma, entender esse processo de migração e da desterritorialização, nos permite demonstrar e problematizar como se deram e se dão as relações de re-territorialização no novo lugar, no país de acolhida, das novas relações e tudo que envolve essa nova experiência. Assim, os processos de migração e re-territorialização se sobrepõem na análise, na tentativa de compreender as relações socioespaciais de deslocamento e dos

significados da mudança, da mudança que sempre implica nova mediação pelo e no espaço compreendendo, a produção/destruição/reconstrução de territórios na mobilidade. Esse processo de des-re-territorialização é uma condição do ser imigrante, uma condição paradoxal, uma condição de “destruição” e de “reconstrução”, reinvenção de territórios e de territorialidades na/da mobilidade espacial.

[...] mudar de espaço – deslocar-se no espaço, que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é, por definição, um “espaço nostálgico”, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade. O espaço não é, portanto, esse espaço abstrato, contínuo e homogêneo dos matemáticos, esse conjunto de lugares indiferentes e intercambiáveis entre os quais se pode ir e vir em espírito, e com toda a liberdade, como o postula a geometria. Se existe uma nostalgia agarrada ao espaço, e se este é no fundo de si mesmo um lugar de nostalgia, como se experimenta em todos os deslocamentos, é porque se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto (SAYAD, 2000: 12).

Neste cenário, o objetivo constitui-se em explorar a relação entre os processos de migração e des-re-territorialização, especialmente a partir da partida, do “abandono de território”, junto aos inúmeros motivos que se explicam através das falas dos migrantes. Esses processos podem ser verificados e identificados quando migrantes entrevistados explicam os motivos pelos quais os venezuelanos tiveram que deixar o seu país. A migração, então, permite demonstrar e problematizar a desterritorialização (a perda do território) e a reterritorialização (a reconstrução do território).

Assim, seria importante que as políticas migratórias dos Estados refletissem sobre o processo de integração dos migrantes à sociedade, de forma a garantir-lhes o direito ao uso do território de forma a valorizar sua cultura e possibilitar que a individualidade do migrante possa ser preservada ao celebrar o que estes consideram típico de seu território, afinal em tempos de mundo globalizado conceitos como multiculturalismos, direitos humanos e legislação trabalhistas unificados, respeito às diferenças culturais e as territorialidades deveriam ser considerados (POVOA-NETO, 2008)

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2004: 19).

Estes elementos, ao contrário do que afirmam os discursos conservadores, não implicam em perda da soberania do Estado, mas sim na garantia de direitos humanos plenos à todos àqueles que de alguma forma são forçados a se deslocar pelo mundo, assegurando o direito a diversidade e a pluralidade cultural. Assim, os esforços realizados pelas organizações de acolhimento ao migrante em terras brasileiras buscam legitimar os direitos resguardados pela nova Lei do Migrante e possibilitar que, neste processo de interiorização, perspectivas mais humanas e solidárias lhes sejam apresentadas incluindo o acesso ao trabalho .

Segundo a ONU (2007) existem mais brasileiros no exterior (em torno de 3 milhões) do que estrangeiros no Brasil (em torno de 1 milhão), no entanto, a migração de venezuelanos para o Brasil ganhou grande destaque nas mídias aumentando a proporção real de entrada destes no país e causando muitos conflitos com a população local. O fato é que ao pensar sobre a fluidez do mundo contemporâneo não se pode esquecer que a mobilidade, a desterritorialização e os processos de preconceitos e xenofobia vão acontecer a todos migrantes, por isto a luta pelo respeito ao multiculturalismo e a multiterritorialidade deve ser feita de forma ampla e por todos os Estados Nacionais

Referências Bibliográficas

AMAZÔNIA.ORG. *Transporte caro ou dias a pé: como é a travessia dos venezuelanos*

para viver no Brasil. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2018/02/transporte-carro-ou-dias-a-pe-como-e-a-travessia-dos-venezuelanos-para-viver-no-brasil/>.

BATISTA, S.; BONINI, L. M. M. *Lei de migração no Brasil à luz da crise humanitária no mundo*, 2017. Disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/lei-de-migracao-no-brasil-a-luz-da-crise-humanitaria-no-mundo/>. Acesso em 11 de março de 2021.

BBC. *Quais são os países com as maiores reservas de petróleo e por que isso não é sempre um sinal de riqueza*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47795371>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

159

_____. *Brasil recebe apenas 2% dos 2,3 milhões de venezuelanos expulsos pela crise*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45251779>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Brasil recebe cerca de 600 migrantes venezuelanos por dia; audiência pública discute direitos humanos para quem busca abrigo no país*. Publicado em: 19 de set. 2018. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/brasil-recebe-cerca-de-600-migrantes-venezuelanos-por-dia-audiencia-publica-discute-direitos-humanos-para-quem-busca-abrigo-no-pais>> Acesso em 23 de março de 2019.

ECODEBATE. *O colapso da Venezuela e a maldição do petróleo*. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/07/18/o-colapso-da-venezuela-e-a-maldicao-do-petroleo-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

G1. *Preço do petróleo Brent se estabiliza ao redor de US\$ 64 com foco na retomada de produção saudita*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/23/preco-do-petroleo-brent-se-estabiliza-ao-redor-de-us-64-com-foco-na-retomada-de-producao-saudita.ghtml>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

_____. *Após ataques de brasileiros, 1,2 mil venezuelanos deixaram o país, diz Exército*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/19/pacaraima-tem-ruas-desertas-apos-confronto-entre-brasileiros-e-venezuelanos.ghtml>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GAZETA DO POVO. *Cinco gráficos que explicam a crise na Venezuela*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/cinco-graficos-que-explicam-a-crise-da-venezuela-20k14seeg7h03hs2pg7pi52ad/>. Acesso em 28 de novembro de 2019.

GUERRA, Sidney. A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS E MELHORIAS NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS IN: *Revista de Direito da Cidade*, vol. 09, no 4. ISSN 2317-7721 pp. 1717-1737.

HAESBAERT, Rogério. *Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea*. Niterói, 2017.

_____. *O Mito da Desterritorialização: do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005a, pp. 6774-6792.

MARINUCCI Roberto. Criminalização das migrações e dos migrantes In: *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 7-10, jul./dez. 2015.

_____. Paradigmas de políticas migratórias e o Brasil. Brasília: CSEM, maio de 2012.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. *Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual*. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/83376/49791>.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro De. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. *Rev. bras. estud. popul.* vol.34 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2017.

O TEMPO. *Venezuelanos são vítimas de xenofobia em Roraima*. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/venezuelanos-s%C3%A3o-v%C3%ADtimas-de-xenofobia-em-roraima-1.1572431>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

PÓVOA-NETO, Hélon. O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos "direitos à mobilidade. In: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Ano XVI - Número 31 – 2008.

_____. A criminalização das migrações na nova ordem internacional In: POVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (org). *Cruzando Fronteiras Disciplinares*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

RODRIGUES, Francilene. *Migração transfronteiriça na Venezuela. Estudos avançados*, vol.20 no.57 São Paulo May/Aug. 2006.

SANTOS, Fernanda Naomi Zaphiro; VASCONCELOS, Thamires Marques. *Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática*. Disponível em: <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465525214_ARQUIVO_VenezuelanosnoBrasil-dacriseeconomicaparaacrisepoliticaemidiatica.pdf> Acesso em 23 de março de 2019.

SAYAD, Abdelmalek (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo: CEM, ano XIII, número especial, jan./2000.

SENADO FEDERAL. *Estatuto do Estrangeiro: legislação e correlatada*. 2014. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1>> Acesso em 23 de março de 2018.

_____. *Fluxo migratório de venezuelanos*. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/d343cbc3-4b87-498d-82df-7db15d4cfe31>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

SIMÕES, Gustavo da Frota. *Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração Venezuelana para o Brasil*. 2017. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=fa9065e2-c184-5655-0c04-1381156aca09&groupId=265553> Acesso em 23 de março de 2019.

TERRA. *Venezuelanos são agredidos e expulsos em Roraima*. Publicado em: 18 ago. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-em-roraima,59fefed7975a667de82952def3364d6cclh0qze0.html>> Acesso em 23 de março de 2019.

Data de Submissão: 25/03/2021

Data de Aceite: 07/06/2021

EXPANSÃO URBANA E FORMAÇÃO DE PERIFERIAS NAS CIDADES PEQUENAS DO PORTAL DO SERTÃO

Ythana de Oliveira Santosⁱ

Janio Santosⁱⁱ

Vinicus da Silva Machado Borgesⁱⁱⁱ

Resumo: o artigo tem como objetivo analisar os fatores que influenciaram a expansão das pequenas cidades do Portal do Sertão, investigar as transformações nas estruturas urbanas e indicar os motivos que provocaram a formação de periferias em algumas delas. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e elaborados mapas temáticos. No Portal do Sertão, a expansão ocorreu face ações governamentais, pela luta por moradia e a oferta de residências por agentes imobiliários. Nem todas as cidades pequenas expandiram e formaram periferias. Onde o fenômeno é visível, se processa de diferentes formas e corrobora desigualdades, traduzidas em indicadores demográficos, de renda e inadequação de moradias. Por outro lado, envolve a leitura sobre escalas e dinâmicas nas quais cada cidade está inserida.

Palavras-chave: Expansão urbana; Portal do Sertão; Periferias; Pequenas cidades.

URBAN EXPANSION AND FORMATION OF PERIPHERIES IN THE SMALL CITIES OF PORTAL DO SERTÃO

Abstract: this article analyzes the factors that influenced the expansion of the small towns of Portal do Sertão, investigate the transformations in the urban structures and indicates the reasons for the formation of peripheries in some. The methodology consisted of bibliographic and documentary research and elaboration of thematic maps. At Portal do Sertão, the expansion occurred due to government actions, the claim for housing and the offer of homes by real estate agents. However, there was no expansion and formation of peripheries in all the small towns. Where the phenomenon is visible, it takes place in different ways and corroborates inequalities, translated into demographic, income and precarious housing data. On the other hand, it involves reading about scales and the dynamics in which each city is inserted.

Keywords: urban expansion; Portal do Sertão; periphery, small town.

ⁱ Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Geografia/UEFS. E-mail: ythanaos@outlook.com.

ⁱⁱ Doutor em Geografia, Professor Pleno/DCHF/UEFS, <http://orcid.org/0000-0003-0730-1271>. E-mail: janiosantos@yahoo.com.br.

ⁱⁱⁱ Graduando em Geografia/UEFS. E-mail: viniciusborges_12@hotmail.com.

EXPANSIÓN URBANA Y FORMACIÓN DE PERIFERIAS EN LAS PEQUEÑAS CIUDADES DE PORTAL DO SERTÃO

Resumen: el artículo tiene como objetivo analizar los factores que influyeron en la expansión de las pequeñas ciudades de Portal do Sertão, investigar las transformaciones en las estructuras urbanas e indicar las razones que provocan la formación de periferias en algunas de ellas. La metodología consistió en la investigación bibliográfica y documental y la elaboración de mapas temáticos. En Portal do Sertão, la expansión se produjo debido a las acciones del gobierno, el reclamo de vivienda y la oferta de viviendas por parte de los agentes inmobiliarios. Sin embargo, no hubo expansión y formación de periferias en todas las ciudades pequeñas. Donde el fenómeno es visible, se presenta de diferentes formas y corrobora las desigualdades, traducidas en datos demográficos, de ingresos y de vivienda precaria. Por otro lado, implica leer sobre las escalas y el nivel socioeconómico en el que se inserta cada ciudad.

Palabras-clave: Expansión urbana; Portal do Sertão; Periferia, Pequeña ciudad

Introdução

Nas quatro últimas décadas, são observadas profundas transformações nas cidades pequenas, como consequência de alterações que se desdobraram em várias escalas, que expressam, por exemplo, aumento de sua população urbana. Isso é resultado de novas relações de trabalho e de produção que foram engendradas durante todo o século XX, até porque novos aspectos da vida e dinâmica das cidades passaram a fortalecer tal lógica.

Com base nesses argumentos, desenvolve-se este texto com vistas a pensar, com base Território de Identidade Portal do Sertão, qual o grau de expansão das pequenas cidades e investigar os fatores que influenciaram a formação de periferias nessas áreas.

No que concerne à expansão urbana, entre 1940 e 2000, SANTOS (2019) reforça e ideia que parte desses núcleos pequenos cresceu territorialmente. Entretanto, não é o crescimento do tecido urbano em si que decorre na periferização, fenômeno que se acentua em tais cidades, mas a ação e os interesses dos agentes que as produzem.

Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre expansão urbana, cidades pequenas e periferia. Também houve o levantamento de dados acerca das marcas

históricas e da dinâmica populacional e socioeconômica do Portal do Sertão. No QGis, elaborou-se mapas temáticos para: [1] Avaliar a expansão urbana, entre 1984 e 2019, com base em imagens de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); [2] Verificar os casos em que foram constituídas periferias; e [3] Compor um panorama da dinâmica dessas pequenas cidades.

O artigo está organizado em três partes: na primeira, discute-se cidades pequenas, expansão urbana e periferias do ponto de vista teórico; na segunda, caracteriza-se o Território de Identidade Portal do Sertão, com seus aspectos históricos e econômicos; e, por último, avalia-se a expansão nas cidades pequenas, assim como suas características e as periferias constituídas.

Cidades pequenas, expansão urbana e periferias: breves considerações

Segundo SANTOS (2005), as mudanças nas cidades pequenas são resultado dos novos modelos de produção e consumo, perfil que se repete de forma geral nos países subdesenvolvidos. Apenas recentemente tais cidades se alastraram no território nacional e isso foi causado pela modernização da tecnologia, independente da industrialização. Ocorreu primeiramente com o aparelhamento estatal e ocasionou também a melhoria de seus serviços. Em consequência disso, as exigências da população das pequenas cidades também aumentaram, com foco em serviços de maior qualidade, principalmente educação e saúde, o que criou condições para melhorar, relativamente, sua infraestrutura urbana. Contudo, as pequenas cidades ainda sofrem com problemas relacionados à falta de serviços básicos para grande parcela da população. Por isso, para serem supridos, deslocam-se para outras localidades onde há maior especialidade.

As mudanças que ocorreram nesses espaços passaram a ser percebidas e chamaram a atenção de alguns pesquisadores, como SANTOS (2019) e CORRÊA (2011). A problemática sobre sua definição ganhou evidência e trouxe ao debate o conceito de “cidade pequena”. Diferente de como são pensadas, elas não apresentam

homogeneidade interna, menos ainda nas suas relações, e não permitem a construção de um conceito abrangente que corresponda integralmente as suas formas e dinâmicas. MAIA (2009) questiona se os estudos acerca das metrópoles cabem para as cidades pequenas ou para as cidades não-metropolitanas. Fora por interesses estatísticos de alguns órgãos, parâmetros demográficos máximos ou mínimos servem muito mais para dizer o que não é uma pequena cidade do que para conceituá-la. Diante disso, conclui-se que definir a cidade apenas como pequena por critérios demográficos é insuficiente, porque inviabiliza perceber as características únicas de cada uma delas.

A escolha por trabalhar com essa temática e suas transformações confirma a preocupação em verificar como os pequenos municípios recebem os impactos das modificações pelas quais a sociedade passa. Para que isso seja atingido é indispensável a compreensão das interações que as influenciam em diferentes escalas.

O importante na discussão sobre as pequenas cidades é observar sua realidade, para que se possa compreender a problemática que envolve o tema (necessidades, potencialidades, interações com o entorno e as áreas distantes). Por outro lado, criar um arcabouço teórico e metodológico confiável e, ao partir desse, estudos que possam ser feitos para que tais áreas urbanas sejam debatidas, com o intuito de compreender os traços e as potencialidades deixem de ser ignoradas e passem a ser devidamente avaliadas.

Para SANTOS (2019), de certa forma, podem ser sistematizados em cinco os aspectos que, em geral, os autores atinam-se ao tratar do tema cidades pequenas: escala, grau de modernidade, vida cotidiana, questão demográfica e dinâmica urbana.

Segundo Corrêa, a cidade pequena é:

[...]um núcleo dotado da função de sede municipal. [...] Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. Associada a essa função político-administrativa, seja de forma causal ou em consequência, há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços (CORREA, 2011: 6).

Com base no fragmento acima, é possível reiterar a ideia de que a pequena cidade deixou de ser algo voltado apenas para o âmbito rural e passou a ter aspectos mais urbanos, sobretudo ao fortalecer a função administrativa. Mesmo assim, várias cidades ainda mantêm atividades inexpressivas para suprir suas necessidades locais, sobretudo de caráter produtivo, e ficam dependentes de fundos de recursos públicos.

A análise do espaço urbano parte do pressuposto de que esse é o lugar onde se desenvolve e significa a vida cotidiana, através de agentes e sujeitos concretos. Esses atuam para sua organização e agem conforme a dinâmica capitalista, que, ao longo do tempo, demandou diferentes necessidades de relações de produção e, como consequência, da luta social (CORRÊA, 1989). Ele está em constante reorganização, que se vincula às ações realizadas pelos agentes e pelos sujeitos. Entretanto, o espaço urbano continua fragmentado, articulado e, ao mesmo tempo, refletor e condicionante de uma sociedade desigual, mesmo reinventando-se em suas formas e funções. Logo, pode-se considerar o equilíbrio social como um discurso ideológico, já que esse espaço não permite sua concretização.

Os agentes concretos que produzem o espaço urbano são: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado (em suas três instâncias) e, por fim, grupos excluídos (CORRÊA, 1989). A nosso ver, esses últimos são, na verdade, as classes sociais segregadas.

O Estado possui papel fundamental na caracterização do uso do solo urbano, pois sistematiza e regulamenta sua utilização. Porém, são os agentes do capital que atuam no condicionamento concreto das práticas socioespaciais e, como consequência, promovem a fragmentação e segregação espacial, e causam conflitos. É nesse cenário, repleto de agentes com interesses conflitantes e objetivos distintos, que o espaço urbano é “organizado e reorganizado” para atender diferentes demandas, as quais produzem o que conhecemos como a cidade moderna (CARLOS, 2007).

O espaço urbano é o lugar que propicia a ação humana, mas também é produto dela, o que ocasiona diferentes significações que lhe são atribuídas. Por ser não reprodutiva, bastante monopolizada e insubstituível para a produção capitalista, a terra assume um

preço. O mercado e o uso do solo urbano estão vinculados, pois o preço do terreno é o meio de acesso à utilização do espaço, sendo esse vendido ou alugado (SINGER, 1982). A terra tem valorização diferencial quanto à qualidade de localização, pois leva-se em consideração aspectos físicos e locacionais para atribuir a valoração de determinada área.

A necessidade cada vez maior por terreno, produto da aglomeração reproduzida no espaço urbano, através das atividades econômicas que são intensificadas pela concentração do capital e pela dinâmica de acumulação capitalista, influencia diretamente na urbanização (SILVA, 1995). Dois fatores importantes para garantir o modo diferenciado como o processo ocorre estão relacionados à disponibilidade econômica da sociedade, pois o preço vincula-se com o que a demanda está disposta a pagar, e as características físicas. Aliás, “barreiras ambientais” são fundamentais para definir investimentos em determinada área, e não é lucrativo para o capital sancioná-las.

O principal mecanismo de expansão da cidade contemporânea é a integração do espaço rural ao urbano, que, como explicitado, é viabilizado pela regulamentação do Estado e tem como principais beneficiários os proprietários fundiários e os incorporadores imobiliários, elucidado na afirmativa de que:

O planejamento urbano constitui a expressão mais acabada de controle administrativo sobre a organização da cidade. Trata-se de delegar no Estado a gestão da expansão urbana, a construção das infraestruturas e a decisão sobre a localização das atividades na cidade. (SILVA, 1995: 123)

SINGER (1982: 29) explica a expansão nas cidades ao apontar que “O crescimento do solo urbano implica necessariamente na reestruturação do uso das áreas já ocupadas”. A estrutura se modifica ao longo do tempo ou pelo tamanho da cidade, que era caracterizada pelas áreas residenciais de alto nível localizadas no centro, e isso se modificou. A expansão do centro, que passa a se aproximar dessas áreas, provoca maior movimentação e violência, o que, junto aos interesses dos agentes imobiliários, levou novos moradores a residir em locais mais distantes. O deslocamento das camadas com

maior renda para a periferia não mais absorve o sentido de pobreza, já que são áreas captadas pela promoção imobiliária de alto nível (SINGER, 1982).

Com a expansão urbana, surgem novas formas de segregação. A produção espacial revela as desigualdades do processo e os lugares são restringidos pelos limites impostos pela propriedade privada (CARLOS, 2007). Terrenos com potencial residencial não são convertidos em moradia e, em maioria, são temporariamente “abandonados”; mas o capital imobiliário também não permite sua ocupação: “A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do solo urbano” (SINGER, 1982: 33). Como os “grupos excluídos” também não têm direito ao centro, são realocados para as periferias. Essas, aplicadas no sentido de pobreza, não possuem infraestrutura urbana ou serviços públicos e explicitam a organização capitalista do solo. O uso, mais uma vez, depende dos objetivos de seus proprietários e da ação do Estado, através da legislação.

A realização da vida e da identidade através do tempo é caracterizada pelo uso do espaço e pela regulamentação, que é feita pelo Estado em suas três esferas. Entretanto, esse uso é uma ação socioespacial concreta e, assim, coagido por agentes hegemônicos promove contradições e, conseqüentemente, conflitos entre as classes. A contradição mais explícita no espaço urbano atual, a estratificação social, é representada pela segregação das áreas residenciais.

No auge do planejamento urbano brasileiro, nos anos de 1970 e 1980, as cidades cresceram quase sem legislação, e as periferias se estenderam, assim como a falta de infraestrutura urbana. O planejamento se revelava preocupado com a promoção do setor imobiliário: a conversão de solo rural em urbano, valorização dos imóveis, atividades especulativas e a construção em massa de habitações populares (MARICATO, 2002). Entretanto, não houve falta de planos diretores municipais. A própria Constituição de 1988 comprova a obrigatoriedade desses planos em cidades com mais de 20 mil habitantes. Portanto, é na falta de coesão entre a teoria e a execução que está o maior problema.

As velhas e novas formas de ação no espaço urbano são comprovadas, mais uma vez, no que refere a urbanização nas cidades brasileiras, vinculada tanto ao sistema colonial, coronelista e patrimonial, quanto ao regime republicano do século XX, que é neoliberal e especulativo (MARICATO, 2002). No entanto, ambos sistemas formaram gestões urbanas de baixo orçamento social e serviços urbanos, voltadas à especulação imobiliária ao invés de não segregacionistas. Como se pode notar através dos financiamentos realizados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), criados para promoção de moradias aos grupos sociais pobres, como forma de reparação do caos urbano, mas financiaram o aumento da segregação. Por outro lado, garantiram infraestrutura para bairros de classes médias e altas, em decorrência dos interesses do setor imobiliário, como vias de acesso aos “novos centros” de várias cidades, a partir de 1970, que beneficiaram a promoção imobiliária de alto nível.

Dessa forma, a legislação é utilizada de duas maneiras: na ação ambígua ou por aplicação arbitrária (MARICATO, 2002). É implícito que as contradições do espaço urbano, quando insuportáveis, desencadeariam uma guerra civil, pelos conflitos insustentáveis. Por isso, o Estado, que age em favor da capital, mas apazigua as contradições, tolera a ocupação em áreas de pouco interesse e intervém nas ocupações que apresentam benéficos locais.

O conceito de periferia, por muito tempo, foi abordado através da ótica geométrica, sendo caracterizado como uma área do tecido urbano distante do centro e, portanto, como espaço pouco infraestruturado. Diante disso, difundiu-se no senso comum e na academia a ideia do termo relativa exclusivamente à pobreza. Entretanto, a periferia passou por várias redefinições no âmbito do processo de ocupação e, conseqüentemente, novas elaborações teóricas transformaram as formas de abordagem sobre o tema.

Segundo CHAVEIRO (2007), para a redefinição da periferia urbana é necessário atentar-se para dois fatores: as peculiaridades históricas e o tipo de segregação dominante, pois

toda estrutura é construída através de um processo e a cidade reflete concretamente as desigualdades sociais.

Assim, pode-se conceituar a periferação como “a acumulação desigual de capital, refletida nas condições de moradia” (MOURA, SOARES, 2009: 23). O mesmo autor também a define pelos pontos de vista social e urbanístico. No primeiro, infere-se que essa parcela do solo urbano, geralmente, com infraestrutura inadequada, é destinada à população menos abastada; enquanto a ótica urbanística pressupõe que a periferia é marcada pela baixa densidade de ocupação e rápida expansão para áreas mais afastadas, o que fragmenta o espaço urbano (MOURA, SOARES, 2009).

Nessa direção, pensar o subúrbio é pensar a fragmentação do espaço urbano, seja ela espontânea ou regulada. Os produtos da autosegregação são os condomínios fechados promovidos pelo setor imobiliário privado, além da alta infraestrutura e serviços, enquanto a fragmentação regulada ou a periferia planejada é promovida pelo Estado e, na maioria das vezes, destinada às classes com menor poder aquisitivo. Essas maneiras de fragmentação podem ser ainda analisadas por dois fenômenos: a promoção imobiliária e a segregação socioespacial, que coexistem no espaço urbano e são ambas produto da expansão e divisão do espaço, além de refletirem a dualidade do conceito de periferia. Isso permite constatar que a área periférica tem seu valor pautado na localização distante do centro, mas necessita da mobilidade, infraestrutura e das condições ambientais para definir seus moradores.

A análise da cidade na qual se dá essa ordem também é essencial para definir o tipo de periferia que irá se consolidar. A lógica que materializa as cidades diverge de acordo com seu tamanho, grau de influência e os objetivos da expansão e, dessa forma, cada cidade possui características próprias. Assim, algumas cidades pequenas possuem periferias difíceis de distinguir, como veremos posteriormente.

Com a Primeira Revolução Industrial e o rápido crescimento urbano, surgiram os primeiros subúrbios, o que transformou estruturalmente as cidades. No século XIX, o aumento populacional, paralelo à decadência das áreas rurais, contribuiu para a expansão urbana acelerada e desigual. Assim, a relação centro-periferia era pensada

separadamente; os trabalhadores ocupavam os centros por causa da proximidade com o trabalho e os “burgueses” buscavam o isolamento do caos urbano (SPOSITO, 2004). No Brasil, a expansão dos centros urbanos e, conseqüentemente, da periferização aconteceu, mais evidentemente, a partir de 1960. O país seguiu o modelo europeu e a crescente violência fez com que as classes com maior poder aquisitivo se autossegregassem em áreas distantes. Entretanto, esse fenômeno ocorreu nas cidades grandes e médias, com centros e áreas periféricas bem definidas. Na década de 1970, por outro lado, a expansão começou a ocorrer devido a ocupações dos vazios urbanos pelos trabalhadores, o que ocasionou a criação dos programas governamentais de planejamento para conter o avanço da ocupação descontrolada nas cidades (CHAVEIRO, 2007).

Portanto, a formação das periferias não é algo homogêneo. Segundo SPOSITO (2004: 120), “o tamanho da cidade determina a distância, a extensão e a homogeneidade da periferia” e cada uma possui suas particularidades, tanto no processo urbanização, quanto nas características internas. Assim, a meta é apresentar contribuições necessárias referentes à periferização das cidades pequenas, que, em sua maioria, não receberam grandes polos industriais, nem possuem uma classe média numerosa, num primeiro momento, mas que formaram periferias com certa particularidade.

As pequenas cidades do Portal do Sertão

Nas últimas décadas, ocorreram mudanças nas cidades pequenas, tanto no contingente populacional, quanto nas atividades econômicas, sociais e políticas. Algumas passaram a desempenhar maiores papéis econômicos e apresentam novas funções político-administrativas, tendo ampliado o poder de gestão do território.

O processo de globalização foi um dos grandes influenciadores para as mudanças que ocorreram nos pequenos municípios em consequência da presença de atividades voltadas à produção e circulação de mercadorias. SANTOS (2019: 44) aponta que “[...] cada centro, por menor que seja, sofreu o impacto dessas mudanças globais, e participa

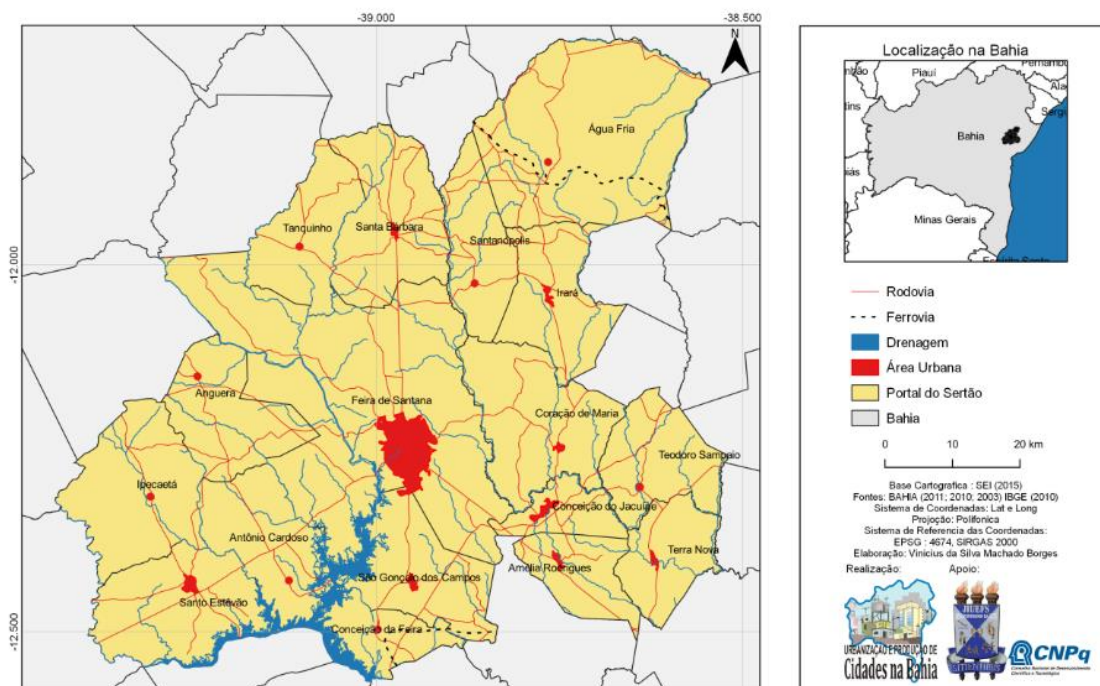
de uma maneira ou de outra, desse processo”. Portanto, os pequenos municípios deixaram de ser locais voltados exclusivamente para o âmbito rural, conforme ressalta CORRÊA (2011).

A posteriori, o processo citado também influenciou a lógica das pequenas cidades e promoveu o desprendimento geográfico da produção, o que possibilitou a implementação de indústrias e serviços no cotidiano de algumas pequenas cidades. Isso foi motivado não só pela globalização, mas também por outras causas e, nessas cidades, alterou certos limites que antes eram essenciais para presença de algumas atividades: aumento populacional, nível de renda, nível de consumo, etc. Para que houvesse tal fato, exigiu-se que certas pequenas cidades fossem modificadas e se tornassem mais “atrativas” para as indústrias, o capital agrário, o terciário, etc.; ou seja, mudaram, mas para atender novos interesses da reprodução capitalista.

O Território de Identidade Portal do Sertão, regionalização proposta pelo governo do Estado da Bahia, é parte do Polígono das Secas e composto por dezessete municípios (Mapa 1). Em sua maioria, são pequenos e têm como base econômica o setor primário. Feira de Santana, cidade polo, apresenta maior expressão, sobretudo no terciário e no secundário. Três importantes rodovias federais, a BR-101, a BR-116 e a BR-324, e cinco estaduais, tais como a BA-504, BA-411, BA-120, BA-515 e BA-084, constituem os eixos de articulação entre o espaço regional e outras áreas da Bahia e do Brasil.

As pequenas cidades estudadas não se constituíram igualmente, entretanto apresentam tendências comuns em suas origens. As mudanças político-administrativas que ocorreram a partir de 1940 modificaram a lógica das áreas urbanas e influenciaram diretamente na definição das 17 cidades do Portal do Sertão, das quais 16 são analisadas.

Mapa 1: Território de Identidade Portal do Sertão, Bahia, 2020



A partir de 1960 e 1970, o êxodo rural e os novos modelos de produção e consumo, baseados na lógica desenvolvimentista, ocasionaram a aceleração do processo de urbanização no Portal da Sertão. Outro fato refere-se à implantação do Centro Industrial Subaé (CIS), que embora tenha sido consolidado na cidade de Feira de Santana, trouxe nova dinâmica para a atividade industrial na região. Também, a ampliação dos setores públicos afetou significativamente essas cidades (SANTOS, 2020). A partir desse período, os municípios apresentaram déficits crescentes na população rural e aumentaram de modo significativo a urbana.

Em 2010, a diferença entre a população de Feira de Santana, com 510.635 habitantes, e os demais municípios que compõem a região é notável. Apenas mais sete possuíam população total superior a 20 mil habitantes, que conformavam 30,31% do Portal do Sertão. Nove municípios possuíam menos de 20 mil habitantes e oito tinham taxas de urbanização que ultrapassavam 50% (Tabela 1).

Tabela 1: População Total, Urbana e Rural das cidades e Taxa de urbanização do Território de identidade do Portal do Sertão, Bahia, 2010.

Municípios:	Urbana	Rural	Total	Taxa de Urbanização
-------------	--------	-------	-------	---------------------

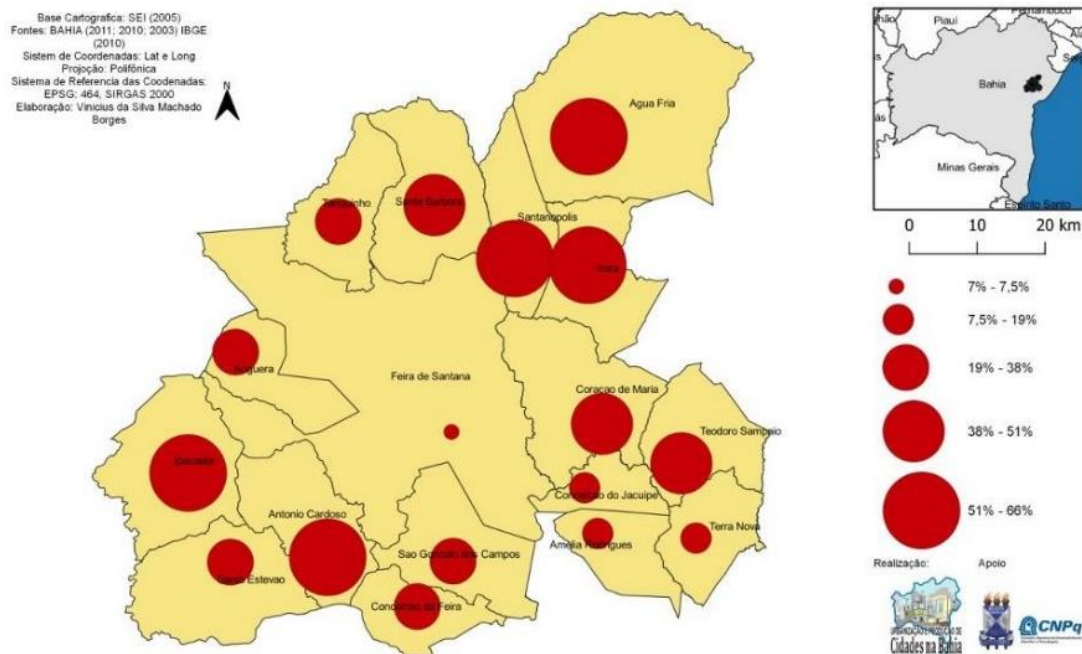
Água Fria	5.777	9.954	15.731	36,72
Amélia Rodrigues	19.957	5.233	25.190	79,22
Anguera	4.326	5.916	10.242	42,23
Antônio Cardoso	3.225	8.329	11.554	27,91
Conceição da Feira	13.137	7.254	20.391	64,42
Conceição do Jacuípe	23.539	6.584	30.123	78,14
Coração de Maria	9.400	13.001	22.401	41,96
Feira de Santana	510.635	46.007	556.642	91,73
Ipecaetá	2.637	12.694	15.331	17,20
Irará	11.246	16.220	27.466	40,93
Santa Bárbara	8.669	10.395	19.064	45,47
Santanópolis	1.684	7.092	8.776	19,18
Santo Estêvão	27.690	20.190	47.880	57,83
São Gonçalo dos Campos	16.505	16.778	33.283	49,58
Tanquinho	5.711	2.297	8.008	71,31
Teodoro Sampaio	6.341	1.554	7.895	80,31
Terra Nova	11.488	1.315	12.803	89,72
Total	681.967	190.813	872.780	78,14
Fonte: IBGE (2010)				

Os setores que influenciam o PIB nos pequenos municípios do Portal do Sertão modificaram-se no decorrer dos anos. Até 1985, o principal ainda era o primário, o espaço rural era aquele que tinha a maior importância econômica e partia dele grande parcela da produção regional. Todavia, em 2017, o setor terciário tornou-se maior parte da composição do PIB e em 15 dos 16 pequenos municípios ele era a maior fonte da produção (IBGE, 2019).

Entretanto, as taxas das ocupações dos municípios pequenos (Mapa 2) mostram que, no ano de 2010, o setor primário era, para a maioria, a principal fonte de emprego, seguido pelo terciário. Em 2010, o foco principal do trabalho nos pequenos municípios mantinha-se no primário, pois, dos 16, 8 vinculavam-se a esse setor, ainda que o terciário exercesse maior participação em 8 casos (IBGE, 2000, 2010). Assim, mesmo com as ocupações primárias a diminuírem a participação ao longo da década, ainda têm relevância expressiva em relação ao emprego no Portal do Sertão. Por isso, o PIB não

deve ser considerado como indicador absoluto para determinar a economia dos municípios, sobretudo os pequenos.

Mapa 2: Percentual da população ocupada setor primário, Portal do Sertão, Bahia, 2010



Embora o PIB terciário se destaque nas cidades pequenas, suas atividades estão muito vinculadas ao setor público. SANTOS (2020) denomina isso como pseudo-terceirização, pois o comércio e os serviços apresentados nos índices são dependentes dos recursos da administração pública e, por isso, não são tão dinâmicos. As que apresentaram maior dinamismo nas atividades secundárias e terciárias foram São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão e Conceição do Jacuípe, mas o setor primário tem destaque em boa parte do Portal do Sertão.

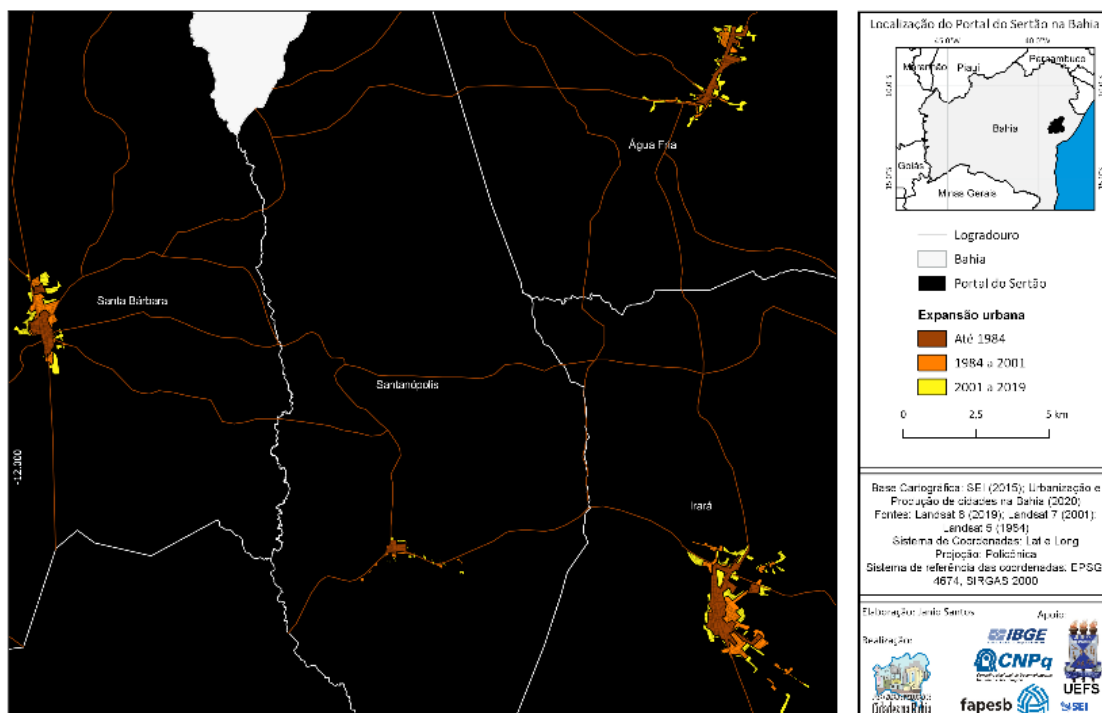
Periferias e seus diferentes padrões nas cidades pequenas do Portal do Sertão

O melhoramento de rodovias federais e estaduais, a exemplo da BR-116 e BR-101, incitou a formação de aglomerados que se consolidaram e expandiram em seu entorno, o que foi um impulso para urbanização.

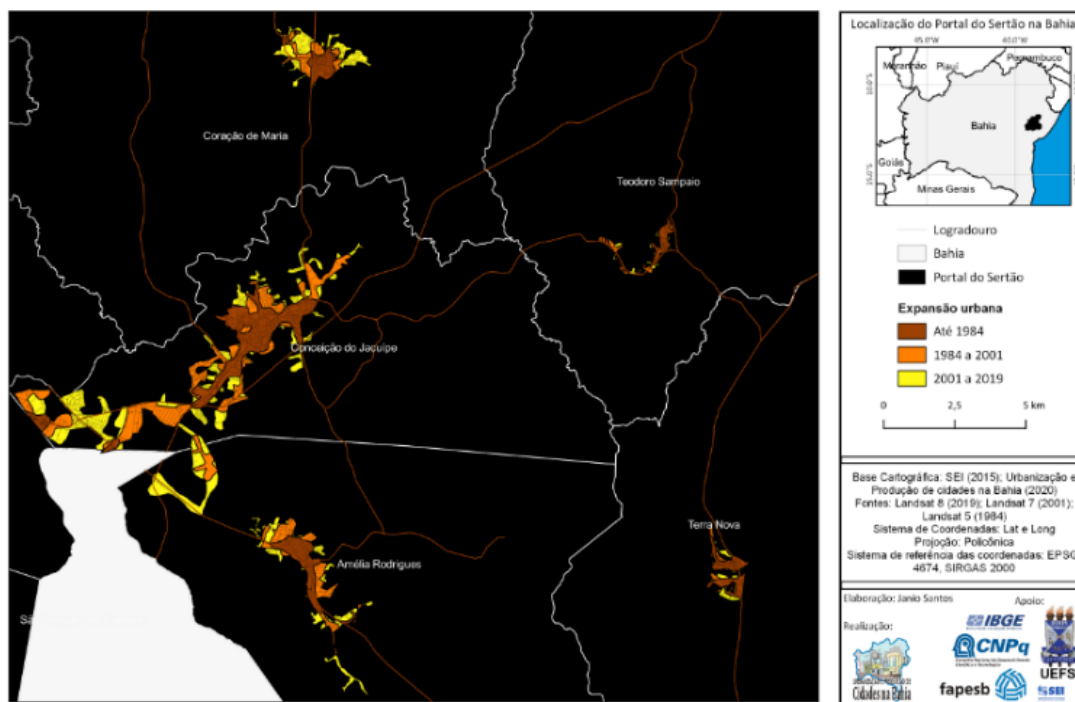
No período de 1984 a 2019, as cidades que mais se destacaram em relação à expansão foram Santo Estevão, Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues e São Gonçalo dos Campos, conforme mapas 3, 4, 5, 6 e 7. Essas cidades apresentam certa proximidade com Feira de Santana, a maior do Território de Identidade, e, conseqüentemente, exerce influência na expansão, apesar de não ser regra. Merecem destaques São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe, que, devido à dinâmicas urbanas consolidadas e ao aumento territorial, expressam possibilidades de conurbação com Feira de Santana no futuro. Por outro lado, em cidades como Anguera, Santanópolis e Ipecaetá o processo é incipiente.

A tendência ao crescimento territorial foi incentivada por modificações no consumo, produção e nas relações de trabalho. Num primeiro momento, a expansão advém da expropriação rural e da necessidade de terreno face a intensificação de atividades econômicas, algumas ligadas ao setor primário, e, mais recentemente, pela conversão do solo rural em urbano. Entretanto, a busca por acesso a serviços, como saúde e educação, a ação dos agentes fundiários e imobiliários e os impulsos do governo através de residências ofertadas por programas habitacionais, sobretudo a partir de 2009, com o Programa Minha Casa Minha Vida, também alteraram as estruturas urbanas (SANTOS, 2020).

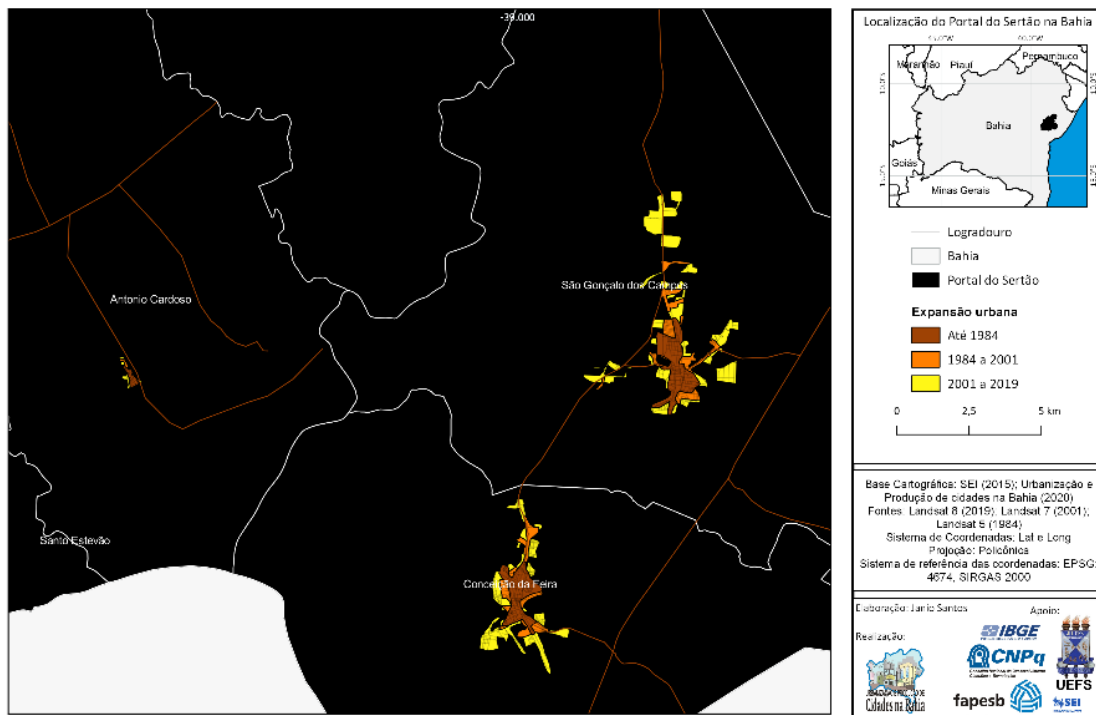
**Mapa 3: Expansão das cidades de Santa Bárbara,
Água Fria, Santanópolis e Irará, 1984 a 2019**



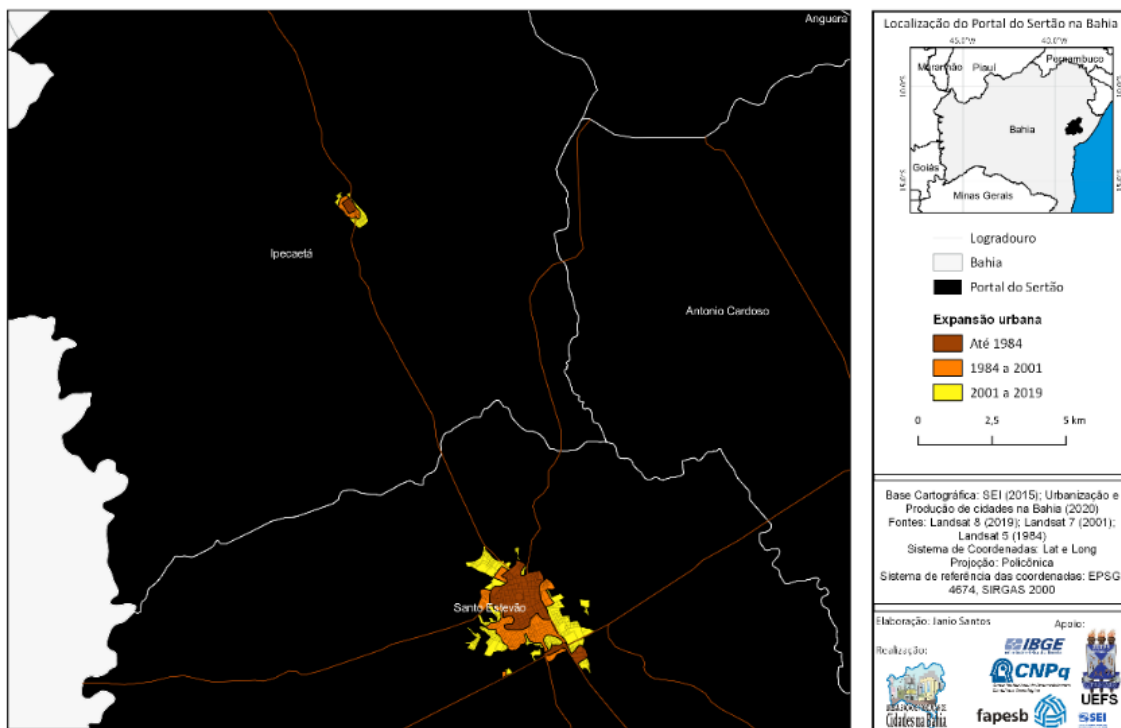
Mapa 4: Expansão das cidades de Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Amélia Rodrigues, 1984 a 2019



Mapa 5: Expansão das cidades de Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, 1984 a 2019

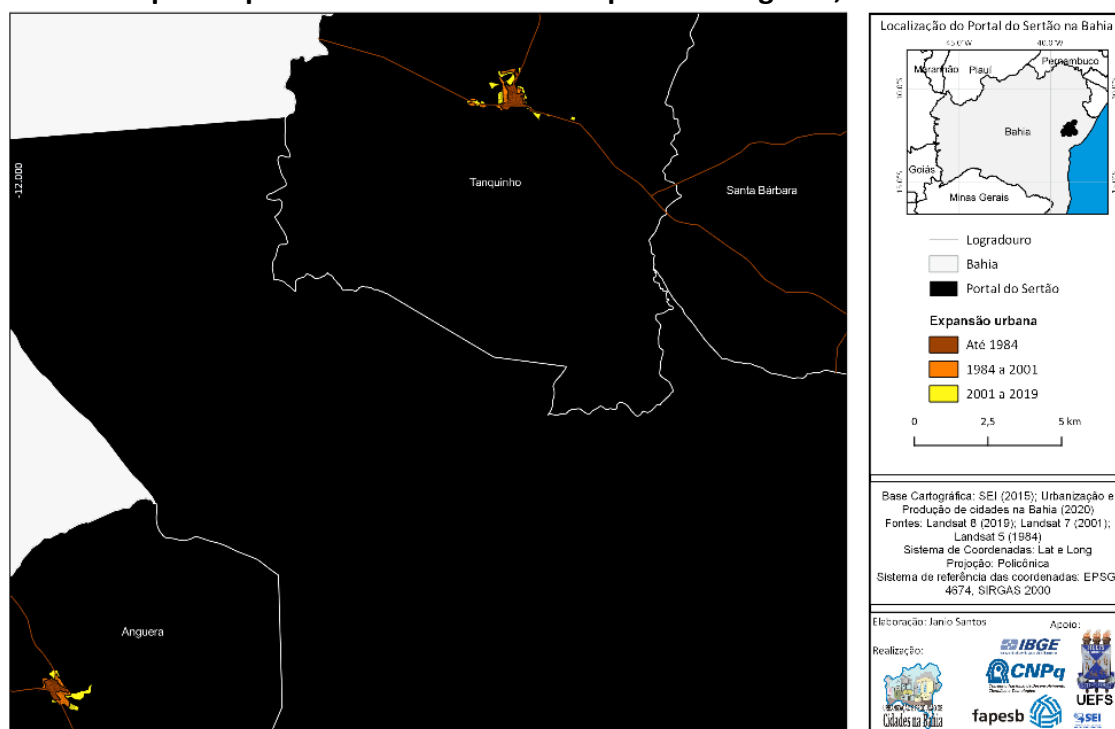


Mapa 6: Expansão das cidades de Ipacaetá e Santo Estevão, 1984 a 2019



Oliveira Santos; Santos; Borges, Expansão urbana e formação de periferias nas cidades pequenas do Portal do Sertão
DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i18.300>

Mapa 7 Expansão das cidades de Tanquinho e Anguera, 1984 a 2019



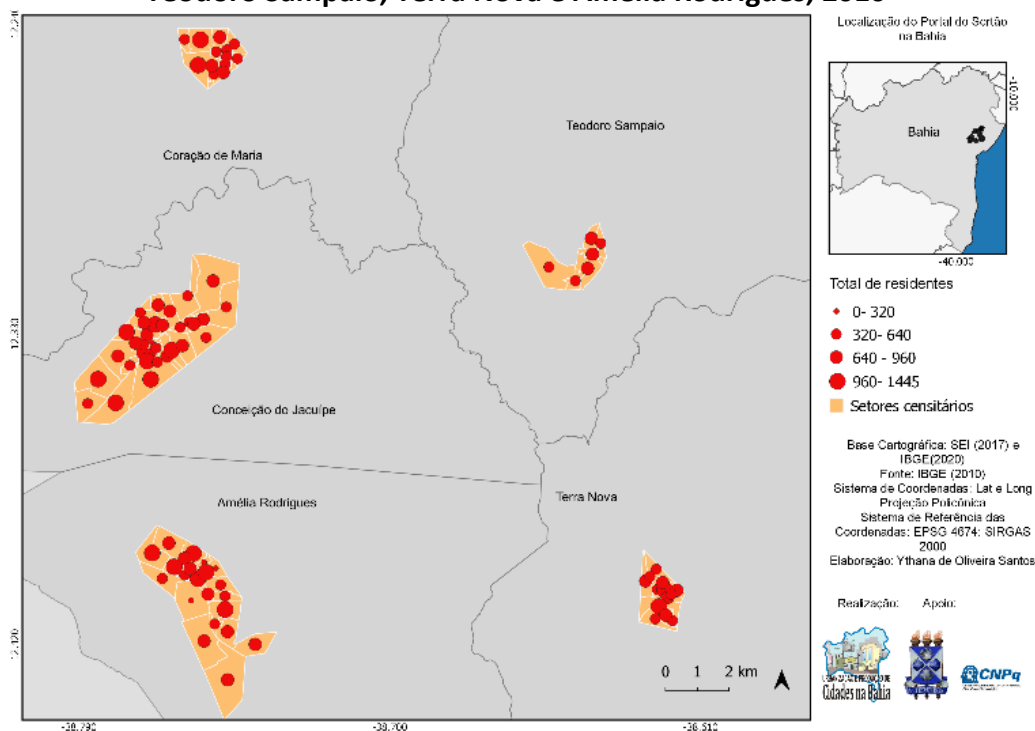
Alguns indicadores permitem avaliar as características da expansão das cidades pequenas do Portal do Sertão. É importante destacar que os dados são dos setores censitários, com base no Censo de 2010 e estão desatualizados. Ademais, algumas cidades possuíam apenas um setor, o que dificulta a distinção de fenômenos e a avaliação mais detalhada da qualidade da expansão urbana.

Foi possível observar três cidades com maior contingente populacional: Santo Estevão, Amélia Rodrigues e Conceição do Jacuípe. Esse panorama tornou explícitas diferenças no interior delas, que apontam uma estruturação com a formação do centro. Amélia Rodrigues tem maior concentração na área norte, enquanto Conceição do Jacuípe no centro-oeste. Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos também se destacaram e seguiram o padrão da formação de uma área central distinta das outras (Mapas 8, 9 e 10).

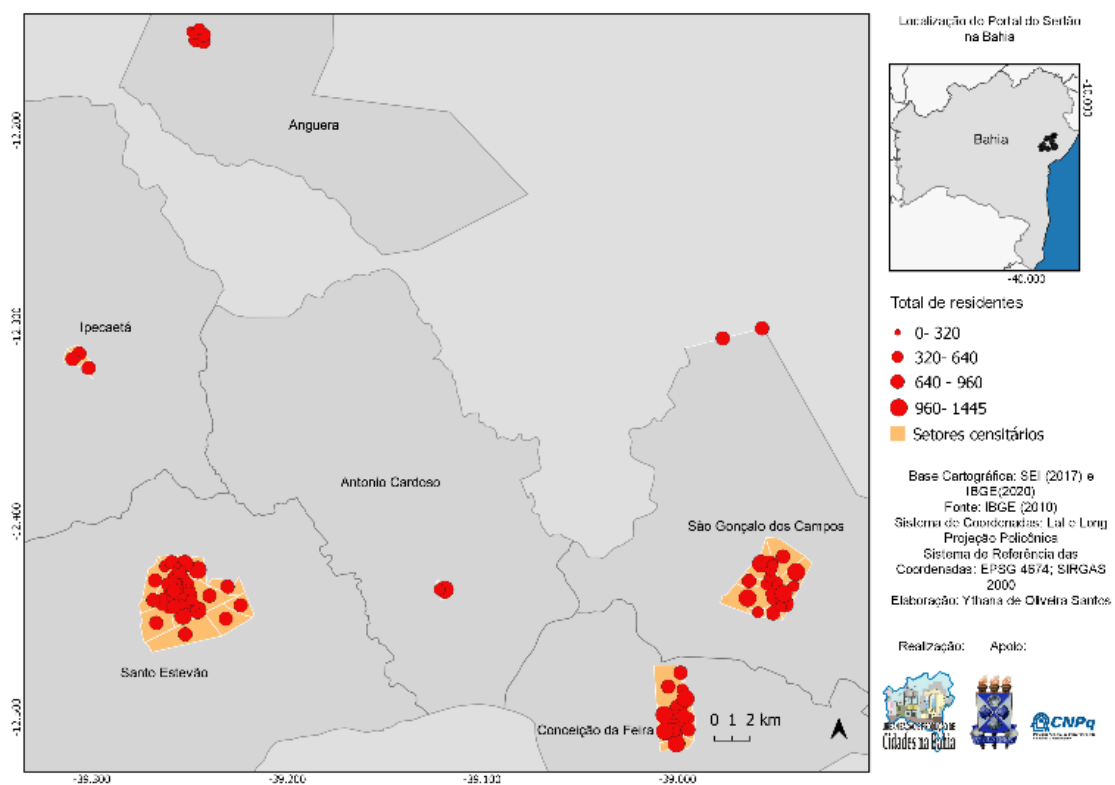
Cidades menores, como Santanópolis, Anguera e Antônio Cardoso, apresentaram homogeneidade na espacialização da população e não é possível notar contingentes

demográficos numa mesma área. Portanto, não conformaram claramente o centro e não há distinção sobre onde começa a periferia

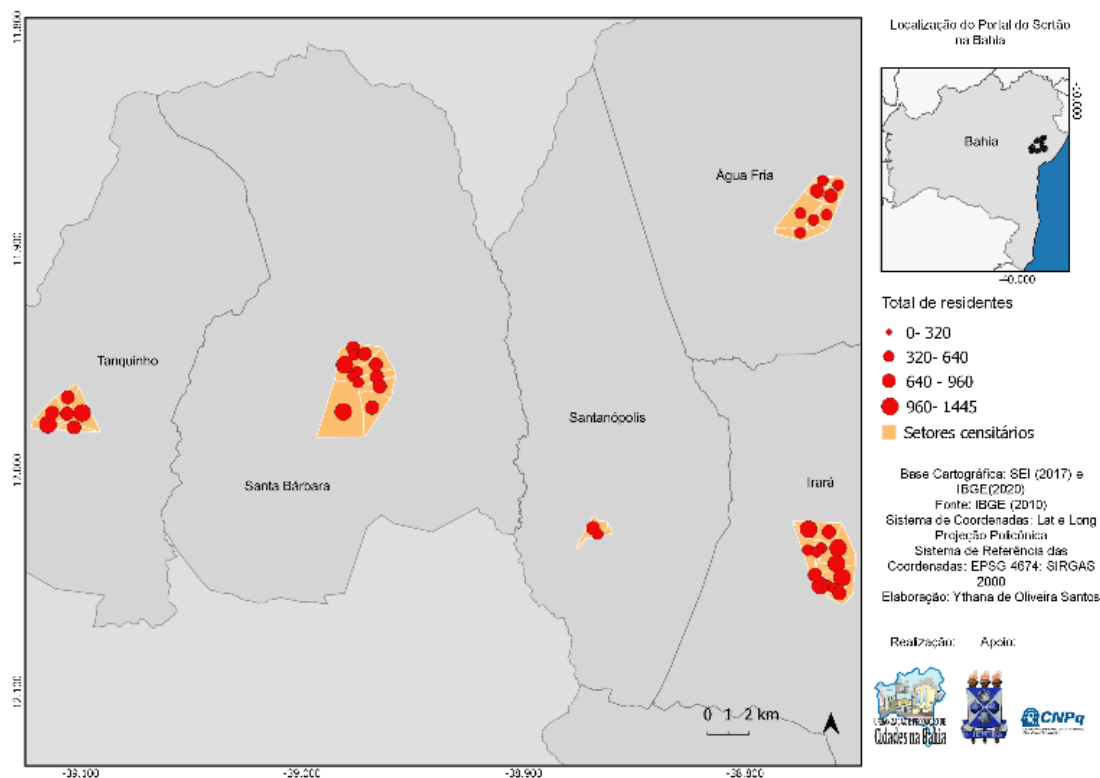
Mapa 8: Total de residentes nas cidades Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Amélia Rodrigues, 2010



Mapa 9: Total de residentes nas cidades de Anguera, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Ipacaetá e Santo Estevão, 2010



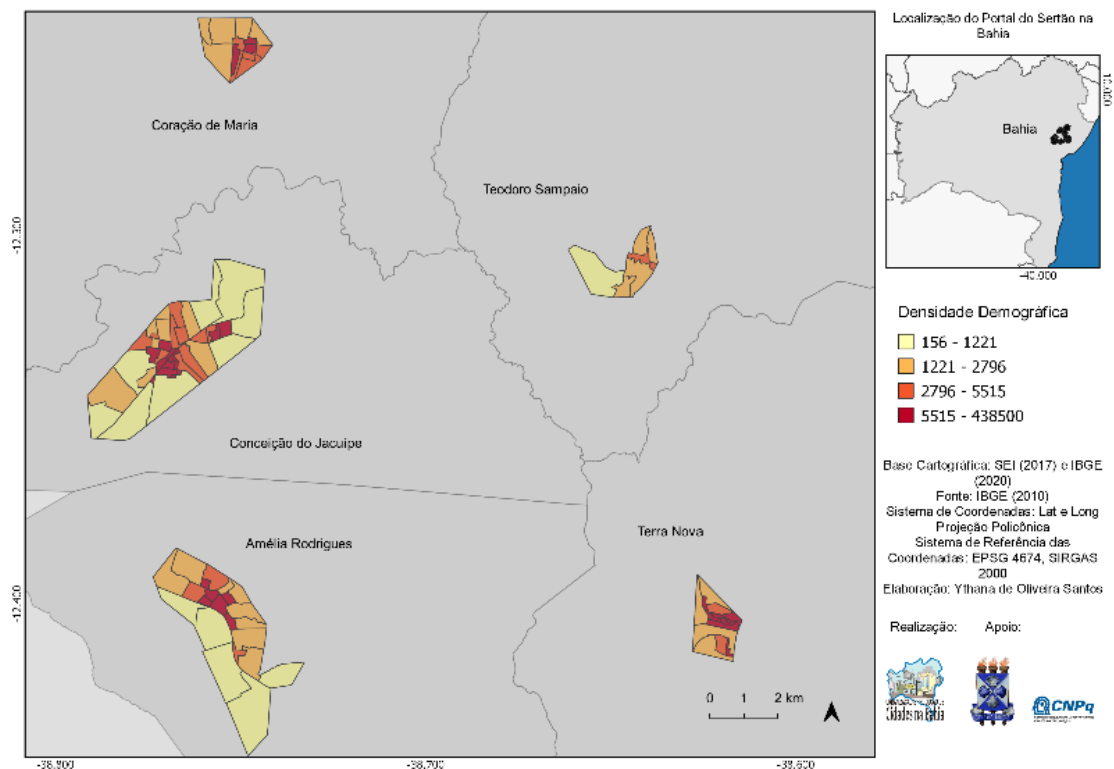
Mapa 10: Total de residentes nas cidades de Tanquinho, Santa Bárbara, Água Fria, Santanópolis e Irará, 2010



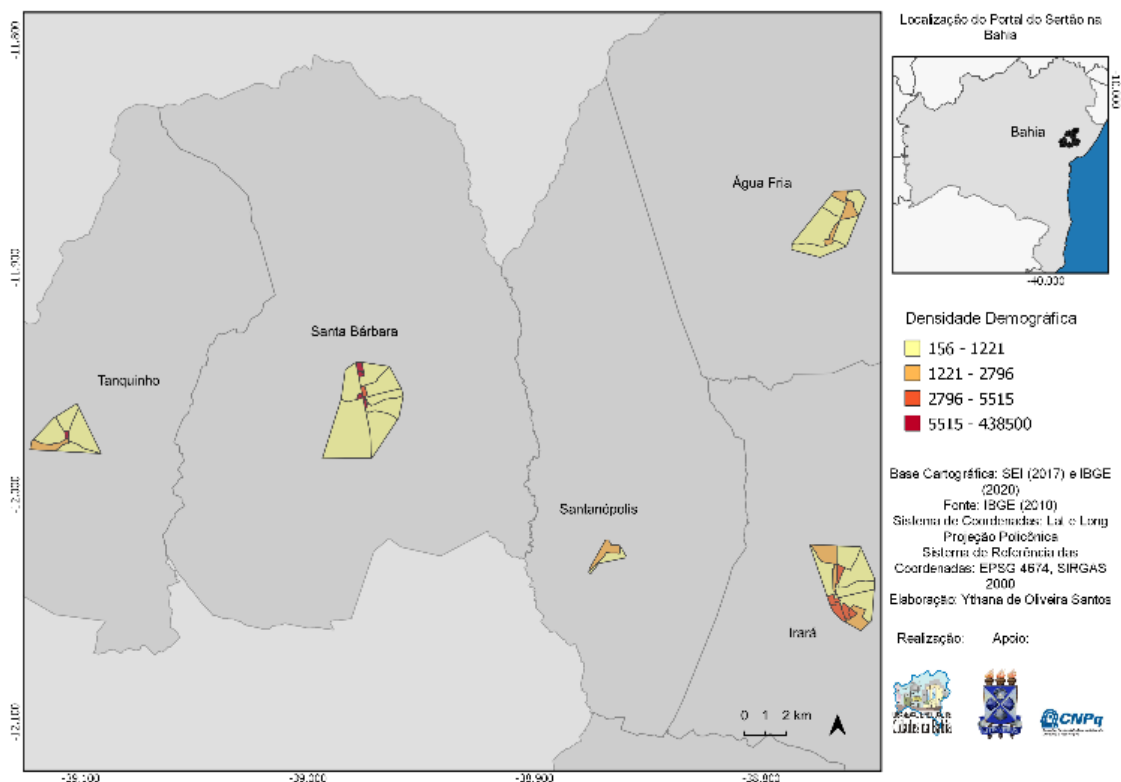
Parte das cidades pequenas do Portal do Sertão possuía menor densidade em áreas mais afastadas do centro e seguia quase que a mesma lógica explicitada pela população total. A tendência de redução das densidades nas “periferias” é ilustrada de modo mais evidente em Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues, São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão e Conceição da Feira (Mapas 11, 12 e 13).

Por outro lado, as cidades menores não seguiram esse padrão. Antônio Cardoso, Santanópolis e Ipecaetá, por exemplo, apresentaram distribuição pouco diferenciada, que se explica pela pequena quantidade de setores censitários e pela baixa extensão territorial.

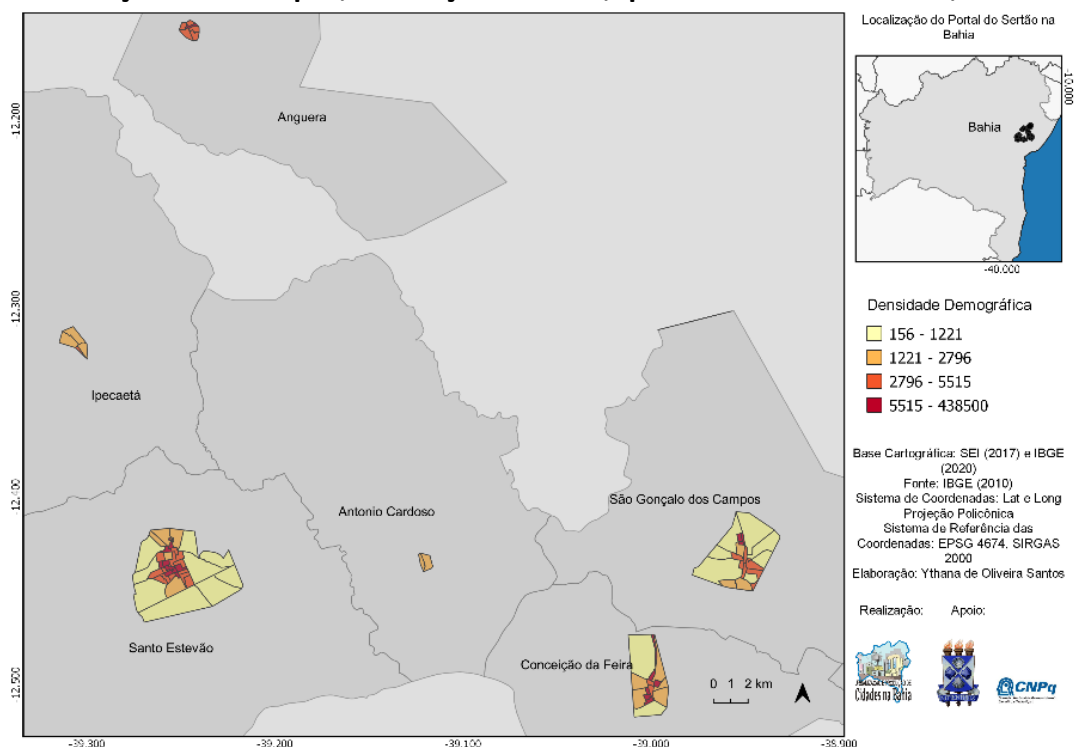
Mapa 11: Densidade demográfica das cidades de Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Amélia Rodrigues, 2010



Mapa 12: Densidade demográfica das cidades de Tanquinho, Santa Bárbara, Água Fria, Santanópolis e Irará, 2010



Mapa 13: Densidade demográfica das cidades de Anguera, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Ipacaetá e Santo Estevão, 2010



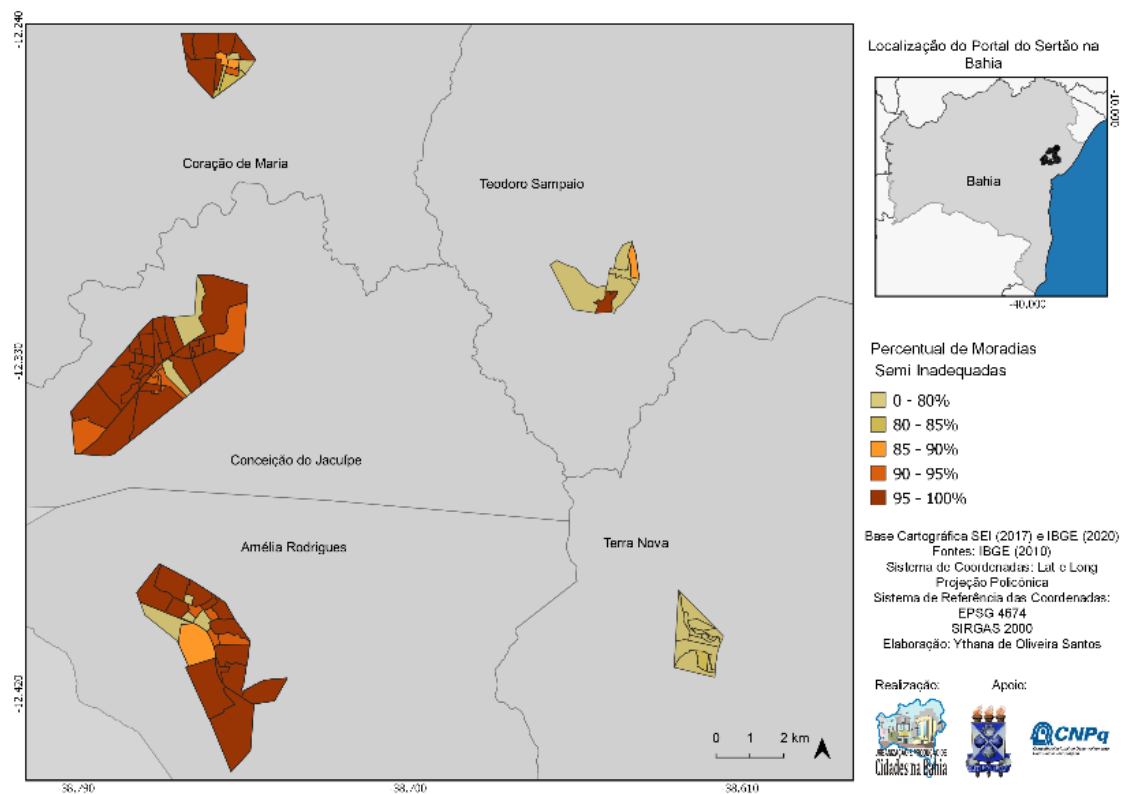
Oliveira Santos; Santos; Borges, Expansão urbana e formação de periferias nas cidades pequenas do Portal do Sertão

DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i18.300>

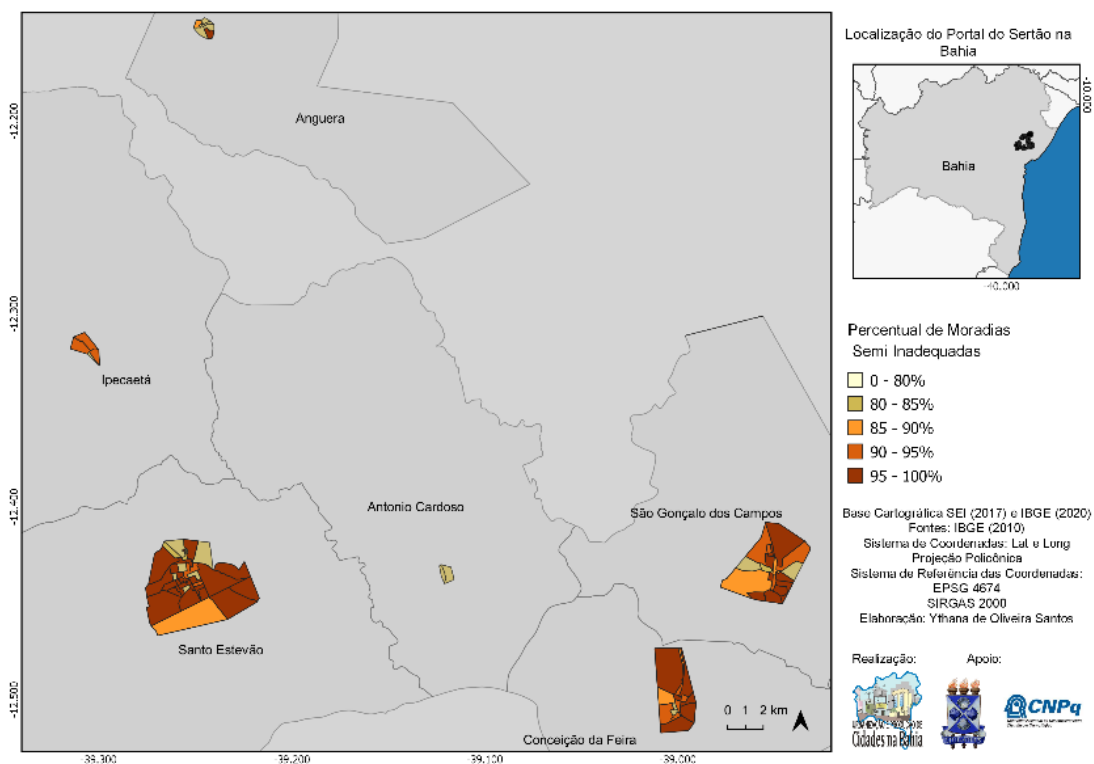
Outro fator refere-se à qualidade e ao perfil da moradia. Por meio dos dados, pode-se observar diferenças no padrão das construções empreendidas. Nas cidades de Amélia Rodrigues e Conceição do Jacuípe, 95% das moradias são inadequadas ou semi-inadequadas em quase todos os setores censitários. Essa tendência se repetiu em Conceição da Feira, Santo Estevão e São Gonçalo, todavia, em menor intensidade. O destaque, entretanto, foi notado em Água Fria, que possui o maior percentual de inadequação das moradias e totalizava 95% em toda a área em 2010 (Mapas 14, 15 e 16).

As desigualdades na expansão das cidades do Portal do Sertão são visíveis e os dados permitem análises acerca do padrão de renda. De maneira geral, os moradores possuíam renda média menor que um salário mínimo, que, em 2010, equivalia a R\$ 510,00. Entretanto, existem especificidades. Teodoro Sampaio possuía quatro de seus seis setores com renda média até 296,00 reais, isso significa que a maioria da população sobrevivia com 58% do salário mínimo, à época. As cidades que possuíam um número maior de setores apresentam rendas maiores no centro e menores nas áreas periféricas, a exemplo de Santo Estevão, São Gonçalo e Santa Bárbara (Mapas 17, 18 e 19).

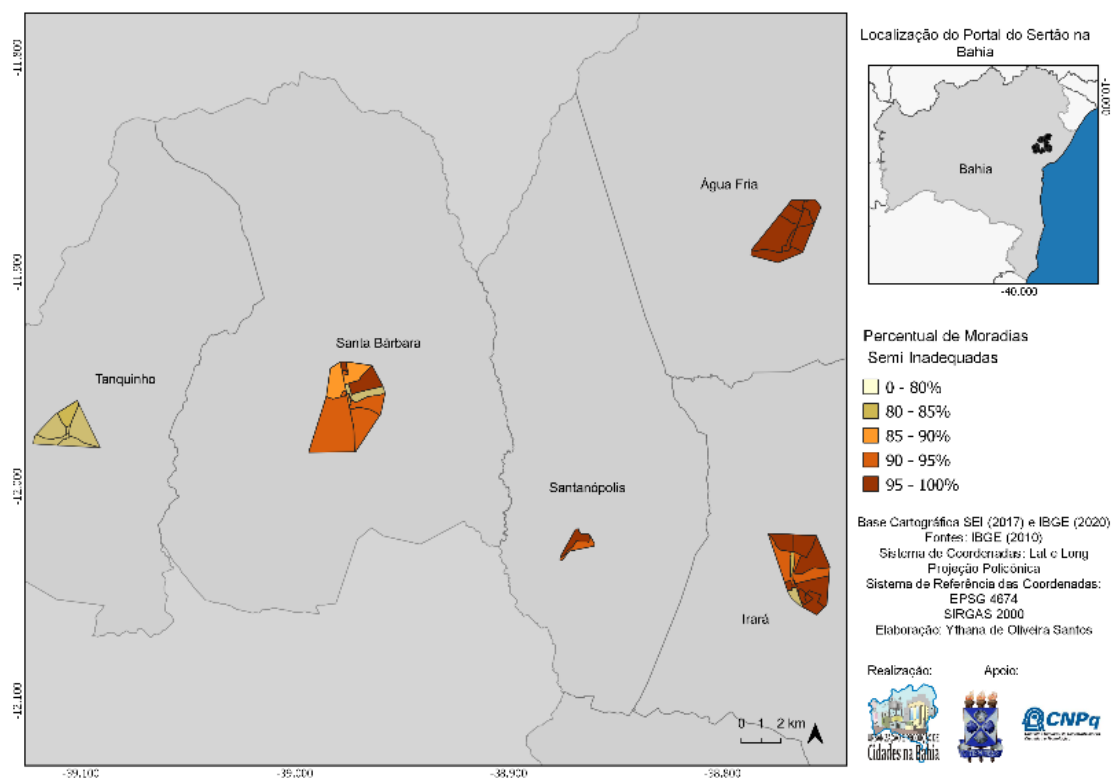
Mapa 14: Taxa de inadequação de moradias nas cidades de Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Amélia Rodrigues, 2010



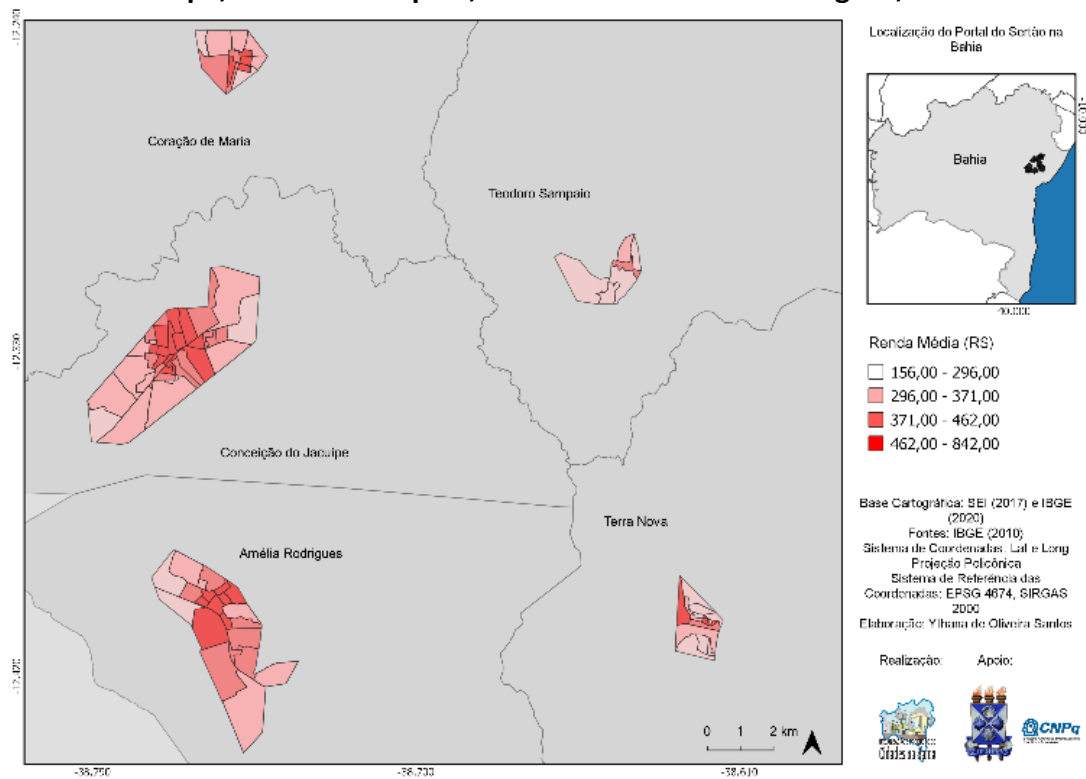
Mapa 15: Taxa de inadequação de moradias nas cidades de Anguera, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Ipecaetá e Santo Estevão, 2010



Mapa 16: Taxa de inadequação de moradias nas cidades de Tanquinho, Santa Bárbara, Água Fria, Santanópolis e Irará, 2010

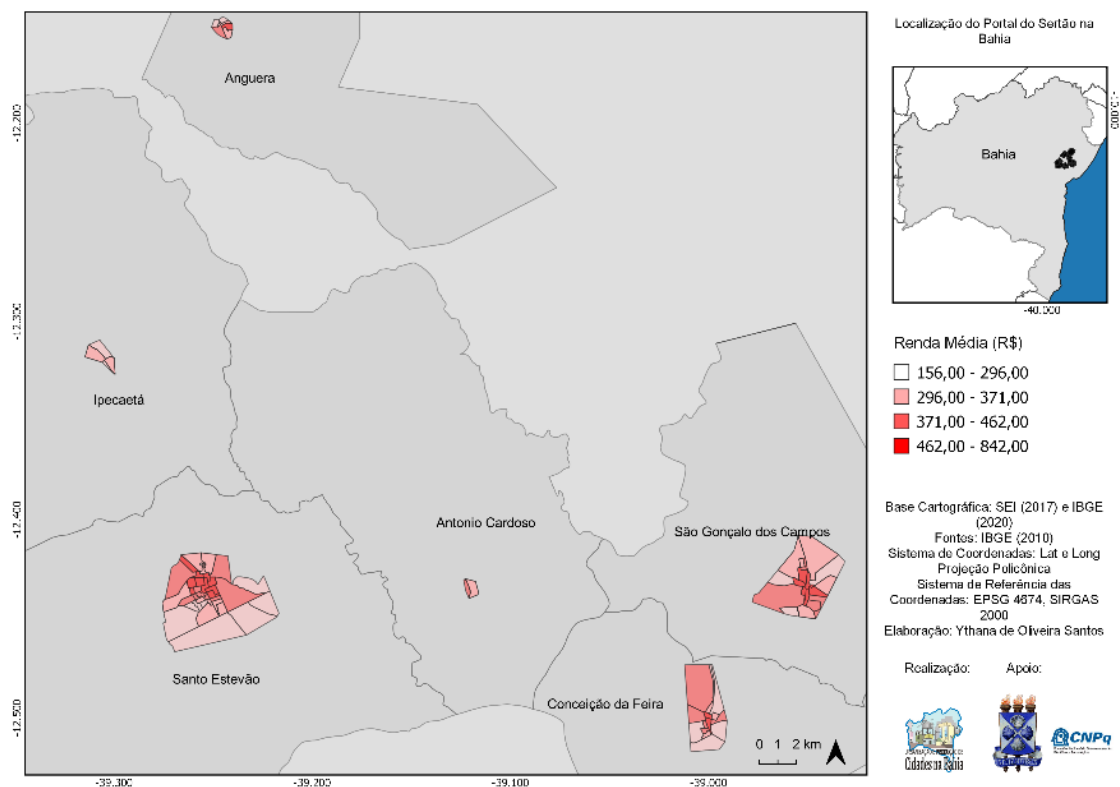


Mapa 17: Renda média da população das cidades de Coração de Maria, Conceição do Jacuípe, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Amélia Rodrigues, 2010

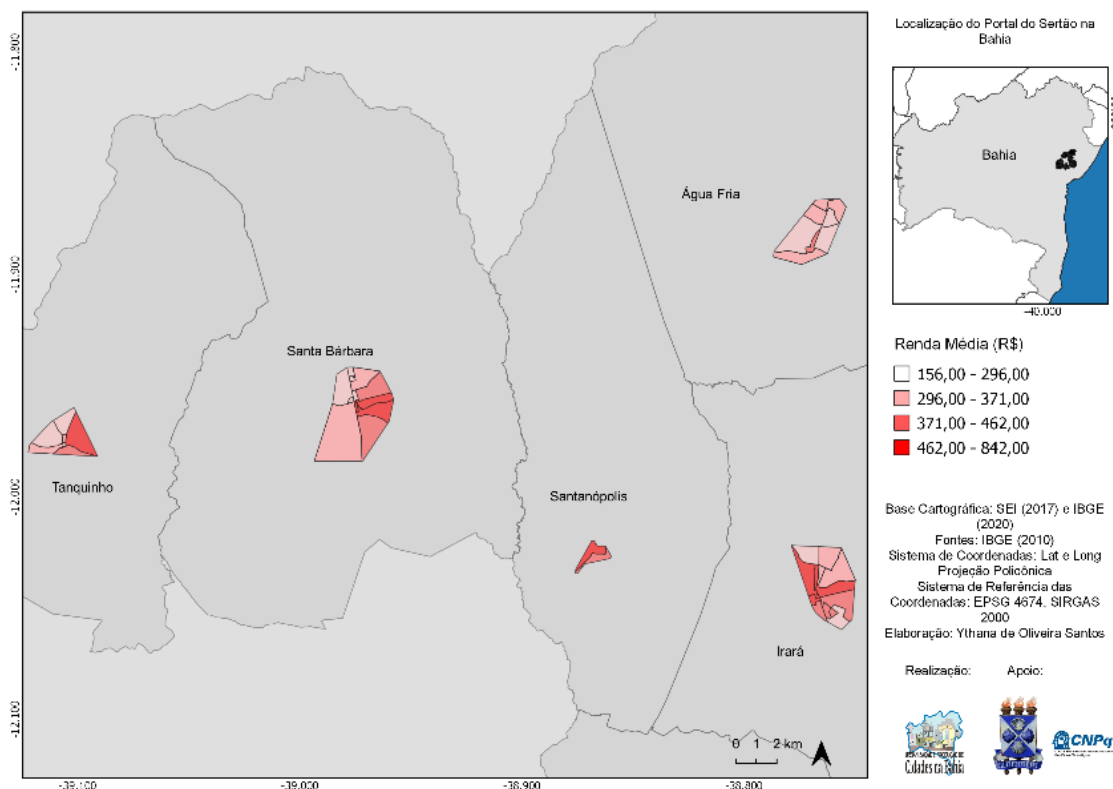


Oliveira Santos; Santos; Borges, Expansão urbana e formação de periferias nas cidades pequenas do Portal do Sertão
 DOI: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i18.300>

Mapa 18: Renda média da população das cidades de Anguera, Antônio Cardoso, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Ipacaetá e Santo Estevão, 2010



Mapa 19: Renda média da população das cidades de Tanquinho, Santa Bárbara, Água Fria, Santanópolis e Irará, 2010



A expansão urbana envolve diversos aspectos e acontece de forma diferente em cada cidade, mesmo nas pequenas. A cidade é o prático sensível que materializa uma lógica hegemônica e relaciona, ao mesmo tempo, global e local. Dessa forma, a expansão modifica-se de acordo com a cidade. Com base em indicadores, foi possível perceber, igualmente, níveis diferentes de qualidade e quantidade que esses processos geram como resultado da lógica urbana atual.

Periferia e centro são pares dialéticos, logo, um não existe sem o outro. Não obstante, surge o primeiro aspecto ao analisar as periferias nas cidades pequenas, já que se pressupõe um centro relativamente definido, algo nem sempre visível. A simples constatação da densidade demográfica não delimita o centro, embora aponte concentração populacional e de serviço mais expressiva.

Nas cidades pequenas, quando as periferias são delineáveis, geralmente se limitam a áreas residenciais, com pouca presença do terciário. Entretanto, diferente do que ocorre em cidades grandes e médias, a população que reside nessas periferias ainda não tem

tendência a se autossegregar¹. A valorização fundiária do centro dessas cidades faz com que a parcela mais pobre resida em áreas mais distantes, conseqüentemente, mais baratas e carentes de serviços.

Há, portanto, tendência à formação de periferias “não planejadas” ou planejadas e sem infraestrutura nas cidades pequenas. Nelas, notam-se baixos índices de qualidade de vida nas áreas em expansão, isso quando o fenômeno acontece. Os agentes imobiliários, estatais e fundiários não se preocupam em adequar esses espaços do ponto de vista urbanístico, pois eles não geram os altos lucros que normalmente encontram-se em maiores áreas urbanas.

Para caracterizar a periferia das cidades pequenas do Portal do Sertão, nos mapas da população total e densidade demográfica, destacam-se Santo Estevão, Amélia Rodrigues e Conceição do Jacuípe. Essas cidades, por serem as maiores dentre as pequenas, possuem densidades, volumes habitacionais e usos do solo diferenciados, o que permite observar um centro e as possíveis áreas de expansão, já com a formação de periferias.

Se analisados os indicadores relacionados à renda média e moradias, verifica-se que as áreas mais afastadas do centro concentram perfis de residentes com níveis baixos de renda e comportam domicílios com níveis altos de inadequação. Outras cidades que apresentam a mesma tendência são: Coração de Maria, Irapá e Santa Bárbara.

Sobre a expansão em cidades menores, além da dificuldade na definição concreta de um centro e uma periferia, os setores censitários são, muitas vezes, únicos e não expressam diferenças nos dados demográfico e socioeconômicos.

É possível perceber que as periferias são o produto da expansão urbana e essas se dão de diferentes maneiras e lógicas. Entender a periferia, para além da análise de indicadores demográficos, de renda e inadequação de moradias, perpassa a observação da escala de cidade, que constitui a materialidade do fenômeno, conforme aponta SPOSITO (2004). Por um lado, ela sempre expressa a lógica hegemônica e desigual do

¹ Relativa a decisão e capacidade que as camadas de médias e altas rendas possuem em viver em áreas reclusas, fora dos centros, geralmente, em condomínios fechados.

sistema capitalista. Contudo, apresenta particularidades e os papéis que lhe são atribuídos modificam-se no tempo.

“Para compreender as periferias que se formam nas cidades pequenas não basta analisar apenas os graus de expansão, mas igualmente indicadores sobre a qualidade e a quantidade desse processo. Os principais afetados pela expansão urbana são os residentes dessas cidades, mais ainda, os da periferia, pois são eles que vivem a falta de saneamento básico, infraestrutura, mobilidade urbana e moradias adequadas”.

Cada cidade tende a expandir e, conseqüentemente, produz periferias diferentes, ainda que produto de ordens gerais. As modificações quase nunca acontecem de maneira “natural”, pois existem interesses que as regem. Isso ocorre com a expansão urbana, que em algumas cidades pequenas passaram a representar facetas de segregação² e profundas transformações no espaço urbano.

A fragmentação³ existente nas grandes e médias cidades é

impulsionada por agentes do capital que convertem o solo rural em urbano, produzem condomínios fechados e causam valorização nas áreas periféricas. Todavia, isso não está presente na maioria das cidades pequenas do Portal do Sertão. Em primeiro lugar, porque nessas, algumas vezes, não se consegue distinguir o centro e a periferia, já que a expansão é assaz incipiente; em segundo, porque o principal produto da expansão na cidade pequena ainda é a periferia pobre, pois as pessoas com rendas maiores se concentram no centro.

Ainda assim, há que ressaltar a oferta de novos produtos imobiliários em três dessas cidades, algo relacionado à expansão urbana, a dinâmica econômica e a ampliação do mercado imobiliário para além dos limites de Feira de Santana. Por isso, verificam-se

² Processos espaciais que impelem a população pobre a residir em áreas sem infraestrutura, carentes serviços básicos. Referem-se especificamente ao aspecto residencial e, em geral, têm relação com questões sociais, étnicas e/ou raciais.

³ Lógicas espaciais que incorrem na ruptura da convivência entre grupos diferentes na cidade e, em geral, têm relação com questões de renda. Os condomínios fechados, shopping centers, áreas de status ou “gourmetizadas” são as bases frequentes do fenômeno.

condomínios fechados em áreas periféricas de Conceição do Jacuípe, como Horto Residencial e Orto Tropical; São Gonçalo dos Campos, com o Sítios Campo Belo e o Fazenda Pedra do Lago; e Amélia Rodrigues, com o Residencial Recanto da Volta. E ainda que sejam assaz recentes, revelam a imposição de padrões de consumo nas cidades pequenas e que suas periferias também estão sendo modificadas.

Por um lado, as periferias pressupõem, de forma geral, uma lógica geométrica. Sendo assim, são áreas relativamente afastadas do centro, todavia que podem ou não ser mais valorizadas e que podem ou não ter serviços e infraestrutura, a depender do tamanho e da escala da cidade. O Estado é o principal ente na regulamentação dessas periferias, entretanto, age em favor dos agentes fundiários e imobiliários, como em outras cidades maiores.

Na maioria das cidades pequenas, não há expressivas faixas da classe média a morar fora do centro, nem desvalorização dessa área, que ainda é o maior foco do interesse dos agentes imobiliários, quando produzem habitação para as camadas maiores de rendas. As áreas centrais e pericentrais continuam a ser ocupadas pelas residências das classes de maior renda nessas cidades e as pessoas com menor poder aquisitivo são expurgadas para as periferias.

Para compreender as periferias que se formam nas cidades pequenas não basta analisar apenas os graus de expansão, mas igualmente indicadores sobre a qualidade e a quantidade desse processo. Os principais afetados pela expansão urbana são os residentes dessas cidades, mais ainda, os da periferia, pois são eles que vivem a falta de saneamento básico, infraestrutura, mobilidade urbana e moradias adequadas. Como assinalam MARICATO (2002) e CARLOS (2007), compreender as formas desiguais e segregacionistas da expansão urbana capitalista é fundamental para pensar o caminho para formação de uma sociedade democrática e justa, independente do porte da cidade.

Considerações finais

O estudo das cidades pequenas do Portal do Sertão demonstra que o processo de expansão ocorre, todavia, com intensidades, lógicas e efeitos distintos. Em algumas

delas, como Conceição do Jacuípe e Santo Estevão, tornou-se visível a divisão territorial das atividades no espaço intraurbano, com delineamento de um centro e uma periferia; em outras, tal distinção é difusa ou mesmo não existe, algo perceptível em Antônio Cardoso e Ipacaetá. Isso revela que as relações que produzem o espaço das pequenas cidades são complexas e resultam em estruturas urbanas heterogêneas e desiguais.

A expansão urbana, embora também esteja relacionada com a migração campesina para as cidades, é uma dinâmica que inclui o uso do solo e os interesses imobiliários e especulativos. Ela fragmenta a cidade em áreas residenciais e comerciais, além de segregar seus residentes, geralmente, por classes de renda, o que forma centros e periferias e afeta a população e o direito à cidade.

Um produto da expansão urbana são as periferias, definidas geometricamente pela distância em relação ao centro e pelos conteúdos nelas existentes. Entretanto, nas cidades pequenas, expressam tendência à concentração de pobres, isso quando conseguem ser distinguidas. Um problema comum em análises de tais cidades consiste justamente na distinção de centros e periferias, pois algumas apresentam baixa extensão territorial e poucos setores censitários, o que dificulta ou limitam certas investigações. Logo, em algumas cidades pequenas é possível distinguir as periferias. Contudo, em outras não.

Nas cidades onde foi possível distinguir, nota-se tendência à concentração populacional no centro, enquanto na periferia a densidade é menor. Esse fato foi observado em Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos, Amélia Rodrigues e Santo Estevão, que possuem maior dinâmica econômica, diferenças na estruturação do espaço intraurbano e nos padrões de renda e moradia, o que conforma áreas centrais de residência das camadas de maiores rendas e periferias mais pobres. Afirma-se isso, ainda que mudanças importantes estejam a ocorrer, face à implantação de condomínios em algumas.

A junção entre estudos que analisam indicadores qualitativos e quantitativos da expansão em pequenas cidades e as práticas espaciais dos moradores deve ser destacado, pois um fator complementa o outro e elucida questões importantes, já que

cada periferia, assim como sua cidade, é única, mesmo resultante de processos que são gerais.

Referências bibliográficas

CHAVEIRO, E. F.; ANJOS, A. F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. *Boletim goiano de Geografia*, Goiânia, v.27, n.25, jan-jun 2007, p. 181-197.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. *Geosp*, Espaço e Tempo, n. 30, p. 5-12, 2011.

_____, *O espaço urbano*. São Paulo: Ática S.A, 1989, p. 7-10.

IBGE. Censo Demográfico, 2000. *Sidra*: Banco de dados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso em: 27 jul 2019.

_____. Censo Demográfico, 2010. *Sidra*: Banco de dados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso em: 27 jul 2019.

_____. Dados sobre Produto Interno Bruto 1999 e 2009. *Sidra*: Banco de dados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acesso em: 27 jul 2019.

INPE. *Catálogo de Imagens*. Disponível em: <http://www.dgi.inpe.br/CDSR>, acesso em: 27 jul 2019.

MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, J. A. (Org.). *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Editora da UFAM, 2009. v. 1.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Ó; VAINER, C; MARICATO, E (Org.) *A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 121-192.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1980. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v.10, n.32, p. 22-40, dez/2009.

SANTOS, J. Contribuição teórico-metodológica ao estudo das pequenas cidades, com base em pesquisas sobre a Bahia. In: BRANDÃO, P. R. B. (Org.). *Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas*. Curitiba: Appris, 2019, p. 52-84.

_____, Urbanização e produção de cidades no/do território de identidade Portal do Sertão. *Geografia Ensino e Pesquisa*, Santa Maria, v. 24, ed 6, p.1-39, 28 fev. 2020.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005

SILVA, J. M. *Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR*. 1995. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1982, v.1, p. 21-36.

SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo*. 2004. 504F Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente

Data de Submissão: 26/09/2020

Data do Aceite: 08/03/2021

TRAJETÓRIAS CAMPONESAS: DO CENTRO-SUL À FRONTEIRA AGRÍCOLA DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

Jacob Binsztokⁱ
Cecilia Werneckⁱⁱ

Resumo: o artigo analisa permanências e mudanças realizadas pelo campesinato proveniente do centro sul do país na fronteira agrícola da Amazônia Meridional, particularmente no centro de Rondônia. Assim, são analisadas as transformações ocasionadas pela redução da cafeicultura da variedade conilon e sua substituição pela pecuária leiteira, acompanhando um paradigma nacional ocorrido no Vale do Paraíba Fluminense, Zona da Mata de Minas Gerais e no norte do Paraná, e substancialmente agravadas pela política de erradicação de cafezais considerados improdutivos na década de 1970 no Espírito Santo e em outras áreas do centro sul do país. O trabalho resgata a contribuição de estudos precursores que abordam a questão da fronteira agrícola na Amazônia e paralelamente dos estudos clássicos que investigam a expansão do capitalismo contemporâneo no campo. O trabalho mostra que o campesinato se adaptou às inovações, contribuindo para as transformações socioespaciais da fronteira agrícola da Amazônia Meridional.

Palavras-chave: campesinato, Amazônia Meridional, centro de Rondônia, agronegócio e complexo de carne e grãos.

COUNTRY PATHWAYS: FROM SOUTH CENTRAL TO AGRICULTURAL BORDER OF SOUTHERN AMAZON

Abstract: The paper analyses the continuity and the changes accomplished by the peasantry coming from de Central-south of Brazil at the agricultural border of the Southern Amazon, particularly at the heart of Rondônia. Therefore, the analysis will focus on the transformations occurred by the reduction of the conilon variety coffee production and it's substitution by the dairy farming, following a national paradigm occurred in the Fluminense Paraíba river valley, the Zona da Mata of Minas Gerais and in the North of Paraná. Those transformations were substantially worsen by the eradication policy of unproductive coffee plantations during 1970 decade in the state of Espírito Santo and other regions in the Central-south of the country. This work brings the contributions of past studies that approached the issue of Amazon's agricultural border as well as classic studies that investigated the contemporary capitalism expansion in the

ⁱ Professor Titular do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal Fluminense (PosGeoUFF). Bolsista de Produtividade Nível 2 CNPQ. Bolsista Cientista do Nosso Estado Email: jacobinsztok@gmail.com.

ⁱⁱ Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC da Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia.

countryside. The paper conclusion reflects the peasantry capacity to adapt to innovations and to contribute to the Southern Amazon agricultural border socio spatial transformations.

Keywords: peasantry, Southern Amazon, center of Rondônia, agribusiness and meat and grain complex.

CAMINOS POR PAÍS: DEL CENTRO SUR A LA FRONTERA AGRÍCOLA DE LA AMAZONÍA SUR

Resumen: El documento analiza la continuidad y los cambios logrados por el campesinado proveniente del centro-sur de Brasil en la frontera agrícola del sur del Amazonas, particularmente en el corazón de Rondônia. Por lo tanto, el análisis se centrará en las transformaciones ocurridas por la reducción de la producción de café conilon y su sustitución por la producción lechera, siguiendo un paradigma nacional ocurrido en el valle del río Fluminense Paraíba, la Zona da Mata de Minas Gerais y en el norte de Paraná. Esas transformaciones fueron empeoradas sustancialmente por la política de erradicación de los cafetales improductivos durante la década de 1970 en el estado de Espírito Santo y otras regiones en el centro-sur del país. Este trabajo aporta las contribuciones de estudios anteriores que abordaron el tema de la frontera agrícola de Amazon, así como estudios clásicos que investigaron la expansión del capitalismo contemporáneo en el campo. La conclusión del artículo refleja la capacidad del campesinado para adaptarse a las innovaciones y contribuir a las transformaciones socioespaciales de la frontera agrícola del sur del Amazonas.

Palabras clave: campesinado, sur de la Amazonía, centro de Rondônia, agronegocios y complejo de carne y granos.

Introdução

O povoamento e a colonização da fronteira agrícola na Amazônia Meridional, ao final da década de 1970, foram responsáveis por um processo de radicais transformações socioespaciais locais, como a introdução do cultivo do café da variedade conilon¹ no Centro de Rondônia, por intermédio de iniciativas individuais, construindo paulatinamente sua integração à economia regional, nacional e global. As origens do

¹ Variedade arbustiva adaptada a climas quentes e úmidos, com elevado teor de acidez e ingerido como *blends* (mistura) ou para fabricação de café solúvel. Diferente da variedade arábica, que conta com menos acidez, adaptado a climas com temperaturas menos elevadas, altitudes médias e ingerido de forma direta.

referido processo podem ser percebidas quando se estrutura um movimento de Contra Reforma Agrária, promovido pelos Governos Militares, destinado a atender às demandas por terras de agricultores expropriados do centro-sul do país, principalmente dos estados do Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais. Assim, observamos que o cultivo do café atinge a região não como resultado de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas, mas como alternativa de sobrevivência para os pequenos produtores, cujos cafezais foram considerados improdutivos pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) e pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), cumprindo determinações do Ministério da Indústria e Comércio do Governo Costa e Silva, inviabilizando sua permanência nos espaços rurais dos referidos estados.

É importante ressaltar que grande parte desses agricultores eram pequenos proprietários ou meeiros, que não tiveram outra alternativa a não ser abandonar as áreas onde sua reprodução encontrava-se vulnerável e sob risco de desaparecimento. Neste sentido, foram induzidos por intermédio da publicidade oficial e também por laços de compadrio e solidariedade, típicos do campesinato², a se fixarem em lotes de 100 hectares nas áreas de mata da nova fronteira agrícola na Amazônia Meridional, principalmente no trecho rondoniense da rodovia 364, ligando Cuiabá a Porto Velho. A construção de estradas de integração entre a nascente fronteira agrícola aos mercados do Sudeste, insere-se na política de modernização conservadora, promovidas “de cima para baixo” pelas autoridades governamentais, responsáveis pelos grandes movimentos migratórios das décadas de 1970 e 1980 no país. Convém destacar os aspectos geopolíticos envolvidos na questão, pois tratava-se de ocupar vastas extensões da faixa de fronteira com a Bolívia, de ocupação rarefeita, com colonos do centro sul do país, em grande parte de origem europeia, invisibilizando as populações tradicionais e promovendo o “branqueamento” das comunidades locais por intermédio das migrações internas, privilegiando não mais as migrações nipônicas interrompidas em função da Segunda Grande Guerra Mundial. Neste particular, é relevante destacar as

² Sistema econômico e agrícola próprio, articulado ao capitalismo, fundamentado em grande parte no trabalho familiar e recorrendo eventualmente a trabalhadores temporários e parceiros.

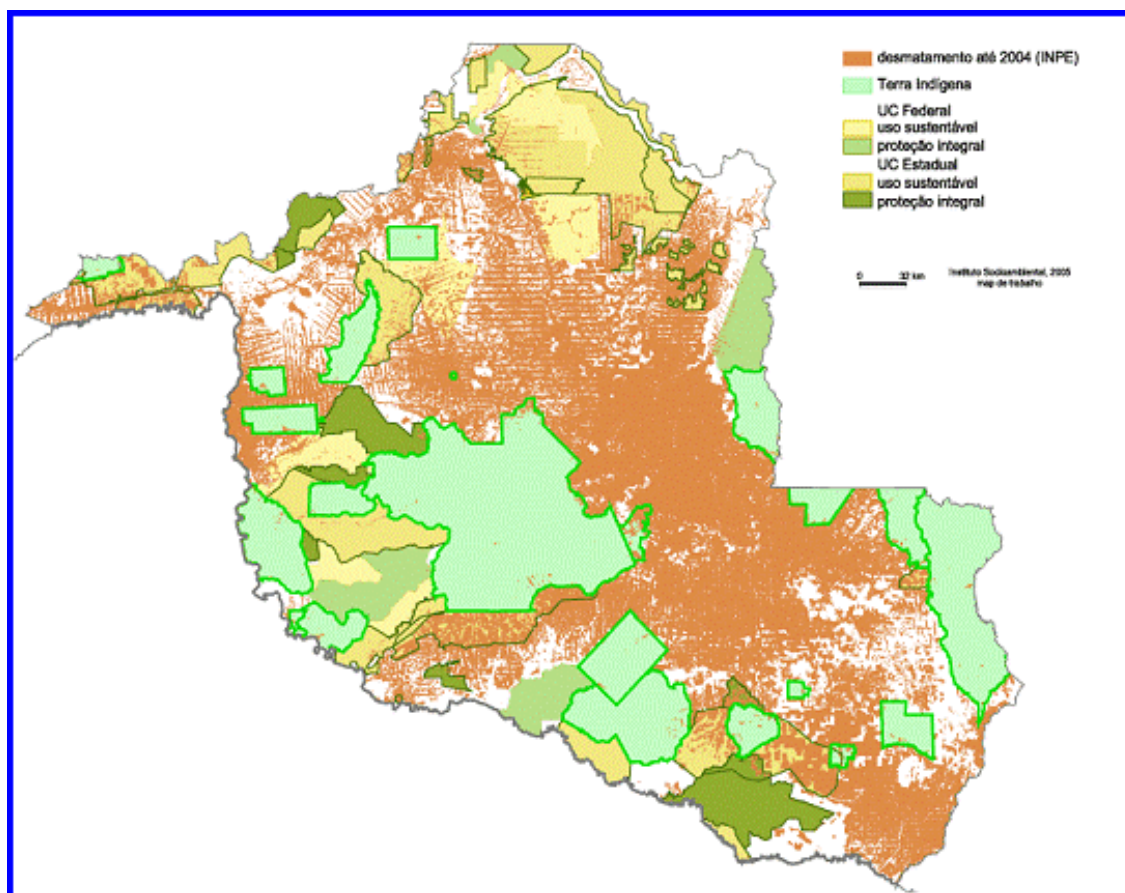
recomendações preconizadas por WAIBEL (1979) realçando a importância do campesinato de origem europeia para o sucesso dos empreendimentos de colonização na fronteira agrícola do país, antecipando em duas décadas as diretrizes autoritárias adotadas pelos Governos Militares privilegiando concepções eurocêntricas em detrimento das tradicionais populações ribeirinhas amazônicas. A preocupação de WAIBEL (1979) se justificaria na medida em que o referido geógrafo em função da destruição ocasionada pela Segunda Grande Guerra também estava interessado em encontrar espaços para a fixação de colonos alemães no país, não percebendo os esforços dos Estados Unidos em soerguer rapidamente as bases econômicas da Alemanha Ocidental.

Ao contrário do divulgado pelos ideólogos e planejadores governamentais da época, a Amazônia não poderia ser tratada como um “vazio demográfico”, pois a região havia sido ocupada nas décadas de 1920/30 por antigos membros da Comissão Rondon, que por intermédio de títulos de arrendamento concedidos pelo Governo Federal, exploravam o látex de seringais nativos, conforme ressalta KEMPER (2002) e BINSZTOK (2008). Segundo os autores em estudos sobre o município de Cacoal, os seringalistas, por não possuírem títulos definitivos dessas propriedades, foram expropriados pelo Governo Militar, alguns terminando seus dias na periferia dos núcleos pioneiros dos Projetos de Colonização Integrada (PICs). Os seringalistas por não receberem indenizações, não tiveram oportunidade de monetizar o valor de suas terras, reduzidos à condição de proletários urbanos. Anteriormente à presença dos seringalistas, podemos mencionar a existência de populações indígenas, apontadas por MINDLIN (1985) e também pelas narrativas de participantes da Comissão Rondon, que encontraram aldeias Nambiquaras localizadas no trajeto percorrido pelos seus integrantes, e que ao longo do tempo sofreram significativas reduções nos seus contingentes populacionais. Assim, observamos que durante os trabalhos da Comissão Rondon foram estimados a presença de 5 mil Nambiquaras, reduzidos para 3 mil na época dos trabalhos da expedição de Lévi-Strauss, no final da década de 1930, e totalizando cerca de 1500 por ocasião do Governo Fernando Henrique Cardoso, segundo informações da FUNAI, iniciando um

processo de estabilização e lenta recuperação, atingindo na atualidade cerca de 1900 habitantes nas Terras Indígenas do Mato Grosso.

Os movimentos migratórios em direção a fronteira Amazônica foram analisados por MARTINS (1980), realçando os aspectos de recriação, ampliação e resistência do campesinato ao processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo contemporâneo no campo. Ao referido processo, foi acrescentada a grave questão ambiental, destacada por AB'SÁBER (2003), MILLIKAN (1999) e DIEGUES (1999), revelando que a depredação dos recursos naturais foi precedida por um sistema de alianças congregando inicialmente madeireiros e pecuaristas, e posteriormente segmentos do Complexo de Grãos, principalmente no cone sul do estado, mediante o pretexto de ocupação de terras anteriormente degradadas. Assim, observamos que durante a abertura das estradas vicinais do sistema de “linhões” construídos pelos Programas Integrados de Colonização (PICs), os referidos atores avançavam para o interior das áreas florestais, promovendo uma política de “terra arrasada”, estimulada pelo próprio INCRA conforme menciona AB'SÁBER (2003), em extensas áreas no Centro de Rondônia, comprovadas pelas observações da figura 1.

Figura 1 – Mapa de Desmatamento e Áreas Protegidas em Rondônia - 2007



Fonte: IMAZON (2017)
Organização: Binsztok e Werneck (2018)

Atenuando as observações de AB’SÁBER (2003), BECKER (1982 e 2004) sugere que a malha municipal do atual estado de Rondônia, originária da implantação dos Programas de Colonização Integrada (PICs), pode ser considerada como uma floresta “urbanizada” na Amazônia. Assim, a pesquisadora destaca acertadamente a presença de pontos de modernização representados pela existência, embora incipientes, de equipamentos urbanos, como escolas, postos de saúde, sedes de instituições municipais, federais, estaduais e de organizações da sociedade civil. No entanto, os referidos pontos não conseguem atenuar os sérios problemas vivenciados pelas populações locais, que são periodicamente atingidas por queimadas, ocorridas durante a estação seca, colocando a região no denominado Arco do Desmatamento do IBAMA, considerado prioritário

pelos programas governamentais e internacionais para as atividades de recuperação de áreas degradadas. As observações de BECKER (2004), procurando mitigar os efeitos ocasionados pelo denominado “Arco do Desmatamento” ou “Arco do Fogo” do IBAMA, permitem questionamentos, pois as “queimadas” em escala global estão sendo apontadas como responsáveis pelo agravamento do aquecimento do planeta e por problemas de saúde para a população local. Logo, “as queimadas” como expressão econômica de setores modernizantes, como fala BECKER (2004), permite reparos, pois tais procedimentos estão inseridos na tradicional lógica predatória de ocupação das áreas de fronteira do território brasileiro. Essas ocupações acarretam prejuízos para a preservação da biodiversidade amazônica e do Centro-Oeste, com implicações para todo o país na medida que nessas regiões encontram-se os mananciais das grandes bacias hidrográficas nacionais.

Acrescenta-se que o avanço desmedido do desmatamento foi acompanhado pela contaminação de rios e solos, atingidos pelo uso excessivo de agrotóxicos, conforme observações de BINSZTOK e MACEDO (2007). As cidades originárias desse processo cresceram sem estruturas urbanas adequadas, ocasionando o aumento de doenças decorrente da ausência de saneamento básico, e contribuindo para a mobilização e consequente formação de associações de agricultores reivindicando a mitigação desses problemas. Esses movimentos articularam a cooperação de entidades não governamentais e dos denominados setores progressistas da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação e a Conselho Episcopal Latino-Americano, priorizando o atendimento particularmente das comunidades rurais, mostrando-se também preocupadas com o avanço do desmatamento e depredação dos recursos naturais.

Assim, por intermédio de suas lideranças, decidiram investir no fortalecimento do campesinato como forma de preservar a biodiversidade e ainda o resgate dos saberes das populações tradicionais. Portanto, foram constatadas mudanças nas ações da Igreja Católica no campo, representadas pelo abandono das antigas práticas de catequese utilizadas pelas missões religiosas, e o advento de ações pautadas pela assistência social e ampliação da cidadania, substituindo em várias oportunidades a ausência e

ineficiência do poder público nos níveis municipais, estaduais e federais. Torna-se relevante observar que estes movimentos provenientes muitas vezes de instituições internacionais, precisam ser melhor avaliados, pois as doações oferecidas a países da América Latina, particularmente às comunidades rurais, podem revelar a existência de políticas compensatórias, decorrentes do forte protecionismo adotado pelos países europeus em relação aos produtos agrícolas dos países periféricos.

A resistência camponesa apontada por MARTINS (1980) e ressaltada por OLIVEIRA (1986 e 1990) se manifestou sob diferentes formas, como pela mobilização dos movimentos sociais rurais na organização de assentamentos de Reforma Agrária, e ainda pela participação de camponeses na recuperação de áreas degradadas mediante práticas agroecológicas, agroflorestais, e incentivo ao comércio justo e à economia solidária, procedimentos preconizados por GRÜNINGER e URIARTE (2002), SAMPAIO e FLORES (2002). BINSZTOK e MACEDO (2007) ressaltam a importância das lideranças da Igreja Católica, particularmente sediadas na Diocese de Ji-Paraná, responsável pelo funcionamento do Projeto Padre Ezequiel e da ONG Terra Sem Males, procurando mitigar os efeitos da depredação dos recursos naturais locais com contribuições provenientes de instituições católicas alemãs, italianas e inglesas. Estas práticas procuraram mitigar os efeitos do desmatamento e o assoreamento dos cursos fluviais, reafirmando as observações de VELHO (1979) quando analisava a expansão da frente pioneira da rodovia Belém-Brasília, nos estados do Maranhão e do Pará, realçando a supremacia da “mata” sobre a “beira”, ou seja, a importância da rodovia como principal eixo da modernização, em detrimento das tradicionais comunidades ribeirinhas, fato ocorrido também no centro de Rondônia.

Essas comunidades passam a ser preconceituosamente identificadas como obsoletas e pouco dinâmicas pelos novos colonos, não sendo considerados como detentores de tempos diferenciados, conforme assinala CHAYANOV (1982) e confirmada pelos trabalhos de CASTRO, MURRIETA e NEVES (2006). Segundo DOLLFUS (1972), as rodovias pioneiras servem para seccionar os espaços ocupados pelas comunidades tradicionais, que anteriormente apresentavam-se de forma espacialmente unificada, concentrada,

ou seja, são rompidos os vínculos de solidariedade e permanência dessas populações. Para o autor, a rodovia pioneira também antecipa paulatinamente a tutela do urbano sobre o rural – dicotomia entre cidade e campo –, fato que ocorre nos municípios localizados ao longo da BR-364, no estado de Rondônia, situação também comprovada por COY (1995) quando observa o fechamento de escolas rurais em função da crise cafeeira e o conseqüente deslocamento dessas populações para os núcleos urbanos dos municípios.

É relevante ressaltar a participação de organizações como a COOCARAM (Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mútua) e a Associação de Produtores Alternativos (APA), que investiram em inovações, fomentando o associativismo, o cultivo de produtos orgânicos, instituindo prêmios visando a melhoria da qualidade do café da variedade conilon e construindo articulações com instituições comunitárias internacionais.

Fronteira Agrícola: precursores teóricos

A elaboração de uma retrospectiva teórica realizada mediante a revisão de autores clássicos que investigaram as diferentes formações socioespaciais do desenvolvimento capitalista no campo, preconizaram inicialmente a terminalidade camponesa, fundamentada nos estudos de MARX (1974), KAUTSKY (1980) e LÊNIN (1982). No entanto, o ressurgimento das abordagens de CHAYANOV (1982), após um longo período de ostracismo motivado pela censura de seus trabalhos na antiga União Soviética, mostraram o campesinato dotado de um sistema econômico próprio e articulado ao capitalismo, não apontando para a terminalidade, contrariando os autores anteriormente mencionados. Posteriormente, as concepções terminais e aquelas influenciadas por CHAYANOV (1982) foram analisadas pelos pesquisadores que estudaram a ocupação da fronteira agrícola brasileira, particularmente no Centro-Oeste e na Amazônia, como VELHO (1979), analisando a expansão da fronteira agrícola na

Amazônia Oriental, ao longo da rodovia Belém-Brasília, mostrando a influência dos movimentos migratórios na organização socioespacial local do campesinato.

O trabalho pioneiro de VALVERDE (1967), realizado em convênio do IBGE com a antiga Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), destaca como a construção da rodovia Belém-Brasília provocou diferentes impactos socioespaciais no antigo norte do estado de Goiás, atualmente Tocantins, no oeste do Maranhão, centralizado pela cidade de Imperatriz, e no sul do Pará, onde a estrada assume características nitidamente amazônicas, com a sua consolidação proporcionada pelo asfaltamento promovido pelo Governo Militar com recursos do Banco Mundial. A rodovia aberta durante o Governo JK, foi abandonada durante Governo Jânio Quadros, que a denominou 'a estrada da onça', sendo sua prioridade revista pelos militares que acertadamente a consideraram estratégica e imprescindível para a Integração Nacional. Nesta linha, é importante lembrar a contribuição de GUERRA (1953) ao mencionar a importância de serem ocupadas as extensas áreas de fronteira localizadas na Amazônia e no Centro-Oeste, resgatando as diretrizes estabelecidas por Vargas no ano de 1937 em relação à posição estratégica da região e a constituição da denominada Faixa de Fronteira considerando o perímetro de 150 km como área de Segurança Nacional. Também é relevante salientar as pesquisas de WAIBEL (1979), recomendando que o processo de colonização do país fosse realizado pelos camponeses dotados de princípios éticos pautados pela valorização do trabalho e realçando uma perspectiva tipicamente eurocêntrica e desvinculada das tradicionais comunidades amazônicas e do Centro Oeste, bem como a necessidade de investimentos em insumos químicos para recuperação dos solos locais, considerados de baixa fertilidade para a agricultura comercial, descartando qualquer possibilidade de serem adotadas políticas públicas privilegiando populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

Neste sentido, o autor prognosticou o advento do Complexo de Grãos, no sul de Rondônia, norte do Mato Grosso e sudoeste de Goiás, confirmados pelos trabalhos de FRANCO DA SILVA (2003), destacando a permanente necessidade de serem apropriadas

inovações técnico científicas, que garantiriam a expansão do referido segmento, condição indispensável para o desenvolvimento capitalista. É importante mencionar que enquanto na Belém-Brasília predominava o povoamento de migrantes provenientes do Nordeste e de Minas Gerais, na frente pioneira de Rondônia e do norte de Mato Grosso predominaram respectivamente os contingentes migratórios do norte do Paraná, Espírito Santo e de outros pontos do sul e sudeste do país, mostrando a existência de graves crises no relevante setor cafeeiro localizado no Sul e Sudeste do país.

Influenciado pelo sociólogo russo SHANIN (1983), MARTINS (1984) mostra os movimentos de recriação, ampliação e resistência do campesinato ao processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo presentes na expansão da fronteira agrícola na Amazônia, onde significativo contingente de pequenos agricultores deslocados do Centro-Sul e Sudeste lutaram para obter acesso à terra de forma espontânea ou dirigida por intermédio dos Programas de Colonização Integrada (PICs). Nesta linha, MINC (1985) ressalta que a contribuição do povoamento realizado pelos PICs em Rondônia acrescida da atuação do INCRA na organização e distribuição dos lotes promoveram uma incipiente malha urbana fundamental para posterior fundação de novos municípios, fomentando um novo ordenamento territorial e político no estado, privilegiando os pioneiros do processo de colonização em detrimento das populações tradicionais, fato comprovado pelas observações de GIANASI (2012) no Centro de Rondônia.

Os trabalhos de campo realizados pela antropóloga MINDLIN (1985) mostraram a resistência do indigenato aos Projetos Integrados de Colonização (PICs) na região, movimentos que não foram considerados nos trabalhos de BECKER (1982) e também nos estudos anteriores de VALVERDE (1967) e WAIBEL (1979), na medida em que a questão indígena à época estava restrita às abordagens antropológicas, não sendo priorizada pela geografia do IBGE e tampouco assumida pelas disciplinas ministradas nos cursos universitários. Em outra vertente mais recente, dedicada aos estudos das relações de trabalho no campo, OLIVEIRA (1986 e 1990) destaca a luta pela posse da

terra empreendida pelo campesinato na disputa com o latifúndio e por vezes envolvendo comunidades indígenas e com as burocráticas medidas tomadas pelos responsáveis pelas áreas de proteção ambiental. Ressaltando o referido processo de lutas, GONÇALVES (2001) adverte para a existência de várias Amazônias, ou seja, a região não deve ser tratada em uma perspectiva uniforme, e salienta a diferenciação socioespacial, recomendando a incorporação dos saberes das comunidades tradicionais locais e resgatando para a geografia dimensões que não eram consideradas nos trabalhos de VALVERDE (1967), WAIBEL (1979) e BECKER (1982) pelas razões já explicitadas.

Transformações socioespaciais: Substituição do Cafeicultura pela Cadeia Produtiva³ de Leite

O discurso oficial do Instituto Brasileiro do Café (IBC), na década de 1970 no Governo Costa e Silva, preconizava a eliminação dos cafezais no Centro Sul em virtude da baixa qualidade do produto e dificuldades na obtenção de preços no mercado interno e externo, entendendo que a queda dos preços do café era um reflexo do baixo rendimento das lavouras, e como solução foi proposta a eliminação das lavouras consideradas não produtivas. O discurso paralelamente contribuiu para o êxodo rural do Centro Sul para o povoamento da fronteira agrícola da Amazônia Meridional. Ao contrário da tendência nacional, tratava-se de um movimento representativo das populações rurais em direção aos espaços rurais da fronteira agrícola.

Contudo, a depredação contínua dos recursos naturais (BINSZTOK e MACEDO, 2007) e as sucessivas crises da lavoura cafeeira motivaram a formação de movimentos de recuperação de áreas degradadas, liderados em grande parte pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e estrangeiras, que não impediram a continuidade da exaustão dos solos e recursos hídricos, pois as intervenções mitigadoras de cunho

³ Reunião de produtores – em grande parte camponeses – e as instalações de pequenos, médios e grandes beneficiadores do produto.

ambientalistas eram de caráter pontual e disperso, apresentando fragilidades de gestão e captação de recursos.

Sob o signo da modernização conservadora⁴, a integração do território durante o Governo Militar se sustentou na narrativa da soberania nacional que buscava estabelecer uma política de ocupação dos “espaços vazios”, tornando invisíveis as populações tradicionais, transformando-os em palco de atividades destinadas ao fortalecimento da economia nacional, e paralelamente desestimular iniciativas de âmbito internacional percebidas como ameaça permanente a unidade territorial do país. Ao mesmo tempo, a ocupação respondia a necessidade de adensar o povoamento das fronteiras do país, tanto na narrativa de uma proposta de integração, enquanto espaços potenciais de expansão do capital nacional e global, quanto pela preocupação em fortalecer seu monitoramento controlando as ameaças de teor político, que circulavam em países vizinhos.

Assim, a nova ordem territorial instalada e a formação de esferas de poder local em Rondônia, contaram com a presença institucional do INCRA, responsável pela distribuição de lotes para migrantes nas vilas construídas pelos programas de colonização, que ocupavam os linhões – estradas vicinais –, partindo da BR-364, em direção a mata. Ocorreu também um movimento de colonização espontânea, sem mediações públicas, através da recriação de sistemas de produção originários da sua experiência empírica, como explica KEMPER (2002), indo além da cafeicultura.

Na cafeicultura no Centro de Rondônia predomina a variedade conilon, considerada indispensável para a fabricação de *blends*⁵ e solúveis, melhor adaptada ao clima tropical com duas estações bem diferenciadas e aos solos de menor fertilidade do que o exigido pela variedade arábica. A comercialização sofre obstáculos devido ao grande número de defeitos, cerca de 400 a 500, não se enquadrando nos padrões mínimos da classificação

⁴ Modernização Conservadora (ou a chamada Via Prussiana para o desenvolvimento econômico) corresponde a um movimento de modernização promovida pelo capitalismo no campo ou na cidade, sem, contudo, alterar as estruturas vigentes, como, por exemplo, sem modificar a concentração de terras controladas pelos grandes proprietários.

⁵ Mistura de até 20% do conilon na manipulação para o consumo da variedade arábica.

oficial utilizada pela cadeia de intermediários (que monopolizam a comercialização do café), iniciada pelo tipo 8, que admite até 360 defeitos, e que segue até o tipo 1, com poucos defeitos. Contudo, a produção conquista significativa importância a nível local, regional, estadual e nacional, ocupando o segundo lugar na produção de café da variedade “robusta” no país, e a primeira posição do produto na Amazônia, conforme demonstram as pesquisas realizadas por VENEZIANO (2005), que foi um dos responsáveis pela colocação do café desta variedade na pauta das prioridades da Estação Experimental da EMBRAPA de Ouro Preto d’Oeste.

A construção da imagem de um eldorado brasileiro marcado pela infinitude dos recursos naturais, favoreceu a sua depredação e o advento de movimentos migratórios inter-regionais, conforme menciona BECKER (1982 e 2004), com agricultores aproveitando-se de estradas vicinais e do baixo preço da terra para adquirirem propriedades nas novas áreas de fronteira agrícola, como observamos no município de Buritis, localizado nas proximidades dos estados do Mato Grosso, Amazonas e Acre. Esses movimentos especulativos revelam também a presença de um patrimonialismo dos “de baixo”, que acompanha a trajetória dos pequenos produtores no avanço da depredação dos recursos naturais, ocasionando marcas da ‘terra arrasada’ e colocando em destaque uma aliança entre madeireiros e pequenos produtores. Também, encontramos nas áreas periféricas dos centros urbanos movimentos revelando a aquisição de pequenos sítios por proprietários urbanos, facilitando o surgimento de novas áreas de produção, inclusive para expansão do cultivo de legumes, hortaliças e frutas que abastecem os mercados locais, e ainda áreas de lazer e entretenimento. O fato, além de comprovar o não fechamento da fronteira, preconizado por GRAZIANO DA SILVA (1982), também pode ser considerado um dos indicadores da não terminalidade camponesa, e paradoxalmente pode ser apontado como responsável pelo surgimento de novos focos de desmatamento, que poderão ocorrer em função de uma possível retomada da ocupação e do povoamento da BR-319 – Porto Velho - Manaus –, conforme salienta FEARNESIDE (2009).

O esgotamento dos solos, poluição de rios pelo excessivo uso de agrotóxicos, juntamente com a dificuldade de comercialização do café, por conta dos intermediários que estabelecem preços fixos para o transporte, além do baixo preço pago ao produtor, como resposta a concorrência da produção do Vietnã, que conta com subsídios provenientes de reparação de guerra, são fatos que contribuem para formação de novos espaços agrícolas para produção de leite no Centro de Rondônia. A exaustão dos recursos naturais eliminou um expressivo contingente de cafeicultores, porém um outro contingente do campesinato acabou envolvido no agronegócio leiteiro, constituindo-se em um importante contraponto ao indiscriminado avanço do Complexo de Carne e Grãos, centralizado em Vilhena, expandindo-se pelo denominado Cone Sul, em direção à fronteira com a Bolívia. Contudo, as iniciativas para a expansão da soja no Centro de Rondônia, não foram bem-sucedidas, pois as condições geomorfológicas não favoreceram a mecanização para a produção em grande escala de grãos.

Segundo o trabalho de SMERALDI (2008), as dificuldades foram menores em relação aos empreendimentos da pecuária de corte, que ocupa a 7ª posição no ranking nacional, com um rebanho estimado em 13 milhões de cabeças, adaptadas com facilidade às condições locais. É relevante mostrar que Rondônia, segundo dados do IBGE/2017, possui uma população de 1,8 milhões de habitantes, constatando-se uma proporção de 6 animais para cada habitante, comprovando a depredação dos recursos naturais exigida pela expansão da pecuária extensiva de corte ou leiteira, evidenciando desequilíbrio na ocupação do espaço agrário do estado. A formação dos pastos foi precedida de desmatamentos, em grande parte ilegais, e o rebanho foi colocado em

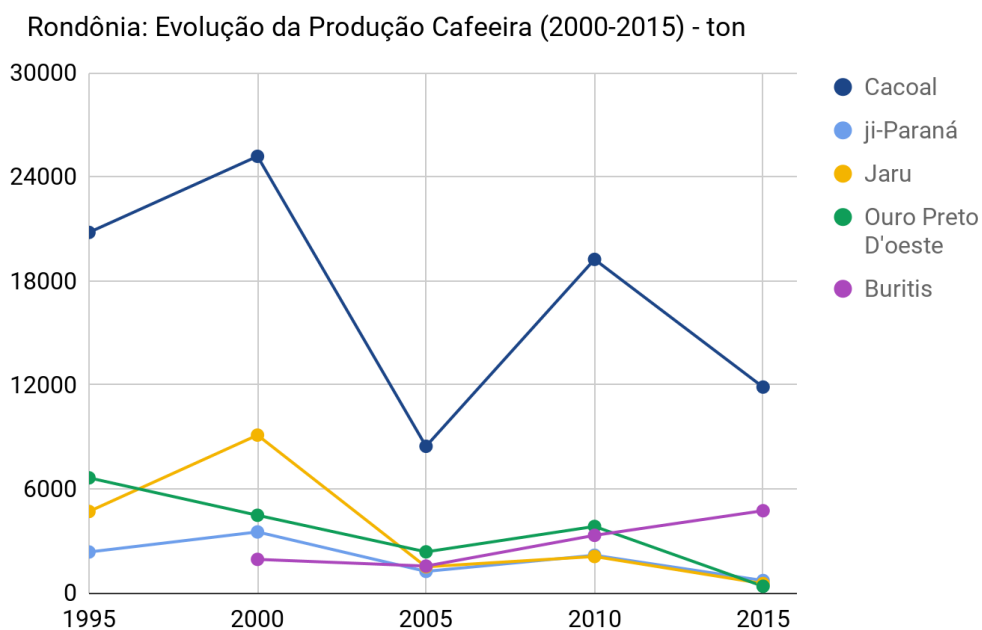
“... podemos afirmar que, em linhas gerais, a Amazônia Meridional vivenciou as grandes transformações socioespaciais ocorridas a nível nacional, inserindo-se na área de influência geoeconômica periférica ao estado de São Paulo, fato comprovado pela expansão do agronegócio no estado que se comportou como um prolongamento político paulista durante as eleições presidenciais de 2018”.

sistemas ecológicos frágeis, acelerando processos erosivos e de assoreamentos. Para o autor, grande parte da expansão do rebanho bovino nacional é proveniente da abertura de novas frentes de ocupação nas áreas da fronteira agrícola, consolidada ou não, da Amazônia e do Centro-Oeste.

Com relação à produção leiteira, técnicos da EMBRAPA consideram-na baixa, estimando uma média de 3,75 litros/dia, embora o estado possua a oitava bacia leiteira do país, a mais expressiva da região Norte, com cerca de 50 laticínios de pequeno e 2 de grande porte. A instituição pretende aumentar a produção de leite do rebanho nacional, prioridade considerada vital para os interesses do país. Além de atender ao mercado interno, o objetivo da EMBRAPA/MG seria colocar a produção brasileira no mercado internacional, à semelhança do ocorrido com a Nova Zelândia, que apesar da distância, tornou-se o maior responsável pelo abastecimento de leite da União Europeia.

As dificuldades vivenciadas pelo campesinato podem ser verificadas quando examinamos as transformações socioespaciais decorrentes da produção de leite, que inviabilizam determinadas relações de trabalho tipicamente camponesas, tais como a ajuda mútua, solidariedade, policultura e mutirão, em detrimento da especialização, redução da força de trabalho no campo e fortalecimento do monopólio dos canais de comercialização. Assim, a análise dos dados contidas nos gráficos 1 e 2, comprovam os movimentos de mudança envolvendo os respectivos produtos nos municípios do estado de Rondônia.

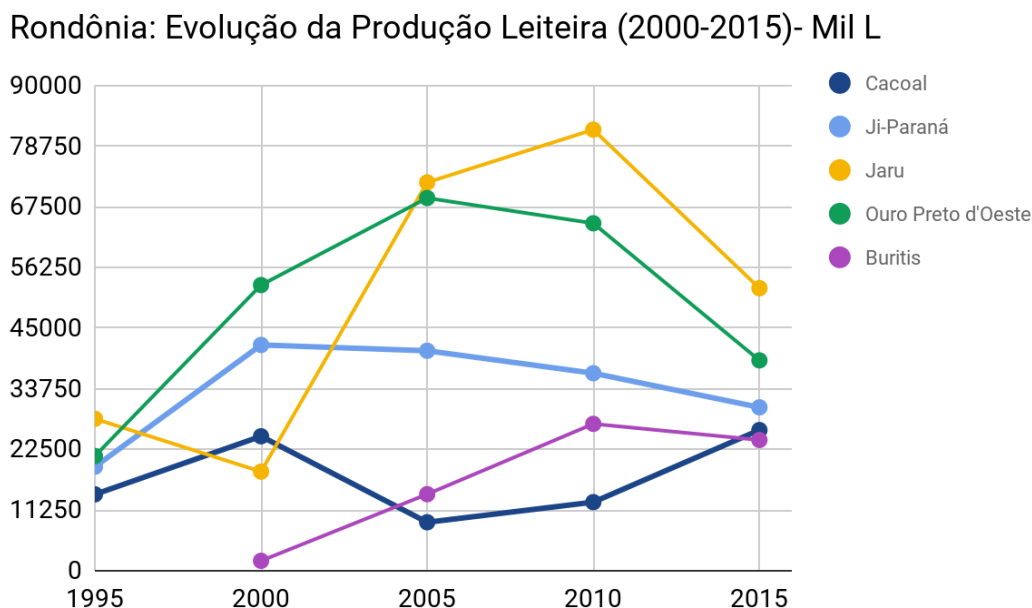
Gráfico 1



Fonte: IBGE / SIDRA, 2018.

Elaboração: Jacob Binsztok e Cecília Werneck, 2018.

Gráfico 2



Fonte: IBGE / SIDRA, 2018.

Elaboração: Jacob Binsztok e Cecilia Werneck, 2018

A leitura dos gráficos 1 e 2 revela as oscilações da produção cafeeira e leiteira, ocorridas no período 1995-2015, destacando-se a significativa redução, porém a não eliminação da cafeicultura, e os tradicionais movimentos oscilatórios que caracterizam a produção de leite, onde percebemos ciclos de ascensão e queda entre os respectivos produtos. Contudo, percebe-se a nítida redução da cafeicultura nos municípios de Cacoal, Ji-Paraná, Jaru e Ouro Preto do Oeste e o aumento da produção em Buritis, representado pela expansão de novas áreas da fronteira agrícola de Rondônia.

Paralelamente, observa-se o aumento da produção leiteira, centralizada nos municípios de Jaru, Ouro Preto do Oeste e Ji-Paraná, onde se concentram as unidades produtivas e beneficiadoras do produto.

A análise dos gráficos comprova a substituição da cafeicultura pela produção de leite no Centro de Rondônia, seguindo um paradigma clássico do espaço agrário brasileiro já ocorrido na Zona da Mata mineira e no Vale do Paraíba fluminense. Nestas áreas, a depredação dos recursos naturais e periódicas crises impactando o preço do café

também contribuíram para a transformação dessas propriedades em áreas destinadas à formação de pastagens e à implantação de rebanhos leiteiros, beneficiando-se da proximidade de centros consumidores, na época consideradas posições geográficas estratégicas para contribuir para o desenvolvimento agrícola do Sudeste brasileiro.

Considerações Finais

217

Os estudos mostraram que a permanência do campesinato nas áreas rurais da fronteira agrícola da Amazônia Meridional não se caracterizou por um roteiro determinista, ao contrário, o segmento foi capaz de acompanhar as transformações socioespaciais, conforme aponta SOJA (1993), quando analisa os movimentos ocasionados pela reestruturação produtiva contemporânea, adaptando-se a uma série de procedimentos que não estavam previstos em suas práticas tradicionais. Assim, verificamos que o advento da cafeicultura, da produção de leite e de verduras e legumes destinadas ao consumo dos centros locais, regionais e nacionais, podem ser consideradas iniciativas autônomas do campesinato oriundo do Centro-Sul do país, não estando vinculadas às políticas públicas emanadas do INCRA.

A análise das informações contidas nas tabelas e mapas, mostraram de forma substituição gradual da cafeicultura do tipo conilon em certas áreas do centro de Rondônia, provocada por um longo ciclo de redução de preços e paralelamente pela depredação de recursos naturais, pela pecuária leiteira, seguindo um paradigma nacional semelhante ao ocorrido no Vale do Paraíba Fluminense, Zona da Mata Mineira, no Norte do Paraná e do Espírito Santo. O campesinato contribuiu para a construção da mais relevante bacia leiteira da Amazônia, transformando-a em um laboratório de experiências sobre a produção de leite em uma região geográfica estratégica que simultaneamente funciona como portal de entrada para as vastas extensões do trópico úmido brasileiro e sulamericano, na medida que também atinge regiões da Bolívia e do Peru, e ainda articulada ao centro sul do país pelos eixos rodoviários que percorrem os

mercados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Neste sentido, podemos afirmar que, em linhas gerais, a Amazônia Meridional vivenciou as grandes transformações socioespaciais ocorridas a nível nacional, inserindo-se na área de influência geoeconômica periférica ao estado de São Paulo, fato comprovado pela expansão do agronegócio no estado que se comportou como um prolongamento político paulista durante as eleições presidenciais de 2018.

O impacto da crise global de 2008 pode ser percebida na região quando observamos o comportamento dos imigrantes retornados da Europa, particularmente da Espanha, Itália, Alemanha e Holanda, aos municípios do Centro de Rondônia, em busca de oportunidade de trabalho. O retorno funcionou como fomento à expansão da produção leiteira, pois os retornados, em função do agravamento de crise na União Europeia, se agregaram em torno de parentes envolvidos na cadeia produtiva e paulatinamente se inseriram na referida atividade. Este comportamento revela articulação entre local e global, mostrando que o local não foi eliminado pela expansão do capitalismo contemporâneo, contrariando argumentos de autores clássicos, que acreditavam na ampla superação das cadeias produtivas globais sobre as comunidades locais, impedindo-as de participarem devido a um processo de seletividade espacial.

Cabe destacar a atuação dos agricultores vinculados aos sistemas agroecológicos e agroflorestais, que apesar das dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção e volatilidade dos recursos ofertados por instituições nacionais e internacionais, continuam se mantendo, embora tenha tido problemas na sua inserção no comércio justo e a economia solidária, pois estas cadeias produtivas exigem o cumprimento certificações que em grande parte não se apresentam acessíveis aos produtores locais. Embora a produção leiteira não tenha apresentado problemas graves de expansão, as relações de trabalho continuam destacando a presença do campesinato, na medida em que o trabalho familiar e relações não capitalistas fundamentadas no compadrio e nas práticas de solidariedade, ainda são encontradas nas comunidades locais. No entanto, é possível que as ações de ajuda mútua como o “mutirão”, sofram dificuldades de permanência como categoria importante nas relações de trabalho do campesinato

particularmente dedicado a produção de leite, na medida em que essa atividade, devido ao seu grau de especialização e reduzida absorção de mão de obra, não oferece oportunidades para mobilização voluntária da comunidade, ao contrário da cafeicultura, que absorve um razoável contingente de trabalhadores, principalmente durante a colheita. Contudo, sobrevive ainda a mobilização das populações locais para atividades lúdicas, como campeonato de futebol e festas religiosas, que não desapareceram por completo nas relações sociais do campesinato da Amazônia Meridional.

Referências bibliográficas

- AB'SÁBER, A. N. *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.
- BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. *Amazônia*. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. *Amazônia*. Geopolítica na Virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- BINSZTOK, J. Expansão do processo de acumulação de capital flexível no campo. In: *Ordenamento Territorial e Ambiental*. BARBOSA, J. L & LIMONAD, E. (orgs.). Editora UFF. Niterói, 2012.
- _____. Projetos Integrados de Colonização: Paradigma da Contra-Reforma Agrária Promovido pelo Regime Militar nos anos 1970 na Amazônia. *Anais Simpósio Internacional de Geografia Agrária*. SINGA, Novembro, UFF, 2009.
- _____. Transformações sócio-espaciais da agricultura familiar na Amazônia. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 2008: Vol.: 12 Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008.
- _____. As Diferenças sócio-espaciais dos produtos familiares dedicados ao cultivo do Café na Amazônia. *Scripta Nova Revista Electronica de Geografia y Ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. X, núm. 218, 1 de agosto de 2006.
- _____. A Inserção da Amazônia na Reestruturação Produtiva do Espaço Agrário Brasileiro. *Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos – Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)*. Universidade Federal do Acre – Rio Branco, 2006a.

- BINSZTOK, J., MACEDO, G. R. Associações dos Agricultores Familiares, Cafeicultura Orgânica e Comércio Justo na Amazônia: Dilemas e Perspectivas. *Revista Nera*, ano 10, nº10, 2007.
- BINSZTOK, J., CARNEIRO, M. Integração Nacional, Desenvolvimento Capitalista e Projetos Modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da Mineração Rio do Norte – PA. *Revista Nera*, Presidente Prudente, Ano 18, Nº28, Edição Especial, p. 92-105, 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: NEAD, 2003
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Programa Nacional de *Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial*. MDA/SDT, Brasília, 2004, mimeog.
- CASTRO, F. *Economia Familiar Cabocla na Várzea do Médio-Baixo Amazonas*. In. Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. Org. ADAMS, C., MURRIETA, R., NEVES, W. São Paulo: Annablume Editora, FAPESP, Ano 2006. Segunda reimpressão, 2008. p. 173-194.
- CHAYANOV, A V. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Capítulos I a IV*. SP: Abril Cultural, 1982.
- COY, M. *Cidades Pioneiras e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira*. Transformação Sócio-Econômica e Desafios para o Planejamento nas Frentes Pioneiras. Florianópolis-SC: Geosul n.º 19/20 – Ano X, 1995.
- _____. *Frentes Pioneiras perante a Globalização*. Dinâmica Interna e reorganização do Espaço Social na Amazônia Brasileira. Florianópolis-SC: Geosul nº 25 – Ano XIII, 1998.
- DIEGUES, A. C. (Org.) *Desmatamento e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.
- DOLLFUS, O. *O espaço geográfico*. São Paulo: Difel, 1972.
- EMPRAPIA – Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite (Coronel Pacheco– MG). *A importância do produto leite e as bacias leiteiras do Brasil*. Coronel Pacheco, 1977.
- FEARNSIDE, P. M. *A Ocupação Humana de Rondônia: Impactos, Limites e Planejamento*. Assessoria Editorial e Divulgação Científica, Brasília, 1989.
- FEARNSIDE, P.M & GRAÇA, M. BR 319 – A rodovia Manaus-Porto Velho e o impacto potencial de conectar o Arco do Desmatamento à Amazônia Central. *Cadernos do NAEA*, vol. 12, nº1, p. 19-50, 2009.

- GIANASI, L. M. *Novas Territorialidades no Centro de Rondônia. Agricultura e as Questões Econômicas, Sociais e Ambientais (1970 – 2011)*. Tese de Doutorado. UFMG. 2012.
- GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Colonização em dados*, Brasília, 1983.
- _____. *Relatório. Os problemas da colonização em Rondônia*. 1984. Disponível em: <www.albertolinscaldas.unir.br/eliaquimdecunha.vol16.html>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Pecuária Municipal. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 24/05/2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
- KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KEMPER, Lourdes. *Cacoal: Sua História Sua Gente*. Goiânia-Goiás: Editora Grafopel, 2002.
- LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: processo de formação do mercado interno pela grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, J. S. *Expropriação & violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARX, K. *O Capital*. Livro III. vol.5 e 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MILIKAN, B. *A experiência contemporânea da fronteira agrícola e o desmatamento em Rondônia*. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Desmatamento e Modos de Vida na Amazônia*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.
- MINDLIN, B. J. *Nós PAITER – Os suruí de Rondônia*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MINC, C. *A Reconquista da Terra*. RJ: Zahar editores, 1985.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. SP: Editora Ática, 1986.
- _____. *Amazônia, Monopólio, Expropriação e Conflito*. Campinas - São Paulo: Papyrus, 1990.
- _____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- OLIVEIRA, O. A. de. *História, Desenvolvimento e Colonização do estado de Rondônia*. Porto Velho: Dinâmica, 2001.

- OLIVEIRA, J. L. Rondônia. *Geopolítica e Estrutura Fundiária*. Porto Velho: Grafriel, 2010.
- SAMPAIO, F.; FLORES, M. *Comércio ético e solidário e agricultura familiar brasileira*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002.
- SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico- Científico Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____, M. O Retorno do Território. In: Santos, M. et al. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p 15-20.
- _____, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SHANIN, T. *La Clase incómoda : Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo : (Rusia 1910-1925)*
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira*, Cuiabá: Entrelinhas, 2003.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SMERALDI, R. e MAY, P. H. *O Reino do Gado: Uma nova fase na pecuarização da Amazônia*. Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. São Paulo, 2008.
- THÉRY, H. *Rondônia: Mutações de um Território Federal na Amazônia Brasileira*. 1ª ed. Curitiba: SK Ed. 2012.
- VALVERDE, O. DIAS, C. V. *A Rodovia Belém-Brasília*, Editora IBGE, 1967.
- VELHO, O. G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. (Um estudo comparativo da fronteira em movimento). São Paulo: DIFEL, 1979.
- VENEZIANO W. & OLIVEIRA S. J. M. *Aspectos econômicos do Café em Rondônia*, 2005. Disponível em <<http://www.coffeebreak.com.br>>
- WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>
- <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/74>
- <https://temas.folha.uol.com.br/projeto-amazonia/br-319/estrada-que-liga-manaus-a-resto-do-pais-ameaca-abrir-uma-alemanha-na-mata.shtml>

Data de Submissão: 27/11/2019

PESCADORAS ARTESANAIS DE MAGÉ (RJ): Um Estudo Etnogeográfico

Carla Ramôa Chavesⁱ

Resumo: a pesca é vista como uma atividade exclusivamente masculina. Mulheres participam das etapas do beneficiamento do pescado, mas não são reconhecidas como pescadoras, o que interfere na regulação profissional. Neste artigo analisamos as dificuldades que as pescadoras artesanais do município de Magé (RJ) têm no reconhecimento de suas identidades e os problemas, em comum, que elas enfrentam. Utilizamos os métodos *member get member* e observação participante, que possibilitaram a coleta de dados primários, através de entrevistas e observações. Os resultados apresentados levantam questionamentos acerca dos conceitos de comunidade e identidade, os quais foram discutidos em diálogos com Weber (2010) e Pollak (1995). Baseado nisso, concluímos que a comunidade dessas pescadoras se constitui a partir das práticas espaciais em comum, modos de vida e dificuldades enfrentadas. Além disso, apesar de se reconhecerem como pescadoras artesanais, suas identidades para os “outros” não são coesas o suficiente, para que haja o reconhecimento institucional e profissional.

Palavras-chave: pescadoras artesanais; etnogeografia; identidade; comunidade.

CRAFT FISHERWOMEN FROM MAGÉ (RJ): AN ETHNOGEOGRAPHIC STUDY

Abstract: fishing is seen as a male dominant activity. The women, usually wives, participate in fishing and other stages of fish processing. In this article we analyze the difficulties that craft fisherwomen in Magé municipality have in recognizing their identities and the problems they face. We use the member get member and participant observation methods. This made it possible to collect primary data, through interviews and observations. The results presented raise questions about the concepts of community and identity. The results presented raise questions about the concepts of community and identity, which were discussed in dialogues with Weber (2010) and Pollak (1995). Based on this, we conclude that the community of these fisherwomen is constituted from the common space practices, ways of life and difficulties faced. In addition, despite recognizing themselves

ⁱ Doutora em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, carla.ramoa.chaves@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-4425-0277>.

as craft fisherwomen, their identities for “others” are not cohesive enough, so that there is institutional and professional recognition.

Keywords: craft fisherwomen; ethnogeography; identity; community.

PESCADORAS ARTESANALES DE MAGÉ (RJ): UN ESTUDIO ETNOGEOGRÁFICO

Resumen: la pesca se considera una actividad exclusivamente masculina. Mujeres participan en las etapas del procesamiento del pescado, pero no son reconocidas como pescadoras, lo que dificulta la regulación profesional. En este artículo, analizamos las dificultades que tienen las pescadoras artesanales del municipio de Magé (RJ) para que se reconozcan sus identidades, y los problemas, en común, que enfrentan. Utilizamos los métodos *member get member* y observación participante, lo que permitió la recolección de datos primarios, mediante entrevistas y observaciones. Los resultados presentados generaron preguntas sobre los conceptos de comunidad e identidad, que fueron discutidos en diálogos con Weber (2010) y Pollak (1995). Con base en esto, concluimos que la comunidad de estas pescadoras se constituye a partir de las prácticas espaciales comunes, estilos de vida y dificultades que enfrentan. Además, a pesar de reconocerse a sí mismas como pescadoras artesanales, sus identidades para los “otros” no son lo suficientemente cohesivas, para que haya un reconocimiento institucional y profesional.

Palabras clave: pescadoras artesanales; etnogeografía; identidad; comunidad.

Introdução

A atividade pesqueira é vista como exclusivamente masculina. Em um núcleo familiar, enquanto os pescadores vão ao mar, as mulheres se dedicam às atividades domésticas (MANESCHY, 1995; MARTINS, 2008; GERBER, 2013). Dentre essas atividades domésticas estão enquadradas as etapas do beneficiamento da pesca que vão desde a captura do pescado (caranguejo, siri, camarão ou peixe) - e, dependendo do tipo do animal, passa pela descamação, descarnadura, filetagem e encordoamento - até as vendas. Uma questão que se apresenta é que a única parte reconhecida como pesca, de fato, é a captura do pescado. As demais etapas são consideradas “apoio à pesca artesanal”.

Existe um decreto federal 8.424/2015 que contém a seguinte sentença: “A concessão do benefício não será extensível aos trabalhadores de apoio à pesca artesanal” (BRASIL,

2015, Art. 1, § 6º). O trecho deste parágrafo se refere ao pagamento do seguro defeso, aos pescadores, no período em que a pesca é proibida, para reprodução e desova das espécies. Porém, o decreto considera que somente aqueles que vão ao mar e ao mangue são pescadores artesanais, de fato, desconsiderando, completamente, as demais etapas do processo, trabalhadas por outras pessoas. Como a maioria dos “trabalhadores de apoio à pesca artesanal” são mulheres, este decreto dificulta o reconhecimento delas como pescadoras artesanais.

Para ter acesso aos benefícios sociais como trabalhador, os pescadores e pescadoras artesanais precisam, em primeiro lugar, fazer o cadastro no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), regulado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do governo brasileiro. A partir deste registro, esses indivíduos passam a ter o direito de se inscrever como “segurado especial” no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), vinculado ao Ministério da Economia. Com o RGP, esses trabalhadores têm acesso aos benefícios trabalhistas, como o seguro defeso. Já com a inscrição no INSS, eles passam a ter acesso aos benefícios previdenciários, como auxílio-doença, auxílio-maternidade, aposentadoria, entre outros (SILVA, 2015).

Como as mulheres, muitas vezes, mesmo que participem de todo o processo da pesca, não conseguem o reconhecimento como pescadora artesanal, mas, sim, como “apoio à pesca”, ficam de fora dos cadastros no RGP, no INSS, perdendo todos os benefícios trabalhistas e previdenciários, mesmo que trabalhem a vida inteira com essa atividade. O reconhecimento da identidade da pescadora artesanal é mais rápido quando esta vai, pessoalmente, ao mar ou ao mangue capturar o pescado. Porém, através dessa pesquisa e das informações adquiridas de pescadoras artesanais do município de Magé, no Rio de Janeiro, através de entrevistas, vimos que, mesmo indo diretamente à captura, as mulheres são desencorajadas a adquirir o RGP.

Na literatura, a maioria das autoras, que se dedicaram ao estudo de algum aspecto da atuação das mulheres na pesca, constataram uma forte divisão de trabalho baseada no gênero, já que muitas vezes a pesca é vista como atividade masculina (MANESCHY, 1995; MARTINS, 2008; GERBER, 2013). A forma como essa divisão de trabalho se instaura,

principalmente nos núcleos familiares, produz uma “tripla” jornada de trabalho, em relação ao trabalho masculino (MANESCHY, 1995; DI CIOMMO, 2007; FASSARELA, 2008; SOARES, 2012).

A divisão de trabalho desigual e a “tripla” jornada de trabalho são resultados da invisibilidade feminina na pesca artesanal (FASSARELA, 2008; MANESCHY, 1993, 1995,1996; DI CIOMMO, 2007; SOARES, 2012; MARTINS, 2008; GERBER, 2013; FERREIRA, 2016), o que evidencia alguns problemas como: (a) se a participação da mulher na pesca é trabalho ou atividade doméstica, (b) se a baixa ou nula remuneração da mulher está relacionada com a pesca como atividade doméstica e (c) se a atuação da mulher na atividade pesqueira é desvalorizada, passando pelo constrangimento, muitas vezes, de ter sua identidade, como pescadora, questionada.

Sobre o primeiro problema, (a) se a participação da mulher na pesca é trabalho ou atividade doméstica, FASSARELA (2008) constatou que as próprias mulheres da comunidade de pescadores de Rio Grande (RS) confundem as atividades pesqueiras como tarefas domésticas. Do mesmo modo, MANESCHY (1996) afirma que, mesmo as mulheres tendo papel fundamental na “manutenção das famílias”, as atividades desempenhadas por elas “não gozam do mesmo status das exercidas pelos homens, pois são concebidos como complementares” (MANESCHY, 1996: 156), referindo-se à pesca. A consequência dessa concepção é uma secundarização do trabalho feminino, o que culmina em uma ausência de remuneração e reconhecimento.

Em relação ao segundo problema, (b) a baixa ou nula remuneração da mulher nas etapas da atividade pesqueira, que não são a captura, leva algumas pescadoras a recorrerem a uma complementação na renda da família, acumulando outros trabalhos às atividades doméstico e pesqueira. Segundo MANESCHY (1995), os trabalhos extras ajudam no sustento da família, principalmente, se ocorre a diminuição na pesca. Nas comunidades estudadas por MANESCHY (1995), no Pará, “o trabalho remunerado da mulher passa a assumir caráter essencial no sustento das famílias” (MANESCHY, 1995: 147).

Em nossa pesquisa, encontramos mulheres que trabalham em casa, com o marido na pesca e, também, buscam outros trabalhos remunerados – catadoras de papel, cuidadora de crianças, artesãs etc. Encontramos, também, o caso de uma pescadora, cujo relato está neste artigo, em que a sua pesca se tornou atividade remunerada, complementar à renda do marido, que é funcionário público. Mesmo esta mulher sendo pescadora artesanal, a colônia a desencorajou a cadastrar-se no RGP, perdendo todos os acessos aos benefícios concedidos a um trabalhador. O motivo é que seu marido já tinha um emprego fixo e garantido, como funcionário público, o que nos leva ao terceiro problema destacado: (c) a atuação da mulher na atividade pesqueira é desvalorizada, passando pelo constrangimento, muitas vezes, de ter sua identidade, como pescadora, questionada.

Diante da exposição até o momento, o objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos de um estudo sobre pescadoras artesanais de Magé, que enfrentam dificuldades relacionadas às suas existências e ao reconhecimento de suas identidades de si, para si e para os outros (POLLAK, 1995). A pesquisa foi iniciada a partir de uma denúncia feita por pescadoras artesanais que compareceram a uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)¹, em 2015, as quais relataram dificuldades no recebimento do Seguro Defeso e no cadastramento no RGP.

Para isso, separamos alguns resultados da pesquisa da tese de doutorado “NOS MANGUEZAIS E NO “MAR” DE MAGÉ (RJ): um estudo sobre pescadoras artesanais e suas existências, resistências e identidade”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em março de 2021. A partir destes resultados selecionados, organizamos este artigo em três partes.

A **primeira parte** tem o objetivo de expor a metodologia adotada, baseada na realização de um trabalho de campo inspirado na antropologia, no que Claval (1999, 2002) chama ora de geografias vernaculares (CLAVAL, 2002: 163), ora de etnogeografias (CLAVAL, 1999). Para isso dividimos esta parte em três subtítulos. O primeiro é sobre **Trabalho de**

¹<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/comtemp.nsf/Od034cff75b288de03256bb1005be7f8/9e86d7320dd9c76c83257ef800688d34?OpenDocument>.

campo: geografias vernaculares ou etnogeografia. Neste item, dialogamos com autores clássicos da antropologia como BERREMAN (1962), MALINOWSKI (1961), GLUCKMAN (1958), SEEGER (1980) e FOOTE-WHITE (1943) e com o geógrafo CLAVAL (1999, 2002, 2013).

A partir destas leituras, sobre seus trabalhos de campo, baseados em observação participante, controle de impressões e análise de situações sociais, traçamos estratégias de aproximação aos indivíduos, o que está exposto no segundo subtítulo **Estratégia de aproximação, dificuldades, dúvidas e soluções**, onde pedimos licença para escrever em primeira pessoa. Neste item, apresentamos algumas etapas do trabalho de campo etnogeográfico, cujas inspirações, semelhanças e diferenças, nas dificuldades e dúvidas que os pesquisadores experienciam, foram vistas nas pesquisas de GLUCKMAN (1958), COSTA (2013), SEEGER (1980), FOOTE-WHITE (1943) e MARTINS (2005).

No terceiro subtítulo, apresentamos a área de estudo **Magé: espaço vivido das pescadoras artesanais e zona de sacrifício**. Este espaço, diante de tantos códigos espaciais que lhe pode ser conferido, aqui neste artigo, o apresentamos como espaço vivido das pescadoras artesanais e, também, como parte de uma zona de sacrifício maior, que é o Recôncavo da Guanabara onde se localizam municípios da Baixada Fluminense, conforme concebido por LAMÊGO (1964), DIAS e outros (2013), RAULINO (2013), ALERJ (2016), OLIVEIRA, SÁNCHEZ (2018) e COELHO (2017).

A **segunda parte** deste artigo foi dividida em duas partes: **Acúmulo de atividades paralelas à pesca e dificuldades no reconhecimento das identidades** e **Problemas enfrentados pelas pescadoras artesanais de Magé: os casos de Nícia, Mônica, Kelly e Ingrid**. Em ambos os subtítulos, apresentamos alguns resultados obtidos através das informações adquiridas nas entrevistas com as pescadoras artesanais de Magé, realizadas durante o trabalho de campo. Estes resultados revelaram, dentre outras questões, o acúmulo de atividades, por estas mulheres, e, também, a dificuldade que elas têm no reconhecimento de suas identidades. No segundo subtítulo, ilustramos estas informações com os casos de quatro pescadoras artesanais.

Na **terceira parte**, e última, apresentamos discussões com dois sociólogos WEBER (2010) e POLLAK (1995) sobre a necessidade de sanar três questões que surgiram a partir dos resultados apresentados neste artigo. A primeira questão foi discutida no primeiro subtítulo desta parte, o qual nomeamos como **Oferta de dados secundários sobre pescadores artesanais**. A baixa oferta destas informações secundárias revela a raridade de pesquisas sobre pescadores artesanais, principalmente, na Baía de Guanabara e seus municípios do entorno, e a dificuldade de implementar políticas públicas eficientes para este público, já que não existe uma contagem destes indivíduos, por exemplo. Esta problemática nos fez recorrer ao método *member get member*, que nos ajudou a encontrar parte desse público, que são as pescadoras.

A segunda questão foi discutida na parte intitulada **Existe uma comunidade de pescadoras artesanais? Ou, existem pescadoras na comunidade de pescadores artesanais?** Esta dúvida surgiu por não termos encontrado com facilidade as pescadoras, diferente do que vimos em estudos sobre pescadoras artesanais de outras localidades. Diante disso, nos apoiamos em WEBER (2010) que apresenta várias possibilidades de compreensão sobre a constituição de uma comunidade, o que nos ajudou nessa questão.

A terceira questão, ainda referente à terceira e última parte deste artigo, discute a **Identidade das pescadoras artesanais de Magé, de si, para si e para os “outros”**. Esta questão foi levantada diante da nossa percepção de que, apesar das pescadoras artesanais de Magé trabalharem com pesca, seja no mar, no mangue ou apenas nas etapas do beneficiamento, elas têm dificuldades em ter a sua identidade, de si e para si, reconhecida pelos “outros”. Nesse caso, os “outros” são as instituições de regulamentação da atividade pesqueira, que em nossa pesquisa é a colônia de pescadores local.

Trabalho de Campo: “geografias vernaculares” ou etnogeografia

Nesta pesquisa, privilegamos um trabalho de campo mais íntimo, aos moldes da antropologia e da etnogeografia, para que fosse possível atingir a “região interior” (BERREMAN, 1962) do grupo de pescadoras artesanais investigadas e conseguirmos responder aos questionamentos que deram início ao estudo em pauta. Um dos questionamentos, o qual trataremos neste artigo, se refere aos **obstáculos** que as pescadoras artesanais de Magé enfrentam para a sua sobrevivência, enquanto trabalhadora do mar e do mangue, e ao respeito às suas **identidades**, pelas instituições que regulamentam a atividade pesqueira.

Nos estudos geográficos, os trabalhos de campo não são descritos com seus dramas e dificuldades encontradas, tal qual ocorrem nas pesquisas antropológicas. O trabalho de campo revela surpresas, fazendo-nos perceber que o problema não é o preconcebido pelo pesquisador ou pesquisadora, que o espaço estudado não é o mesmo apresentado na literatura e os grupos sociais vivem e se organizam de outra forma, a partir do olhar do investigador. Através do campo, as estratégias de aproximação e observação modificam-se e adaptam-se à realidade que se desvela para o pesquisador, diferente do apresentado pela literatura.

A partir dessas premissas e compreensão da importância do trabalho de campo, nos inspiramos e dialogamos com antropólogos clássicos e respeitados como MALINOWSKI (1961), GLUCKMAN (1958), SEEGER (1980) e FOOTE-WHITE (1943). Em vários momentos do trabalho de campo, nos reconhecemos em situações enfrentadas pelos antropólogos estudados, o que nos auxiliou no prosseguimento e no melhor aproveitamento das informações primárias adquiridas na pesquisa. No campo da geografia, utilizamos autores que valorizam os métodos qualitativos, aplicados neste estudo, como por exemplo CLAVAL (1999, 2002, 2013) que possui uma compreensão do trabalho de campo que vai além do observar, descrever e mapear, mas, também, dar voz aos sujeitos e “garantir a autenticidade das observações coletadas e proporcionar a descoberta de realidades que escapam às outras estratégias de investigação” (CLAVAL, 2013, parágrafo 1).

CLAVAL (1999) cita “geógrafos que estudam há muito tempo a orientação [espacial] praticada por diferentes povos e as expressões verbais ou gráficas feitas por eles”, no que ele chama de “campo da curiosidade etnogeográfica” (CLAVAL, 1999: 69). Estes estudos também foram inspirados por etnografias clássicas, como a do Levi-Strauss que analisou a “topografia da aldeia Bororo” (CLAVAL, 1999: 69). Os [etno]geógrafos citados por CLAVAL (1999) são Jean Gallais², Jöel Bonnemaïson³, Jean Delvert⁴ e Augustin Berque⁵, cujas etnogeografias, diferente das etnografias antropológicas, levam em consideração e valorizam, em primeiro plano, a dimensão espacial, como condição fundamental para a reprodução social do grupo estudado. Portanto, as etnogeografias se aproximam do que Claval chama de “geografias vernaculares de cada um” (CLAVAL, 2002: 163), que valorizam o estudo em uma escala particular, considerando o espaço como produto da relação com a sociedade que o habita.

Estratégia de aproximação, dificuldades, dúvidas e soluções

O trabalho de campo foi realizado no período entre os dias 20 e 30 de julho de 2019, quando me hospedei na casa de uma das pescadoras artesanais residentes em Magé, município do Estado do Rio de Janeiro. Nesse momento, peço licença para relatar essa experiência em primeira pessoa. Na casa dessa pescadora funciona a Associação de Moradores e Pescadores de São Francisco de Croará (AMOPE), localizada no distrito de Guia de Pacobaíba. Antes da hospedagem, compareci a alguns eventos organizados e apoiados pela associação, como ouvinte, como primeira estratégia de aproximação com as pescadoras artesanais da região.

² GALLAIS, Jean. *Le Delta intérieur du Niger: étude de géographie régionale*, Volumes 1-2. 1967. 625p.

³ BONNEMAISON, Joel. *Tanna: les hommes lieux*. Editions de l'ORSTOM, 1987. 680p.

⁴ DELVERT, Jean. *Géographie de l'Asie du Sud-Est*. Universitaires de France, 1974.

⁵ BERQUE, A. *Vivre l'Espace au Japon*. Presses universitaires de France (réédition numérique FeniXX), 1982. 224 p.

BERQUE, A. *Le Sauvage et l'Artifice: les Japonais devant la nature*. Gallimard, 1986. 314p.

BERQUE, A. *Du geste à la cité: formes urbaines et lien social au Japon*, Paris, Gallimard, 1993.

Comparecer em eventos é uma estratégia de antropólogos, como GLUCKMAN (1958: 229), com o intuito de observar “situações sociais” para, futuramente, analisá-las e sistematizá-las. No último evento comparecido, antes do campo em si, levei, estrategicamente, meu marido, baseada em relatos de etnografias, como o da antropóloga COSTA (2013), que observou que os habitantes de Itaquera, Bahía, só ofereceram hospedagem a ela após a chegada de seu marido ao campo (COSTA, 2013: 17):

Em sociedades onde a divisão de tarefas por gênero é fortemente marcada, uma mulher desacompanhada enfrenta uma série de dificuldades para ser aceita pelo grupo: seu lugar é em casa, e não andando sozinha, solta pelo mundo. (COSTA, 2013: 17)

De fato, com a presença de meu marido, a conversa com o casal de pescadores, donos da casa e presidentes da AMOPE, fluiu melhor e obtive convite para hospedar-me na associação. Com o intuito de me aproximar mais e conseguir reunir outras pescadoras, em um único evento, me ofereci para ensinar um artefato em uma oficina de artesanato, que fez sucesso na família. No entanto as pescadoras da comunidade não compareceram. Mesmo assim, esse evento foi útil, por poder contar com a ajuda dos donos da casa em uma maior imersão no campo, conforme o antropólogo SEEGER (1980) que só foi bem aceito dentre os índios Suyá, residentes do Parque Nacional do Xingu, após realizar uma apresentação musical ao grupo, de uma forma inusitada (SEEGER, 1980: 29).

Durante os primeiros dias de trabalho de campo, iniciei um *survey*, método usado por antropólogos, para reunir a amostragem, fazer um reconhecimento do terreno e sondar as pescadoras que viriam a ser as interlocutoras do meu estudo. Neste primeiro momento, fui acompanhada pela pescadora e vice-presidente da AMOPE, a qual se tornou minha principal colaboradora, como Doc, colaborador de pesquisa do antropólogo FOOTE-WHITE (1943) e, também, integrante do grupo social, foco de sua

pesquisa (FOOTE-WHITE, 1943: 78-80). O *survey* começou pelas praias, durante dois dias, quando notei que não havia pescadoras em seus “esperados” ambientes de trabalho.

Imaginei, conforme a literatura, que encontraria uma comunidade pesqueira, bem estruturada, participativa nas reuniões de associações e eventos, homens e mulheres se encontrando na praia para pescar, pescadoras se encontrando em troca de saberes, enquanto estariam descamando peixes ou descarnando siri (MARTINS, 2005). Diante desta primeira dificuldade em encontrar a minha amostragem, cheguei a duvidar se haveria uma comunidade com pescadoras artesanais, em Magé.

Uma das soluções para encontrá-las foi realizar uma rede de indicações, através do método *Member Get Member* ou Bola de Neve, estratégia muito utilizada pelo *Marketing* (WEISS, 1994⁶ *apud* VEIGA; GONDIM, 2001: 6). A primeira pescadora entrevistada foi indicada por um indivíduo conhecido da vice-presidente da AMOPE, que encontramos durante o *survey*. Ao final desta primeira entrevista, pedi que ela me indicasse outra pescadora, que me indicou outra e assim por diante. Desse modo não as encontrei agrupadas, mas confinadas em suas atividades domésticas, acumuladas com a pesca, em uma tripla jornada de trabalho; sobrecarga evidente, comum ao trabalho feminino (MANESCHY, 1995: 148; DI CIOMMO, 2007: 158; FASSARELA, 2008: 188; SOARES, 2012: 73).

Foi a partir desse processo de indicações que conheci e entrevistei Nícia, Mônica, Kelly e Ingrid, cujos relatos serão apresentados parcialmente, mais adiante, como parte das informações adquiridas no desenvolvimento da pesquisa.

A partir desse método, durante dez dias, foram entrevistadas 19 mulheres pescadoras de siri, caranguejos, camarões e peixes variados. Inicialmente, o plano era realizar uma pesquisa baseada na observação participante, em reuniões, rodas de conversa e acompanhando um dia de trabalho, mas estes cenários não aconteceram, de modo que

⁶ WEISS, Robert S. (1994) *Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies*. New York, The Free Press. Disponível no Google Books, apenas algumas partes.

a estratégia precisou ser outra. As mulheres estavam sempre ocupadas, ou com atividades domésticas ou com a pesca, não sendo fácil conseguir uma audiência. Além dessas atividades, algumas complementavam com trabalhos extras, remunerados, o que as deixam com menos tempo para incluírem outros itens em suas agendas, como as entrevistas.

HOEFLE (2018), ao estudar pescadores do município de Mangaratiba, no Rio de Janeiro, chamou esse acúmulo de atividades de “oportunidades multifuncionais”, que introduz “atividades justapostas” (HOEFLE, 2018: 99), o que torna os habitantes, de sua área de estudo, muito atarefados e ocupados. Segundo o autor, a multifuncionalidade é comum em áreas que são transformadas “de uma zona rural à periferia da região metropolitana” (HOEFLE, 2018: 104), como é o caso de Mangaratiba e, também, de Magé.

Desse modo, com o intuito de otimizar a pesquisa, parti para entrevistas com perguntas mais objetivas, mas com espaço para novos questionamentos. As entrevistas foram feitas de forma flexível, conforme orientação do geógrafo CLAVAL (2013), defensor da etnogeografia, que afirma que as entrevistas podem ser “não-diretivas” e o entrevistador precisa ser generoso na escuta da fala de seu interlocutor, permitindo que sejam levantados “aspectos relativamente novos – e diferentes daqueles que esperava – da realidade que analisa” (CLAVAL, 2013, parágrafo 112).

As entrevistas ofereceram relatos relevantes para a pesquisa, cujas conversas foram gravadas e, em seguida, organizadas em uma tabela, com pontos em comum em suas falas, o que permitiu contabilizar a frequência com que certos fatos ocorriam nesse universo de pescadoras. Além da contabilização das ocorrências em comum, cada pescadora tinha sua própria realidade e história particular. Dentre todas as ocorrências averiguadas na pesquisa, apenas duas serão expostas neste artigo: (a) o acúmulo de atividades paralelas, sobre as quais fiz uma lista das que foram citadas pelas entrevistadas e (b) a falha no reconhecimento das pescadoras pelas instituições reguladoras da atividade pesqueira, representadas aqui pela colônia de pescadores local. Sobre esta falha no reconhecimento, contabilizei as pescadoras que possuem o

RGP e as que não possuem e, também, a quais órgãos recorreram para adquirir o registro de atividade pesqueira.

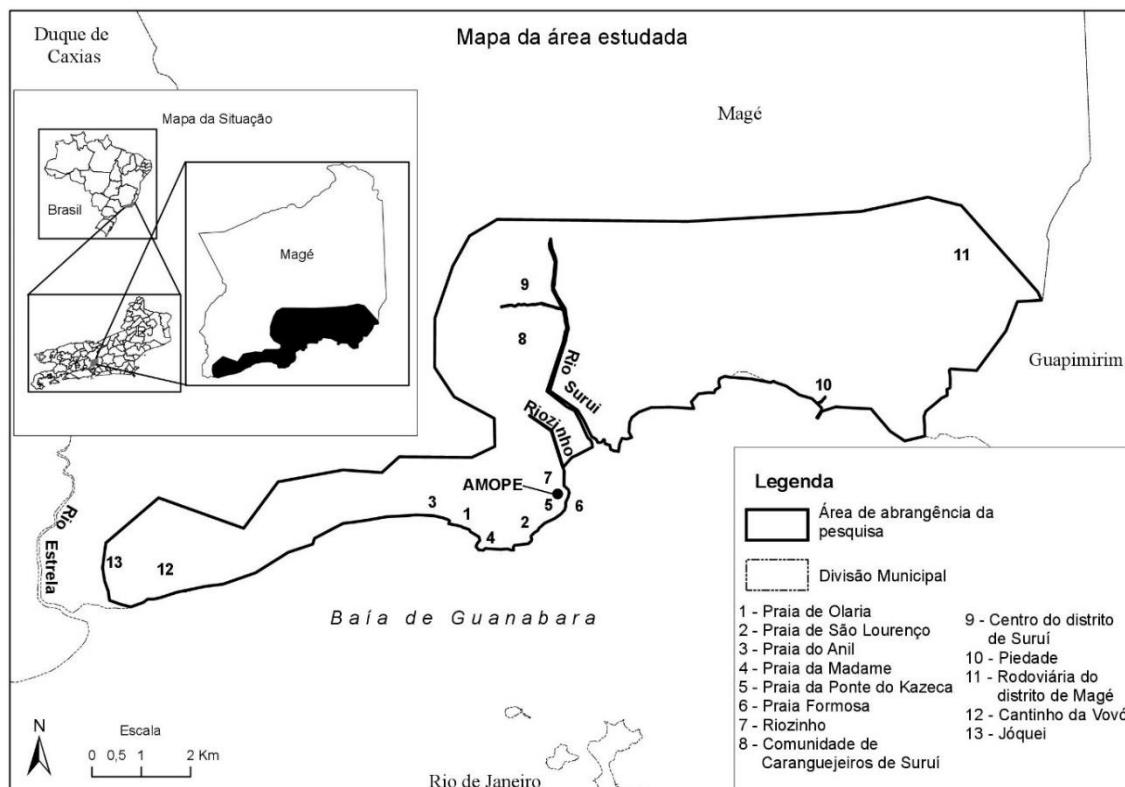
Apesar de ser possível reunir as pescadoras em uma mesma ocorrência em comum, os motivos que as levaram a tal fim foram esclarecidos pelos relatos. As quatro pescadoras, supracitadas, cujos relatos serão expostos mais adiante, apresentaram explicações diferentes para o não reconhecimento de suas identidades pela colônia e a não conquista de seus direitos trabalhistas e previdenciários, como consequência do não cadastramento no RGP e/ou a perda dele.

Magé: espaço vivido das pescadoras artesanais e zona de sacrifício

A área de estudo localiza-se no município de Magé, no Estado do Rio de Janeiro, e envolve trechos dos distritos de Guia de Pacobaíba, Suruí e Magé. Essa área foi delimitada pelo método *Member Get Member*, que circunscreveu o espaço de acordo com as indicações e visitas às pescadoras em suas casas, para as entrevistas. Os limites dessa área não coincidem com a divisão política desses distritos, mas estão relacionados às localizações das habitações e dos ambientes de trabalho: as praias, os rios e os manguezais (Mapa 1). Mesmo que não tenhamos encontrado estas mulheres nesses ambientes de trabalho, todos foram relatados por elas durante as entrevistas.

Na área de abrangência da pesquisa, observamos e analisamos o espaço vivido das pescadoras artesanais e nos certificamos, através de **marcas** na paisagem (BERQUE, 1984), das presenças de agentes externos, como a indústria do petróleo, por exemplo (foto 1). Avaliamos que a presença desses agentes produz uma zona de sacrifício, no espaço estudado, o qual faz parte de um espaço maior, igualmente sacrificado pela atividade petrolífera, que engloba o Recôncavo da Baía de Guanabara, onde se encontram municípios da Baixada Fluminense, dentre eles Magé (LAMÊGO, 1964: 277; DIAS e outros, 2013: 172; RAULINO, 2013: 186; ALERJ, 2016: 179[245]; OLIVEIRA, SÁNCHEZ, 2018: 160; COELHO, 2017: 58-59).

Mapa 1 - Área de abrangência da pesquisa



(CHAVES, 2021: 77).

Foto 1 - Placa sinalizando a presença de gasoduto enterrado (Cantinho da Vovó)



Fonte: CHAVES, 2021: 147.

Foto de 30/07/2019

Além da indústria do petróleo, outros agentes externos atuam na área estudada, provocando resultados sobre o espaço e sobre as pescadoras que ali vivem. A presença da indústria garante a modernização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o fornecimento energético nacional, mas interfere brutalmente na pesca local, apesar de não ter acabado com ela. Já a presença de organizações não-governamentais (ONG) e órgãos ambientais – através das unidades de conservação (UC) presentes – por outro lado, representam as ajudas aos pescadores e pescadoras artesanais, nas suas sobrevivências e subsistências. Auxílios que, por sua vez, também promovem o

“Para garantir o seu sustento e o da família, como trabalhadoras do mangue e do mar, as pescadoras de Magé enfrentam questões relacionadas à pesca e ao acúmulo de atividades paralelas, que as auxiliam na economia doméstica, assim como também relacionadas ao reconhecimento de sua identidade pelos órgãos reguladores da atividade pesqueira (ministérios, secretarias e colônias de pescadores)”.

afastamento dos pescadores, e pescadoras, à atividade pesqueira, interferindo, nesse ponto, nas suas identidades.

Os agentes que auxiliam – ONGs e UCs – não são os únicos que interferem na identidade dos pescadores artesanais. A presença da colônia de pescadores local promove uma espécie de descontinuidade nas identidades, principalmente nas das pescadoras. Dos agentes citados, consideraremos, neste artigo, a colônia de pescadores, devido à relação direta com os dados e resultados selecionados, para serem contemplados nesta exposição.

Na área de estudo, a pesca é gerida pela colônia Z-9, a qual surgiu em todos os relatos dessa pesquisa. Para registrar-se no RGP, 42% das pescadoras entrevistadas procuram a colônia, embora não seja a única alternativa. Caso queiram, pescadores podem procurar diretamente o ministério da pesca (MAPA) ou a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), para fazerem o registro. A colônia de pescadores Z-9, como veremos nos relatos, tem um papel crucial na insegurança identitária das pescadoras de Magé, pois, em alguns casos, ao invés de

promover o fortalecimento da atividade, com incentivos e medidas, ao contrário, desencorajou essas mulheres a regularizarem sua situação como profissional de pesca.

Acúmulo de atividades paralelas à pesca e dificuldades no reconhecimento das identidades

Como citado, entrevistamos 19 pescadoras artesanais indicadas através do *member-get-member*. Utilizamos este método pela dificuldade de encontrar, facilmente, as pescadoras nos locais de trabalho esperados, como as encontraram COLE (1991), em sua pesquisa com pescadoras da Vila Chã, um povoado na costa Norte de Portugal, MARTINS (2005), que acompanhou sirizeiras de São Gonçalo, que trabalhavam em “rodas de siri”, e GERBER (2013), que as encontrou trabalhando nas praias do litoral de Santa Catarina.

Diante da dificuldade de encontrar as pescadoras e da necessidade de recorrer às indicações, uma das dúvidas que permearam esta pesquisa foi sobre a existência, de fato, de uma comunidade de pescadoras e pescadores, na região. A partir das entrevistas, os primeiros resultados da pesquisa se revelaram através das seguintes sentenças: a pesca não vale mais a pena e a vida das pescadoras é muito ocupada, devido ao acúmulo de atividades (tarefas domésticas, trabalhos temporários remunerados, etapas do beneficiamento da pesca, incluindo a venda do pescado), no que HOEFLE (2018) chama de “modos de vida multifuncionais” (HOEFLE, 2018: 104).

Para garantir o seu sustento e o da família, como trabalhadoras do mangue e do mar, as pescadoras de Magé enfrentam questões relacionadas à **pesca e ao acúmulo de atividades paralelas**, que as auxiliam na economia doméstica, assim como também relacionadas ao **reconhecimento de sua identidade** pelos órgãos reguladores da atividade pesqueira (ministérios, secretarias e colônias de pescadores).

Em relação à pesca e ao acúmulo de atividades paralelas, 63% das mulheres entrevistadas vivem somente de pesca e 16% complementam a renda familiar com

outras atividades remuneradas, como cuidadoras de crianças, empregadas domésticas, catadoras de resíduos recicláveis, artesãs e donas de pequenos quiosques na praia. As demais pescadoras, 21%, não estão mais na atividade pesqueira. Dentre os motivos estão a busca por outras atividades mais rentáveis e seguras, do ponto de vista delas – vendas no varejo e emprego doméstico – e a perda do RGP, que é o caso da Ingrid, que será apresentada mais adiante.

Já em relação ao reconhecimento da identidade dessas pescadoras pelos órgãos de pesca, 47% possuem o RGP e 37% não possuem esse registro. Em 2015, o RGP foi interrompido pelo MAPA, com a finalidade de atualizar os cadastros (MAPA, 2019: 13). As pescadoras que deram entrada no RGP a partir desse ano, 16%, utilizam um protocolo como identificação de pescadora, o que garante, temporariamente, o acesso ao pagamento do seguro defeso⁷.

Problemas enfrentados pelas pescadoras artesanais de Magé: os casos de Nícia, Mônica, Kelly e Ingrid⁸

Outros resultados dessa pesquisa se apresentaram na forma de relatos dados em entrevistas informais com as pescadoras artesanais, durante visitas em suas próprias casas. Nessas conversas, foram relatados os principais problemas enfrentados por elas para terem suas sobrevivências garantidas como trabalhadoras do mangue e do mar. A partir das respostas, muitas vezes parecidas, conseguimos contabilizar em porcentagens, mas o mais interessante é a qualidade do que foi dito e não o quantitativo. É o caso dos relatos de Nícia, Mônica e Kelly, que serão parcialmente expostos a seguir.

⁷ <http://www.cppnacional.org.br/noticia/vit%C3%B3ria-na-justi%C3%A7a-permite-aos-pescadores-e-pescadoras-artesanais-acessarem-o-seguro-defeso>

⁸ Nomes fictícios.

Essas três pescadoras possuem entre 30 e 40 anos de trabalho somente na pesca e, apesar do tempo, não tiveram oportunidade de cadastrar-se no RGP. Sem este cadastro, as pescadoras não têm direito aos benefícios trabalhistas (seguro defeso) nem previdenciários (auxílio-doença e aposentadoria, por exemplo). O que estas três pescadoras têm em comum, além de não terem o RGP, é o **desencorajamento**, relatado por elas, por parte da colônia de pescadores local. Nícia relatou o seguinte:

242

Na colônia, eu fui uma vez só. Mas quando chegou lá, eles falaram... o rapaz que resolvia isso não estava mais lá. Eu não sei porque os outros, acho que tinham cisma com a gente. Aí peguei assim, ah, os outros só ficam enrolando a gente. Aí nós pegamos, fomos e paramos com isso... E aqueles que não é!! Tem mulher que nunca entrou no mangue e tem carteirinha e recebe o defeso. É isso o que mais invoca a gente. Aquelas mulher que fica na porta do botequim, bebendo, com uma unha grandona e recebe defeso. Agora, aqueles que é pescador mesmo, vive disso e não tem. A gente não recebe. E como depois eles vão lá nas feira, querer proibir da gente vender uma coisa que a gente traz comida pra dentro de casa, pra gente comer? (Nícia, entrevista do dia 30/07/2019)

Mônica de 52 anos é sirizeira e não irá se aposentar, pois, apesar de ter 37 anos de trabalho como pescadora, não possui RGP, que é o ponto de partida para que os pescadores e pescadoras adquiram seus direitos. Em seu relato ela diz:

Fui lá em Mauá [colônia Z-9] pra fazer e o rapaz disse que não valia a pena, essa coisa toda, aí eu não fui pra frente, não. [Não insistiu] porque eu acho assim: quando a pessoa vai lá e a pessoa dá uma palavra assim ó...'tenta, não desiste não'! Ele já deu uma palavra bem... pra desanimar mesmo ... aí eu falei assim 'eu não vou insistir muito'. Se for da vontade de Deus vai acontecer, se não for... (Mônica, entrevista do dia 28/07/2019)

O caso de Kelly é emblemático, pois seu marido é funcionário público, mas ela sempre foi pescadora e complementa a renda da família com a atividade. Ela foi desencorajada pela colônia de pescadores a cadastrar-se no RGP por “não precisar”:

Eu tentei tirar, logo assim que eu estava vivendo da pesca, mas aí, como era parente, que estava lá na colônia, aí olhou para a minha cara e disse que eu não precisava. Eu não fiz questão, vim embora. Porque meu marido já estava empregado. Só que meu marido trabalhava e eu ficava pescando, mais uma renda. Aí ele achava que, como era funcionário público, meu marido, eu não precisava de renda. De mais uma renda. Eu estava ajudando dentro de casa. Aí ele [o funcionário da colônia] não fez. [Isso foi há quase 20 anos atrás, as meninas eram pequenas]. Porque o meu marido, o salário dele, só dava pra gente pagar as contas e eu botava o camarão dentro de casa, pra poder sobrar para outras coisas. Aí eu desisti. (Mônica, entrevista do dia 28/07/2019)

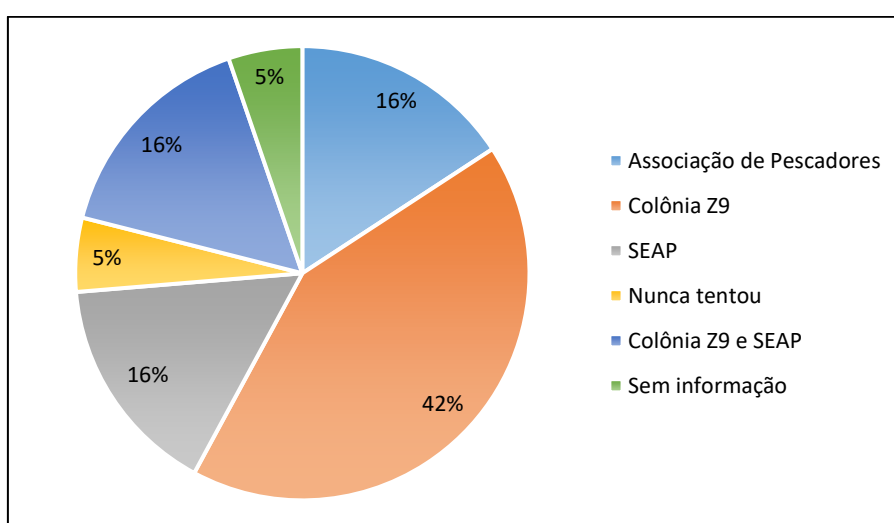
O desencorajamento por parte da colônia, produz um desmoronamento nas identidades dessas pescadoras, construídas por dois vetores: de si e para si, pela autoidentificação, e para o “outro”, através do reconhecimento por parte dos órgãos que regulam a pesca, como a colônia, nesses casos relatados. As falas das pescadoras citadas demonstram que, apesar das suas identidades individuais, de si e para si, serem coesas, não são o suficiente para serem reconhecidas e respeitadas pela colônia, o que corresponde à identidade para o “outro”, conforme POLLAK (1995).

O primeiro passo para o reconhecimento das pescadoras e pescadores é o registro no RGP. A colônia não é a única instituição competente para fazer este cadastro, pois os pescadores e pescadoras podem recorrer diretamente à SAP, vinculada ao MAPA, e às associações de pescadores existentes na região. Apesar disso, 42% das entrevistadas procuraram a colônia Z-9 para dar entrada no RGP (gráfico 1).

Munidos do RGP, os pescadores e pescadoras passam a ter direitos aos benefícios trabalhistas e previdenciários. No entanto, o RGP conflita com a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o que significa que, caso o pescador, ou pescadora, queira

complementar a renda como trabalhador assalariado, através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ele ou ela precisará descadastrar-se do RGP. É o caso de Ingrid⁹ que, devido a essas escolhas, perdeu os benefícios previdenciários e trabalhistas, tanto pelo RGP quanto pelo CTPS.

Gráfico 1: Porcentagem das pescadoras entrevistadas em relação às instituições que procuraram para se registrarem no RGP. Informações adquiridas nas entrevistas



Fonte: CHAVES, 2021: 241.

*SEAP: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (atualmente SAP)

Ingrid se autoidentifica pescadora, tinha RGP, mas perdeu seus direitos como tal, por ter aceitado uma curta temporada de trabalho ofertada por uma ONG, para participar do reflorestamento de manguezais do município de Magé, após um acidente com derramamento de óleo na Baía de Guanabara, em janeiro de 2000 (SEVÁ, 2013: 105). Ingrid pesca desde os 17 anos e registrou-se no RGP em 2005, tendo apenas 5 anos de contribuição ao INSS, como segurada especial¹⁰. Quando aceitou o trabalho na ONG,

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Condição ofertada por direito ao pescador e pescadora artesanal.

passou a ter a CTPS assinada, o que a fez perder o RGP e, por sua vez, a condição de segurada especial (SILVA, 2015: 63).

A gente era pela Colônia Z-9, aí, chegou uma firma, a Petrobras contratou uma firma [áudio falho], mandou contratar 120 pescadores e, nisso, eu fui chamada. Fui contratada pela carteira [CTPS] e, nisso, cortaram minha carteira [de pescadora] (Ingrid, pescadora artesanal, em entrevista concedida no dia 30/07/2019).

Quando o projeto de reflorestamento findou, Ingrid tentou retornar à pesca e ao RGP, mas não conseguiu, pois ficou gravemente doente, nesse ínterim, e não conseguiu restaurar sua identidade institucional, como pescadora. O resultado é que, por estar doente, a pescadora teria direito ao auxílio-doença pelo INSS, tanto como RGP, quanto CLT, mas a doença a acometeu antes da resolução do seu problema. Desse modo, apesar de ter cerca de 35 anos de trabalho na pesca, esta troca de RGP para CLT fez com que a entrevistada ficasse em uma espécie de “limbo”, não pertencendo a nenhuma das categorias do INSS que lhe concederiam os benefícios de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez.

A apresentação dos resultados e relatos, contemplados neste artigo, necessitam de algumas discussões sobre questões que foram evidenciadas durante a coleta de dados. Uma das primeiras dessas questões é a baixa oferta de dados secundários referentes a pescadores artesanais. Não se sabe, ao certo, quantos pescadores existem no Brasil, nem nas regiões, e, por sua vez, não existem dados estatísticos relacionados, exclusivamente às pescadoras artesanais¹¹.

A segunda discussão que queremos desenvolver, refere-se ao questionamento sobre a existência de comunidade de pesca, com pescadoras artesanais, em Magé. A dificuldade de encontrá-las em seus ambientes de trabalho “esperados” revelou esta problemática, indo contra grande parte da literatura estudada sobre comunidades pesqueiras. A

¹¹ A não ser que consideremos, somente, os pescadores artesanais que recebem o seguro defeso, logo possuem RGP. Estes dados estão disponíveis no portal de transparência do governo federal, a partir de 2013, apenas: <http://www.portalthtransparencia.gov.br/beneficios/consulta?ordenarPor=mesAno&direcao=desc>.

terceira e última discussão que faremos, se refere às identidades das pescadoras, que são desencorajadas por uma das instituições representativas da pesca local, que é a colônia de pescadores.

Oferta de dados secundários sobre pescadores e pescadoras artesanais

A oferta de dados secundários, estatísticos e numéricos, disponíveis, sobre pescadores artesanais, talvez não seja suficiente para realizarmos um estudo com base nestas informações. Em relação à Baía de Guanabara (BG), no Rio de Janeiro, essa regra não muda. Alguns autores, estudiosos sobre os pescadores artesanais dos municípios do entorno da BG, se esforçaram para organizar estas informações em suas pesquisas. O censo demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), não leva em consideração a quantidade de pescadores artesanais existentes nos setores censitários, mas, sim, informações sobre produção pesqueira, enquadrando pescadores junto com agricultores. Portanto, não existe um censo que reúna informações de pescadores artesanais da Baía de Guanabara (CHAVES, 2011: 89)¹².

Rosa (2005), em sua pesquisa com pescadores artesanais da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (APA Guapimirim), na BG, certifica-se que no ano de 2000 havia cerca de 18 mil pescadores distribuídos entre as 5 colônias existentes na BG (ROSA, 2005: 46). Outras fontes consultadas pela autora afirmaram que este quantitativo era de 21.800 pescadores artesanais (ROSA, 2005: 46). Outros autores, como Vieira, Leal, Martins (2017), se certificaram que, somente na competência da colônia Z-9, em Magé, havia 1800 pescadores cadastrados, em 2017 (VIEIRA, LEAL, MARTINS, 2017:281).

No portal de transparência do Governo Federal é fornecido o quantitativo nominal, por município – e não por colônia -, dos pescadores artesanais que possuem RGP e recebem regularmente o seguro defeso¹³. Segundo este site, em Magé existiam 432 pescadores cadastrados no RGP, em 2020. Destes, 30% são mulheres. O problema desses dados, ofertados pelo site, é que nem todos os pescadores e pescadoras, de Magé, possuem RGP, ou seja, não possuem sua atividade regulamentada pelas instituições que

¹² A não ser que consideremos, somente, os pescadores artesanais que recebem o seguro defeso, logo possuem RGP. Estes dados estão disponíveis no portal de transparência do governo federal, a partir de 2013, apenas: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?ordenarPor=mesAno&direcao=desc>.

¹³ <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?ordenarPor=mesAno&direcao=desc>.

gerenciam a pesca, logo, não aparecem na lista existente no site. Devido a isto, o portal de transparência do governo federal, não é uma fonte que sirva para contabilizar o total de pescadores existentes em um município, muito menos por gênero. Portanto, para se realizar uma pesquisa com esse grupo de indivíduos, é necessário recorrer a métodos que facilitem a coleta de informações, em nível primário – relatos e dados computáveis -, como o trabalho de campo, conforme já apresentamos, anteriormente, neste artigo.

Existe uma comunidade de pescadoras artesanais? Ou, existem pescadoras na comunidade de pescadores artesanais?

Além da baixa oferta de informações secundárias sobre as pescadoras artesanais, a dificuldade de encontrá-las facilmente em seus ambientes de trabalho levantou a dúvida sobre a existência de uma comunidade. Para sanar esta questão, dialogamos com o sociólogo Max Weber, em partes do texto de seu livro *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, onde ele afirma que o que define a comunidade é um “‘sentimento’ da situação comum e das suas consequências” (WEBER, 2010: 81).

A “comunidade” encontrada, em campo, caracteriza-se por vidas individualistas e fechadas em seus próprios lares, resolvendo questões no âmbito doméstico, dentre os familiares e não na vizinhança. O modo de vida da pesca artesanal é passado de pai para filhas e filhos e, esse modo de vida, é compartilhado dentre as pescadoras, mesmo que elas não se conheçam, afinal, os códigos de referência às técnicas e usos dos petrechos de pesca são os mesmos. Apesar de não termos encontrado uma “comunidade” aos moldes dos apresentados nas pesquisas sobre pesca artesanal, compreendemos que, não importam os desvios, a comunidade existe.

WEBER (2010) afirma que uma das constituições de comunidade se baseia em relações de “solidariedade sentida (afectiva ou tradicional) dos participantes” (WEBER, 2010: 77). Consideramos que, apesar de não termos presenciados casos de solidariedade entre as pescadoras entrevistadas, existem outros elementos que configuram a

constituição de uma comunidade, como, por exemplo, a partir de um núcleo familiar. Ao encontrarmos essas mulheres, a maioria delas estava na intimidade de seus lares, envolvida nas atividades domésticas e nas relações familiares. Concordamos com WEBER (2010), quando ele afirma que, até mesmo, a família constitui uma comunidade:

A constituição da comunidade pode assentar em toda a espécie de fundamentos afectivos, emocionais ou tradicionais: uma confraria pneumática, uma relação erótica, uma relação de piedade, uma comunidade “nacional”, uma tropa unida por sentimentos de camaradagem. A comunidade familiar é a que expressa de modo mais conveniente este tipo (WEBER, 2010: 79).

Concebemos que, as comunidades familiares, nas quais pertencem as entrevistadas, são “micro comunidades” que juntas compõem a “macro comunidade” das pescadoras artesanais de Magé. Esta “macro comunidade” está inserida em uma comunidade maior, a dos pescadores artesanais de Magé que, junto com outras comunidades de pescadores compõem a comunidade dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara. Na lógica de WEBER (2010), não existe uma única forma de constituição de comunidade, que podem ser desde pequenos núcleos familiares até grandes comunidades judaicas, cujos componentes podem não se conhecer ou compartilhar solidariedade, mas são unidos pela linguagem, história e cultura.

No caso das pescadoras artesanais de Magé, contempladas nesta pesquisa, notamos que o que as une, e as faz pertencerem a uma comunidade, que “documenta uma co-pertença sentida” (WEBER, 2010: 81), são os (a) modos de vida, (b) as identidades construídas de si e para si mesmas e, por outro lado, (c) a dificuldade na construção da identidade para o “outro” (colônia de pescadores, por exemplo), (d) o compartilhamento dos mesmos problemas que as impactam e (e) o envolvimento nos mesmos projetos de ajuda aos pescadores – os oferecidos pelas ONGs e UCs, por exemplo. São realidades que as pescadoras artesanais enfrentam nas escalas local, regional e nacional.

Identidade das pescadoras artesanais de Magé, de si, para si e para os “outros”

Dentre os desafios enfrentados pelas pescadoras artesanais de Magé, um dos maiores é provar sua existência e sua identidade, principalmente quando estas mulheres se deparam com a necessidade de terem seus direitos trabalhistas e previdenciários respeitados e reconhecidos. Apesar de se autoidentificarem pescadoras, suas identidades são vistas com desconfiança e desencorajamento e, devido a esta falta de credibilidade, as identidades estão constantemente ameaçadas pelas instituições que regulam a pesca, como a colônia de pescadores.

Nos apoiamos na reflexão do sociólogo Michel Pollak (1995) que afirma que “o sentimento de identidade (...) é o sentido da imagem de si, para si e para os outros” (POLLAK, 1995: 38). A partir desta afirmação, identificamos na vida das pescadoras artesanais de Magé três agentes que interferem na construção de suas identidades: (a) elas mesmas, com suas autoimagens e seus autorreconhecimentos, (b) os “outros” que promovem a descontinuidade da identidade, como a colônia de pescadores, por exemplo, e (c) os “outros” que são os promotores da identidade.

Sobre elas mesmas, a identidade se promove “de si e para si”, conforme o argumento de POLLAK (1995). A partir dessa premissa, nos questionamos: o que as torna pescadoras artesanais? Sabemos que as **práticas espaciais** relacionadas à pesca, os seus **modos de vida**, como pescadoras, e as suas **percepções ambientais** sobre as condições da natureza que possibilitam a atividade pesqueira, são elementos fundamentais que constroem a identidade dessas pescadoras, de si e para si.

POLLAK (1995) afirma que na

construção da identidade (...) há três elementos essenciais (...) a unidade física [da pessoa ou do grupo] (...); a continuidade dentro do tempo, (...); [e] o sentimento de coerência (POLLAK, 1995: 38).

Desse modo, a construção da identidade, de si e para si, depende da forma como a pescadora se vê, que, conforme POLLAK (1995), é “a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria” (POLLAK, 1995: 38). A imagem que a pescadora tem de si mesma está relacionada ao seu **corpo**, que é a “unidade física” do seu primeiro instrumento de trabalho, à **continuidade** de sua imagem construída desde a infância, quando aprendeu o ofício, e ao sentimento de **coerência**, que é a coesão entre o corpo (unidade física) e a continuidade, refletidas nas práticas espaciais e nos modos de vida dessas mulheres.

Foi através das entrevistas, onde as pescadoras relataram suas questões relacionadas à pesca, que elas expuseram e reconstruíram suas imagens que possuem de si, reafirmando suas identidades de pescadoras. Conforme POLLAK (1995), é pelas entrevistas que o indivíduo expõe o “sentimento de continuidade e da coerência (...) em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1995: 38), quando lembram da sua própria história de vida. A construção da identidade de si e para si é a primeira forma de entendimento da própria imagem do indivíduo, como no caso das pescadoras. Esse entendimento garante a unidade, a continuidade e a coerência de suas identidades, afastando qualquer possibilidade de desconstrução desta primeira configuração da identidade, de si e para si. Porém, a construção da identidade integral também leva em consideração o elemento “outro”. De acordo com POLLAK (1995), a “auto-imagem [não é uma construção] isenta de mudanças, de negociação, de transformação em função dos outros” (POLLAK, 1995: 38).

Em relação aos “outros”, os que promovem a descontinuidade da identidade, no caso das pescadoras artesanais de Magé, identificamos a colônia de pescadores local e os órgãos governamentais que regulam o cadastro dos pescadores (Ministérios, secretarias e o INSS). As pescadoras artesanais dependem desses agentes para o cadastro do RGP e o recebimento dos benefícios trabalhistas e previdenciários.

Para que essas mulheres estejam de acordo com os critérios estabelecidos por esses agentes e serem reconhecidas como pescadoras, de fato, faz-se necessário que suas identidades sejam coesas na unidade, na continuidade e na coerência. No entanto, a

insegurança na identidade dessas pescadoras, provocada pelo desencorajamento ao cadastro no RGP, pela colônia, e a **ausência** de apoio e de fortalecimento da atividade pesqueira, principalmente a praticada por mulheres, fazem com que haja uma ruptura no sentimento de identidade: “se houver forte ruptura no sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos” (POLLAK, 1995: 38) na construção da identidade.

A identidade vai além da autoidentificação e autorreconhecimento; ela passa pelo crivo público, como compreendido por POLLAK (1995) que afirma que

a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLAK, 1995: 38-39).

Em nossa pesquisa, a afirmativa de POLLAK (1995) serve para compreendermos que, a forma como as pescadoras são tratadas pelos agentes que frequentam seus espaços depende da relação entre ambos os lados: o das pescadoras e o das instituições que regulamentam a pesca, como a colônia de pescadores. Esta relação se constrói, também, pela forma como este “outro” vê as pescadoras, ou seja, a imagem destas trabalhadoras para a colônia e demais instituições é o que configura a identidade para os “outros”. E essa relação viola a autoidentidade, a autoimagem e o autorreconhecimento, de si e para si, que essas mulheres constroem ao longo de suas vidas.

Apesar da relação destrutiva entre as pescadoras e os “outros”, que promovem a descontinuidade e a insegurança identitária, existem aqueles “outros” definidos nesta pesquisa como os promotores da identidade. Falaremos brevemente sobre estes últimos agentes, para finalizar a discussão sobre o nosso diálogo com POLLAK (1995). Estes agentes que promovem a identidade e seu fortalecimento, não foram contemplados na seção em que apresentamos alguns resultados (porcentagens e relatos), mas pincelaremos neste último parágrafo, para completar o raciocínio.

Os problemas que atropelam as vidas das pescadoras artesanais que colaboraram com esta pesquisa não ocorrem com exclusividade em Magé. As questões relacionadas às zonas de sacrifício, perda de benefícios trabalhistas e previdenciários e o desencorajamento das pescadoras, pelas colônias, ocorrem em nível nacional. Para o enfrentamento aos obstáculos impostos, surgiram organizações que representam os pescadores artesanais como o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), entre outras.

Essas organizações podem ter surgido como efeito aos impactos sofridos pelos pescadores e pescadoras de nosso país, cujo surgimento pode ser entendido como parte de um “trabalho de enquadramento de memória” (POLLAK, 1995: 40). Para POLLAK (1995), as memórias individuais e coletivas são importantes na construção da identidade (POLLAK, 1995: 40), sendo este o papel dos agentes que promovem a identidade. A partir do momento em que as pescadoras e pescadores artesanais precisam que suas identidades, de si e para si, sejam respeitadas pelos “outros”, essa construção passa a ser política. Por isso a importância da criação de uma memória de grupo, que possa ser lembrada, reconhecida e enquadrada na história de luta da categoria.

Conclusões

A invisibilidade da pescadora artesanal não repousa apenas na injusta divisão do trabalho familiar e na “tripla” jornada de trabalho que a mulher assume, fatores identificados na literatura e no trabalho de campo. A invisibilidade está, também, na falha do reconhecimento institucional, ou seja, as pescadoras não são reconhecidas como tais pelas próprias instituições ligadas à pesca, como a colônia de pescadores. Mesmo assim, enquanto pescadora, a identidade, de si e para si (POLLAK, 1995), se preserva no seu conhecimento das práticas espaciais relativas à pesca artesanal, na sua memória da infância e adolescência, quando aprenderam a pescar com seus familiares,

no tempo de experiência e permanência neste trabalho e na sua participação nas etapas do beneficiamento.

Uma das dificuldades encontradas durante o trabalho de campo foi a de encontrar as pescadoras artesanais, de modo que precisei recriar estratégias de pesquisa. Essa dificuldade me fez duvidar se haveria uma comunidade de pescadoras ou se haveriam pescadoras na comunidade. Uma das conclusões a que chegamos é que apesar de não termos presenciado relações de vizinhança e solidariedade, conforme nos apontou WEBER (2010), dentre as pescadoras artesanais, o que as une são as práticas espaciais de pesca, o modo de vida, como pescadoras, as dificuldades encontradas para terem suas identidades reconhecidas, as questões com os benefícios trabalhistas e previdenciários, dentre outros, comuns à comunidade de pescadores, em geral.

A vida das pescadoras artesanais entrevistadas é muito ocupada, de modo que sempre precisei marcar os encontros em suas casas, onde, frequentemente, estavam envolvidas com as responsabilidades domésticas, que precisariam ser organizadas a tempo de se dedicar às demais atividades, como a pesca. O acúmulo de atividades triplica suas jornadas de trabalho, mas, por sua vez, auxiliam na economia familiar, principalmente, quando a época não está boa para captura – depende da estação do ano, das marés, das condições climáticas, dos petrechos estarem em bom estado etc.

Quase 40% das mulheres entrevistadas foram desencorajadas pela colônia de pescadores a se registrarem profissionalmente como pescadora artesanal (CHAVES, 2021). Apesar da amostragem ter sido de 19 pescadoras, e não conhecermos o quantitativo de pescadoras existentes na região, por falta de um censo, os motivos dados a estas pescadoras foram preocupantes. As pescadoras apresentadas como exemplo neste artigo, todas elas possuem mais de 30 anos de pesca e, por terem procurado a colônia tardiamente, os funcionários que as atenderam lhes disseram que “não valia mais a pena”. Para conseguirem se aposentar, por exemplo, as pescadoras deveriam ter 15 anos de contribuição ao INSS, até os 55 anos de idade (SILVA, 2015). Isto leva a duas conclusões, que serão expostas nos parágrafos seguintes.

A primeira conclusão é que, apesar das pescadoras reconhecerem-se a si mesmas como pescadoras artesanais, trabalharem com isso e sobreviverem disso, a identidade delas, para os “outros”, não é coesa o suficiente (POLLAK, 2010), provavelmente pela ausência de políticas públicas que fortaleçam a categoria, por gênero. Mesmo que agentes de auxílio aos pescadores estejam presentes no território pesqueiro, como as ONGs e as UCs, suas ajudas são externas e as afastam da pesca, não as aproxima. Isto é, oferta-se novas oportunidades de trabalhos remunerados, desconectados da pesca. O que fortalece a identidade da pesca são agentes internos, criados pelos próprios pescadores, como as associações de pescadores locais e os movimentos nacionais, como o MPP, a ANP e o CPP.

A segunda conclusão é que, apesar da colônia ser compreendida, nacionalmente, como o principal órgão local de regulamentação da pesca (DUARTE, 1999, SILVA, 2015), não existe uma preocupação desta entidade em fortalecer a atividade pesqueira na zona que ela abarca (o Z da colônia vem de “zona”). Pelo menos, aparentemente, não presenciamos ações de proteção às mulheres que são pescadoras artesanais, mesmo que a presidenta da colônia de pescadores local seja uma mulher¹⁴. Esta falta de assistência proativa fica evidente quando pescadoras não sabem como registrar o RGP ou contribuir com o INSS, por exemplo (47% das pescadoras entrevistadas não fazem esta contribuição).

As políticas públicas para a pesca, tanto para os homens quanto para as mulheres, deveriam ser mais bem divulgadas e aplicadas de forma justa. A falta de transparência dos órgãos que regulam a pesca faz com que a maioria das pescadoras procurem somente a colônia, por não saberem que podem ir diretamente às autarquias do governo – MAPA, SAP e INSS. A colônia, de certo modo, é usada como despachante por estes e estas profissionais e não os informa sobre o que deve ser feito, tornando-os reféns de seus serviços – e, também, ampliando sua lista de contribuintes. Isso se torna

¹⁴ <http://mage.rj.gov.br/oleo-em-mage-entidades-se-reuniram-para-tracar-as-proximas-acoas/>.

um nó nesta rede de instituições e, no caso das pescadoras artesanais, torna-se um entrave na regularização profissional dessas mulheres.

Referências bibliográficas

ALERJ (2016). 5.1. Dossiê do presidente da Comissão Especial. In: *Relatório da Comissão Especial da Baía de Guanabara*. Autores do Dossiê: Carla Ramôa Chaves, Carlos Bittencourt e Flávio Serafini. pp. 1 [65] – 215 [281]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzH9dHAzOI6IZ2o1Z25jY216cUFxc1lEX1UtWUhgBhVMdWfV/view>>. Acesso em: 13/06/2020.

BERREMAN, Gerard D. (1962) “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia”. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar, org. *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., p.123-174.

BERQUE, A. (1984). Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: In: CORRÊA, R.L. ; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 84-91.

BRASIL (2015). *Decreto no 8.424 de 31 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8424.htm>, acessado em 12/01/2021.

CHAVES, C.R. (2011). *Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia. 185p.

_____ (2021). *Nos manguezais e no “mar” de Magé: um estudo sobre pescadoras artesanais e suas existências, resistências e identidades*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia. 284p.

CLAVAL, P. (1999). Etnogeografias: conclusão. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 7, Jan/Jun. de 1999. pp. 69-74. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6995>>. Acesso em:18/05/2020.

- _____ (2002). A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. *Introdução à geografia cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp.147-166.
- _____ (2013). O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. In: *Confins* [En ligne], 17 | 2013, mis en ligne le 22 octobre 2017. Disponível em:<<http://journals.openedition.org/confins/12414>>. Acesso em:18/05/2020.
- COELHO, B. H. da S. (2017). *Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense*. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa e Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 295p.
- COLE, Sally (1991). *Women of the praia: work and lives in a Portuguese coastal Community*. In the United Kingdom: Princeton University Press, Oxford. 189p.
- COSTA, A. L. M. (2013). *Uma retirada insólita: Rio São Francisco – barragem de Sobradinho*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/IPPUR. 272p.
- DI CIOMMO, Regina Celia (2007). Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. In: *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 1, p. 151 – 163, jan-jun/ 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a10>>. Acesso em: 24/06/2019.
- DUARTE, L.F.D. (1999). *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: EdUFF, 1999. 285p.
- FASSARELA, Simone Simões (2008). O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. In: *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 23, p. 171 – 194, jul/ dez, 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12956>. Acesso em: 24/06/2019.
- FERREIRA, M. A. G. (2016). *Entre redes de discursos e de pesca: performances narrativas de mulheres pescadoras em Arraial do Cabo*. Tese de Doutorado, UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Linguística aplicada. 199p.
- FOOTE-WHYTE, William. (1943). Treinando a observação participantes. In: ZALUAR, Alba. (org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. 77-86pp.
- GEERTZ, C. (2008). Um jogo absorvente: Notas sobre a Briga de Galo Balinesa. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT. pp. 278-320.

- GERBER, Rose Mary (2013). *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS – UFSC), 2013, 418 pp. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107184/319165.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22/06/2019.
- GLUCKMAN, M. (1958). Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Editor UNESP, 2009. pp. 227-267.
- HOEFLE, S. W. (2018). A Ecologia Política da Costa Fluminense: um estudo etnográfico longitudinal da pesca, turismo e desenvolvimento industrial na Baía de Sepetiba. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, p. 99-128. Disponível em: <<https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/192>>, Acesso em: 15/10/2019.
- LAMÊGO FILHO, A. R. (1964). *III – O homem e a Guanabara*. Edição comemorativa do IV centenário da cidade do Rio de Janeiro, 2ª edição, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 415p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13101_v3.pdf>, acessado em 03/02/2020.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1961). Os Argonautas do Pacífico Ocidental (Introdução: objeto, método e alcance desta investigação). In: *Ethnologia, Revista do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Universidade de Lisboa*. n.s. 6-8: 17-38. [o autor realizou esta pesquisa entre os anos de 1914 até 1918, mas este texto foi republicado por esta revista em 1997. Não se trata da pesquisa inteira.]
- MANESCHY, M. C. (1995) A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. In: *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi, série Antropológica*, v. 11, n.2. Disponível em: <[http://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/B%20MPEG%20Ant%2011\(2\)%201995%20MANESCHY.pdf](http://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/B%20MPEG%20Ant%2011(2)%201995%20MANESCHY.pdf)>. Acesso em: 17/04/2018.
- MAPA (2019). *Relatório de avaliação: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). maio, 2019. 17p. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/12934.pdf>>, acesso 03/03/2020.

- MARTINS, Maria Cristina. (2005). *Partilhando saberes na Ilha de Itaóca: a roda de siri - entre o mundo do trabalho e as memórias da infância*. Tese de Doutorado em Educação: Universidade Federal Fluminense. 263p. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/34546977-Partilhando-saberes-na-ilha-de-itaoca-a-roda-de-siri-entre-o-mundo-do-trabalho-e-as-memorias-de-infancia.html>>. Acesso em: 21/05/2020.
- _____. (2008). Práticas de trabalho e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras. In: *Sisifo: revista de ciências da educação*. Nº 6. maio/agosto de 2008. pp. 71-84. Disponível em: <sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/download/194/346>. Acesso em: 23/06/2019.
- POLLAK, M. (2006). Memoria e Identidad Social. In: *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones limite*. La Plata: Ediciones Al Margen. 117p. (pp. 33 – 52).
- RAULINO, S. F. (2013). Riscos, empregos, “desenvolvimento” e condições de vida: temor e consentimento nas representações de populações que sofrem efeitos de proximidade da REDUC. In: Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (org.). *50 anos da Refinaria de Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-Sal*. Heinrich Böll Stiftung, Fase – solidariedade e educação, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2013. pp. 169-199.
- SEEGER, A. (1980). Pesquisa de campo: uma criança no mundo. In: SEEGER, A. *Os índios e nós*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. pp. 25-40.
- SILVA, Cátia Antônia da (2015). *Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência. 130p.
- SOARES, Sara M. (2012). *Descaindo a rede do conhecimento: as pescadoras e o seguro defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), Universidade Federal do Amazonas, 2012, pp. 145. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2311>>. Acesso em: 25/06/2019.
- VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. In: *Opinião Pública*. Campinas, vol. VII, nº1, 2001, pp. 1-15. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/op/v7n1/16930.pdf>>. Acesso em: 21/05/2020.

VIEIRA, Thiago W. M.; LEAL, G. F.; MARTINS, R. L. (2017). Novo desenvolvimentismo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o Complexo Petroquímico do estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) e os pescadores artesanais. In: *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Universidade Federal do Paraná, v. 42, p. 271-286, dezembro 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/46934/34455>>. Acesso em: 17/11/2020.

WEBER, M. (2010). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Covilhã: LusoSofia Press. 110p. Disponível em: <<https://b-ok.lat/book/1061667/0e90e7>> Acesso em: 20/12/2020.

WEISS, Robert S. (1994). *Learning from stranger: the art and method of qualitative interview studies*. New York, The Free Press. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=i2RzQbiEiD4C&pg=PA15&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 03/02/2021.

Data de Submissão: 31/03/2021

Data do Aceite: 26/04/2021

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA (ES): Discussões acerca da Sustentabilidade no Circuito Caravaggio

Rosa Cristina Monteiroⁱ
Carlos Alexandre Volpiⁱⁱ
Sívio de Oliveira Alvesⁱⁱⁱ
Victorio Birchler Tonini^{iv}
Tiago Badre Marino^v

261

Resumo: este trabalho apresenta resultados de pesquisa realizada no município de Santa Teresa, estado do Espírito Santo - Brasil, com o objetivo de avaliar os níveis de sustentabilidade envolvidos na implantação de um circuito turístico criado para a promoção de desenvolvimento territorial no meio rural - o "Circuito Caravaggio". As atrações que compõem o circuito foram cartografadas com apoio da Plataforma Vicon SAGA e deram origem a três cartogramas que possibilitaram a identificação, descrição e análise das experiências de ocupação socioespacial que formam o circuito, e que foram em seguida classificadas conforme os níveis de sustentabilidade. Três experiências paradigmáticas foram destacadas: um empório com fabricação e venda de produtos alimentares e artesanais, cuja sustentabilidade foi considerada fraca; uma rampa de voo livre com tratamento paisagístico, cuja sustentabilidade foi considerada de fraca a forte e um clube campestre com intenso patrimônio natural e potencialidade para adquirir níveis de sustentabilidade muito fortes. Concluiu-se que o Circuito tem atendido a seu propósito de promover o desenvolvimento, porém tensiona-se pela entrada de vetores de urbanização que colocam em risco a continuidade da proposta inicial do projeto. De maneira conclusiva, aponta-se a necessidade de construção de fóruns de participação da população local com

ⁱDocente Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DPSI/UFRRJ), rosacristina.monteiro@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-3002-4682>.

ⁱⁱMestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRRJ), Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), cvolpi2004@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-4683-0531>.

ⁱⁱⁱMestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRRJ), Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), soa.orto@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-7855-7760>.

^{iv} Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRRJ), Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), victorio94.bt@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-1548-7419>.

^v Docente do Departamento de Geografia Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (GE/UFRRJ), tiagomarino@ufrrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-8047-0170>.

envolvimento dos poderes públicos, de maneira a fomentar discussões quanto à exploração turística de maneira sustentável.

Palavras-chave: território; turismo rural; cartografias sociais; sustentabilidade; políticas públicas.

TERRITORIAL DEVELOPMENT IN SANTA TERESA/ES: DISCUSSIONS ON SUSTAINABILITY IN CARAVAGGIO CIRCUIT

Abstract: this work presents the results of a research carried out in the municipality of Santa Teresa, state of Espírito Santo - Brazil, with the objective of evaluating sustainability levels concerning the implementation of a tourist circuit created, at first, to promote territorial development in rural areas - the "Circuit Caravaggio". The attractions located into the circuit were mapped with the support of Vicon SAGA Platform and originated three cartograms that enabled the identification, description and analysis of the socio-spatial occupation experiences that make up the circuit, which were then classified according to their respective sustainability levels. Three paradigmatic experiences were highlighted: an emporium presenting the manufacture and sale of local food and craft products, whose sustainability was considered weak; a hang-gliding ramp with landscape treatment, whose sustainability was considered weak to strong; and a country club with intense natural heritage and the potential to acquire very strong levels of sustainability. The conclusion is that the Circuit has served its purpose of promoting development, however, it is strained by urbanization vectors' pressure that jeopardize the initial project proposal strength. In a conclusive manner, researchers point out a demand to assemble participatory forums with local population along with public authorities, in order to foster discussions regarding tourism exploration in a sustainable way.

Keywords: territory; rural tourism; social cartographies; sustainability; public policy.

DESARROLLO TERRITORIAL EN SANTA TERESA/ES: DISCUSIONES SOBRE SOSTENIBILIDAD EN EL CIRCUITO CARAVAGGIO

Resumen: este trabajo presenta los resultados de una investigación realizada en el municipio de Santa Teresa, estado de Espírito Santo - Brasil, con el objetivo de evaluar los niveles de sostenibilidad involucrados en la implantación de un circuito turístico creado para promover el desarrollo territorial en las zonas rurales: el "Circuito Caravaggio". Las atracciones que componen el circuito se mapearon con el apoyo de la Plataforma Vicon SAGA y dieron lugar a tres cartogramas que permitieron la identificación, descripción y análisis de las experiencias de ocupación socioespacial que componen el circuito, que luego se clasificaron según los niveles de sostenibilidad. Se destacaron tres experiencias paradigmáticas: un emporio con la fabricación y venta de alimentos y

productos artesanales, cuya sostenibilidad se consideró débil; una rampa de vuelo libre contratamiento paisajístico, cuya sostenibilidad se consideraba débil a fuerte y un club de campo con un patrimonio natural intenso y el potencial de adquirir niveles muy fuertes de sostenibilidad. sin embargo, se ve afectado por la entrada de vectores de urbanización que ponen en peligro la continuidad de la propuesta inicial del proyecto. De manera concluyente, se señala la necesidad de construir foros para la participación de la población local con la participación de las autoridades públicas, con el fin de fomentar las discusiones sobre la exploración del turismo de manera sostenible.

Palabras clave: territorio; turismo rural; cartografía sociales; sostenibilidad; políticas públicas.

Introdução

O presente artigo apresenta resultados de pesquisa conduzida no município de Santa Teresa – Espírito Santo, ao longo do ano de 2019, com o objetivo de avaliar os níveis de sustentabilidade alcançados na implantação e promoção de um circuito turístico no meio rural, criado no marco das políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável. Ao realizar a investigação, inserimo-nos em um campo profícuo de discussões e práticas que incidem sobre o meio rural, especialmente a partir dos anos 1980, quando os espaços sociais foram reconfigurados e ressignificados em escala planetária. Programas de turismo foram concebidos e implementados em todo o mundo na perspectiva de promover o desenvolvimento nos ambientes rurais, com marcos conceituais e operacionais girando em torno das noções de território e sustentabilidade.

É sabido que a noção de território apresenta uma pletera de significados, com as definições oscilando de um polo estritamente materialista a outro puramente idealista. No polo materialista, o território é identificado com a própria natureza e no polo idealista identifica-se território e cultura.

Em nosso trabalho assumimos uma terceira posição, intermediária, que consiste em compreender que o território é relacional, incorporando um conjunto de relações sociais e a dinâmica complexa entre os processos sociais e o espaço material (HAESBAERT, 2011). Com este entendimento de território, ao refletir e agir sobre

determinada fração do espaço físico e social, devemos considerar que tais ações definem territórios, que por sua vez anulam ou transformam outros territórios, sobre a mesma base material de produção. Neste sentido, o amálgama formado da relação natureza-cultura dá origem a processos de territorializações-desterritorializações-reterritorializações pelas ações, coordenadas ou não, de diferentes atores sociais.

Promover o desenvolvimento territorial, especialmente no mundo rural, é favorecer a emergência de relações harmoniosas, em que os atores sociais alcancem os mais elevados níveis de autonomia econômica, social e cultural, preservando o espaço natural que dá suporte à própria vida.

A questão da sustentabilidade foi instaurada a partir dos anos 1980, quando uma comissão das Nações Unidas elaborou o Relatório Brundtland (CMMAD, 1991), apresentando institucionalmente o alerta de que as gerações futuras correm o risco de não encontrar condições adequadas a sua sobrevivência, se as ações desenvolvimentistas de hoje não atentarem para a finitude da base material de produção de vida no planeta. Desde então a discussão sobre a sustentabilidade não parou, provocando a emergência de inúmeras referências.

Adotamos aqui, a revisão realizada por MONTEIRO (2012), que analisa a produção histórica do conceito de desenvolvimento sustentável, identificando três eras: Pré-Estocolmo (até 1972), Estocolmo-Rio (1972-1992), Pós-Rio (1992 em diante); após descrever detalhadamente a evolução dos discursos e práticas ao longo destes períodos, a autora chega a uma síntese. Para ela, o problema do desenvolvimento sustentável consiste em fazer com que uma região economicamente pobre cresça com padrões socialmente justos e com os cuidados relativos aos patrimônios naturais e culturais locais. Ou seja, deve-se estimular o crescimento sem deteriorar as relações sociais e sem devastar os ecossistemas persistentes/resistentes.

Quadro teórico de referência para a noção de sustentabilidade: o sistema Pearce

Desde sua primeira definição no Relatório Brundtland até data recente, o principal desdobramento do conceito de desenvolvimento sustentável parece ter sido no sentido de introduzir múltiplas dimensões em sua definição. Em meio à profusão de textos e referências, elegemos como paradigma em nosso trabalho a elaboração feita por Pearce, em 1993, quando criou uma tipologia organizando as experiências e programas de desenvolvimento sustentável em quatro categorias - tecnocentrismo/cornucopiana, adaptativa, comunalista e ecocentrismo/ecologia profunda -, diferenciadas em três dimensões: a) o tipo de economia; b) as estratégias de gestão; c) a ética envolvida. Seu trabalho apresenta um importante valor analítico e mantém-se atual, já transcorridos alguns anos de sua elaboração (STOFFEL; COLOGNESE, 2015). A síntese de Pearce, com a qual analisaremos nossos resultados, é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 1 - Diferentes ideologias ambientais e níveis de sustentabilidade

	Tecnocentrismo/ Cornucopiana	Adaptativa	Comunalista	Ecocentrismo/ Ecologia Profunda
Rótulo Ambiental	Exploração de recursos; orientação pelo crescimento.	Conservacionismo dos recursos; posição gerencial.	Preservação de recursos	Preservacionismo profundo
Tipos de Economia	Economia antiverde; livre mercado.	Economia verde; mercado verde conduzido por instrumentos de incentivos econômicos.	Economia verde profunda. Economia estacionária; regulação macroambiental.	Economia verde muito profunda; forte regulação para minimizar a tomada de recursos.
Estratégia de Gestão	Objetivo econômico, maximização do crescimento econômico. Considera que o livre mercado, em conjunto com o progresso tecnológico, pode possibilitar a eliminação das restrições relativas aos limites e à escassez.	Modificação do crescimento econômico, norma do capital constante, alguma mudança de escala.	Crescimento econômico e populacional nulo. Perspectiva sistêmica, saúde do todo (ecossistema).	Reduzida escala da economia e da população. Imperativa mudança de escala.
Ética	Direitos e interesses dos indivíduos contemporâneos; valor instrumental na natureza.	Equidade intra e intergeracional (respeitante à repartição); valor instrumental na natureza.	Interesse coletivo sobrepõe o interesse individual; valor primário dos ecossistemas e valor secundário para suas funções e serviços.	Bioética (direitos e interesses conferidos a todas as espécies), valor intrínseco da natureza.

Grau de Sustentabilidade	Sustentabilidade muito fraca	Sustentabilidade fraca	Sustentabilidade forte	Sustentabilidade muito forte
--------------------------	------------------------------	------------------------	------------------------	------------------------------

Fonte: STOFFEL e COLOGNESE (2015)

O contexto da pesquisa – Santa Teresa e o Circuito Caravaggio

No Brasil, entre 1990 e 2007, o turismo rural se difundiu veloz e aleatoriamente, o que provocou a ação de alguns entes e organizações sociais no sentido de normatizar e garantir a sustentabilidade das iniciativas em curso. Foi dentro desta perspectiva que o SEBRAE/ES, em parceria com a SEDETUR - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turístico do Espírito Santo e BNDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - realizou um trabalho com a finalidade de conhecer e organizar as potencialidades turísticas dos municípios do Espírito Santo em 2004.

No relatório final do levantamento, Santa Teresa é caracterizada da seguinte maneira: [o município] possui área total de 671,94 Km². Dos grupos étnicos, a maioria é branca (76,77% do total da população), em função da contribuição dos imigrantes italianos que para lá seguiram no século XIX (MATTOS; NUNES; SOBRINHO, 2013).

A contribuição cultural do imigrante italiano se mantém na gastronomia típica do município, entre salgados, doces e bebidas, principalmente os vinhos, além da produção da arquitetura urbana e da rural. A economia é basicamente agroindustrial onde se destaca a produção cafeeira. O comércio de madeira é a segunda atividade econômica mais representativa.

A região montanhosa do município apresenta vales e serras que contribuem para a formação de um complexo hidrográfico e apresenta configurações rochosas e nascentes. Como parte do suporte geográfico, o município possui em seu território importantes áreas de reservas naturais, destacando: Estação Biológica de Santa Lúcia Reserva Biológica Augusto Ruschi, Parque Natural Municipal de São Lourenço, Parque Natural Municipal Goiapaba-açu e Área de Proteção Ambiental Goiapaba-açu.

Das regiões do município, uma delas foi destacada por suas potencialidades turísticas: o Vale do Caravaggio, localizado em Vargem Alta, área não urbana às margens da Rodovia ES-261, distando nove quilômetros da sede do município, com acesso rodoviário parcialmente pavimentado, sinalizado e em bom estado de conservação. O vale é formado por cordilheiras que chegam a 900m de altura e abriga a Capela de Nossa Senhora do Caravaggio, construída por imigrantes italianos. Em dias claros, dali se pode avistar a cidade de Colatina.

A partir desse diagnóstico das potencialidades turísticas da região se implantou o Circuito Caravaggio, que hoje está consolidado em ampla folheteria, recebendo visitantes de todo o Brasil e exterior, e que constitui o contexto de nossa pesquisa.

O Circuito se inicia no antigo hospital, situado ainda na área urbana da cidade e se estende por 14 quilômetros, basicamente por estradas de terra batida que, no momento da pesquisa, se encontravam em boas condições. A vegetação do circuito se divide basicamente entre mata fragmentos do bioma de mata atlântica nativa e significativas plantações de eucaliptos para fins comerciais. A Figura 1 apresenta o croqui situando localizações de acesso e atrações do “Circuito”.

Figura 1 - Croqui de localização de acesso e atrações do “Circuito Caravaggio” – município de Santa Teresa (ES)



Fonte: Adaptado de SLPC (2020).

Metodologia de construção de dados – cartografias socioambientais

Utilizamos a metodologia de elaboração de cartografias socioambientais, na qual o ato de cartografar implica em se deslocar entre territórios, formando deles representações e afetos, buscando responder ou ressignificar uma questão problematizadora: no nosso caso, descrever e analisar o nível de sustentabilidade das experiências turísticas propiciadas no Circuito Caravaggio.

A cartografia social (diferentemente da cartografia tradicional, que busca representar graficamente uma área geográfica) é uma ferramenta participativa que busca a caracterização de um território por meio de uma análise flexível e crítica. PRADO FILHO e TETI (2013) afirmam:

Assim, a cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de

movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (PRADO FILHO; TETI, 2013).

Um grupo formado por oito pesquisadores ligados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com formação universitária em diferentes áreas, realizou quatro incursões ao território do Circuito Caravaggio, fazendo registros com o uso da fotografia, da observação participante e de entrevistas abertas.

“Na pesquisa aqui relatada adotamos a noção de sustentabilidade como utopia para o século XXI, como força social capaz de opor-se ao industrialismo desenfreado em todos os setores das atividades humanas e seus respectivos corolários de impactos negativos sobre a continuação da vida”.

A plataforma Vicon SAGA para apoio à coleta de dados da pesquisa em campo

Os dados construídos por estes meios foram referenciados pelo enquadramento teórico da pesquisa e por uma plataforma de georreferenciamento: a plataforma Vicon SAGAⁱ, que nos ofereceu os meios de organizar, tratar e apresentar a produção em seus contextos taxonômico e territorial, transformando os dados em informações geoincluídas, compatíveis com os objetivos definidos.

ⁱ Plataforma Vigilância e Controle (Vicon SAGA) - <https://viconsaga.com.br/>.

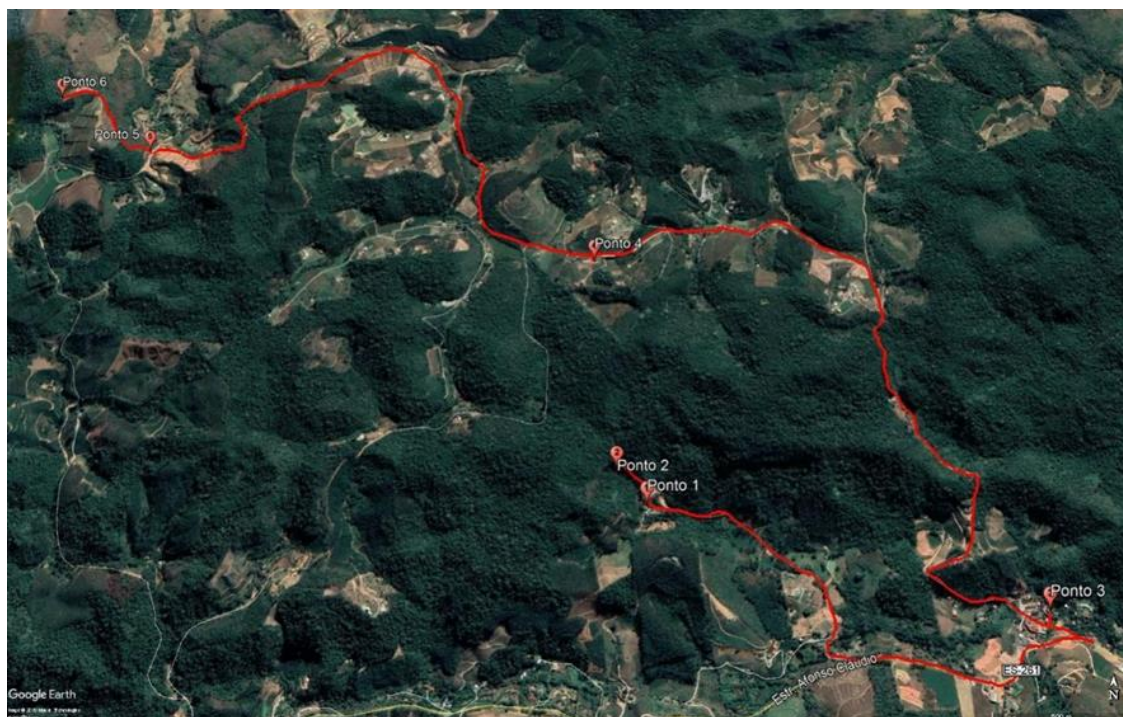
Concebido no ano 2.000, por meio de uma iniciativa 100% nacional e livre de custos, a Plataforma Vicon SAGA vem sendo desenvolvida e aprimorada constantemente pelo Laboratório de Geoprocessamento da UFRJ – LAGEOP/UFRJ em parceria com o Laboratório de Geoprocessamento Aplicado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (LGA/UFRRJ), diferencia-se das demais aplicações existentes por sua flexibilidade na elaboração de formulários. A Plataforma também contempla a capacidade de inserção de conteúdo multimídia, como fotos e vídeos, e quaisquer arquivos digitais relacionados ao fenômeno retratado (MARINO *et al.*, 2014).

Ao final de cada saída, o grupo de pesquisadores/cartógrafos se reuniu para construir o cartograma das situações percebidas, vividas e registradas, discutindo, analisando-as e planejando a saída seguinte. Os dados construídos a cada saída foram sendo incorporados nos resultados das saídas seguintes até que o grupo considerou que o material já era suficiente para finalizar um cartograma sobre o desenvolvimento territorial no Circuito Caravaggio e seus principais impactos sociais e ambientais.

Resultados encontrados: cartogramas de um lugar em movimento

Ao longo das sucessivas incursões realizadas no território do Circuito Caravaggio, alguns pontos foram sinalizados, descritos e fotografados, formando cartogramas da região. A primeira saída configurou o circuito com ênfase no turismo, segundo a primeira proposta de desenvolvimento que especializou essa experiência. Nesse cartograma, destaca-se a presença dos produtores de vinhos, cachaças e embutidos, e as perspectivas panorâmicas que conformam paisagens.

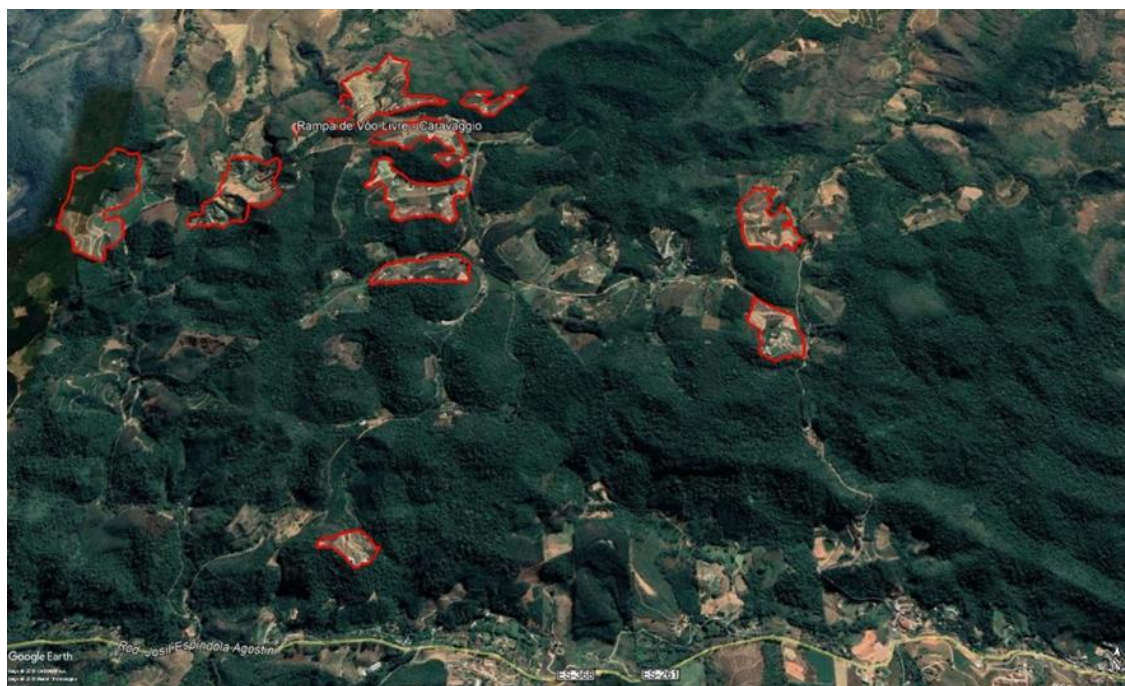
Figura 2 - Primeira Deriva no Circuito Caravaggio



Ponto 1 – Sede do Country Clube de Santa Teresa; Ponto 2 – Cachoeira do Country Clube de Santa Teresa; Ponto 3 – Restaurante Romanha e Produtos Artesanais; Ponto 4 – Casa dos Espumantes; Ponto 5 – Igreja Nossa Senhora do Caravaggio; Ponto 6 – Black House.

O território do Circuito Caravaggio mostrou-se desde o início fortemente atraente para experiências turísticas, pela diversidade natural e cultural ali encontradas. Entrevistas realizadas nos pontos de paradas com produtores e trabalhadores locais evidenciaram uma receptividade própria dos lugares com boas experiências turísticas. Em todos os pontos de visitação e venda os pesquisadores foram bem acolhidos e convidados a conhecer e degustar os produtos expostos.

Figura 3 - Áreas de degradação do Circuito Caravaggio

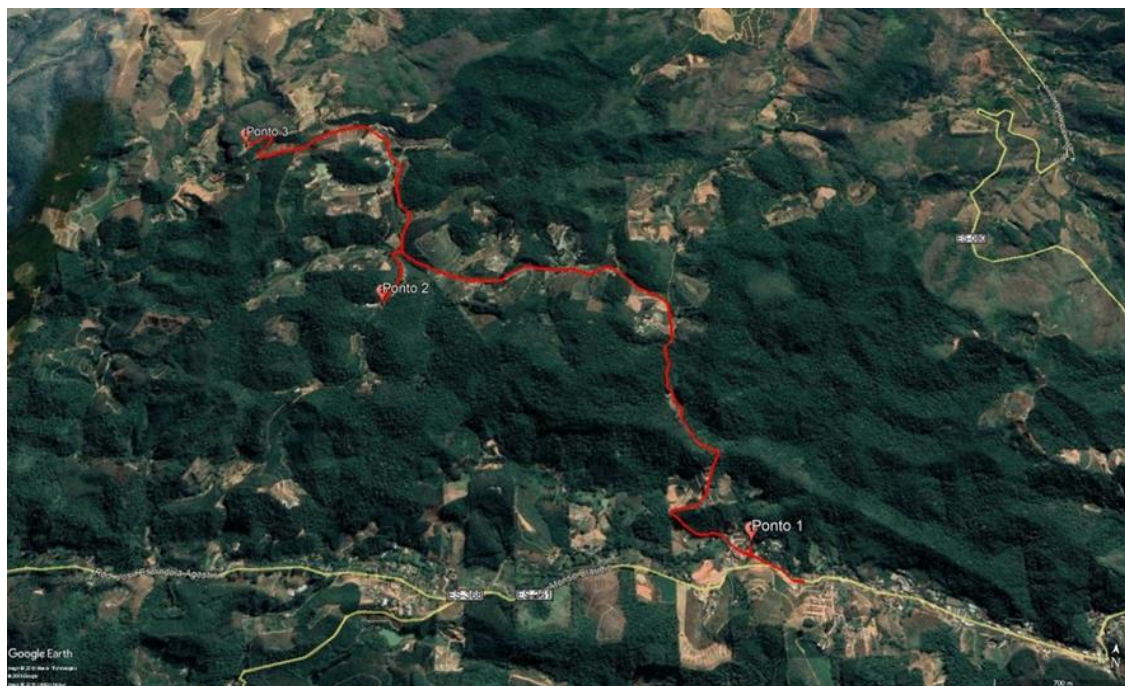


Ficamos assim diante de dois cenários, apontando em direções contrárias: por um lado, o cenário que emerge do plano inicial na criação do Circuito, com potencialidade para efetivamente promover o desenvolvimento sustentável (representados na Figura 2), e por outro, outro cenário, formado pelas consequências inesperadas do próprio desenvolvimento turístico, emergente da valorização territorial e consequente especulação imobiliária (representados na Figura 3).

Contudo, durante esta saída, e após análise dos registros realizados, pontuou-se um aspecto que contrasta com a proposta inicial de sustentabilidade, na ocorrência de grandes loteamentos e movimentos de terra, com aspecto de destruição de paisagem e riscos ambientais. Sendo assim, após a primeira descrição do circuito e tendo como definição a territorialização para fins turísticos, o grupo planejou e empreendeu uma segunda deriva cartográfica para localizar e analisar os pontos de tensão territorial.

A Figura 4 representa a rota percorrida durante a segunda deriva no Circuito Caravaggio.

Figura 4 – Rota percorrida durante a segunda deriva no Circuito Caravaggio



No trabalho de campo seguinte, outras experiências foram detectadas e cartografadas, já não mais com o território turístico em evidência e sim com a questão da ocupação territorial decorrente da especulação imobiliária, que, em muitos casos, ameaça à integridade ambiental, em várias dimensões: desde o comprometimento da paisagem, passando pelo risco de erosão nas movimentações de terra feitas de modo descontrolado e inadequado, até o problema principal do esgotamento das fontes de água que abastecem a pequena produção do entorno. Desta incursão ao campo formou-se um segundo cartograma indicando os lugares de maior fragilidade.

Dando prosseguimento à pesquisa, foram então eleitos alguns pontos do circuito (apresentados a seguir) que se mostraram mais potentes na promoção do desenvolvimento sustentável, com a compreensão de que são estas experiências que devem realmente ser valorizadas nos projetos em curso, e naqueles a serem futuramente implantados.

As cartografias seguintes aprofundaram as leituras territoriais anteriores e algumas experiências de ocupação do espaço foram escolhidas como exemplares para indicar os

diferentes níveis de sustentabilidade que caracterizam hoje o território do Circuito Caravaggio, segundo a classificação de Pearce.

Chegou-se assim a um cartograma onde o circuito turístico aponta para um horizonte de sustentabilidade, com a emergência de um território complexo, multidimensional, que merece reapropriações e reterritorializações. O cartograma que sintetiza os resultados é apresentado a partir de três experiências escolhidas entre aquelas que apontam para os mais elevados níveis de sustentabilidade.

Ponto 1 - Tradições revisitadas - Espaço Romanha



Figura 5 - Espaço Romanha

Neste ponto encontra-se uma das atividades exemplares do desenho e da concepção inicial do Circuito Caravaggio: o espaço Romanha (Figura 5). Trata-se de uma área de aproximadamente 500 m²,

onde se localizam algumas edificações com arquiteturas tradicionais e estabelecimentos comerciais. Uma antiga casa dos imigrantes italianos divide espaço entre residência e mostruário de móveis de madeira, construídos a partir de troncos e galhos de árvores secas. Toda a produção moveleira é artesanal e produzida em uma pequena marcenaria nos fundos da propriedade.

A antiga casa dos imigrantes divide espaço com um restaurante que serve comidas típicas regionais, uma fábrica de produção artesanal de vinhos e licores e um sobrado construído com materiais de um antigo sobrado abandonado. Em cada ponto deste estabelecimento é possível identificar forte empenho em manter a cultura e tradição regional viva. Nota-se, por exemplo: pratos típicos no restaurante; construções que mantêm a arquitetura tradicional local e produção de fermentado de jabuticaba, visto

que os primeiros imigrantes, quando chegaram, não tinham uvas para produzir vinho e então, fermentavam jabuticaba.

Ponto 2 - Turismo, cultura e inovação - Rampa de Voo Livre

A rampa “Amauri Fernandes” ou simplesmente “Rampa de Voo Livre” (Figura 6) localiza-se no Circuito Caravaggio a oito quilômetros do centro do município. Seu acesso se dá, basicamente, por estrada de chão batido em bom estado de conservação, onde placas indicam o caminho até o mirante e é possível contemplar a vista panorâmica do vale do Caravaggio.

Deste ponto é também possível avistar, à noite, clarões de cidades distantes a cerca de 60 km, como Colatina/ES. O topo da rampa conta com exatos 915 metros de altitude. Atualmente, é cobrada uma taxa de R\$ 3,00 por pessoa para entrada no local, que funciona nos finais de semana, principalmente, para fins turísticos e para prática de voo livre de parapente, de 07:00h às 17:00h.

A administração do espaço e a organização das atividades de voos são realizadas pela VOLARE (escola de voo livre de Santa Teresa/ES), sendo possível realizar voos duplos com profissionais habilitados, pelos quais é cobrado o valor de R\$ 150,00.



Figura 6 - Decolagem vista da Rampa de Voo Livre

Estruturalmente, a rampa conta com ampla área gramada, estacionamento ao longo de sua vertente, banheiros e um pequeno bar para apoio aos visitantes.

Em uma perspectiva de modernização e sustentabilidade, esta experiência se destaca na medida em que os elementos arquitetônicos e os princípios construtivos revelam cuidados e preocupações com a paisagem e a qualidade dos fatores culturais ali introduzidos.

Ponto 3 - Águas do passado, do presente e do futuro: Country Clube



Figura 7 - Curso d'água - Country Club

Um curso d'água atravessa o território de um antigo clube, criando um cenário composto por quedas d'água e mata atlântica preservada (Figura 7). Outrora um lugar frequentado por moradores da região serrana e metropolitana do estado assim como associados do clube, o lugar recebe atualmente fraca visitação e está mantido por uma família que se responsabiliza pela limpeza e guarda do local.

O clube, inicialmente frequentado por parte da elite capixaba, hoje parece esquecido pela comunidade local. Apesar de compor o Circuito Caravaggio, o estabelecimento não conta com nenhum empreendimento recente.

Contudo, esta é a experiência que parece mais virtuosa do ponto de vista do desenvolvimento sustentável da região, merecendo, segundo nossa análise, uma maior atenção do poder público, no sentido de fazer uma reserva de espécies nativas no espaço ora ocupado por vegetação exótica. Há possibilidade para reconstituição do

bioma natural, agregando renda para família que reside no local, através da valorização da preservação do bioma natural.

Proposições: da sustentabilidade possível à participação necessária

A proposta turística que dá origem à criação do Circuito Caravaggio, coloca um forte acento nas tradições da colônia italiana presente no local e sem dúvida é um fator que agrega valor à produção familiar.

Por aí, encontramos um nível de sustentabilidade que corresponde ao segundo tipo descrito por Pearce em seu quadro de referência. Trata-se de uma proposta de sustentabilidade fraca, onde os recursos são conservados, há uma modificação do crescimento econômico, a cultura ganha um valor instrumental, e é possível que ocorra uma equidade inter e intrageracional.

No caso da Rampa de Voo Livre, a proposta turística ganha um viés de modernidade, com força para atrair segmentos de população diferentes daqueles que se interessam principalmente pelas tradições. Então, a força modernizadora de uma prática esportiva se alia aos propósitos do turismo com base nas tradições e o desenvolvimento ocorre em um nível de sustentabilidade forte, ainda segundo a classificação de Pearce. Os recursos são preservados, a atividade não produz crescimento populacional, sua continuação depende da manutenção das condições ecossistêmicas; embora haja um investimento empresarial, o nível de interferência na paisagem é pequeno e os grupos que frequentam são, via de regra, grupos conscientes da questão ambiental.

É na terceira experiência, no entanto, que encontramos os maiores desafios e a maior potência para a efetivação de uma proposta de desenvolvimento com sustentabilidade muito forte, a depender de um esforço associativo e de gestão por parte do poder público. Na cachoeira do clube campestre e em seu entorno, a recuperação da mata nativa, com recomposição das espécies nativas pode fazer emergir um forte valor intrínseco da natureza, com reduzida escala da economia. Provavelmente é este o

território mais propício ao desenvolvimento de estratégias coletivas de recuperação de espaços naturais, com um projeto de substituição da vegetação exótica por vegetação natural.

Tal projeto poderia ser desenvolvido por instituições educativas locais, contando com a participação de especialistas em ecossistemas, em parceria com setores progressistas da iniciativa privada e sensíveis aos “valores verdes” da economia; a participação cidadã promovida em fóruns de desenvolvimento em todos os níveis da administração pública podem levar à construção de uma “experiência modelo” que, além dos ganhos pontuais, pode também servir de plataforma para a ampliação da consciência ambiental e, conseqüentemente, à regulação coletiva dos fatores que ameaçam o território.

Na pesquisa aqui relatada adotamos a noção de sustentabilidade como utopia para o século XXI, como força social capaz de opor-se ao industrialismo desenfreado em todos os setores das atividades humanas e seus respectivos corolários de impactos negativos sobre a continuação da vida. Assim, concluímos que o Circuito Caravaggio é uma criação compatível com as políticas de desenvolvimento territorial sustentável para o mundo rural, justificando abordagens construtivas no âmbito das políticas públicas, cada vez mais democráticas e participativas.

Referências Bibliográficas

- CMMAD. *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- HAESBAERT, Rogerio. *O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 396p. ISBN: 978-85-286-1061-1. 2011.
- MATTOS, Carlos Alberto Sangali de; NUNES, José Luiz; SOBRINHO, Daiane Pereira. *Planejamento e Programação de Ações – Santa Teresa*. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Proater. 33p. 2013.
- MONTEIRO, Isabel de Carvalho. A produção histórica do discurso do desenvolvimento sustentável: origens, tendências e desafios. *Arquivo Jurídico*, v. 2, n. 2, jan/jun 2012.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, n. 38, p. 45-59, 2013.

STOFFEL, Jaime Antonio; COLOGNESE, Silvio Antônio. *O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional*. FAE, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 18 - 37, jul./dez. 2015.

SLPC. Página Web de São Lorenzo Pousada & Cerimonial. Disponível em <https://www.pousadasaolourenco-es.com.br/circuito-caravaggio>. Acesso em 16/02/2020.

MARINO, T.; DOURADO, F.; AMARAL, C.; XAVIER-DA-SILVA, J. *Geotechnologies supporting regular surveys and emergency events on Rio de Janeiro Geological Survey – A case of study*. Proceedings of World Landslide Forum 3, 2-6 June, Beijing. 2014.

Data de Submissão: 18/02/2020

Data do Aceite: 01/03/2021

PANORAMA DA DIMENSÃO POLÍTICA DA AGROECOLOGIA BRASILEIRA A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE TESES E DISSERTAÇÕES NO CATÁLOGO DA CAPES

Frederico Castro de Carvalhoⁱ
Rodrigo da Costa Caetanoⁱⁱ

Resumo: no artigo apresenta-se a dimensão política da agroecologia, atrelada ao seu processo de consolidação como ciência no Brasil a partir do levantamento bibliográfico realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, realizado no segundo semestre de 2020, utilizando-se dos termos de busca: “agroecologia” AND “política”, com aplicação do filtro temporal 2015 a 2019; foram encontrados 143 trabalhos em nível de pós-graduação stricto sensu. Os elementos utilizados para a seleção a partir da análise de conteúdo foram, principalmente, os títulos, os resumos e as palavras-chave, com o objetivo de observar e refletir acerca da interface agroecologia/política, que revelou apresentar elevado grau de complexidade, dialogando com diversas áreas do conhecimento. Assim, emergiram categorias que permitem compreender melhor a temática proposta e iniciar um debate profícuo, a saber: construção do conhecimento agroecológico e educação, políticas públicas, desenvolvimento, movimentos sociais e reforma agrária, redes, tecnologias sociais, gênero, saúde e outros.

Palavras-chave: conhecimento agroecológico 1; agricultura familiar 2; produção orgânica 3; políticas públicas 4; metodologia 5.

OVERVIEW OF THE POLITICAL DIMENSION OF BRAZILIAN AGROECOLOGY FROM THE SURVEY OF THESES AND DISSERTATIONS IN THE CAPES CATALOG

Abstract: the article presents the political dimension of agroecology, linked to the process of construction of agroecological knowledge in Brazil, based on a balance of academic publications. The bibliographic survey took place on the basis of the Capes Catalog of Theses and Dissertations, carried out in the second semester of 2020, using the search terms: “agroecology” AND “policy”, with the application of the time filter 2015 to 2019; 143 studies were found at the stricto sensu graduate level. The elements used for the selection from the content analysis were, mainly, the titles, abstracts and keywords, with the aim

ⁱDoutorando em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Professor do Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Venda Nova do Imigrante. E-mail: frederico.castro@ifes.edu.br, <https://orcid.org/0000-0002-6929-0216>.

ⁱⁱProfessor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da mesma instituição. E-mail: profrodrigo@uenf.br, <https://orcid.org/0000-0003-2509-4392>.

of observing and reflecting on the agroecology / policy interface, which revealed a high degree of complexity, dialoguing with different areas of knowledge. Thus, categories emerged that allow a better understanding of the proposed theme and initiate a fruitful debate, namely: education, public policies, development, social movements, networks, social technologies, gender and health.

Keywords: agroecological knowledge 1; family farming 2; organic production 3; public policies 4; methodology 5.

RESUMEN DE LA DIMENSIÓN POLÍTICA DE LA AGROECOLOGÍA BRASILEÑA A PARTIR DE LA ENCUESTA DE TESIS Y DISERTACIONES EN EL CATÁLOGO DE CAPES

272

Resumen: el artículo presenta la dimensión política de la agroecología, vinculada al proceso de construcción del conocimiento agroecológico en Brasil, a partir de un balance de publicaciones académicas. El relevamiento bibliográfico se realizó a partir del Catálogo de Tesis y Disertaciones de Capes, realizado en el segundo semestre de 2020, utilizando los términos de búsqueda: “agroecología” Y “política”, con la aplicación del filtro de tiempo 2015 a 2019; Se encontraron 143 estudios a nivel de posgrado stricto sensu. Los elementos utilizados para la selección del análisis de contenido fueron, principalmente, los títulos, resúmenes y palabras clave, con el objetivo de observar y reflexionar sobre la interfaz agroecología / política, que reveló un alto grado de complejidad, dialogando con diferentes áreas del conocimiento. Así, surgieron categorías que permiten una mejor comprensión de la temática propuesta e inician un fructífero debate, a saber: educación, políticas públicas, desarrollo, movimientos sociales, redes, tecnologías sociales, género y salud.

Palabras clave: conocimiento agroecológico 1; agricultura familiar 2; producción orgánica 3; políticas públicas 4; metodología 5.

Introdução

A agroecologia¹ é uma ciência que também se consolida por meio da sua dimensão política, aqui compreendida enquanto escala de ação e/ou proposição inerente às políticas públicas para respectiva área. Assim, as condições necessárias para disputar

¹ Segundo MOLINA (2011: 11) “con un enfoque teórico y metodológico que, utilizando varias disciplinas científicas, pretende estudiar la actividad agraria y agroalimentaria desde una perspectiva ecológica. Tu vocación es el análisis de todo tipo de proceso agrario en su sentido amplio[...]”.

agendas políticas foram desenvolvidas, cabendo ao Estado brasileiro assumir seu papel no apoio e no fortalecimento de um modelo de agricultura ambiental e socialmente sustentável (MOURA, 2016).

A inserção do enfoque agroecológico na agenda de políticas públicas setoriais no Brasil se propõe antagônica ao projeto de desenvolvimento rural preconizado desde os anos de 1960 pelo Estado brasileiro, sob a influência da modernização da agricultura baseada na “revolução verde”. O seu público-alvo é o/a agricultor(a) familiar, tendo sua racionalidade e suas características culturais, ambientais, sociais e econômicas como os elementos estruturadores da práxis e da teoria agroecológica (PEREZ-CASSARINO, 2012).

Praticamente duas décadas após o início da mencionada modernização, bastante criticada pela desproporção entre os avanços tecnológicos e sociais, o debate do que viria a ser a agroecologia no país aconteceu, principalmente nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), em 1981, 1984 e 1987. Nos EBAAs, destacou-se a participação de estudiosos de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, membros de ONGs, representantes de instituições públicas e privadas, lideranças de movimentos sociais, agricultores, bem como profissionais e estudantes das ciências agrárias, especialmente de agronomia. (LUZZI, 2007).

A diversidade de participantes nos eventos revela, em parte, a abordagem interdisciplinar da agroecologia, na busca de um entendimento científico integral dos fenômenos, a partir da coevolução sociedade-natureza. A construção de um “viés político” da agroecologia no Brasil tem com marco a Lei 7.794, de 20 de agosto de 2012, pois as legislações anteriores traziam como referencial à prática de agriculturas alternativas, ao modelo convencional, o conceito de agricultura orgânica².

² No contexto do surgimento de mecanismos nacionais de controle para a garantia da qualidade orgânica, em 1999, no Brasil, foi publicada a Instrução Normativa (IN) nº 007/1999 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Essa IN foi uma regulamentação acerca das normas e os procedimentos à produção orgânica no Brasil.

O presente artigo é de natureza bibliográfica, caracterizado pela busca de produções científicas publicadas em determinado período, com o objetivo geral de observar e refletir acerca da atualidade da interface da agroecologia com a respectiva dimensão política à luz de outro paradigma que permita iniciar ou ensaiar um necessário debate epistemológico.

Na pesquisa apresenta-se o resultado do levantamento bibliográfico de trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* na base Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>) que abordam a dimensão política do campo do conhecimento agroecológico no Brasil, usando como recorte temporal os anos de 2015 a 2019, tendo em vista recentes contribuições sobre a temática.

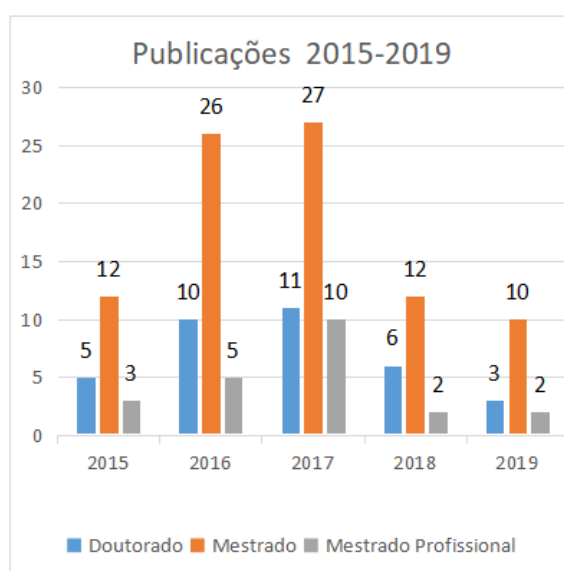
Como o levantamento foi realizado durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2020, não foi contemplado esse ano inconcluso, até mesmo porque existe um interstício entre a defesa e a publicação do trabalho no referido Catálogo. Utilizou-se os seguintes termos na busca textual: “agroecologia”AND“política”. Com aplicação do “filtro” foram encontrados 143 trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* (entre dissertações e teses). Para a organização do trabalho foi criada uma tabela Word contendo: nome do autor, título do trabalho, ano de defesa, programa, instituição, palavras-chave e categoria.

À melhor organização textual, estruturou-se duas seções. A primeira refere-se aos aspectos predominantemente quantitativos, destacando o levantamento e a distribuição da produção pelas regiões do Brasil. Em seguida, as categorias temáticas encontradas são analisadas à luz do cenário da agroecologia brasileira. Por fim, complementando o panorama, nas considerações finais enfatiza-se a dimensão política da agroecologia frente à emergência paradigmática que suscita o debate epistemológico.

Aspectos quantitativos preliminares: percentuais e diferenças regionais

A partir da busca realizada com os referidos filtros, observa-se que dos 143 trabalhos encontrados 25% são do tipo teses (doutorado), 59,7% dissertação de mestrado acadêmico e 15,3% de mestrado profissional, considerando o total entre 2015 e 2019. Embora no Gráfico 1 (Publicações 2015-2019) os últimos anos revelarem uma queda do número de produções, não se pode confirmar uma tendência sem uma série ampliada. Por outro lado, nota-se a consolidação da agroecologia enquanto campo científico e avanço nas agendas de governos em níveis federal, estadual e municipal.

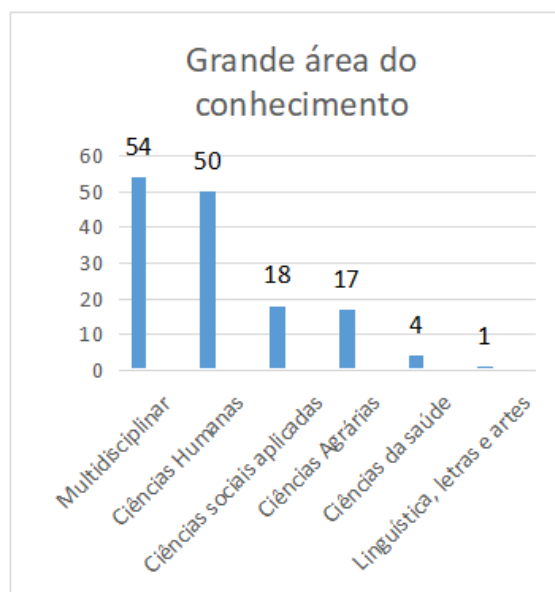
Gráfico 1



Fonte: Elaborado pela primeira autoria (2020).

O Gráfico 2, a seguir, assinala as áreas do conhecimento relacionadas aos materiais "filtrados", a saber: Multidisciplinar (54 trabalhos), Ciências humanas (50 trabalhos), Ciências sociais aplicadas (18 trabalhos), Ciências agrárias (17 trabalhos), Ciências da saúde (4 trabalhos), Linguística, letras e artes (1 trabalho).

Gráfico 2



Fonte: Elaborado pela primeira autoria (2020).

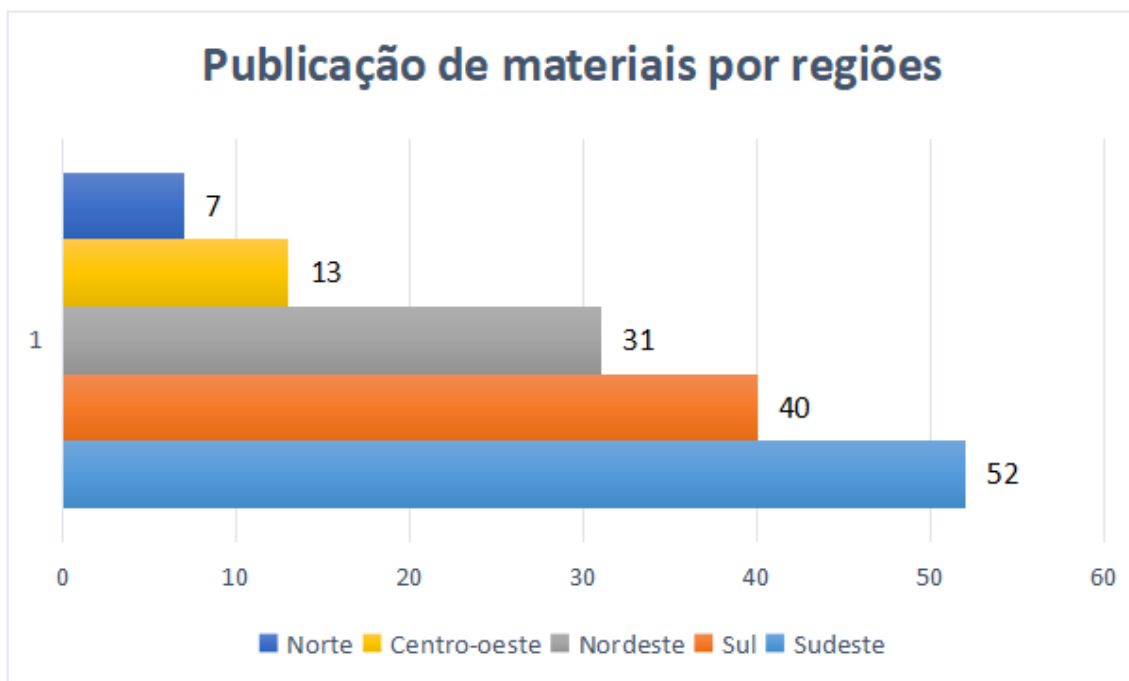
A importância da questão alimentar como problemática social e suas inter-relações, cria convergências de produção de conhecimentos científicos em torno de modelos capazes de dar respostas sustentáveis à vida. A heterogeneidade de áreas coaduna o caráter interdisciplinar na dimensão política da agroecologia, segundo PORTO-GONÇALVES (2013: 209) “O que a espécie humana conseguiu por meio das agriculturas foi a segurança alimentar, expressão que hoje volta a ganhar o debate político”.

Analisando a distribuição das publicações por macrorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se a concentração dos trabalhos no Sul - Sudeste brasileiro, totalizando 92 trabalhos dentre os 143. Na própria região Sudeste há discrepância, tendo em vista as 23 publicações no estado de São Paulo, 17 no Rio de Janeiro, 10 em Minas Gerais e 2 trabalhos no Espírito Santo.

Segundo SANTOS e SILVEIRA (2005: 105) “O meio técnico-científico-informacional não se impõe igualmente sobre o território”. A herança da concentração industrial, gerida

pelo Estado, fez convergir para o desenvolvimento no/do sudeste. Os maiores fluxos de capitais voltados à ciência e tecnologia também seguem essa tendência. Entrementes, quando se alcança 52 publicações contando com tantas instituições já consolidadas a valorização percentual pode ser relativizada.

Gráfico 3



Fonte: Elaborado pela primeira autoria (2020).

Com 40 publicações, a região Sul foi pioneira na área desta pesquisa, com destaque para o estudo das redes agroecológicas no estado de Santa Catarina (SC), que contabiliza 18 trabalhos, enquanto que no Rio Grande do Sul são 12 e no Paraná 10 trabalhos. Na região Nordeste, com 31 publicações, a Paraíba conta com 8 trabalhos e Rio Grande Norte e Pernambuco com 6 trabalhos cada, contrastando com Alagoas e Piauí, que não apresentaram trabalhos agroecológicos a partir de um enfoque político entre 2015 e 2019, segundo os critérios da pesquisa.

Na região Centro-Oeste 13 publicações foram filtradas, com destaque para o estudo das políticas públicas na Universidade de Brasília com 7 trabalhos. Na região Norte 7 publicações foram mapeadas, sendo 5 trabalhos no Pará, 1 no Amazonas e 1 em Roraima. Observando as unidades da federação, mais de 25% não publicaram trabalhos a partir de um enfoque político da agroecologia entre 2015 e 2019, conforme a pesquisa realizada no Catálogo da Capes.

Os dados estão no contexto da discrepante distribuição das instituições públicas de ensino superior pelo território nacional; enquanto no Sul-Sudeste, quase todo Nordeste e o Distrito Federal (DF) as produções indicaram a existência de grupos de estudos consolidados na temática, em quase todo Centro-Oeste e Norte os primeiros trabalhos surgiram após 2015, indicando um movimento de expansão da agroecologia.

O processo de interiorização das Instituições de Ensino Superior promovido entre 2002 e 2018, principalmente por meio do espraiamento da rede dos Institutos Federais (IF's), pode ter influenciado positivamente esse processo de expansão da Agroecologia a partir da renovação dos quadros de professores/pesquisadores com outros paradigmas e projetos.

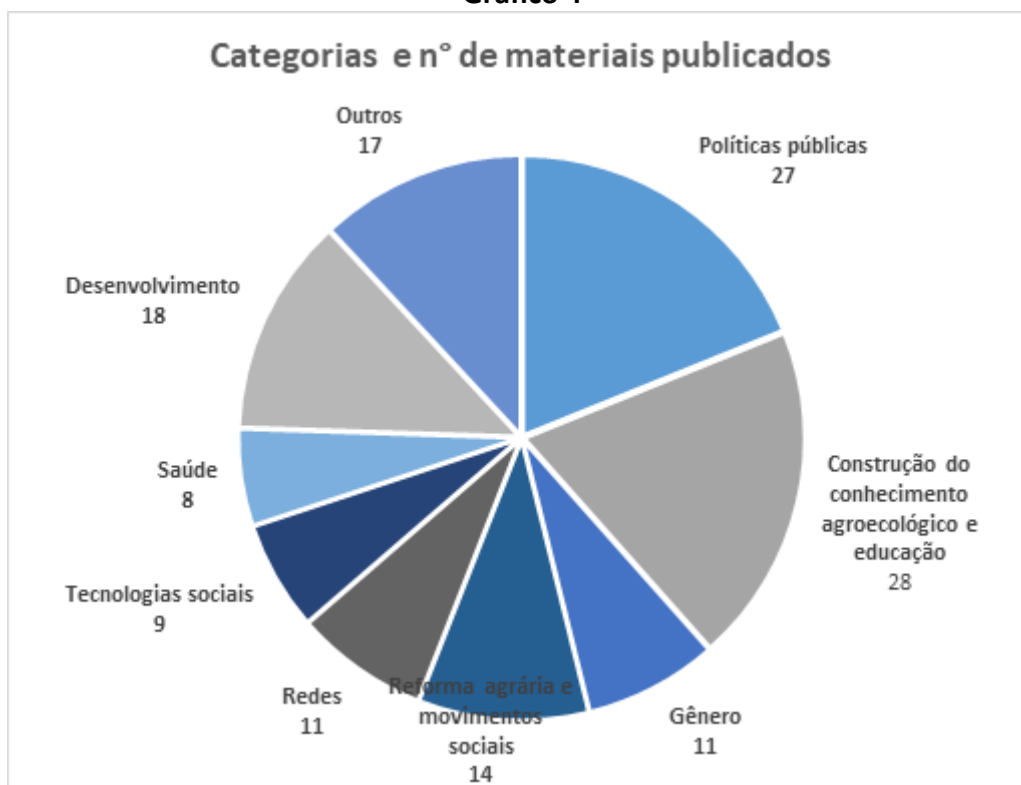
Categorias temáticas: uma noção do cenário da agroecologia brasileira

Após estudo dos materiais emergiram, em maior proporcionalidade, 8 categorias temáticas, e uma nona categoria, outros, foi apresentada envolvendo temáticas atinentes à seara desta pesquisa; seu agrupamento ocorreu em virtude de uma menor recorrência nas publicações.

As categorias emergidas, apresentadas a seguir, são fruto da seleção considerando-se como critério a análise do conteúdo a partir dos títulos, palavras-chave e resumos. Com base na relevância dos conteúdos encontrados percebeu-se a necessidade de consultar

16 trabalhos na íntegra, na busca das características básicas capazes de elucidar os elementos mais importantes das partes constitutivas da dimensão política da agroecologia brasileira.

Gráfico 4



Fonte: Elaborado pela primeira autoria (2020).

As metodologias mais utilizadas nos trabalhos "filtrados" foram de caráter participativo, destacando-se as sistematizações de experiências e os estudos de caso. Dentre os diversos autores citados com regularidade nos trabalhos, destacam-se: Miguel Altieri, Paulo Freire, Stephen Gliessman, Eduardo Sevilla-Guzman, Boaventura de Souza-Santos, Francisco Caporal, José Antônio Costabeber, Eric Sabourin, Clara Nicholls, Lester Brown, Stéphane Guéneau, Cátia Grisa, Sérgio Schneider, Irene Cardoso, e Fritjof Capra.

Construção do conhecimento agroecológico e educação: A agroecologia, enquanto ciência, possui uma breve história que se inicia no fim dos anos de 1980³. Destarte, o processo de construção dos conhecimentos agroecológicos é fundamental para a consolidação do saber agroecológico e do seu reconhecimento como campo científico.

Perto de 20% dos trabalhos que discutem a esfera política da agroecologia o fazem a partir de forte relação com os processos de construção do conhecimento agroecológico por meio da indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão. Segundo MENEZES (2017), a respeito dessa relação, está ocorrendo a formação e o desenvolvimento de um paradigma dentro do conhecimento científico do campo agrário. Foi possível notar que as discussões que envolvem políticas educacionais e modelos de ensino dialogam, geralmente, com o conceito de sustentabilidade, com as tradições e os saberes das comunidades em conjunto com o conhecimento acadêmico.

Destacam-se na produção da Construção do Conhecimento Agroecológico diálogos com os produtores do campo, das águas e das florestas através da Educação Popular (LOBO, 2019), Pedagogia da Alternância (VIEIRA, 2017); Educação Ambiental Crítica (ARAÚJO, 2019), Educação do campo (ZANELLI, 2015); Agroecopedagogia (MOSQUERA, 2018), dentre outras pedagogias holísticas, que surgem como alternativas de ensino-aprendizagem, reaproximam sociedade-natureza e melhor integram/contemplam os grupos sociais mais vulneráveis.

Diversos elementos comuns existem entre essas pedagogias, destacando-se a *práxis*, conversas estudante-natureza-comunidade, como instrumento de aprendizagem por meio de ação-reflexão-ação, configurando-se em atividade objetiva da ação transformadora, com base em tendências pedagógicas progressistas.

³ Para o agrônomo chileno Miguel Altieri, um dos fundadores da ciência, a agroecologia “[...] é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis [...] (2012: 104)”.

Políticas públicas: 19% das pesquisas, por aproximação, discutem a temática dimensão política da Agroecológica a partir de análises de políticas públicas desenvolvidas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995, foi recorrente nesta categoria, pois tanto trouxe a centralidade das políticas públicas para o ator social, agricultor(a) familiar, quanto surgiu como instrumento para construção de um novo modelo de desenvolvimento rural no país.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), fruto de longo processo iniciado nos anos de 1970, envolveu diversos atores, tais como: movimentos sociais, movimentos de estudantes, professores, técnicos, Organizações Não Governamentais (ONG'S), associações, dentre outros. O Decreto do governo federal 7.794/2012 é uma espécie de culminância dentro do debate da dimensão política da agroecologia brasileira, tendo por objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica.

MOURA (2016) destaca as organizações das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, que em um contexto político favorável se articularam para a entrada da agroecologia na agenda governamental, como na formulação da PNAPO e do Plano Nacional de Agroecologia (PLANAPO). De maneira geral, os movimentos sociais do campo e o denominado movimento agroecológico foram fulcrais à construção de agendas favoráveis à agroecologia em níveis federal, estadual e municipal.

Para GRISA e SCHNEIDER (2014) a PNAPO foi criada em uma geração de políticas públicas para a agricultura familiar, na qual o referencial é a construção de mercados para segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Outras políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma

Agrária – PRONATER, apresentaram grande relevância nas discussões, uma vez que são voltadas ao público-alvo da agroecologia.

Desenvolvimento: Perto de 13% dos trabalhos trazem como foco modelos de desenvolvimento; diversas são as abordagens: sustentável, alternativa, rural, regional e territorial, coadunando com que LIMA (2016: 22) denominou “múltiplas faces do desenvolvimento”. Pôde-se perceber que a agroecologia é articuladora de modelos de desenvolvimento alternativos ao modelo convencional. Nesse contexto, os conceitos de território e sustentabilidade são recorrentes nos debates, desvelando tanto assimetrias de relações de poder, quanto demanda por abordagem mais complexas nas propostas de organização do espaço.

Nos trabalhos “filtrados” desta categoria, os modelos apresentados dialogam em sua maioria com o conceito de desenvolvimento sustentável, que tem origem nas ações da Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1980.

A demanda por projetos de envolvimento sociedade-natureza conflita com as inseguranças da governabilidade brasileira. Em seus territórios, grupos de produtores (re)existem, como destaca RODRIGUES (2017) sobre o Espírito Santo, que diante do caráter emergente da dinâmica de desenvolvimento agroecológico e das incertezas sobre os seus desdobramentos, o território norte se destaca no sentido de abrigar práticas inovadoras associadas a um expressivo movimento camponês agroecológico.

De maneira geral, os materiais desta categoria caracterizam-se por compreender desenvolvimento além do crescimento econômico, mas como estratégia de vida; desenvolvimento como elemento da sustentabilidade sócio-ambiental na porção espacial envolvida.

Movimentos sociais e reforma agrária: Os movimentos sociais foram fundamentais para o desenvolvimento das lutas que culminaram na construção de uma série de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável, e *in medias res* a agroecologia, sobretudo o movimento agroecológico. Nesse contexto,

a agroecologia é um movimento de transformação societária envolvendo um modelo de desenvolvimento rural no qual a terra é um bem da coletividade, sendo a reforma agrária fundamental dentro desta perspectiva.

Quase 10% dos trabalhos trazem os movimentos sociais rurais como foco do debate político agroecológico. Destaca-se nessa categoria o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST (SILVA, 2017; AGUIAR, 2016), que poderia constituir uma categoria à parte, superando a metade dos materiais desta categoria; o MST (re)produz as práticas agroecológicas como forma de resistência ao modelo agrícola convencional atrelado ao complexo agroindustrial. Também compõe a categoria a questão agrária (FACCO, 2019), a reforma agrária (IHA, 2017; ROSA, 2019), a resistência e luta pela terra (MARTINS, 2017; MERCADO, 2018), dentre outros assuntos que surgem em paralelo, bem como a Via Campesina e o Instituto de Agroecologia Latino Americano (IALA).

Compreende-se que a replicação das práticas agroecológicas, as estratégias de comércio e de redução da demanda por insumos externos à produção são fundamentais à associação da tipologia campesinato, que nessa categoria se “sobrepõe” ao conceito de agricultura familiar.

Gênero: Quase 8% dos trabalhos destacam a importância de movimentos femininos (MOURA, 2018; ZARZAR, 2017) para o desenvolvimento da agroecologia no Brasil. A luta pelo pleno exercício da cidadania; a conquista de autonomia, participação e conquista de direitos, são relevantes nas discussões encontradas nos trabalhos "filtrados".

Milhares de agricultoras familiares e camponesas têm construído novos processos de gestão dos territórios como parte das mobilizações sociais para o desenvolvimento rural, realizadas por diversos movimentos e organizações presentes no campo da Agroecologia, assim como o feminismo e a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), respectivamente.

O grito da Marcha das Margaridas: “sem feminismo não há agroecologia”, incluiu definitivamente a questão da mulher do campo enquanto sujeito político nas agendas das políticas públicas no Brasil. O movimento feminista teve, ao lado dos movimentos sociais rurais, uma participação fundamental para aprovação da PNAPO e seus planos assinados pela presidenta Dilma Rousseff (MOURA, 2018).

Redes: Quase 8% dos trabalhos "filtrados" trazem as redes para o centro dos debates, e indicam que estas estruturas estão espalhadas pelo país, em todas as regiões, mas com estratégias e volumes diferenciados, conectando em seus territórios os diversos atores que as compõem e as tecem.

Na formação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002, as relações e os processos sociais que a geraram, sua forma de ação em rede e sua expressão como parte do movimento agroecológico, impulsionaram o significado político da agroecologia, mobilizando atores, ações e propostas de uma nova utopia (BENSADON, 2016).

Outras redes, tais como Articulação Semiárido Agroecológico (ASA), Ecovida e a Reagro, compõem uma teia de redes que se espalham pelo país, aproximando atores locais, adotando estratégias de convivência com os territórios. As redes estão interligando atores, objetivando principalmente: a difusão dos conhecimentos agroecológicos por meio de caravanas, eventos de diversas ordens: formação/capacitação agroecológica, formação de associações e participação na construção das estratégias de comercialização da produção.

No sentido de perceber a intencionalidade na criação das redes, Finatto (2015) aponta que as Redes de Produção Orgânica têm como característica básica a verticalidade das relações e a orientação do mercado como elemento determinante na sua configuração. Nessas redes os agricultores são atores fundamentais, já que produzem a matéria-prima, mas têm sua atuação limitada à esfera da produção. Segundo o autor, supracitado, as redes híbridas, também identificadas na pesquisa, revelam a complexidade dos processos envolvidos na produção do espaço agrário

contemporâneo. Elas apresentam, em um mesmo conjunto de relações, princípios da produção agroecológica, orgânica e convencional.

Tecnologias Sociais (TS): Pouco mais de 6% dos trabalhos "filtrados" observam o desenvolvimento de TS, normalmente a partir de estudos de caso. As TS constituem um conjunto de instrumentos, técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação entre pesquisadores e comunidades, visando solucionar questões-problema sociais locais.

O Projeto de Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS (NDIAYE, 2016), que tem como objetivo a produção diversificada agroecológica; tecnificar, gerar renda e alimentos para pequena(o)s produtora(e)s rurais, repercutiu nas publicações devido, também, à quantidade de projetos replicados pelo país financiados pelo Banco do Brasil.

Foi possível identificar projetos de TS em diferentes escalas. FERREIRA (2015), após uma análise de experiências do serviço de tecnologia alternativa – SERTA, avaliou que a qualificação técnico-profissional em agroecologia leva à gestão do desenvolvimento local sustentável. GRIGOLO (2016) aponta a importância da sustentabilidade da tecnologia social no manejo de sementes crioulas, como uma tecnologia da humanidade, sendo a(o)s agricultura(o)s guardiã(ões) desse saber.

MAZZEI (2018) destacou, por meio de processos de institucionalização dos programas governamentais articulados intersetorialmente, os projetos de economia solidária, associados ao desenvolvimento de TS, como facilitadores à (re)produção das práticas agroecológicas nos territórios.

Saúde: Perto de 6% trazem as discussões para os valores da qualidade de vida e do bem estar humano. Nessa categoria a segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) são destaques (CASTRO, 2016); questões ligadas à ética na alimentação (FILHO, 2016) e plantas medicinais (Política Nacional de Plantas Medicinais), dentre outros, também foram temas pesquisados.

Outra discussão na categoria é a toxicologia. Estudos revelam questões graves envolvendo a saúde humana e impactos ambientais. Segundo SEGUESE (2016) há a correlação entre uso de agrotóxicos e o consumo de plantas transgênicas com doenças em humanos, no Paraná. Foi evidenciada a necessidade de aprofundamento nas investigações em relação à toxicologia dos alimentos produzidos pelo agronegócio.

A categoria saúde foi aquela identificada com menor percentual no balanço realizado, todavia, surge como crucial para a consolidação da agroecologia enquanto ciência e sua expansão enquanto prática e movimento. A conscientização crescente da sociedade, no que diz respeito à relação entre alimento-saúde-qualidade-de-vida, e as demandas sociais e mercadológicas por alimentos livres de agrotóxicos, pressionam os territórios à produção dentro de determinados padrões.

Outros: 12% dos trabalhos, por aproximação, trataram de outras temáticas, a saber: juventude, eficiência energética, história, ancestralidade e arte, que somam-se as partes constitutivas da dimensão política da Agroecologia brasileira. THERRIEN e NÓBREGA-THERRIEN (2004) refletem que, na atualidade, com a complexidade galopante revelada pela sociedade da informação, o pesquisador é desafiado nas suas tentativas de desvendar o significado das múltiplas racionalidades e lógicas que nele convivem.

Segundo GOMES (2011: 34), abordando a epistemologia da dimensão política da Agroecologia, esta é uma ciência pós-normal, recomendada para se sair do reducionismo dominante, nas “comunidades restringidas de pares” levando a tomada de decisão para o âmbito das “comunidades estendidas de pares”, por meio do debate mais amplo com toda a sociedade. Assim, promove-se a democratização e a circulação do conhecimento científico.

Considerações finais

Os conhecimentos científicos hierárquicos e dialógicos com o paradigma dominante influenciaram profundamente a relação sociedade-natureza ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, apresentando soluções parciais às demandas sociais. A agroecologia tem sua origem, enquanto saber científico, marcada pelos conhecimentos acadêmicos, principalmente da Agronomia e da Ecologia, incorporando outros saberes das comunidades tradicionais, tendo na aproximação de/com outras ciências como a Geografia e a ampliação da perspectiva interdisciplinar, que pode ser observada pela transversalidade encontrada nas temáticas desta pesquisa por meio dos parâmetros da busca.

Nesse sentido, um paradigma emergente requer um debate epistemológico (com alternativas), que se “alimenta” de pesquisas atuais, aqui representadas por teses e dissertações, bem como da realidade vivenciada pelos sujeitos e percebida pelos pesquisadores. A agroecologia desponta para o século XXI com hipóteses capazes de apresentar soluções mais sustentáveis para a questão alimentar e nutricional, observando a capacidade dos sistemas de absorverem impactos e desenvolverem as comunidades em suas dimensões.

A dimensão política da agroecologia, caracteriza-se por apresentar elevado grau de interdisciplinaridade, dialoga com suas práticas, seus movimentos e na (re)construção dos seus saberes. Ela é aderente à agricultura familiar dos povos tradicionais, apresentando-se como contraponto à agricultura convencional e aos grandes conglomerados agroindustriais. A inclinação dos governos em elaborar programas sob a temática da produção agroecológica passa pela pressão interna dos movimentos sociais, de acadêmicos, associações e grupos de consumidores, dentre outros.

De maneira geral, pôde-se perceber a agroecologia compreendida como instrumento político no reconhecimento de territorialidades a partir da racionalidade da sustentabilidade, numa perspectiva múltipla do ambiente na totalidade. As criações da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) foram fundamentais para os avanços da dimensão política da agroecologia e das suas pautas no Brasil.

A agroecologia manifesta-se como ciência voltada à transversalidade do meio ambiente, mantendo os mais estreitos laços com paradigmas que remetem à interdisciplinaridade e à multidimensionalidade do conhecimento, em um cenário político-acadêmico que ainda precisa se abrir mais à questão sócio-ambiental.

Assim como outrora a Geografia conquistou a sua legitimidade frente ou em meio, por vezes, às demais ciências ou “disciplinas”, a agroecologia vem buscando consolidar e ampliar o seu espaço. Após a aplicação da metodologia de levantamento e análise da bibliografia adotada para o presente texto, conclui-se que tanto a dimensão política é imprescindível para consolidação plena da agroecologia quanto o conhecimento das suas bases epistemológicas, a serem decodificadas constantemente sem a dicotomização dos saberes.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Anpocs: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.8, 1997.
- AGUIAR, Janeleide. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Projeto de Reforma Agrária Popular: as tecnologias digitais na construção das formas insurgentes de luta política no século XXI*. 14/04/2016 459 f. Doutorado em Psicossociologia de comunidade ecologia social Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária: CFCH.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: editora agropecuária, 2002. 592 p.
- ARAÚJO, Marlene. *Educação ambiental nos colégios dos assentamentos organizados no MST: tendências conservadora e crítica*. 29/04/2019 192 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Biblioteca Depositária: SLS.
- BENSADON, Ligia. *Tecendo projetos políticos: a trajetória da articulação nacional de agroecologia*. 09/09/2016 undefined f. Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Biblioteca Depositária: undefined.
- BRASIL. PNAPO – *Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica*. Decreto Lei no 7.794, de 20 de agosto de 2020.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

_____. Instrução Normativa Nº 7, DE 17 de maio de 1999, revogada e substituída pela Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a *Agricultura Orgânica*. Brasília: Congresso Nacional, 2003a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm#art1>. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a *Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN*, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In.: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - Educação a distância, 2011. pp. 45-82.

CASTRO, Franciléia. *Construindo territórios livres de agrotóxicos para a promoção da agroecologia*. 04/07/2016 128 f. Mestrado Profissional em Saúde Pública Instituição de Ensino: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária: Lincoln de Freitas Filho.

FACCO, Vinicius. *Contribuição ao estudo da questão agrária brasileira: as contradições do Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos da reforma agrária*. 17/04/2019. 324 f. Doutorado em Geografia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Biblioteca Depositária: Biblioteca Ciência e Tecnologia.

FERREIRA, Germano. *Qualificação técnico-profissional em Agroecologia: uma análise da experiência do serviço de tecnologia alternativa – SERTA*. 25/09/2015 113 f. Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável Instituição de Ensino: Universidade de Pernambuco, Recife, Biblioteca Depositária: Lúcio Lemos, da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, FCAP/UPE.

FILHO, Eugênio. *Agroecologia e saúde: estudo de caso em assentamento de reforma agrária no Nordeste brasileiro*. 25/11/2016 108 f. Mestrado Profissional em Saúde

Pública Instituição de Ensino: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro
Biblioteca Depositária: Lincoln de Freitas Filho.

FINATTO, Roberto. *Redes de Agroecologia e produção orgânica na região Sul do Brasil: das intencionalidades à materialidade socioespacial*. 06/05/2015 322 f. Doutorado em Geografia Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSC.

GRIGOLO, Serinei. *A renovação das estratégias de lutas na agricultura: o caso das festas das sementes crioulas no Sul do Brasil*. 30/08/2016 294 f. Doutorado em Extensão Rural Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSM.

GRISA, Cátia e SCHNEIDER, Sérgio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

GOMES, João Carlos. As bases epistemológicas da Agroecologia. In.: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira (Orgs.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a distância, 2011. pp. 13-44.

IHA, Mônica. *A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária: um estudo sobre o processo de recampesinização no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto – SP*. 20/01/2017 308 f. Doutorado em Geografia (geografia humana) Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo, Biblioteca Depositária: Biblioteca Florestan Fernandes - FFLCH.

LIMA, Filipe. *As múltiplas faces do desenvolvimento rural: compreendendo as experiências de transição agroecológica nos municípios de Santa Cruz da baixa verde e de São Lourenço da Mata, PE*. 08/01/2016 203 f. Doutorado em Extensão Rural Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFSM.

LOBO, Pitias. *Educação popular: contradições, modismos e interesses*. 30/08/2019 517 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia, Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás.

LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 1/3/2007. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária: Undefined.

- MARTINS, Adalberto. *A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação*. 07/11/2017 296 f. Doutorado em Geografia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: geo fragmentos.
- MAZZEI, Bianca. *O processo de implementação de programas federais de economia solidária de apoio a cooperativa de agroecologia*. 07/02/2018 161 f. Doutorado em Administração Pública e governo Instituição de Ensino: Fundação Getúlio Vargas (SP), São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Karl A Boedecker.
- MENEZES, Leonardo. *O Desenvolvimento da Agroecologia e as Instituições do Campo Científico Agrário*. 26/04/2017 undefined f. Mestrado em Ciência Política Instituição de Ensino: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSC.
- MERCADO, Carmen. *Reforma agraria e yvy marane'ý: resistência campesina en la lucha por la tierra en el Paraguay*. 28/03/2018 434 f. Doutorado em Geografia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.
- MELO, André. *Pedagogia da alternância no Amazonas: uma práxis dos movimentos sociais da floresta*. 17/01/2017 204 f. Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia Instituição de Ensino: Universidade Federal do Amazonas, Manaus Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Federal do Amazonas.
- MIRANDA, Rogério. *(Contra)hegemonia e território do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) no sudeste paraense*. 20/09/2017 380 f. Doutorado em Geografia (geografia humana) Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo, Biblioteca Depositária: Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH.
- MOLINA, Manuel. *Introduccion a la agroecologia*. Cuadernos técnicos. ed. SEAE-Sociedad Espanhola de Agricultura Ecológica, 2011.
- MONTEIRO, Denis. LONDRES, Flavia. *Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no BRASIL*. IN: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. [et al.]. *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável* – Brasília: Ipea, 2017.
- MOURA, Maria da Conceição. *Feminismo e Agroecologia: o sujeito político e a avaliação do ater- mulheres no rio grande do norte 2004-2016*. 03/05/2018 271 f. Doutorado em Ciências Sociais Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Biblioteca Depositária: BDTD-UFRN.

- MOURA, Iracema. *Agroecologia na Agenda Governamental Brasileira: Trajetórias no Período 2003-2014*. 29/04/2016 123 f. Doutorado em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFRRJ.
- MOSQUERA, Oscar. *Virada ecológica e ecogovernamentalidade: uma analítica foucaultiana do sujeito ecológico na agroecopedagogia pernambucana'* 09/03/2018 214 f. Doutorado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.
- NDIAYE, Aly. *Análise do desenvolvimento do programa PAIS-Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, enquanto estratégia para geração de renda e segurança alimentar e nutricional de sistemas de produção familiares: Estudo realizado nos estados do RJ e MS*. 24/06/2016 50 f. Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFRRJ.
- PEREZ-CASSARINO, Julian. *A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia*. 1/3/2012. 450 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Biblioteca Depositária: undefined.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 5 edição, Rio de Janeiro-RJ: Civilização brasileira, 2013.
- RODRIGUES, Hélio. *A Agroecologia no Território Norte do Espírito Santo: uma análise à luz do desenvolvimento territorial sustentável*. 04/04/2017 224 f. Mestrado em Sociologia e Ciência Política Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC.
- ROSA, Vanessa. *De MARX a ALTIERI: limites do balizamento jurídico para a produção agroecológica nos marcos do capitalismo*. 05/08/2019 250 f. Doutorado em Direito Político e Econômico Instituição de Ensino: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo Biblioteca, Depositária: Biblioteca George Alexander - Setorial Direito.
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7 edição, Rio de Janeiro-RJ, Record, 2005.
- SEGHESE, Marcos. *Agrotóxicos, transgênicos na agricultura e saúde humana no estado do Paraná - Brasil*. 29/07/2016 75 f. Mestrado Profissional em Agroecologia Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. La agroecología como estrategia metodológica de transformación social. [s.l.]: [s.n.], 2006. Disponível em: http://www.cristinaenea.eu/eu/download/microsites/ficheros/Agroecologia_y_transformacion_social.pdf Acessado em 15/04/2021.

SILVA, Marco Antônio. *Questão Agrária e Luta pela Terra: a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno*. 31/03/2017 264 f. Doutorado em Política Social Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central – UnB.

TERRIEN, Jaques, NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia. *Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas*. EAE [Internet]. 2004. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2148/2105> Acessado em 16/04/2021.

VIEIRA, Leonice. *A pedagogia da alternância do curso em agroecologia: um estudo de caso no IFSul*. 21/02/2017 197 f. Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Pelotas, Biblioteca Depositária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense / Campus Pelotas.

ZANELLI, Fabricio. *Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos intercâmbios agroecológicos*. 25/03/2015 146 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa.

ZARZAR, Andrea. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. 12/04/2017 300 f. Doutorado em Sociologia Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE.

Data de Submissão: 20/12/2020

Data do Aceite: 07/04/2021

